



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXVI — Nº 002

TERÇA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1981

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 1ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1981

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

*Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:*

Nº 1/81 (nº 627/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1980 (nº 3.749/80, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, um crédito especial até o limite de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.875, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 2/81 (nº 628/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1980 (nº 4.023/80, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial até o limite de Cr\$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para o fim que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.876, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 3/81 (nº 629/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1979 (nº 363/79, na Casa de origem), que restabelece direito de servidores públicos, no caso que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.877, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 4/81 (nº 630/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1980 (nº 3.897/80, na Casa de origem), que cria, na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e na do Ministério Público dos Territórios Federais, os cargos que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.878, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 5/81 (nº 631/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1980 (nº 3.153/80, na Casa de origem), que dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.879, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 6/81 (nº 632/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei nº 30, de 1980-CN, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 7/81 (nº 633/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1980 (nº 2.073/79, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar os imóveis que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.881, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 8/81 (nº 634/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1980 (nº 2.568/80, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.882, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 9/81 (nº 635/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1978 (nº 5.721/78, na Casa de origem), que autoriza a alienação de bens imóveis da União, situados na área urbana de Guajará-Mirim, no Território Federal de Rondônia, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.883, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 10/81 (nº 636/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1973 (nº 465/75, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.884, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 11/81 (nº 637/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1980 (nº 2.641/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição de médicos veterinários militares nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.885, de 9 de dezembro de 1980.)

Nº 12/81 (nº 639/80, na origem), de 10 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei nº 32, de 1980-CN, que altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.886, de 10 de dezembro de 1980.)

Nº 13/81 (nº 640/80, na origem), de 10 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei nº 34, de 1980-CN, que altera a legislação da Previdência Social Urbana, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.887, de 10 de dezembro de 1980.)

Nº 14/81 (nº 642/80, na origem), de 10 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1980-Complementar (nº 153/80-Complementar, na Casa de origem), que altera a redação do art. 6º da Lei Complementar nº 28, de 18 de novembro de 1975, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 39, de 10 de dezembro de 1980.)

Nº 15/81 (nº 646/80, na origem), de 11 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1980 (nº 3.587/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980.)

Nº 16/81 (nº 647/80, na origem), de 11 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 94/80 (nº 3.360/80, na Casa de origem), que transforma a Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre em Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.891, de 11 de dezembro de 1980.)

Nº 17/81 (nº 648/80, na origem), de 11 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1980 (nº 2.574/80, na Casa de ori-

gem), que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, ações da Companhia Pontagrossense de Telecomunicações — CPT. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.892, de 11 de dezembro de 1980.)

Nº 18/81 (nº 653/80, na origem), de 17 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1980 (nº 3.143/80, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 184 e 186 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.895, de 17 de dezembro de 1980.)

*De agradecimento de comunicação:*

Nº 020/81 (nº 650/80, na origem), de 15 de dezembro de 1980, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 106, 155, 247, 418, 491 e 584, de 1979; 071, 082, 344, 379, 381, 388, 389 e 466, de 1980;

Nº 021/81 (nº 651/80, na origem), de 15 de dezembro de 1980, referente à promulgação da Resolução nº 141, de 1980;

Nº 022/81 (nº 669/80, na origem), de 29 de dezembro de 1980, referente à promulgação da Resolução nº 131, de 1980;

Nº 023/81 (nº 670/80, na origem), de 29 de dezembro de 1980, referente à promulgação da Emenda à Constituição nº 16;

Nº 024/81 (nº 001/81, na origem), de 8 de janeiro de 1981, referente à promulgação das Resoluções nºs 136, 138 e 140, de 1980;

Nº 025/81 (nº 006/81, na origem), de 8 de janeiro de 1981, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens nºs 338, 357, 358, 359, 414 e 415, da Presidência da República;

Nº 026/81 (nº 036/81, na origem), de 9 de fevereiro de 1981, referente à promulgação da Emenda Constitucional nº 17;

Nº 027/81 (nº 037/81, na origem), de 9 de fevereiro de 1981, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens nºs 208, 210 e 212, de 1978; 469, 470, 471, 472, 473, 474, 494, 500, 509, 510, 522, 523, 525, 526, 527 e 541, de 1980, da Presidência da República.

*Submetendo ao Senado a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 19/81 (nº 47/81, na origem), relativa à escolha do Sr. Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin.

— Nº 29/81 (nº 44/81, na origem), referente à escolha do Doutor Clovis Ramalhete Maia para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Thompson Flores.

— Nº 30/81 (nº 45/81, na origem), referente à escolha do Doutor Vidal da Fontoura para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gilberto Monteiro Pessôa.

**1.2.2 — Ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal**

Nº S/01/81 (nº 93/80-P/MC, na origem), de 16 de dezembro de 1980, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 91.265-7, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da alínea "e" do art. 36 da Lei nº 752, de 29 de dezembro de 1975, do Município de Cosmorama, Estado de São Paulo.

Nº S/02/81 (nº 96/80-P/MC, na origem), de 22 de dezembro de 1980, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 91.535-4, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 204 do Código Tributário do Município de Igarapava, São Paulo, da Lei nº 921, de 26 de dezembro de 1977, e bem assim da Tabela 1, anexa à referida Lei, que cuidam da Taxa de Licença para Localização.

Nº S/03/81 (nº 97/80-P/MC, na origem), de 22 de dezembro de 1980, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 91.293-2, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 278 e 279 da Lei nº 1.244, de 20 de dezembro de 1977, do Código Tributário do Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

**1.2.3 — Avisos do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República**

Nº 653-SUPAR/80, de 26 de dezembro de 1980, referente ao pedido de informações, de autoria do Senador Humberto Lucena, acerca do Projeto de Lei nº 22, 1980-CN, que fixa a receita e a despesa da União para o exercício de 1981, Subanexo do Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Nº 654-SUPAR/80, de 26 de dezembro de 1980, referente ao pedido de informações, de autoria do Senador Humberto Lucena, acerca do Projeto de Lei nº 22, de 1980-CN, que fixa a Receita e a Despesa da União para o exercício de 1981, Subanexo do Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

**1.2.4 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados Comunicando a aprovação da seguinte matéria:**

Nº 572, de 5 de dezembro de 1980, comunicando a aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 1980 (nº 3.598/80, na origem), que "cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências".

*Encaminhando autógrafo de projeto de lei sancionado:*

Nº 005, de 14 de janeiro de 1981, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1979 (nº 431/71, na origem), que "dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo, e dá outras providências". (Projeto que se transformou na Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.)

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 1/81 (nº 865/79, na Casa de origem), que assegura matrícula, nas escolas de qualquer nível, aos servidores que especifica.

— Projeto de Lei da Câmara nº 2/81 (nº 3.899/80, de iniciativa do Senhor Presidente da República), que autoriza a criação de municípios no Território Federal de Rondônia, altera a Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 1/81 (nº 75/80, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00, na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

**1.2.5 — Pareceres**

*Referentes às seguintes matérias:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 87/80 (nº 3.898-B/80, na origem), que dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, nas condições que menciona, e dá outras providências.

— Ofício S-nº 8/80 (nº 360/80, na origem), do Governador do Estado de Pernambuco, solicitando autorização do Senado Federal, para contratar empréstimo no valor de US\$ 25.000.000,00, ou o equivalente em outra moeda, destinado ao Desenvolvimento Agropecuário do Estado.

— Ofício S-nº 39/80 (nº 361/80, na origem), do Sr. Governador do Estado de Pernambuco, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30.000.000,00, para aplicação no Complexo Industrial-Portuário de Suape.

— Ofício S-nº 45/80 (nº 1.933/80, na origem), do Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00, para financiar o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRORURAL.

— Mensagens nºs 263, 272, 275, 280, 284, 323, 324, 372 e 375/80, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal propostas para que as Prefeituras Municipais de Potirendaba (SP), Alterosa (MG), Bernardino Campos (SP), Coqueiral (MG), Franca (SP), o Governo do Estado do Ceará e as Prefeituras Municipais de Fortaleza (CE), São Luís (MA) e Jaboatão (PE) sejam autorizadas a elevar os montantes de suas dívidas consolidadas.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 35/79 (nº 30-B/79, na Câmara dos Deputados), que aprova as Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício de 1978.

— Projeto de Resolução nº 1/80, que altera o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal.

— Mensagem nº 358/80, do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) a elevar em Cr\$ 11.571.000,00, o montante de sua dívida consolidada.

**1.2.6 — Comunicações da Presidência**

— Recebimento da Mensagem nº 28/81 (nº 43/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado proposta do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que a Escola Superior de Educação Física de Goiás — ESEFEGO, seja autorizada a realizar operação de crédito para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício S-nº 4/81 (nº GG 21, na origem), do Governador do Estado da Paraíba, solicitando autorização do Senado Federal, a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor que menciona, para o fim que especifica.

— Recebimento de comunicação, durante o recesso parlamentar, do Sr. Senador Luiz Fernando Freire, que se ausentaria do País no período que menciona.

#### 1.2.7 — Comunicação

— Do Sr. Senador Luiz Fernando Freire, referente a sua filiação ao Bloco Parlamentar do Partido Popular.

#### 1.2.8 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 1/81-Complementar, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que veda a alteração dos casos de inelegibilidades e das normas eleitorais ou partidárias, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à realização de eleições de âmbito federal, estadual e municipal.

— Projeto de Resolução nº 14/81, de autoria da Comissão Diretora, que dá nova redação ao art. 484 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), alterando a Resolução nº 57, de 1976.

#### 1.2.9 — Comunicações

— Dos Blocos Parlamentares do Partido Democrático Social, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Popular, referente à indicação de seus respectivos Líderes.

#### 1.2.10 — Requerimento

— Nº 2/81, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Deputado Wilmar Guimarães. *Aprovado*, após usarem da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Henrique Santillo e Passos Pôrto.

#### 1.2.11 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 15 horas e 20 minutos, com Ordem do Dia que designa.

#### 1.3 — ENCERRAMENTO.

### 2 — ATA DA 2ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1981

#### 2.1 — ABERTURA

#### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Requerimentos

— Nºs 3 a 5/81, de autoria dos Srs. Senadores José Sarney, José Lins e Aloysio Chaves, solicitando autorização do Senado Federal para integrarem a comitiva que acompanhará o Senhor Presidente da República à Colômbia.

##### 2.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 2/81, de autoria do Sr. Senador Passos Pôrto, que institui a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, e dá outras providências.

#### 2.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31/79 (nº 32/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos Países do Cone Sul. *Aprovada*. À promulgação.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 266/80, do Sr. Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Aprovada*. À Câmara dos Deputados.

#### 2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Requerimentos nºs 3 a 5/81, lidos no Expediente. *Aprovados*, após parecer da Comissão competente, tendo o Sr. Senador Itamar Franco usado da palavra no encaminhamento da votação.

#### 2.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

#### 2.6 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Malefícios do tabagismo.

**SENADOR ALMIR PINTO** — Problemática da seca nordestina.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Situação em que se encontra o Nordeste brasileiro e, em particular, o Estado do Ceará, em face do fenômeno cíclico da seca.

**SENADOR CUNHA LIMA** — Transcurso do 80º aniversário natalício do ex-Governador Argemiro de Figueiredo.

**SENADOR JORGE KALUME** — Homenagem ao Senador Luiz Viana e aos demais membros da antiga Mesa Diretora da Casa, pelos relevantes serviços prestados ao Senado Federal.

**SENADOR JOSÉ LINS** — Aspectos da estiagem que ora se verifica no Nordeste e as providências adotadas pelo Governo para minorar seus efeitos.

**SENADOR MAURÍCIO LEITE** — Combate às secas do Nordeste e melhor aproveitamento das condições climáticas da Região.

#### 2.7 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

#### 3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO

Nºs 10 e 11, de 1981

#### 4 — PORTARIA DO SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 14, de 1981

#### 5 — PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL

Nº 57, de 1981

#### 6 — ATA DE COMISSÃO

#### 7 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

ATAS DAS 52ª e 53ª REUNIÕES

#### 8 — MESA DIRETORA

## ATA DA 1ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1981

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Maurício Leite — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Itamar Franco — Murilo Badaró — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Leite Chaves — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*É lido o seguinte*

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:*

Nº 1/81 (nº 627/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1980 (nº 3.749/80, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, um crédito

especial até o limite de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.875, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 2/81 (nº 628/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1980 (nº 4.023/80, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial até o limite de Cr\$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para o fim que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.876, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 3/81 (nº 629/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1979 (nº 363/79, na Casa de origem), que restabelece direito de servidores públicos, no caso que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.877, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 4/81 (nº 630/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1980 (nº 3.897/80, na Casa de origem), que cria, na carreira do Ministério público do Distrito Federal e na do Ministério público dos Territórios Federais, os cargos que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.878, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 5/81 (nº 631/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1980 (nº 3.153/80, na Casa de origem), que dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.879, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 6/81 (nº 632/80, na origem), de 09 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei nº 30, de 1980-CN, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980)

Nº 7/81 (nº 633/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1980 (nº 2.037/79, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar os imóveis que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.881, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 8/81 (nº 634/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1980 (nº 2.568/80, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.882, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 9/81 (nº 635/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1978 (nº 5.721/78, na Casa de origem), que autoriza a alienação de bens imóveis da União, situados na área urbana de Guajará-Mirim, no Território Federal de Rondônia, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.883, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 10/81 (nº 636/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1973 (nº 465/75, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.884, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 11/81 (nº 637/80, na origem), de 9 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1980 (nº 2.641/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição de médicos veterinários militares nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.885, de 9 de dezembro de 1980)

Nº 12/81 (nº 639/80, na origem), de 10 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei nº 32, de 1980-CN, que altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.886, de 10 de dezembro de 1980)

Nº 13/81 (nº 640/80, na origem), de 10 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei nº 34, de 1980-CN, que altera a legislação da Previdência social Urbana e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.887, de 10 de dezembro de 1980)

Nº 14/81 (nº 642/80, na origem), de 10 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1980-COMPLEMENTAR (nº 153/80-COMPLEMENTAR, na Casa de origem), que altera a redação do art. 6º da Lei Complementar Nº 28, de 18 de novembro de 1975, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 39, de 10 de dezembro de 1980)

Nº 15/81 (nº 646/80, na origem), de 11 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1980 (nº 3.587/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980)

Nº 16/81 (nº 647/80, na origem), de 11 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 94/80 (nº 3.360/80, na Casa de origem), que

transformou a Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre em Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, e dá outras providências. (projeto que se transformou na Lei nº 6.891, de 11 de dezembro de 1980).

Nº 17/81 (nº 648/80, na origem), de 11 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1980 (nº 2.574/80, na Casa de origem), que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, ações da Companhia Pontagrossense de Telecomunicações — CPT. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.892, de 11 de dezembro de 1980)

Nº 18/81 (nº 653/80, na origem), de 17 de dezembro de 1980, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1980 (nº 3.143/80, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 184 e 186 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.895, de 17 de dezembro de 1980).

#### De agradecimento de comunicação:

Nº 020/81 (nº 650/80, na origem), de 15 de dezembro de 1980, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 106, 155, 247, 418, 491 e 584, de 1979; 071, 082, 344, 379, 381, 388, 389 e 466, de 1980;

Nº 021/81 (nº 651/80, na origem), de 15 de dezembro de 1980, referente à promulgação da Resolução nº 141, de 1980;

Nº 022/81 (nº 669/80, na origem), de 29 de dezembro de 1980, referente à promulgação da Resolução nº 131, de 1980;

Nº 023/81 (nº 670/80, na origem), de 29 de dezembro de 1980, referente à promulgação da Emenda à Constituição nº 16.

Nº 024/81 (nº 001/81, na origem), de 8 de janeiro de 1981, referente à promulgação das Resoluções nºs 136, 138 e 140, de 1980.

Nº 025/81 (nº 006/81, na origem), de 8 de janeiro de 1981, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens nºs 338, 357, 358, 359, 414 e 415, da Presidência da República.

Nº 026/81 (nº 036/81, na origem), de 9 de fevereiro de 1981, referente à promulgação da Emenda Constitucional nº 17.

Nº 027/81 (nº 037/81, na origem), de 9 de fevereiro de 1981, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens nºs 208, 210 e 212, de 1978; 469, 470, 471, 472, 473, 474, 494, 500, 509, 510, 522, 523, 525, 526, 527 e 541, de 1980, da Presidência da República.

#### MENSAGENS

*Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

#### MENSAGEM Nº 19, DE 1981

(Nº 47/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42, item III, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin, nos termos do Decreto n.º 56.908, de 29 de setembro de 1965

Os méritos do Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de fevereiro de 1981. — **João Figueiredo.**

#### INFORMAÇÃO

##### Curriculum-Vitae

Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva

Nascido em São Paulo, São Paulo, 12 de maio de 1931.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata, Instituto Rio Branco.

Certificado de Estudos da Organização Pan-Americana, Organização dos Estados Americanos.

Terceiro Secretário, 27 de fevereiro de 1958.

Segundo Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Primeiro Secretário, merecimento, 31 de março de 1967.

Conselheiro, merecimento, 1 de janeiro de 1973



Ministro de Segunda Classe, merecimento, 25 de agosto de 1973.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 24 de agosto de julho de 1980.

Assistente do Chefe do Departamento Econômico e Comercial, 1958/59.

Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1967/69.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1970 e 1972.

Assessor de Coordenação do Ministro de Estado, 1973.

Lisboa Terceiro Secretário, 1960/61.

Lisboa, Segundo Secretário, 1961/63.

Caracas, Segundo Secretário, 1963/64.

Caracas, Cônsul, 1964/67.

Caracas, Encarregado do Serviço Consular, 1964/67.

Caracas, Primeiro Secretário, 1967.

Caracas, Encarregado de Negócios, 1967.

Washington, Primeiro Secretário, 1969/70.

Madrid, Ministro-Conselheiro, 1974/76.

Roma, Ministro-Conselheiro, 1977/79.

Roma, Encarregado de Negócios, 1979.

Lagos, Embaixador, 1979/80.

Negociações do Ajuste de Comércio e Pagamentos com o Japão, 1958 e 1959 (assessor).

Comitiva do Brasil às solenidades da Proclamação da Independência da Nigéria, 1960.

Reunião da Comissão Econômica para a África (CEA), Addis Abeba, (observador).

Comitiva do Brasil, solenidade da Proclamação da Independência da Serra Leoa, 1961.

Missão do Brasil, República dos Camarões e outros Estados Africanos, 1961 (assessor).

Reunião dos principais produtores de Cacau, Adibjan, 1962 (assessor).

Conferência Internacional do Café, Nova Iorque, 1962 (assessor).

Reunião do Comitê Executivo do Instituto Florestal Latino-Americano, Mérida, 1963 (observador).

Comitiva do Brasil, solenidade da Posse do Presidente da Venezuela, 1964.

Comitiva do Brasil, solenidade do 2.º aniversário da Independência da Guiana, 1968.

Sessão Brasileira da Comissão Econômica Luso-Brasileira, Lisboa, 1968 (assessor).

Conferência do Desarmamento e Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU/ECOSOC, Genebra, 1970 (assessor).

Encontro Anual de Chanceleres, nos termos do Acordo de Amizade e Consulta Brasil-Portugal, Lisboa, 1970 (assessor).

III Período Extraordinário de Sessões da OEA, Washington, 1971 (assessor).

XIV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, Washington, 1971 (assessor).

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial ao Paraguai, 1971.

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial a Trinidad-Tobago, Guiana e Suriname, 1971.

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial aos países da América Central, 1971.

Comitiva do Presidente da República, visita oficial aos Estados Unidos da América, 1971.

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial à África Ocidental, 1972.

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial à Bolívia, Equador e Peru, 1973.

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial à Colômbia e Venezuela, 1973.

Comitiva do Ministro de Estado, visita oficial à República Árabe do Egito, Quênia e Israel, 1973.

Comitiva do Presidente da República, visita oficial a Portugal, 1973.

Comissão Mista Brasil-Espanha, Madrid, 1975 (delegado).

Grupo de Trabalho de Elaboração do Diário da II Conferência Interamericana Extraordinária (CIE), Rio de Janeiro, 1965 (assessor).

Comissão Nacional para a Comemoração do V Centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral 1968 (secretário).

Comissão Permanente de Controle de Nomeações, 1974 (membro).

Comissão Mista Brasil-Espanha, Brasília, 1974 (assessor).

Professor de Prática Diplomática no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio-Branco, 1968, 1969 e 1970.

Professor de Prática Diplomática II, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1971, 1972.

Prêmio Rio-Branco e Medalha de Prata, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, Brasil.

Medalha do Pacificador, Ministério do Exército.

Ordem Francisco de Miranda, 2.ª Classe, Venezuela.

Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro, Brasil.

Ordem Militar de Cristo, Comendador, Portugal.

Ordem do Libertador, Comendador, Venezuela.

Ordem de San Carlos, Comendador, Colômbia.

Ordem de Ruben Darío, Oficial, Nicarágua.

Medalha do Mérito Cultural Oliveira Lima, Pernambuco, Brasil.

Ordem Militar Santiago da Espada, Comendador, Portugal.

Ordem da Estrela Equatorial, Oficial, Gabão.

Ordem do Quetzal, Oficial, Guatemala.

Ordem do Mono, Oficial, Togo.

Ordem do Mérito, Oficial, Costa do Marfim.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil.

Ordem do Infante D. Henrique, Grande Oficial, Portugal.

Ordem de Boyacá, Comendador, Colômbia.

Ordem do Mérito, Comendador, Equador.

Ordem Nacional do Mérito, Comendador, Paraguai.

Ordem do Condor dos Andes, Comendador, Bolívia.

Ordem do Valor, Oficial, Camarões.

Ordem da República, Comendador, Egito.

Ordem do Sol, Comendador, Peru.

Ordem de Rio-Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem de Isabel a Católica, Comendador com Placa, Espanha.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

O Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 17 de fevereiro de 1981. — **Guilherme Luiz Leite Ribeiro**, Chefe da Divisão do Pessoal.

(*A Comissão de Relações Exteriores.*)

#### MENSAGEM Nº 29, DE 1981

(Nº 44/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do art. 42, item III, e parágrafo único do art. 118 da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Doutor Clovis Ramalhete Maia para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Thompson Flores.

Os méritos do Doutor Clovis Ramalhete Maia, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, 24 de fevereiro de 1981. — **João Figueiredo**.

#### INFORMAÇÃO

##### Curriculum Vitae

Clovis Ramalhete

I. Ex-Professor de Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da atual UFRJ. — Professor Emérito da Faculdade de

Direito de São Carlos (São Paulo). — Professor **Honoris Causa** da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. — Advogado. — Conferencista. — Escritor laureado pela Academia Brasileira de Letras. — Consultor-Geral da República.

## II. Advogado.

### III. Membro das Instituições seguintes:

- Juiz da "Corte Permanente de Arbitragem", da Haia;
- Da International Law Association;
- Da Interamerican Bar Association;
- Ex-Conselheiro, da "Union Internationale des Avocats" (Genebra);
- Da Sociedade Brasileira de Direito Internacional;
- Da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico;
- Ex-Presidente do Comitê Jurídico, da Associação Interamericana de Radiodifusão;
- Do Instituto dos Advogados Brasileiros;
- Ex-Conselheiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, desde 1960 a 1979;
- Do Conselho Superior, do Instituto dos Advogados Brasileiros;
- Do Conselho Técnico, da Confederação Nacional do Comércio;
- Do Conselho Diretor, da Associação Comercial do Rio de Janeiro;
- Ex-Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, (atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro);
- Professor Emérito da Faculdade de Direito de São Carlos (São Paulo);
- Professor **Honoris Causa**, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo;
- Membro do Instituto San-Martiniano do Brasil;
- Membro do Instituto Cultural Brasil-Argentina;
- Membro e Diretor da "Casa do Brasil", do Instituto Leopoldo Sedar Senghghors (Centro de Pesquisa e de Relações Históricas Afro-brasileira):

- Membro do Instituto de Geografia (Lisboa, Portugal);

### IV. Condecorações

#### A. Nacionais:

- Mérito Tamandaré;
- Mérito Naval;
- Mérito Aeronáutico;
- Mérito do Trabalho;

— Mérito Jurídico Aeronáutico (Ministério da Aeronáutica; Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço);

- Mérito Jurídico Militar, do Superior Tribunal Militar;
- Ordem do Mérito Rio Branco;
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho;

#### B. Estrangeiras:

- Ordem Infante D. Henrique (Portugal);
- Ordem "El Sol del Peru", do Peru;
- Ordem "Andrés Bello", da Venezuela;

### V. Medalha de Mérito Jurídico:

— "Medalha Teixeira de Freitas" — 1980 (conferida pelo Instituto dos Advogados Brasileiros).

### VI. Professor convidado

#### A. Por entidades civis:

- Instituto Rio Branco, do Itamarati;
- Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná;
- Faculdade de Direito da Universidade de São Carlos (São Paulo);
- Faculdade de Direito de São José dos Campos (São Paulo);
- Faculdade de Direito de Campinas (São Paulo);
- Universidade Federal do Estado do Espírito Santo;

— Instituto de Relações Internacionais e Direito Comparado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;

#### B. Por entidades Militares:

##### — Estado-Maior das Forças Armadas:

- Escola Superior de Guerra;
- Escola de Guerra Naval (Marinha);
- Coordenador de Seminários, na Escola de Guerra Naval;
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
- Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
- EPECAR — Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Barcelona);
- Academia Militar das Agulhas Negras.

### VII. Conferencista convidado:

- pela Comissão de Relações Exteriores, da Câmara dos Deputados;
- pela Comissão Parlamentar de Defesa do Consumidor, na Câmara dos Deputados;
- pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
- pela Associação dos Magistrados Fluminense;
- pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- pela Confederação Nacional do Comércio;
- pela Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio de Janeiro;
- pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
- pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- pelo Instituto dos Advogados de São Paulo;
- pela Associação Comercial do Rio de Janeiro;
- pelo Instituto Cultural Brasil-Argentina;
- pelo Instituto San Martiniano do Brasil;

### VIII. Obras

#### Jurídicas:

— Anteprojeto de Tratado, instituindo o "Conselho Latino-Americano do Mar" (oferecido ao Brasil e as Chancelarias da área);

- Liberdade de Imprensa e Responsabilidade;
- Os Bachareis e a Unidade do Brasil;
- Estado Estrangeiro Perante a Justiça Nacional;
- Novos Problemas Jurídicos do Prata;
- O Mito da Separação dos Poderes, avaliação atual;
- Direito Territorial no Brasil, histórico. Bens de Mão Morta e Capela. — Conceito e natureza;
- A Proteção Autoral da Obra de Arte Gráfica;
- Ato Unilateral e Largura do Mar Territorial;
- Tratamento Jurídico das Revoluções;
- Revolução como Fonte de Direito;
- Recepção Direta de Televisão Via Satélite: — Aspectos políticos e Interesse Nacional;
- Estado Estrangeiro perante a Justiça Nacional;
- O Empresariado e o Vazamento do Poder Legislativo;
- Relator da Tese "Problemas de Urbanização da Sociedade Brasileira", na Conferência Nacional de Advogados;
- Relator da Tese "O Advogado e a Reforma do Poder Judiciário", na Conferência Nacional de Advogados;
- Relator da Tese "Direito Autoral do Produtor de Fonograma", no "I Seminário Internacional de Direito e Radiodifusão", promovida pela Associação Interamericana de Radiodifusão (Rio, 1973);
- "O Direito e a Tutela do Consumidor", depoimento à Comissão sobre o tema, na Câmara dos Deputados (1977);
- "A Grande Controvérsia do Mar", depoimento à Comissão de Relações Exteriores, do Senado (1980);
- "Dois Procedimentos Constituintes" (Oração ao receber a Medalha Teixeira de Freitas).

IX. Trabalhos solicitados pelo Governo Federal, para iniciativa de Leis:

1. **Mar de 200 milhas.** Parecer da legitimidade de Ato Unilateral, para a ampliação do Mar Territorial. (Parecer que conduziu a decisão do Governo brasileiro. Solicitado ao autor pelo Ministério da Marinha, sendo Ministro o Sr. Almirante Adalberto de Barros Nunes.)

2. **Fusão de Estado.** — Evolução constitucional; Anteprojeto de Lei Complementar, para a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara (solicitação da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, por indicação do Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva).

3. **Dupla cidadania de Brasileiro e Português.** — Projeto para o "Estatuto Jurídico do Português no Brasil" (solicitação do Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid).

4. **Código Brasileiro do Ar.** — Co-Autor da revisão do Anteprojeto do "Código Brasileiro do Ar", nos trabalhos da Sociedade de Direito Aeronáutico (Ministério da Aeronáutica).

5. **Lei de Censura** — Autor, em grupo de trabalho sob sua Presidência, no Ministério da Justiça, do Projeto de Lei sobre Censura que, com emendas, resultou da Lei n.º 5.336/68, que veio a ser regulamentada pelo Decreto n.º 83.983/79.

X. Outros Trabalhos legislativos:

1. **Constituição da República.** — anteprojeto de Constituição da República (em coautoria com Pontes de Miranda, Sobral Pinto, prof. Haroldo Valladão, prof. Otto de Andrade Gil, J. Ribeiro de Castro Filho, Celestino de Basílio Sá Freire e Reginaldo Nunes);

2. **Relator Geral do anteprojeto de Constituição da República,** acima referido, apresentado na "Semana da Constituição", realizada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (1967). — O trabalho remetido ao Congresso Nacional; muitas vezes referido nos Anais dos Trabalhos Constituintes de 1967, do Congresso Nacional.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

#### MENSAGEM Nº 30, DE 1981

(Nº 45/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do art. 42, item III, e § 3.º do art. 72, da Constituição, tenho a honra de submeter, à consideração do Egrégio Senado Federal, o nome do Dr. Vidal da Fontoura para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gilberto Monteiro Pessoa.

Os méritos do Sr. Vidal da Fontoura, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, 24 de fevereiro de 1981. — João Figueiredo.

#### "CURRICULUM VITAE"

##### Identificação

Nome: Vidal da Fontoura

Naturalidade: Curitiba, PR

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Viúvo

Data do Nascimento: 2 de dezembro de 1914

Filiação: Augusto Izidoro B. da Fontoura e Emma Luiza Hoffmann da Fontoura.

Identidade: OAB-499 — PR

Residência: SQS 207 — Bl. K — ap. 304

Fone: 242-1267

##### Histórico Escolar

1. Primário e Secundário: Instituto Santa Maria, em Curitiba, Paraná

2. Contabilidade: Instituto Comercial do Paraná

3. Ciências Jurídicas e Sociais: Faculdade de Direito da Universidade do Paraná

4. Ciências Políticas e Sociais: Instituto Brasileiro de Ciências Políticas e Sociais do Rio de Janeiro

5. Curso de Geografia Econômica, Política Cultural no Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores

6. Curso de Línguas: inglês e francês.

##### Cargos Exercidos

— Recém-formado em Ciências Jurídicas e Sociais, foi nomeado Delegado de Polícia em Curitiba, cargo do qual se afastou, me-

ses depois, para fixar residência no Rio de Janeiro, onde exerceu, por pequeno período, a advocacia;

— após concluir o curso de Geografia Econômica Política e Cultural no Instituto Rio Branco, foi admitido como Técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão integrante do Quadro de Assessoramento do Ministro da Fazenda, tendo dado sua contribuição nos trabalhos de planificação das dívidas internas e externas do país;

— colaborou ativamente nos trabalhos de padronização dos orçamentos estaduais e municipais;

— ainda, como Técnico, serviu, durante três anos, na Comissão de Controle dos Acordos de Washington, participando da elaboração e controle dos acordos comerciais celebrados com os países aliados;

— nomeado Auditor do Tribunal de Contas da União em 1948, pelo eminente Marechal Eurico Gaspar Dutra, vem exercendo, desde aquela época, por convocação, as atribuições de Ministro, havendo, nessa qualidade, emitido o Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República, relativas a 1957;

— é, portanto, o membro mais antigo daquela Corte, tendo, nessa qualidade, exercido a Presidência das Sessões do Tribunal;

— ainda na condição de Ministro, participou, em 1959, como Delegado do Brasil, do III Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle das Finanças Públicas; em 1970, do VI Congresso de Tribunais de Contas, realizado em Brasília; em setembro de 1972, do Congresso de Tribunais, realizado em São Paulo e, em setembro de 1974, do VII Congresso de Tribunais de Contas, realizado em Belém do Pará, além de vários outros;

— membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Paraná, representou-o em vários Congressos.

##### Trabalhos Publicados

— Parecer sobre as Contas do Governo relativo ao exercício de 1957, edição da Imprensa Nacional, e inúmeros Relatórios e votos publicados em órgãos oficiais e privados.

##### Condecorações

No grau de Comendador:

— Comenda da Ordem do Mérito Naval

— Comenda da Ordem do Rio Branco.

(À Comissão de Finanças.)

#### OFÍCIOS DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº S/01/81 (nº 93/80-P/MC, na origem), de 16 de dezembro de 1980, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 91.265-7, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da alínea "e", do art. 36, da Lei nº 752, de 29 de dezembro de 1975, do Município de Cosmorama, Estado de São Paulo.

Nº S/02/81 (nº 96/80-P/MC, na origem), de 22 de dezembro de 1980, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do recurso extraordinário nº 91.535-4, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 204, do Código Tributário do Município de Igarapava, São Paulo, Lei nº 921, de 26 de dezembro de 1977, e bem assim da Tabela 1, anexa à referida Lei, que cuidam da Taxa de Licença para Localização.

Nº S/03/81 (nº 97/80-P/MC, na origem), de 22 de dezembro de 1980, encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do recurso extraordinário nº 91.293-2, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 278 e 279, da Lei nº 1.244, de 20 de dezembro de 1977, do Código Tributário do Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

#### AVISOS DO MINISTRO CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 653 — SUPAR/80, de 26 de dezembro de 1980, referente ao pedido de informações, de autoria do Senador Humberto Lucena, acerca do Projeto de Lei nº 22, de 1980 — CN, que fixa a receita e a despesa da União para o exercício de 1981, Subanexo do Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Nº 654 — SUPAR/80, de 26 de dezembro de 1980, referente ao pedido de informações, de autoria do Senador Humberto Lucena, acerca do Projeto de Lei nº 22, de 1980 — CN, que fixa a receita e a despesa da União para o exercício de 1981, Subanexo do Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

### OFÍCIOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 572, de 05 de dezembro de 1980, comunicando a aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 1980 (nº 3.598/80, na origem), que "cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul e dá outras providências".

Nº 005, de 14 de janeiro de 1981, encaminhando autógrafa do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1979 (nº 431/71, na origem), que "dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras Providências". (Projeto que se transformou na Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980).

### OFÍCIOS

*Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1981

(Nº 865/79, na Casa de origem)

*Assegura matrícula, nas escolas de qualquer nível, aos servidores que especifica.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurada aos funcionários ou servidores de sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas, e aos seus dependentes, quando transferidos, a matrícula, independentemente de vagas, nas escolas de qualquer nível existentes na cidade em que fixarem domicílio por força de transferência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Educação e Cultura)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1981

(nº 3.899/80, na Casa de origem)

*De iniciativa do Senhor Presidente da República*

*Autoriza a criação de municípios no Território Federal de Rondônia, altera a Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Território Federal de Rondônia, independentemente de comprovação dos requisitos previstos na Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, os Municípios de Colorado do Oeste, Espigão D'Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Costa Marques.

§ 1º Os limites da área de cada Município criado por esta lei serão fixados em decreto do Poder Executivo.

§ 2º Só a lei poderá alterar os limites da área do Município, fixados nos termos do parágrafo anterior.

Art. 2º A instalação dos Municípios criados por esta lei far-se-á de acordo com a Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, após as eleições dos Vereadores, a serem realizadas, simultaneamente, com as eleições municipais em todo o País.

Art. 3º Os Municípios criados pelo art. 1º desta lei, cujos Prefeitos serão, desde logo, nomeados pelo Governador do Território, continuarão pertencendo à Circunscrição Judiciária do Município de origem, até que lei especial disponha sobre a criação das respectivas Circunscrições Judiciais.

§ 1º Os Prefeitos nomeados poderão:

I — expedir atos necessários à instalação e à administração do Município;

II — propor ao Conselho Territorial, com aprovação do Governador do Território Federal, a criação de tabela provisória de pessoal;

III — nomear, dispensar e punir, na forma da lei, o pessoal de que trata o inciso anterior;

IV — solicitar, com aprovação do Conselho Territorial, recursos do Território Federal;

V — celebrar acordos, convênios e contratos, para execução de serviços e obras municipais;

VI — submeter à apreciação do Conselho Territorial, com a assistência e a aprovação do Governo do Território Federal, o plano anual das atividades administrativas a serem realizadas durante cada exercício que preceder a instalação dos Municípios, discriminando-se a receita e a despesa estimadas para esse fim;

VII — aplicar, no que couber, a legislação do Município de origem.

§ 2º A receita tributária ou originária, arrecadada na área dos novos Municípios, será neles aplicada, para efeito da execução do plano anual referido no inciso VI do § 1º deste artigo.

§ 3º A prestação de contas dos Prefeitos, referente a cada exercício que preceder a instalação dos Municípios, será feita ao Conselho Territorial.

§ 4º As contas do exercício imediatamente anterior ao da instalação dos Municípios serão submetidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua instalação, ao julgamento das Câmaras de Vereadores eleitas simultaneamente com as dos demais Municípios do Território.

Art. 4º Os subsídios dos Prefeitos nomeados serão fixados pelo Governador do Território Federal.

Art. 5º O Tribunal de Contas da União, desde que solicitado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, disporá sobre as quotas do Fundo de Participação, quando devidas aos Municípios criados na conformidade desta lei.

Art. 6º O inciso V do art. 34 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V prestar à Câmara, pessoalmente ou por escrito, dentro de 30 (trinta) dias, as informações que lhe forem regularmente solicitadas."

Art. 7º Salvo as exceções previstas nesta lei, aplicam-se aos Municípios criados pelo art. 1º as disposições da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

### MENSAGEM Nº 436, DE 1980

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Interior, o anexo projeto de lei que "autoriza a criação de municípios no Território Federal de Rondônia, altera a Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências".

Brasília, 22 de outubro de 1980 — João Figueiredo.

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 0123, DE 14 DE OUTUBRO DE 1980, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o projeto de lei, em anexo, que autoriza a criação, no Território Federal de Rondônia, dos municípios de Colorado do Oeste, Espigão D'Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Costa Marques, e altera disposição da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977.

O acelerado crescimento econômico que o Território Federal de Rondônia vem experimentando nos últimos anos, em decorrência de suas potencialidades naturais e de acentuado fluxo migratório, tornou insatisfatória a sua atual distribuição espacial, incapaz de atender as necessidades das populações e da circulação das riquezas exigindo-se maior proximidade e presteza da máquina administrativa municipal.

Com efeito, a divisão municipal estabelecida pela mencionada Lei nº 6.448, de 1977, já não atende convenientemente às necessidades da adentração territorial, impondo-se, pelo desenvolvimento social e econômico que atingiram, a elevação dos Distritos de Colorado, Espigão D'Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto, Jaru e Costa Marques à condição de Municípios.

Vale evidenciar, por oportuno, que esses Distritos, todos com população superior a seis mil habitantes, possuem uma infra-estrutura de serviços e equipamentos urbanos suficiente ao atendimento das necessidades municipais, decorrendo, a dispensa de comprovação de tais requisitos, da impossibilidade atual de proceder os respectivos levantamentos.

Cumprir releva, ainda, que a elevação dos distritos de que se trata à condição de município, não acarretará maiores custos administrativos, conquanto, conforme assinalado, já dispõem da infraestrutura conveniente, sendo a receita prevista suficiente às despesas da estrutura administrativa municipal.

Finalmente, cabe informar que as conseqüências do desmembramento nenhum prejuízo trará aos municípios de origem, de vez que estão dimensionados e organizados de maneira a não sofrerem qualquer impacto negativo, seja do ponto de vista social, político ou econômico.

Essas, Senhor Presidente, as razões da presente exposição e do projeto de lei que submeto a Vossa Excelência, solicitando seja encaminhado à deliberação do Congresso Nacional.

Queira aceitar os protestos do meu mais profundo respeito — Mário David Andreazza.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.448, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977

*Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

## Da Organização Municipal

## CAPÍTULO I

## Da Criação do Município

Art. 1º A organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Os Territórios Federais são divididos em Municípios e estes em Distritos.

Parágrafo único. O nome do Município será o de sua sede, que terá a categoria de cidade, e o Distrito designar-se-á pelo nome da respectiva sede, que terá a categoria de vila.

Art. 3º Mantidos os atuais Municípios, são requisitos mínimos para a criação de novos:

- I — população estimada superior a 10.000 (dez mil) habitantes;
- II — eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;
- III — centro urbano com número de residências superior a 500 (quinhentas);

IV — receita tributária anual não inferior à menor quota do Fundo de Participação dos Municípios, distribuída, no exercício anterior, a qualquer outro Município do País.

§ 1º Os Municípios e Distritos somente poderão ser criados em lei a ser votada no ano anterior às eleições municipais, para vigorar a partir de janeiro do ano seguinte.

§ 2º O processo de criação do Município terá início mediante representação dirigida ao Governador do Território, assinada, no mínimo, por um quinto do número de eleitores residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar.

§ 3º Não será criado novo Município, desde que esta medida importe, para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos desta Lei.

§ 4º Os requisitos exigidos nos itens I e III, serão apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; no item II, pelo Tribunal Regional Eleitoral em cuja circunscrição esteja incluído o Território e o no item IV, pelo órgão fazendário Federal.

§ 5º O Governador do Território solicitará, aos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre os requisitos dos incisos I a IV, e do § 2º deste artigo, a serem prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do pedido.

Art. 4º Cumpridos os requisitos do artigo anterior, o Governador do Território encaminhará o pedido, devidamente instruído, ao Ministro de Estado do Interior, que o submeterá ao Presidente da República, a quem cabe determinar a realização da consulta plebiscitária, adotando-se, no que couber, a sistemática da Lei Complementar que dispõe sobre a criação de Municípios dos Estados.

Art. 5º Caberá ao Presidente da República, a iniciativa da Lei de criação de Municípios, nos Territórios Federais.

Art. 6º A lei de criação de Municípios nos Territórios Federais mencionará:

- I — o nome, que será também o da sua sede;
- II — a comarca a que pertence;
- III — o ano da instalação;
- IV — os limites territoriais;
- V — os distritos, se houver, com os respectivos limites territoriais.

Art. 7º Na fixação das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, deverão ser observadas as seguintes normas:

I — em nenhuma hipótese serão consideradas incorporadas ou, a qualquer título, subordinadas a um Município, áreas compreendidas em Territórios limítrofes;

II — as superfícies d'água, marítimas, fluviais ou lacustres não quebram a continuidade territorial;

III — dar-se-á preferência, para delimitação, às linhas naturais, facilmente reconhecíveis;

IV — na inexistência ou impossibilidade de linhas naturais, utilizar-se-á linhas retas, cujos extremos sejam pontos, naturais ou não, facilmente reconhecíveis e dotados de condições de fixidez.

Art. 8º Não haverá, nos Territórios, mais de uma cidade ou vila com a mesma designação, devendo ser evitada a utilização de topônimos já existentes no País.

## Seção I

## Da Instalação do Município

Art. 9º Os Municípios serão instalados com a posse do Prefeito e dos Vereadores.

Art. 10. A sessão de instalação do Município terá caráter solene, será presidida pelo Juiz de Direito da Comarca ou na sua falta ou impedimento, pelo Juiz da Comarca mais próxima, que fará a declaração de instalação, dando, em seguida, posse aos Vereadores.

§ 1º O Prefeito será empossado durante a sessão de instalação do Município, pelo Governador do Território, ou pela autoridade por este designada.

§ 2º A ata da sessão de instalação do Município, assinada pelo Juiz de Direito e demais autoridades presentes, será publicada no *Diário Oficial da União*.

## Seção II

## Da Administração Municipal

Art. 11. Até que tenha legislação própria, vigorará, no novo Município, a legislação do Município de origem.

Art. 12. O novo Município será administrado, até a sua instalação, por Prefeito nomeado pelo Governador do Território.

Art. 13. Enquanto não for votado o Regimento Interno, a Câmara do novo Município adotará o da Câmara do Município do qual foi desmembrado.

## CAPÍTULO II

## Da Autonomia e da Competência dos Municípios

Art. 14. Os Municípios dos Territórios têm todos os direitos e prerrogativas asseguradas, na Constituição e nas leis federais, aos Municípios dos Estados.

Art. 15. Aos Municípios dos Territórios Federais compete prover tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, especialmente no que concerne:

- I — à eleição dos Vereadores;
- II — às necessidades da sua administração;
- III — à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes, nos prazos fixados em lei;
- IV — à organização dos serviços públicos locais.

## CAPÍTULO III

## Da Organização Política do Município

Art. 16. São órgãos do Município, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º O Órgão Legislativo é exercido pela Câmara Municipal e o Executivo, pelo Prefeito.

§ 2º Salvo as exceções previstas na Constituição Federal, é vedado a qualquer dos órgãos delegar atribuições, e o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

## Seção I

## Da Câmara Municipal

Art. 17. A Câmara Municipal se compõe de Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto, pelo período de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. O número de Vereadores será de 7 (sete) nos Municípios das Capitais e de 5 (cinco) nos demais, acrescentando-se mais um para cada 30.000 (trinta mil) habitantes do Município, não podendo ultrapassar, respectivamente, o número de 9 (nove) e 7 (sete) Vereadores.

Art. 18. São condições de elegibilidade para Vereador:

- I — ser brasileiro;
- II — ser maior de vinte e um anos;
- III — estar no exercício dos direitos políticos;
- IV — contar, à data de sua eleição, pelo menos um ano de domicílio eleitoral no Município, no período imediatamente anterior à eleição.

Art. 19. As inelegibilidades, para o cargo de Vereador, são aquelas estabelecidas na Constituição Federal e na Lei Complementar pertinente.

Art. 20. Os Vereadores, desde a posse, são impedidos de:

- I — celebrar contrato com a União, o Território ou o Município, ou órgão de sua administração indireta ou com empresa concessionária de serviço público federal, territorial ou municipal, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- II — exercer a gerência ou administração de firma beneficiada por privilégio ou favor concedido pelo Município;



III — patrocinar causas contra a municipalidade e pleitear, perante a mesma, interesses de terceiro, como advogado ou procurador.

§ 1º Não perde o mandato o Vereador nomeado Secretário Municipal ou Secretário de Governo.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, nos de licença por mais de quatro meses ou nos de vaga, será convocado o suplente e, na falta deste, o fato será comunicado ao Juiz Eleitoral competente, para as providências de direito.

§ 3º O Vereador licenciado, nos termos do parágrafo anterior não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Art. 21. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobretudo o que respeite ao peculiar interesse do Município, e especialmente:

I — dispor sobre normas de tributação municipal e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços de seus serviços e atividades, assim como das tarifas dos serviços concedidos;

II — conceder isenção de impostos em caráter geral;

III — orçar a receita e fixar a despesa do Município, observado, quando couber, o critério fixado na Constituição, na parte referente ao Orçamento;

IV — criar, alterar e extinguir cargos públicos, fixando-lhes os vencimentos;

V — autorizar operações de crédito, obedecida a legislação federal, em vigor;

VI — autorizar a concessão de serviços públicos, a aquisição de bens e a permuta ou alienação de imóveis do Município, respeitada a legislação federal aplicável;

VII — aprovar os planos de desenvolvimento municipal e as normas urbanísticas do Município;

VIII — expedir normas de política administrativa nas matérias de competência do Município.

Art. 22. Compete, privativamente, à Câmara:

I — eleger, anualmente, sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

II — organizar os Serviços de sua Secretaria e dar provimento aos respectivos cargos;

III — elaborar o seu Regimento Interno;

IV — conceder ao Prefeito licença para afastamento do cargo e para ausentar-se do Município por mais de 30 (trinta) dias;

V — representar ao Governador contra atos do Prefeito, que configurem ilícitos penais ou administrativos, ou nos casos de comprovada ineficiência;

VI — apreciar vetos do Prefeito;

VII — convocar o Prefeito para prestar esclarecimentos, especificando a matéria e fixando dia e hora para o comparecimento;

VIII — solicitar informações pertinentes à matéria que esteja sob apreciação;

IX — aprovar, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, consórcio ou convênio de que o Município seja parte, e que envolvam recursos municipais;

X — julgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento, as contas do Prefeito;

XI — declarar a perda ou extinção de mandato, na forma regimental.

Art. 23. Excetuados os casos previstos nesta Lei, as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Dependem de voto favorável de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, as deliberações da Câmara sobre:

I — cassação de mandato de Vereador;

II — matéria vetada;

III — destituição de membro da Mesa.

Art. 24. O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos sobre qualquer matéria, com a solicitação expressa de serem apreciados dentro de 30 (trinta) dias, justificada a importância da matéria e a urgência da medida.

Parágrafo único. Esgotado o prazo a que se refere este artigo, sem que haja deliberação da Câmara, o projeto será considerado aprovado.

Art. 25. As Câmaras Municipais reunir-se-ão, anualmente, em 4 (quatro) períodos legislativos ordinários, não podendo, cada um deles, ultrapassar a 6 (seis) semanas:

Parágrafo único. As datas de instalação dos períodos legislativos ordinários serão estabelecidas pelos regimentos internos das Câmaras Municipais.

Art. 26. As Câmaras Municipais reunir-se-ão, extraordinariamente, quando convocadas, com prévia declaração de motivos:

I — pelo Prefeito;

II — pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único. Quando da convocação extraordinária, o Presidente marcará a reunião com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias, mediante comunicação direta aos Vereadores, por protocolo, e edital afixado na porta principal do edifício da Câmara e publicado na imprensa local, se houver.

Art. 27. Aplica-se aos Vereadores dos Municípios dos Territórios o disposto na lei federal sobre responsabilidade.

## SEÇÃO II

### Do Processo Legislativo

Art. 28. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I — leis ordinárias;

II — decretos legislativos;

III — resoluções.

Art. 29. A iniciativa dos projetos a serem submetidos à Câmara cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito, sendo da competência privativa deste a proposta orçamentária e os projetos que disponham sobre matéria financeira, criem, alterem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores municipais ou importem em aumento de despesa ou redução da receita.

Parágrafo único. Não serão permitidas emendas que importem em aumento das despesas previstas:

a) nos projetos da competência privativa do Prefeito;

b) nos projetos referentes à organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 30. Aprovado o projeto, na forma regimental, será ele, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, enviado ao Prefeito que, em igual prazo, deverá sancioná-lo e promulgá-lo, ou então vetá-lo, se o considerar contrário ao interesse do Município ou infringente da Constituição ou de lei federal.

§ 1º Decorrido o prazo sem a manifestação do Prefeito, considerar-se-á sancionado o Projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Câmara, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade.

§ 2º O veto poderá ser total ou parcial, devendo, neste caso, abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

§ 3º A apreciação do veto pela Câmara deverá ser feita dentro de 15 (quinze) dias de seu recebimento em uma só discussão e votação, em escrutínio secreto.

§ 4º Se o veto não for apreciado, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, considerar-se-á acolhido pela Câmara.

§ 5º Se aprovada, a matéria vetada será promulgada pelo Presidente da Câmara, dentro de 10 (dez) dias, entrando em vigor na data em que for publicada.

## SEÇÃO III

### Do Prefeito Municipal

Art. 31. O Prefeito Municipal será nomeado pelo Governador do Território, nos termos da Constituição Federal.

Art. 32. São condições de nomeação para Prefeito:

I — ser brasileiro;

II — estar no exercício dos direitos políticos e civis;

III — ser maior de 21 (vinte e um) anos.

Art. 33. Ao Prefeito é vedado, desde a posse:

I — exercer cargo, função ou emprego público da União, do Território, do Município, bem como de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundações instituídas pelo Poder Público;

II — celebrar contrato com Município, Território ou a União, com órgão de sua administração indireta ou com empresa concessionária de serviço público municipal, territorial ou federal, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

III — ser proprietário, sócio ou diretor de empresa beneficiada com privilégio ou favor concedidos pelo Município;

IV — patrocinar causas contra a municipalidade e pleitear, perante a mesma, interesse de terceiros, como advogado ou procurador.

Art. 34. Compete ao Prefeito:

I — representar o Município em Juízo ou fora dele;

II — sancionar e promulgar, dentro de 15 (quinze) dias úteis de seu recebimento, os projetos aprovados pela Câmara, ou vetá-los nos termos desta Lei;

III — apresentar à Câmara projetos sobre todos os assuntos de interesse do Município, bem como a proposta justificada do orçamento municipal para o exercício seguinte;

IV — propor à Câmara a criação e a extinção de cargos, funções ou empregos públicos;

V — prestar à Câmara, pessoalmente ou por escrito, dentro de 20 (vinte) dias, as informações que lhe forem regularmente solicitadas;

VI — apresentar à Câmara, até o dia 30 de março, as contas do exercício anterior, acompanhadas de relatório circunstanciado das atividades da administração municipal no período, sugerindo as providências que julgar necessárias;

VII — prestar contas aos órgãos competentes e nos casos previstos em lei;

VIII — nomear, promover, exonerar ou demitir, pôr em disponibilidade, conceder licença e aposentar servidores, observadas as leis municipais aplicáveis e, na sua falta, em caráter supletivo, a legislação federal pertinente;

IX — fazer arrecadar as rendas municipais, zelando pela sua guarda e exata aplicação;

X — fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e dos serviços e atividades explorados pelo Município, de acordo com os critérios gerais aprovados pela Câmara Municipal;

XI — autorizado pela Câmara Municipal, contrair empréstimos e fazer outras operações de crédito;

XII — colocar à disposição da Câmara, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

XIII — convocar extraordinariamente a Câmara Municipal;

XIV — decretar e promover desapropriações;

XV — permitir, a título precário, a exploração de serviços de utilidade pública;

XVI — fazer publicar os atos oficiais;

XVII — solicitar o auxílio das autoridades policiais do Território, para garantia do cumprimento de leis municipais e de suas decisões.

Art. 35. Os subsídios do Prefeito serão fixados pelo Governador do Território, atendidas as possibilidades do erário municipal, podendo ser revistos anualmente.

Parágrafo único. Ao servidor público, nomeado Prefeito, fica assegurada a opção pelos vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 36. Aplica-se aos Prefeitos dos Municípios, no que couber, o dispositivo na lei federal sobre responsabilidade.

#### CAPÍTULO IV

##### *Da Administração Financeira*

Art. 37. Na deliberação orçamentária anual de cada Município, sem prejuízo de outras disposições de lei federal, serão observados os preceitos seguintes:

I — nenhum orçamento poderá inserir dispositivos estranhos à fixação da despesa e à previsão da receita, salvo a autorização para abertura de crédito por antecipação de receita, aplicação do saldo e o modo de cobrir déficit existente;

II — as despesas de capital obedecerão ao orçamento plurianual de investimentos;

III — constituem vedações, no orçamento e na sua execução, o estorno de verbas, a concessão de crédito ilimitado, a abertura de crédito especial ou suplementar, sem prévia deliberação e sem indicação da receita correspondente, e a realização de despesas que excedam as verbas votadas pela Câmara Municipal, salvo as autorizadas em crédito extraordinário;

IV — o orçamento, dividido em corrente e de capital, compreenderá as despesas e receitas de todos os órgãos da administração, tanto direta quanto indireta, excluídas somente as entidades que não recebem subvenções ou transferências à conta do orçamento;

V — a receita e a despesa dos órgãos da administração indireta serão incluídas no orçamento anual, em forma de dotações globais, não importando esta determinação, em prejuízo de sua autonomia na gestão de seus recursos;

VI — a previsão da receita compreenderá todas as rendas e suprimentos de fundos, incluído o produto das operações de crédito;

VII — nenhum tributo terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa, ressalvado aquele que, por lei, passe a constituir receita do orçamento de capital, vedada, neste caso, sua aplicação no custeio de despesas correntes;

VIII — o projeto, o programa, a obra ou a despesa, cuja execução exceda um exercício financeiro, não poderão ter verba expressamente enunciada no orçamento anual, nem ter início ou contratação sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos, ou sem prévia deliberação que autorize e fixe o montante das verbas anualmente consignadas no orçamento, no curso de sua realização e conclusão;

IX — o montante da despesa autorizada, em cada exercício financeiro, não poderá ser superior ao total das receitas previstas para o mesmo período, salvo as despesas que corram à conta de crédito extraordinários, ou no caso de corretivo de recessão econômica, se o permitir a lei federal;

X — se a execução orçamentária, no curso do exercício financeiro, demonstrar a probabilidade de déficit superior a 10 (dez) por cento do total da receita estimada, ao Prefeito cumpre propor à Câmara Municipal as providências necessárias ao restabelecimento do equilíbrio orçamentário;

XI — compete ao Prefeito a iniciativa das deliberações orçamentárias e das que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens dos servidores municipais, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública;

XII — nenhuma emenda que acarrete aumento de despesa global ou de cada órgão, plano ou programa, ou vise a modificar o seu montante, poderá ser objeto de deliberação;

XIII — o projeto de deliberação orçamentária anual será enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal, até o dia 1º de outubro, e se, até o dia 1º de dezembro, a Câmara não o devolver para sanção, será promulgado;

XIV — toda operação de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual, não poderá exceder a quarta parte da receita prevista para o exercício financeiro e, obrigatoriamente, será liquidada até 30 (trinta) dias depois do encerramento deste;

XV — a deliberação que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate.

Art. 38. A fiscalização da administração financeira do Município será feita pela Câmara Municipal.

Art. 39. Não apresentadas as contas pelo Prefeito, no prazo previsto nesta Lei, a Câmara constituirá uma comissão para realizar a tomada de contas, dando ciência ao Governador.

Art. 40. Verificada a existência de irregularidade nas contas do Prefeito, a Câmara representará ao Governador e ao Conselho Territorial, bem como à autoridade judicial, para efeito de apuração de responsabilidade criminal.

Art. 41. Consideram-se automaticamente aprovadas as contas do Prefeito que não forem julgadas no prazo a que se refere o item X, do art. 22, desta Lei.

Parágrafo único. O prazo de exame das contas será suspenso durante a realização de diligência que tenha sido solicitada ao Prefeito.

Art. 42. As contas relativas à aplicação de recursos recebidos diretamente do Governo do Território ou da União serão prestadas pelo Prefeito, ao Governador, bem como ao Tribunal de Contas da União, na forma da lei, sem prejuízo da sua inclusão na prestação geral de contas à Câmara.

#### TÍTULO II

##### *Das Disposições Gerais e Transitórias*

Art. 43. Logo após a posse, a Câmara Municipal será instalada, sob a presidência do Verador mais idoso, procedendo-se, imediatamente, à eleição da Mesa.

Art. 44. As primeiras eleições nos Municípios que vierem a ser criados realizar-se-ão, simultaneamente, com a renovação das Câmaras Municipais em funcionamento.

Art. 45. É vedada a participação de servidores municipais no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 46. Esta Lei não se aplica ao Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 47. Independentemente da comprovação dos requisitos previstos nesta Lei, ficam criados, no Território Federal de Rondônia, os seguintes Municípios:

I — Ariquemes;

II — Ji-Paraná;

III — Cacoal;

IV — Pimenta Bueno;

V — Vilhena.

§ 1º Os limites da área de cada Município, ora criado, serão fixados em Decreto do Poder Executivo.

§ 2º Só a lei poderá alterar os limites da área do Município, fixados nos termos do parágrafo anterior.

Art. 48. A instalação dos Municípios, ora criados, far-se-á de acordo com esta Lei, após as eleições dos Veradores a serem realizadas, simultaneamente, com as eleições municipais em todo o País.

Art. 49. Os Municípios criados no art. 47, cujos Prefeitos serão, desde logo, nomeados pelo Governador do Território, continuarão pertencendo à Comarca do Município de origem até que lei especial disponha sobre a Organização Judiciária dos Territórios.

§ 1º Os Prefeitos nomeados poderão:

I — expedir atos necessários à instalação e à administração do Município;

II — propor ao Conselho Territorial, com aprovação do Governador do Território Federal, a criação de tabela provisória de pessoal;

III — nomear, dispensar e punir, na forma da lei, pessoal de que trata o inciso anterior;

IV — solicitar, com aprovação do Conselho Territorial, recursos ao Território Federal;

V — celebrar acordos convênios e contratos, para execução de serviços e obras municipais;

VI — Submeter à apreciação do Conselho Territorial, com a assistência e aprovação do Governo do Território Federal, o Plano anual das atividades administrativas a serem realizadas durante cada exercício que preceder a instalação dos Municípios, discriminando-se a receita e a despesa estimadas para esse fim;

VII — aplicar, no que couber, a legislação do Município de origem.

§ 2º A receita tributária ou originária, arrecadada na área dos novos Municípios, será neles aplicada, para efeito da execução do plano anual referido no inciso VI, do § 1º, deste artigo.

§ 3º A prestação das contas dos Prefeitos, referentes a cada exercício que preceder a instalação dos Municípios, será feita ao Conselho Territorial.

§ 4º As contas do exercício imediatamente anterior ao da instalação dos Municípios serão submetidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua instalação, ao julgamento das Câmaras de Vereadores eleitas simultaneamente com as dos demais Municípios do Território.

Art. 50. Os subsídios dos Prefeitos nomeados serão fixados pelo Governador do Território Federal.

Art. 51. O Tribunal de Contas da União, desde que solicitado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, disporá sobre as quotas do Fundo de Participação, quando devidas aos Municípios criados na conformidade deste Título.

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1977; 156ª da Independência e 89ª da República — *Ernesto Geisel*.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Municípios, de Assuntos Regionais e de Finanças.*)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1981 (nº 75/80, na Câmara dos Deputados)

*Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É homologado o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), em atendimento à solicitação e razões constantes da Mensagem nº 613, de 26 de dezembro de 1979, do Poder Executivo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 613, DE 1979

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 4º, item I, *in fine*, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e da anexa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a homologação do Congresso Nacional para a emissão de papel-moeda autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, no corrente exercício, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), para atender às atividades produtivas do País e à circulação da riqueza nacional.

Brasília, 26 de dezembro de 1979. — *João Figueiredo*.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 486, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência as razões pelas quais o Conselho Monetário Nacional autorizou a emissão de papel-moeda, no corrente ano de 1979, em valor superior ao limite de dez por cento dos meios de pagamento existentes a 31 de dezembro do ano passado, com fundamento no item I do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

2. Com efeito, necessidades urgentes e imprevistas para atender atividades produtivas e a circulação da riqueza nacional, tornaram indispensável autorização para emissão de papel-moeda em Cr\$ 50,0 bilhões.

3. As necessidades justificativas da medida tomada pelo Conselho Monetário Nacional decorrem do recrudescimento do processo inflacionário, com a sua pressão, irresistível a curto prazo, sobre a expansão monetária e creditícia. Caso a expansão do estoque de moeda e do crédito tivesse de ficar contida dentro das previsões inicialmente programadas, ocorreria, a esta altura, invencível carência de liquidez dos agentes econômicos, cujos efeitos recessivos, sobre a produção e o nível de emprego, ameaçariam paralisar a vida econômica no País.

4. A política antiinflacionária do governo, inicialmente formulada para conter o crescimento da demanda global, veio sendo gradativamente redefinida em sua estratégia, para centrar-se agora no estímulo ao crescimento da oferta, notadamente nos setores que operam com excessiva capacidade ociosa. Como era esperado, a readaptação da política monetária implicou benefício especialmente ao setor agrícola, tendo em vista a prioridade a este atribuída nas diretrizes da atual administração. Os reajustamentos da política econômica e de combate à inflação provocaram, portanto, nesta etapa, uma necessidade de expansão do meio circulante em nível superior ao anteriormente estabelecido.

5. Nessas condições, solicito de Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem ao Congresso Nacional, para que homologue o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de Cr\$ 50,0 bilhões.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do mais profundo respeito e consideração. — *Karlos Rischbieter*, Ministro da Fazenda.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

##### LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

*Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.*

Art. 4º Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

I — autorizar as emissões de papel-moeda (Vetado) as quais ficarão na prévia dependência de autorização legislativa, quando se destinarem ao financiamento direto, pelo Banco Central da República do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do art. 49 desta Lei.

O Conselho Monetário Nacional pode, ainda, autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender as exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas;

Art. 49. As operações de crédito da União, por antecipação de receita orçamentária ou a qualquer outro título dentro dos limites legalmente autorizados, somente serão realizadas mediante colocação de obrigações, apólices ou letras do Tesouro Nacional.

§ 1º A lei de orçamento, nos termos do art. 73, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, determinará, quando for o caso, a parcela do "deficit" que poderá ser coberta pela venda de títulos do Tesouro Nacional diretamente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil mediante autorização do Conselho Monetário Nacional baseada na lei orçamentária do exercício, poderá adquirir diretamente letras do Tesouro Nacional, com emissão de papel-moeda.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional decidirá, a seu exclusivo critério, a política de sustentação em bolsa da cotação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

§ 4º No caso de despesas urgentes e inadiáveis do Governo Federal, a serem atendidas mediante créditos suplementares ou especiais, autorizados após a lei do orçamento, o Congresso Nacional determinará, especificamente, os recursos a serem utilizados na cobertura de tais despesas, estabelecendo, quando a situação do Tesouro Nacional for deficitária, a discriminação prevista neste artigo.

§ 5º Na ocorrência das hipóteses citadas no parágrafo único, do artigo 75, da Constituição Federal, o Presidente da República poderá determinar que o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central da República

do Brasil, faça a aquisição de letras do Tesouro Nacional com a emissão de papel-moeda até o montante do crédito extraordinário que tiver sido decretado.

§ 6º O Presidente da República fará acompanhar a determinação ao Conselho Monetário Nacional mencionada no parágrafo anterior, de cópia da mensagem que deverá dirigir ao Congresso Nacional, indicando os motivos que tornaram indispensáveis a emissão e solicitando a sua homologação.

§ 7º As letras do Tesouro Nacional, colocadas por antecipação de receita, não poderão ter vencimentos posteriores a 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício respectivo.

§ 8º Até 15 de março do ano seguinte, o Poder Executivo enviará mensagem ao Poder Legislativo, propondo a forma de liquidação das letras do Tesouro Nacional emitidas do exercício anterior e não resgatadas.

§ 9º É vedada a aquisição dos títulos mencionados neste artigo pelo Banco do Brasil S.A. e pelas instituições bancárias de que a União detenha a maioria das ações.

(As Comissões de Economia e de Finanças.)

## PARECERES

### PARECERES N.ºs 1, 2 E 3, DE 1981

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 87, de 1980 (PL n.º 3 898-B/80 na origem), que "dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, nas condições que menciona, e dá outras providências".**

#### PARECER N.º 1, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aderbal Jurema

O Projeto sob exame, originário da Câmara dos Deputados, de iniciativa do Senhor Presidente da República, encaminhado com a Mensagem n.º 434/80, dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, estabelecendo, ainda, prazo de interstício para remoção de Juiz dos Territórios para o Distrito Federal.

2. Na Exposição de Motivos que justifica a Proposição, esclarece o Senhor Ministro da Justiça que o Projeto resulta de proposta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, "... objetivando enfrentar de modo imediato e eficaz a situação da Justiça nos Territórios Federais, onde é notória e conhecida a carência de magistrados, cujo recrutamento é feito através de concurso público de provas e títulos".

3. O Projeto, em sua tramitação pela Câmara dos Deputados, foi analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa, além de, no mérito, conveniente. Pelo que, à luz do disposto no art. 100, item III, letra b, n.º 1, combinado com o art. 100, item I, n.º 6, do Regimento Interno, cumpre-nos, apenas, examinar-lhe o mérito.

Sob tal aspecto, a Proposição, já acolhida pacificamente na outra Casa, parece-nos oportuna e conveniente, não só por resultar de proposta do próprio Tribunal de Justiça com jurisdição na área, como, ainda, por serem evidentes as suas vantagens do ponto de vista do interesse público, uma vez que o provimento dos cargos de juiz ensejará melhores condições de prestação jurisdicional às populações envolvidas.

4. Ante o exposto opinamos, no mérito, pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Bernardino Viana — Moacyr Dalla — Almir Pinto — Lázaro Barboza — Lenoir Vargas — Raimundo Parente — Leite Chaves — Hugo Ramos.

#### PARECER N.º 2, DE 1981

Da Comissão de Serviço Público Civil

Relator: Senador Raimundo Parente

De iniciativa do Senhor Presidente da República, nos termos do art. 51 da Constituição, vem a exame desta Casa Projeto de Lei, visando a dispor sobre o provimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, nas condições que especifica, e a dar outras providências.

A matéria, quando do início de sua tramitação na Câmara dos Deputados, se fez acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, esclarecendo que a medida está sendo pleiteada, objetivando enfrentar de modo imediato e eficaz a situação da justiça nos Territórios Federais, onde é notória e conhecida a carência de magistrados, cujo recrutamento é feito através de concurso público de provas e títulos.

A matéria, estruturada em 4 (quatro) artigos, estabelece em seu art. 1.º que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios poderá promover concurso apenas para o preenchimento dos cargos de Juiz de Direito dos Territórios, até serem preenchidas as vagas atualmente existentes, e em seu art. 2.º que a remoção de que trata o art. 50, da Lei n.º 6.750, de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos territórios, somente será permitida após 3 (três) anos de efetivo exercício dos aprovados no concurso que ora se pretende autorizar o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios a realizar.

Considerando que, no âmbito desta Comissão, nada vemos que obstaculize a sua normal tramitação, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1980. — Bernardino Viana, Presidente em exercício — Raimundo Parente, Relator — Aderbal Jurema — Orestes Quêrcia.

#### PARECER N.º 3, DE 1981

Da Comissão do Distrito Federal

Relator: Senador Adalberto Sena

Pelo projeto de lei que vem ao estudo desta Comissão, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios somente poderá promover concurso para o preenchimento dos cargos de Juiz de Direito dos Territórios, até serem completadas as vagas atualmente existentes.

A proposição prevê, ainda, que a remoção, a pedido, dos Juizes de Direito dos Territórios, para o Distrito Federal, somente será permitida após três anos de efetivo exercício dos aprovados nos concursos.

O projeto é oriundo do Poder Executivo, e foi submetido à consideração do Congresso Nacional, nos termos do art. 51 da Constituição, acompanhado de exposição de motivos em que o Ministro da Justiça enfatiza os seguintes pontos:

1 — As providências preconizadas foram propostas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

2 — O objetivo é enfrentar prontamente a situação da Justiça nos Territórios Federais, onde há carência de magistrados;

3 — O TJDF considerou oportuno que o concurso tenha abrangência definida apenas para o preenchimento das vagas existentes nos Territórios Federais.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelos órgãos Técnicos e pelo Plenário.

A implantação da Lei Orgânica da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios exige o preenchimento de cargos de Juizes nos Territórios Federais. Nessas Unidades há, efetivamente, dificuldades no tocante à nomeação de Juizes, porquanto os profissionais qualificados, que, para ocuparem o cargo, têm de se submeter a concurso público de provas e títulos, preferem participar do mercado de trabalho das grandes cidades, fugindo das cidades territoriais, quase sempre localizadas nas regiões de fronteiras.

Do ponto de vista constitucional, nenhuma objeção existe. Quanto ao mérito, está perfeitamente demonstrada a necessidade de concurso público para Juiz de Direito dos Territórios.

A proposição não esqueceu, inclusive, do fato de que Juizes dos Territórios, após serem investidos no cargo, podem requerer remoção para o Distrito Federal. Por isso mesmo, impõe a obrigação do exercício, na esfera territorial, durante três anos, para então se-lhe aberta a possibilidade de remoção.

Somos, por conseguinte, pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Lázaro Barboza, Presidente em exercício — Adalberto Sena, Relator — Benedito Ferreira — Passos Porto — Martins Filho — Henrique Santillo.

### PARECERES N.ºs 4, 5 E 6, DE 1981

#### PARECER N.º 4, de 1981

Da Comissão de Finanças. Sobre o Ofício "S" n.º 38, de 1980, (Ofício n.º 360, de 17-11-80, na origem), do Governador do Estado de Pernambuco, solicitando autorização do Senado Federal, para contratar empréstimo no valor de US\$ 25,0 milhões ou o equivalente em outra moeda, destinado ao Desenvolvimento Agropecuário do Estado.

Relator: Senador Raimundo Parente

O Sr. Governador do Estado de Pernambuco, no Ofício "S" n.º 38/80 solicita ao Senado Federal, nos termos do art. 42, item

IV, da Constituição, a competente autorização para que aquele Estado possa contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 25,0 milhões de dólares ou o equivalente em outra moeda de principal, com garantia da União, cujos recursos destinam-se ao desenvolvimento agropecuário do Estado.

Para instrução do pedido e em obediência às normas vigentes para contratação de empréstimos ou financiamentos externos, foram enviados pelo Sr. Governador do Estado de Pernambuco, os seguintes documentos:

a) Lei Estadual n.º 7.976, de 25 de setembro de 1979, que autorizou o Estado a contratar um empréstimo externo no valor de US\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos).

b) Exposição de Motivos n.º 284, do Sr. Ministro da Fazenda em que é reconhecido o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, conforme Aviso n.º 667, de 22 de julho de 1980, explicitando inclusive que foi expedida credencial, pelo Banco Central do Brasil — FLACE, para atendimento do disposto no art. 2.º, inciso I, do Decreto n.º 65.071, de 27 de agosto de 1979, e no Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, com a devida autorização do Sr. Presidente da República.

c) Posição de endividamento estadual da Administração Direta e Indireta em 30 de setembro de 1980.

Cumpra esclarecer que o exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministro da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, quando apresenta a respectiva minuta de contrato.

Cumpridas as exigências regimentais (art. 403, alíneas a, b e c do Regimento Interno) bem como o estabelecido na legislação específica para operações e acordos desta natureza, opinamos favoravelmente à solicitação do Governador do Estado de Pernambuco, apresentando, para tanto, o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1, DE 1981

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao Desenvolvimento Agropecuário do Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado de Pernambuco autorizado a realizar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em outra moeda, de principal com a garantia da União, com financiador a ser indicado sob orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, cujos recursos destinam-se ao Desenvolvimento Agropecuário do Estado.

Art. 2.º A operação a que se refere o artigo anterior realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 7.976, de 25 de setembro de 1979, publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Jorge Kalume — José Guimard — Tancredo Neves — Lázaro Barboza, Vencido — Teotônio Vilela — Vicente Vuolo — Martins Filho — Jutahy Magalhães.

#### PARECERES N.ºs 5 e 6, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 1, de 1981, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento Agropecuário do Estado.

#### PARECER N.º 5, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aderbal Jurema

O presente Projeto de Resolução da Comissão de Finanças do Senado Federal como conclusão de seu Parecer, sobre o Ofício "S"

n.º 38, de 1980, do Sr. Governador do Estado de Pernambuco, que autoriza aquele Governo Estadual a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento Agropecuário do Estado.

A operação de crédito, na conformidade do art. 2.º do referido Projeto, realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 7.976, de 25 de setembro de 1979.

O mérito do pedido já foi ampla e detidamente examinado pela Ilustrada Comissão de Finanças, que concluiu pela concessão da medida pleiteada, nos termos do Projeto de Resolução.

Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, pois está corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Bernardino Viana — Lenoir Vargas — Raimundo Parente — Almir Pinto — Moacyr Dalla — Murilo Badaró — Orestes Quêrcia — Helvídio Nunes — Hugo Ramos — Cunha Lima.

#### PARECER N.º 6, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Aderbal Jurema

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Finanças do Senado Federal, que autoriza o Estado de Pernambuco a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao Desenvolvimento Agropecuário do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Tratando-se de operação que contribuirá para o desenvolvimento do Município, na área própria dos serviços públicos, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Orestes Quêrcia, Presidente em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Benedito Canellas — Moacyr Dallas — José Sarney — Murilo Badaró — Lenoir Vargas — Amaral Peixoto — Almir Pinto — Raimundo Parente.

#### PARECERES N.ºs 7, 8 E 9, DE 1981

#### PARECER N.º 7, DE 1981

Da Comissão de Finanças. Sobre o Ofício "S" n.º 39, de 1980 (n.º 361/80 — na origem), do Senhor Governador do Estado de Pernambuco, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,0 milhões para aplicação no Complexo Industrial-Portuário de Suape.

Relator: Senador Raimundo Parente

O Senhor Governador do Estado de Pernambuco solicita ao Senado Federal, com o presente ofício, nos termos do art. 42, item IV, da Constituição, a competente autorização para que aquele Estado possa contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,0 milhões (trinta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, para aplicação no financiamento parcial de projetos no Complexo Industrial-Portuário de Suape.

2. Trata-se de operação constante do Programa de Governo do Estado, que vem dando apoio financeiro às obras de infraestrutura daquele Complexo.

3. Esclarece o Chefe do Executivo do Estado de Pernambuco que, "com relação às obras de Suape, pretende-se criar as condições básicas para se atingir os seguintes objetivos principais:

"a) abrigar o parque de tancagem regular do suprimento de derivados de petróleo e da distribuição de álcool da região;

b) promover a fixação e operação da ALUNE — Alumínio do Nordeste S/A, empresa destinada à produção de alumínio primário, com produção inicial prevista para 80 mil t/ano e com programação de ampliação até 300 mil t/ano;

c) permitir a implantação de uma unidade de laminação de planos, com a capacidade inicial de 500 mil t/ano,



essencial ao desenvolvimento da agroindústria e das atividades do setor metal-mecânico, já bastante dinâmicos na região, embora carentes de insumos industriais;

d) ensinar a construção de uma fábrica de fertilizantes intermediários, para suprimento às misturadoras regionais, as quais, no exercício de 1978, somente pelo porto de Recife, importaram mais de 400 mil toneladas de fertilizantes intermediários produzidos em países estrangeiros."

4. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 7.834, de 11 de abril de 1980, autorizando o Estado a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 150,0 milhões;

b) Aviso n.º 983, de 4 de novembro de 1980, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado;

c) Exposição de Motivos n.º 283, de 18 de novembro de 1980, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE — CREDE — 80/202) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 65.071, de 27-8-69, e pelo Dec. n.º 84.128, de 29-10-79;

e) comportamento da dívida estadual (interna e externa).

5. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II, do Dec. n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

6. No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente a solicitação, apresentando, na forma do art. 108, item VI da nossa Lei Interna, o seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2, DE 1981

**Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,0 milhões de dólares norte-americanos, destinado a financiar o Complexo Industrial-Portuário de Suape.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado de Pernambuco autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, para aplicação no financiamento parcial de projetos no Complexo Industrial-Portuário de Suape, naquele Estado.

Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 7.834, de 11 de abril de 1980.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Jorge Kalume — José Guimard — Teotônio Vilela — Vicente Vuolo — Martins Filho — Jutahy Magalhães — Tancredo Neves — Amaral Peixoto.

#### PARECERES N.ºs 8 e 9, de 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 2, de 1981, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,0 milhões de dólares norte-americanos, destinado a financiar o Complexo Industrial-Portuário de Suape.

#### PARECER N.º 8, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão de Finanças, nos termos regimentais, apresentou projeto de resolução que, pelo seu artigo 1.º, "autoriza o Governo

do Estado de Pernambuco a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil para aplicação no financiamento parcial de projetos no Complexo Industrial-Portuário de Suape, naquele Estado.

2. A operação de crédito, na conformidade do artigo 2.º do referido projeto, "realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 7.834, de 11 de abril de 1980.

3. O mérito do pedido já foi ampla e detidamente examinado pela ilustrada Comissão de Finanças, que concluiu pela concessão da medida pleiteada, nos termos do presente Projeto de Resolução.

4. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, e está corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Este o parecer.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Bernardino Viana — Lenoir Vargas — Raimundo Parente — Almir Pinto — Moacyr Dalla — Murilo Badaró — Orestes Quércia — Helvídio Nunes — Hugo Ramos — Cunha Lima.

#### PARECER N.º 9, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão de Finanças, como conclusão, de seu parecer sobre o Ofício S-n.º 39, de 1980, apresentou projeto de resolução que, pelo seu art. 1.º, autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, para aplicação no financiamento parcial de projetos no Complexo Industrial-Portuário de Suape, naquele Estado.

2. Na forma do art. 2.º, item IV, da Resolução n.º 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. Esclarece o Senhor Governador do Estado de Pernambuco no seu ofício dirigido ao Presidente do Senado Federal, que "os recursos provenientes deste segundo empréstimo, assim como os US\$ 50,0 milhões já tomados ao exterior, destinam-se ao financiamento de projetos do Complexo Industrial-Portuário de Suape e de outras obras de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do Estado de Pernambuco".

4. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

5. No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, face às razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução, de autoria da Comissão de Finanças, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Orestes Quércia, Presidente, em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Benedito Caneillas — Moacyr Dalla — José Sarney — Murilo Badaró — Lenoir Vargas — Amaral Peixoto — Almir Pinto — Raimundo Parente.

#### PARECERES N.ºs 10 E 11, DE 1981

#### PARECER N.º 10, DE 1981

Da Comissão de Finanças. Sobre o Ofício "S" n.º 45, de 1980 (n.º 1.933/80 — na origem), do Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) para financiar o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRO-RURAL.

Relator: Senador Raimundo Parente

O Senhor Governador do Estado do Paraná solicita ao Senado Federal, com o presente ofício, nos termos do art. 42, item IV, da

Constituição, a competente autorização para que aquele Estado possa contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em outras moedas, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para financiamento de parcela do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRO-RURAL.

2. O Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRO-RURAL, tem por objetivo geral “criar a base de infraestrutura e Apoio Institucional necessário para que o setor agrícola possa incrementar a produção local de alimentos, ao mesmo tempo que eleva o nível de renda do trabalhador rural da região” e pretende, ainda, obter os seguintes resultados sociais e econômicos:

- a) redução das disparidades regionais existentes no Estado, pela incorporação das áreas menos dinâmicas no processo de desenvolvimento;
- b) melhor aproveitamento do potencial de recursos existentes;
- c) acesso das populações carentes aos benefícios que integram o processo de desenvolvimento econômico;
- d) aumento da participação de produtores rurais, em melhores condições de vida.”

3. O projeto atingirá 61 municípios nas Sub-regiões do Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi e alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

4. Com a ação integrada dos subprojetos produtivos, o Governo Estadual pretende “obter um acréscimo de 440 mil toneladas de alimentos básicos, que representa um acréscimo de 64,8%, em relação à produção sem o projeto no 5.º ano época em que o projeto estará totalmente implantado”.

5. Do exame do Quadro I — Dívida Pública Externa, verifica-se que o Estado do Paraná, de 1975 ao mês 3, de 1979, contraiu US\$ 245,0 milhões de dólares, a juros de 3,0 a 15,45% a.a., com prazos de amortização de 3,5 a 15,5 anos; de março de 1979 a 1980, o Governo do Estado do Paraná contraiu US\$ 161,0 milhões, com juros variando de 7,9 a 14,50% a.a., com prazos de amortização de 5,0 a 15,0 anos.

6. Atualmente, aquele Governo pretende negociar mais US\$ 130,0 milhões, sendo: US\$ 50,0 milhões (Banco do Brasil) e US\$ 80,0 milhões, junto do BID — (PRO-RURAL), ora negociado.

7. O Quadro X apresenta a posição da dívida interna + encargos, relacionada com a renda tributária. Conclui-se que os serviços da dívida pública (interna + externa) irão representar: 14,16% em 1980; 14,05%, em 1981; 12,67%, em 1982, 12,03% em 1983, prosseguindo com valores, mais ou menos constantes até 1988. Estes valores situados na faixa admissível para efeito da dívida pública.

8. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

- a) cópia da Lei Estadual n.º 7.391, de 13 de novembro de 1980, autorizando o Estado a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 80,0 milhões;
- b) Aviso n.º 1.063, de 1.º de dezembro de 1980, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado;
- c) Exposição de Motivos n.º 291, de 27 de novembro de 1980, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;
- d) Ofício (FIRCE-CREDE-80/213) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 65.071, de 27-8-69 e pelo Decreto n.º 84.128, de 29-10-79;
- e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

9. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

10. No caso, foram cumpridas as exigências do art. 403, alíneas a, b e c, na forma do art. 108, item VII, ambas do Regimento Interno, opinamos favoravelmente ao pedido, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3, DE 1981

Autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos), destinado a financiar o Projeto PRO-RURAL, naquele Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado do Paraná autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo ex-

terno, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinado a financiar o Projeto de Apoio Integrado ao Pequeno Produtor Rural — PRO-RURAL, naquele Estado.

Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 7.391, de 13 de novembro de 1980.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Jorge Kalume — José Guimard — Teotônio Vilela — Vicente Vuolo — Martins Filho — Amaral Peixoto — Jutahy Magalhães — Tancredo Neves.

#### PARECER N.º 11, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Resolução n.º 3, de 1981, da Comissão de Finanças, que “autoriza o Governo do Estado do Paraná, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) para financiar o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRO-RURAL”.

Relator: Senador Bernardino Viana

A Comissão de Finanças, nos termos regimentais apresentou o presente Projeto de Resolução, que na forma do art. 1.º, autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinado a financiar o Projeto de Apoio Integrado ao Pequeno Produtor Rural — PRO-RURAL, naquele Estado.

2. A operação de crédito, na conformidade do art. 2.º “realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda o disposto na Lei Estadual n.º 7.391, de 13 de novembro de 1980.

3. O mérito do pedido já foi ampla e detidamente examinado pela ilustrada Comissão de Finanças, que concluiu pela concessão da medida pleiteada, nos termos do presente Projeto de Resolução.

4. Do exame do processado, verifica-se que foram obedecidas as exigências e trâmites legais estabelecidos pelo Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, para pedidos de exame para contratação de empréstimos, operações de créditos ou acordos externos, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins da manifestação do Poder Executivo Federal, de que trata o art. 42, item IV, “in fine”, da Constituição.

5. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, e está corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Bernardino Viana, Relator — Aderbal Jurema — Raimundo Parente — Almir Pinto — Moacyr Dalla — Lenoir Vargas — Murilo Badaró — Orestes Quércia — Helvidio Nunes — Hugo Ramos — Cunha Lima.

#### PARECERES N.ºs 12, 13 E 14, DE 1981

##### PARECER N.º 12, DE 1981

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem n.º 263, de 1980 (n.º 496, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Orestes Quércia

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) que objetiva

contratar, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, a seguinte operação de crédito:

#### CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

A — Valor: Cr\$ 6.017.802,61 (correspondente a 9.948,59 UPC de Cr\$ 604,89, em julho de 1980);

B — Prazos:

1 — de carência: 18 meses;

2 — de amortização: 216 meses;

C — Encargos:

1 — juros de até 8% a.a. (até 7% a.a. — BNH e 1% a.a. Agente Financeiro);

2 — correção monetária: de acordo com a variação trimestral da ORTN (UPC);

3 — taxa de fiscalização de obras 4%;

4 — taxa de administração do BNH: 1%.

D — Garantia: vinculação das cotas-partes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infraestrutura no Conjunto Habitacional "Florentino Colombo", naquele município.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por entendê-lo técnico e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento se enquadra em casos análogos que têm merecido a acolhida da Casa, até mesmo porque se trata de investimento de caráter reprodutivo que ensinará aos cofres públicos boa parte do capital empregado.

Ante o exposto, acolhemos a mensagem nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP), nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à execução de obras de infra-estrutura no conjunto Habitacional "Florentino Colombo", naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — Orestes Quércia, Relator — Luiz Cavalcante — Benedito Canelas — Tancredo Neves — Bernardino Viana — Lenoir Vargas — José Lins.

#### PARECERES N.ºs 13 e 14, de 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 4, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada".

#### PARECER N.º 13, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Amaral Furlan

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 263/80, autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos), destinado a financiar obras de infra-estrutura em conjunto habitacional, naquele Município.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não-observância dos limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, também do Senado Federal.

No mérito, a Comissão de Economia examinou e considerou o pleito viável técnica e financeiramente, concluindo pelo presente Projeto de Resolução.

Em face ao exposto, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Lenoir Vargas, Relator — Bernardino Viana — Almir Pinto — Moacyr Dalla — Aderbal Jurema — Helvídio Nunes — Raimundo Parente — Murilo Badaró.

#### PARECER N.º 14, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Aderbal Jurema

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a contratar empréstimo no valor de ..... Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) destinado a financiar obras de infra-estrutura em conjunto habitacional, naquele Município.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, a matéria se enquadra nas normas operacionais do Banco Nacional da Habitação e tem grande impacto sócio-econômico para o município em questão.

Assim, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Almir Pinto, Presidente, em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Raimundo Parente — Murilo Badaró — Lenoir Vargas — Jutahy Magalhães — Amaral Furlan — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — José Sarney.

#### PARECERES N.ºs 15, 16 E 17, DE 1981

#### PARECER N.º 15, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 272, de 1980 (n.º 505, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.735,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Tancredo Neves

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Alterosa (MG), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, as seguintes operações de crédito:

#### "Características das Operações

##### Operação I

A — Valor: Cr\$ 27.220.050,00 (correspondentes a 45.000 UPC de Cr\$ 604,89, em julho de 1980);

B — Prazos:

1 — de carência: até 18 meses;

2 — de amortização: 300 meses;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a.

2 — correção monetária: trimestral conforme variação da UPC;

3 — seguros: previstos pelo SFH/BNH;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem edificadas, bem como caução das quotas do ICM;

E — Destinação dos recursos: construção de 150 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda familiar de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização dos imóveis."

##### Operação II

A — Valor: Cr\$ 4.536.675,00 (correspondentes a 7.500 UPC de Cr\$ 604,89, em julho de 1980);

**B — Prazos:**

- 1 — de carência: até 18 meses;
- 2 — de amortização: 216 meses;

**C — Encargos:**

- 1 — juros: 5% a.a. (4% + 1% pelo repasse);
- 2 — correção monetária: trimestral, de acordo com a variação da UPC;
- 3 — seguros: previstos pelo SFH/BNH;

**D — Garantia:** vinculação das quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

**E — Destinação dos recursos:** execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias à construção das 150 unidades habitacionais objeto de Operação I."

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por entendê-lo técnica e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento se enquadra em casos análogos que têm merecido a acolhida da Casa, até mesmo porque se trata de investimento reprodutivo e a poupança anual, é superior ao maior dispêndio relativo à dívida contraída somado ao do financiamento pretendido.

Ante o exposto, acolhemos a mensagem nos termos do seguinte

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5, DE 1981**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.**

O Senado Federal resolve:

**Art. 1.º** É a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG), nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação destinado à construção de 150 unidades habitacionais de interesse social e à execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

**Art. 2.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — **Teotônio Vilela**, Presidente — **Tancredo Neves**, Relator — **José Lins** — **Benedito Canelas** — **Lenoir Vargas** — **Bernardino Viana** — **Luiz Cavalcante**.

**PARECERES N.ºs 16 E 17, DE 1981**

Sobre o Projeto de Resolução n.º 5, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada".

**PARECER N.º 16, DE 1981**

**Da Comissão de Constituição e Justiça**

**Relator: Senador Murilo Badaró**

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 272/80, autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), destinado a financiar a construção de unidades habitacionais, bem como as obras de infra-estrutura necessárias, naquele município.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no art. 2.º, da Resolução n.º 62, de 1975, também do Senado Federal.

No mérito, a Comissão de Economia examinou e considerou o pleito viável técnica e financeiramente, concluindo pelo presente Projeto de Resolução.

Em face ao exposto, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável,

no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — **Aloysio Chaves**, Presidente em exercício — **Murilo Badaró**, Relator — **Lenoir Vargas** — **Hugo Ramos** — **Leite Chaves** — **Moacyr Dalla** — **Bernardino Viana** — **Aderbal Jurema** — **Almir Pinto**.

**PARECER N.º 17, DE 1981**

**Da Comissão de Municípios**

**Relator: Senador Jutahy Magalhães**

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) destinado a financiar a construção de unidades habitacionais e as obras de infra-estrutura necessárias, naquele município.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, o empreendimento se enquadra nas normas operacionais do Banco Nacional da Habitação, e tem grande repercussão sócio-econômica, para o município em questão.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — **Almir Pinto**, Presidente em exercício — **Jutahy Magalhães**, Relator — **Lázaro Barboza** — **Aderbal Jurema** — **Lenoir Vargas** — **Raimundo Parente** — **Amarel Furlan** — **Benedito Canelas** — **Moacyr Dalla** — **José Sarney**.

**PARECERES N.ºs 18, 19 E 20, DE 1981****PARECER N.º 18, DE 1981**

**Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 275, de 1980 (n.º 508, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja "autorizada a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada".**

**Relator: Senador Orestes Quécia**

Nos termos do artigo 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP), que objetiva contratar, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, a seguinte operação de crédito:

**"Características da operação**

**A — Valor:** Cr\$ 2.718.448,24

(corresponde a 4.494,12000 UPC de Cr\$ 604,89, em julho de 1980);

**B — Prazos:**

- 1 — de carência: 18 meses;
- 2 — de amortização: 216 meses;

**C — Encargos:**

1 — juros de até 8% a.a. (até 7% a.a. para o BNH e 1% a.a. para o Agente Financeiro);

2 — correção monetária: de acordo com a variação trimestral da ORTN (UPC);

3 — taxa de administração do BNH: 1% do empréstimo;

4 — despesa de fiscalização de obras: 4% do empréstimo;

**D — Garantia:** vinculação de cotas-partes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

**E — Destinação dos recursos:** execução de obras de infra-estrutura geral no Conjunto Habitacional "9 de outubro", naquela cidade".

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por entendê-lo técnico e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito o empreendimento se enquadra em casos análogos que têm merecido a acolhida da Casa, até mesmo porque se trata de investimento reprodutivo que faz retornar aos cofres públicos grande parte dos capitais empregados.

Ante o exposto, acolhemos a mensagem nos termos do seguinte

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6, DE 1981**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à execução de obras de infra-estrutura geral no Conjunto Habitacional "9 de outubro" naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — Orestes Quércia, Relator — Luiz Cavalcante — Benedito Canelas — Tancredo Neves — Bernardino Viana — Lenoir Vargas — José Lins.

**PARECERES N.ºs 19 E 20, DE 1981**

Sobre o Projeto de Resolução n.º 6, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada".

**PARECER N.º 19, DE 1981**

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Franco Montoro

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 275/80, autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) destinado a financiar obras de infra-estrutura geral em conjunto habitacional, naquele município.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, também do Senado Federal.

No mérito, a Comissão de Economia examinou e considerou o pleito viável técnica e financeiramente, concluindo pelo presente Projeto de Resolução.

Em face ao exposto, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Franco Montoro, Relator — Tancredo Neves — Helvidio Nunes — Almir Pinto — Leite Chaves — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Bernardino Viana — Lenoir Vargas — Aderbal Jurema.

**PARECER N.º 20, DE 1981**

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Amaral Furlan

Sob exame. Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) destinado a financiar obras de infra-estrutura geral em conjunto habitacional, naquele município.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, a matéria se enquadra nas normas que têm prevalecido para que esta Comissão acolha tais pedidos, tendo em

vista a grande repercussão sócio-econômica para a região beneficiada pelo Projeto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Almir Pinto, Presidente, em exercício — Amaral Furlan, Relator — Aderbal Jurema — Lenoir Vargas — Raimundo Parente — Jutahy Magalhães — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — Lázaro Barbosa — José Sarney.

**PARECERES N.ºs 21, 22 E 23, DE 1981**

**PARECER N.º 21, DE 1981**

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 280, de 1980 (n.º 513/80 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal, seja autorizada a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Tancredo Neves

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) autorizada a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinados à construção de 150 unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município, com as seguintes condições gerais:

**"Operação I**

A — Valor: Cr\$ 27.220.050,00 (correspondentes a 45.000 UPC de Cr\$ 604,89, em julho de 1980);

B — Prazos:

1 — de carência: até 18 meses;

2 — de amortização: 300 meses;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a.;

2 — correção monetária: trimestral, conforme variação da UPC;

3 — seguros: previstos pelo SFH/BNH;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem edificadas, bem como caução das quotas do ICM;

E — Destinação dos recursos: construção de 150 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPC, destinadas a trabalhadores com renda familiar de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização dos imóveis."

**"Operação II**

A — Valor: Cr\$ 4.536.675,00 (Correspondentes a 7.500 UPC de Cr\$ 604,89, em julho de 1980);

B — Prazos:

1 — de carência: até 18 meses;

2 — de amortização: 216 meses;

C — Encargos:

1 — juros: 5% a.a. (4% + 1% pelo repasse);

2 — correção monetária: trimestral, conforme variação da UPC;

3 — seguros: previstos pelo SFH/BNH;

D — Garantia: vinculação das quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana necessárias à construção das 150 unidades habitacionais, objeto da operação I."

2. Trata-se de operação a que, por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.



3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 665, de 4 de setembro de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 268/80) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmo. Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e,

c) parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, favorável ao pleito.

5. Aterridas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 7, DE 1981

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional de Habitação, destinados à construção de 150 unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — Tancredo Neves, Relator — José Lins — Benedito Canelas — Lenoir Vargas — Bernardino Viana — Luiz Cavalcante.

#### PARECERES N.ºs 22 E 23, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 7, de 1981, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

#### PARECER N.º 22, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Murilo Badaró

Apresentado pela Comissão de Economia, o Projeto de Resolução em exame autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de Agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinados à construção de 150 unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976 — (alterou a Resolução n.º 62, de 1975) —, haja vista que os recursos serão provenientes do Banco Nacional da Habitação, e dessa forma, considerada extralimite.

3. Anexo ao processado, encontram-se:

a) Lei n.º 665 de 4 de setembro de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República;

c) parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

d) parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil, pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resoluções n.ºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e satisfaz o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação da matéria uma vez que é constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente em exercício — Murilo Badaró, Relator — Lenoir Vargas — Hugo Ramos — Leite Chaves — Moacyr Dalla — Bernardino Viana — Aderbal Jurema — Almir Pinto.

#### PARECER N.º 23, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Murilo Badaró

A Comissão de Economia apresentou projeto de resolução que, conforme o art. 1.º, autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinados à construção de 150 unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Na forma do art. 2.º, item IV, da Resolução n.º 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. O projeto em pauta está relacionado com a construção de 150 unidades habitacionais de interesse social, e as respectivas obras de infra-estrutura no Município.

4. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Almir Pinto, Presidente, em exercício — Murilo Badaró, Relator — Amaral Furian — Lenoir Vargas — Aderbal Jurema — Raimundo Parente — Jutahy Magalhães — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — José Sarney.

#### PARECERES N.ºs 24, 25 E 26, DE 1981

#### PARECER N.º 24, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 284, de 1980 (n.º 517/80 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Orestes Quércia

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal, de acordo com o que dispõe o art. 42, item VI, da Constituição, proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Franca (SP) autorizada a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado ao financiamento de lotes urbanizados, Programa PF/FILURB, e urbanização e aquisição de equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, Programa FINEC/FINEC, naquele Município, com as seguintes condições gerais:

#### "1 — Programa Profilurb

Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 22.414.426,56 (correspondentes a 41.004 UPC de Cr\$ 546,64, em abril de 1980);

B — Prazos:

1 — de carência: 18 meses;

2 — de amortização: 300 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 1% a.a. para o Agente Financeiro;

2 — correção monetária com base na variação trimestral da ORTN (UPC);

## D — Garantia:

vinculação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

## E — Destinação dos recursos:

financiamento de lotes urbanizados, naquela cidade.

## II — Programa FINC/FINEC

Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 6.857.598,80 (correspondentes a 12.545 UPC de Cr\$ 546,64, em abril de 1980);

## B — Prazos:

1 — de carência: 18 meses;

2 — de amortização: 300 meses;

## C — Encargos:

1 — juros de 1% a.a. para o Agente Financeiro;

2 — correção monetária com base na variação trimestral da ORTN (UPC);

3 — taxa de administração do BNH: 1% sobre o empréstimo;

## D — Garantias:

vinculação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

## E — Destinação dos recursos:

financiamento para urbanização e aquisição de equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, naquele Município."

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

3. Trata-se de operação a que por força das disposições contidas no artigo 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei n.º 2.601, de 25 de outubro de 1979, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM n.º 264/80) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exm.º Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, favorável ao pleito.

5. Trata-se de operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2.º da Res. n.º 93, de 1976, não se aplicam os limites (itens I, II e III), fixados no art. 2.º da Res. n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

6. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93 de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em ..... Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação destinado ao financiamento de lotes urbanizados, Programa PROFILURB, e urbanização e aquisição de equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, programa FINC/FINEC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Viela, Presidente — Orestes Quêrcia, Relator — Luiz Cavalcante — Benedito Canelas — Tancredo Neves — Bernardino Viana — Leônir Vargas — José Lins.

## PARECERES N.ºs 25 E 26 DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 8, de 1981, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna".

## PARECER N.º 25, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator Senador Franco Montoro

Apresentado pela Comissão de Economia, o Projeto de Resolução em exame, autoriza a Prefeitura Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em ..... Cr\$ 29.272.025,36, (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna a fim de que possa contratar empréstimo junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado ao financiamento de lotes urbanizados, Programa PROFILURB, e urbanização e aquisição de equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, Programa FINC/FINEC, naquele Município.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976 — alterou a Resolução n.º 62, de 1975 —, haja vista que os recursos serão provenientes do Banco Nacional da Habitação, e dessa forma, considerada extralimite.

3. Anexo ao processado, encontram-se:

a) Lei n.º 2.601, de 25 de outubro de 1979, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República;

c) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

d) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil, pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resolução n.ºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e, ainda o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação da matéria uma vez que é constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente em exercício — Franco Montoro, Relator — Tancredo Neves — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Leite Chaves — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Bernardino Viana — Leônir Vargas — Aderbal Jurema.

## PARECER N.º 26, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Amaral Furlan

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n.º 284, de 1980, do Senhor Presidente da República apresentou projeto de resolução que, na forma do artigo 1.º autoriza a Prefeitura Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado ao financiamento de lotes urbanizados, Programa PROFILURB, e urbanização e aquisição de equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, Programa FINC/FINEC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Na forma do art. 2.º, item IV, da Resolução n.º 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que "envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada", deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Almir Pinto, Presidente em exercício — Amaral Furlan, Relator — Lenoir Vargas — Aderbal Jurema — Murilo Badaró — Jutahy Magalhães — Raimundo Parente — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — José Sarney.

#### PARECERES N.ºs 27, 28 E 29, DE 1981

##### PARECER N.º 27, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 323, de 1980 (n.º 555, de 1980, na origem) do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Lins

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito do Governo do Estado do Ceará, que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de Recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, as seguintes operações de crédito:

##### “Características das Operações

I) A — Valor Cr\$ 237.351.000,00

B — Prazos:

1 — de carência: 3 anos;

2 — de amortização: 12 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente;

2 — correção monetária correspondente a 40% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia: vinculação de quotas do Fundo de Participação dos Estados — FPE;

E — Destinação dos recursos: construção e equipamento de 37 (trinta e sete) unidades escolares de 1.º grau.

II) A — Valor: Cr\$ 33.421.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 3 anos;

2 — de amortização: 12 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente;

2 — correção monetária correspondente a 40% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia: vinculação de quotas do Fundo de Participação dos Estados — FPE;

E — Destinação dos recursos: implantação de 7 (sete) unidades de Centros Sociais Urbanos tipo “C”, nos Municípios de Acaraú, Acopiara, Aracati, Campos Sales, Nova Russas, Russas e Tauá.”

O Conselho Monetário Nacional, examinando a viabilidade das operações, concluiu:

Trata-se de financiamentos a que por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, da mesma Casa do Congresso, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a situação geral da dívida consolidada interna do Estado apresenta-se conforme o quadro a seguir:

					Cr\$ mil
Dívida Consolidada Interna	Posição em 30-6-80	Integralizações nos próximos anos	Operações sob exame	Situação posterior à contratação pretendida	
I — Intralimite	1.302.103,1	1.769.960,8	—	3.072.063,9	
a) Em títulos	—	—	—	—	
b) Por contratos	692.542,5	845.033,8	—	1.537.576,3	
c) Por garantias	609.560,6	924.927,0	—	1.534.487,6	
d) Outras	—	—	—	—	
II — Extralimite	3.303.660,3	5.955,4	270.772,0	4.080.387,7	
a) FDU	—	—	—	—	
b) FAS	87.083,9	5.955,4	270.772,0	363.811,3	
c) BNH	3.716.576,4	—	—	3.716.576,4	
III — Total Geral (I + II)	5.105.763,4	1.775.916,2	270.772,0	7.152.451,6	

Levando-se em conta, entretanto, a soma do endividamento intra e extralimite, para efeito de análise sobre a capacidade de pagamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

	Dívida intra e extralimite posição em 30-6-80	Integralizações nos próximos anos	Operações sob exame	Situação posterior à contratação	Limites do art. 2.º da Res. n.º 62/75
Montante global	5.105.763,4	1.775.916,2	270.772,0	7.152.451,6	5.911.461,7
Crescimento real anual	1.214.238,1	—	22.705,8	1.236.943,1	1.688.989,1
Dispêndio anual máximo	939.566,5	—	15.893,0	955.459,5	1.266.741,8

Verificando-se, assim, que as operações estão conforme as normas vigentes no Regimento Interno do Senado, opinamos pelo seu acolhimento, na forma do seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9, DE 1981

**Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado do Ceará, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à construção e equipamento de 37 (trinta e sete) unidades escolares de 1.º grau; implantação de 7 (sete) Centros Sociais Urbanos tipo "C" nos Municípios de Acaraú, Acopiara, Aracati, Campos Sales, Nova Russas, Russas e Tauá, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — José Lins, Relator — Lenoir Vargas — Tancredo Neves — Benedito Canelas — Luiz Cavalcante — Bernardino Viana.

#### PARECERES N.ºs 28 e 29, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º , de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada."

#### PARECER N.º 28, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Almir Pinto

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem n.º 323, de 1980, do Senhor Presidente da República, autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) destinados a financiar a construção e equipamento de 37 (trinta e sete) unidades escolares de 1.º grau; implantação de 7 (sete) unidades de Centros Sociais Urbanos tipo "C", nos Municípios de Acaraú, Acopiara, Aracati, Campos Sales, Nova Russas, Russas e Tauá.

Considerando que a proposição atende aos pressupostos constitucionais e regimentais relativos à espécie, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente em exercício — Almir Pinto, Relator — Helvidio Nunes — Aderbal Jurema — Bernardino Viana — Murilo Badaró — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — Tancredo Neves — Leite Chaves — Hugo Ramos.

#### PARECER N.º 29, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Almir Pinto

Exame Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimos no valor de Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) destinados a financiar a construção e equipamento de 37 (trinta e sete) unidades escolares de 1.º grau; à implantação de 7 (sete) unidades de Centros Sociais Urbanos Tipo "C" nos Municípios de Acaraú, Acopiara, Aracati, Campos Sales, Nova Russas, Russas e Tauá.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Tratando-se de operações que contribuirão para o desenvolvimento do Estado, na área própria dos serviços públicos, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Jutahy Magalhães, Presidente, em exercício — Almir Pinto, Relator — Amaral Furlan — Lenoir Vargas — Aderbal Jurema — Murilo Badaró — Raimundo Parente — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — José Sarney.

#### PARECERES N.ºs 30, 31 E 32, DE 1981

#### PARECER N.º 30, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 324, de 1980 (n.º 556, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Lins

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, operação de crédito com as seguintes características:

"Características da operação

A — Valor: Cr\$ 15.283.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 2 anos;

2 — de amortização: 8 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente;

2 — correção monetária: 20% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção e equipamento de 10 postos médico-odontológicos."

O Conselho Monetário Nacional, examinando a viabilidade da operação, concluiu:

"Trata-se de financiamento a que por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, da mesma Casa do Congresso, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a situação geral da dívida consolidada interna da Prefeitura apresenta-se conforme o quadro a seguir:

Dívida Consolidada Interna	Posição em 30-9-80	Operações Autorizadas	Operações sob Exame	Situação posterior à contratação pretendida
I — Intralimite	114.095,3	40.000,0	—	154.095,3
a) Em títulos	—	—	—	114.095,3
b) Por contratos	114.095,3	—	—	—
c) Por garantias	—	40.000,0	—	40.000,0
d) Outras	—	—	—	—
II — Extralimite	677.639,0	518.752,2	15.283,0	1.211.674,2
a) FDU	244.590,7	193.625,1	—	438.215,8
b) FAS	27.322,9	—	15.283,0	42.605,9
c) BNH	405.725,4	325.127,1	—	730.852,5
III — Total Geral (I + II)	791.734,3	558.752,2	15.283,0	1.365.769,5

Levando-se em conta, entretanto, a soma do endividamento intra e extralimite, para efeito de análise sobre a capacidade de pagamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

	Dívida intra e extralimite. Posição em 30-9-80	Operações Autorizadas	Operação sob Exame	Situação posterior à contratação	Limites do art. 2.º da Res. n.º 62/75
Montante global .....	791.734,4	558.752,2	15.283,0	1.365.769,5	1.263.460,9
Crescimento real anual ..	19.225,0	543.941,2	4.540,4	567.706,6	360.988,8
Dispêndio anual máximo	180.229,4	68.234,1	897,0	249.360,5	270.741,6

Verificando-se, assim, que a operação está conforme com as normas vigentes no Regimento Interno do Senado, opinamos pelo seu acolhimento, na forma do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões e duzentos e oitenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE), nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões e duzentos e oitenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção e equipamento de 10 (dez) postos médico-odontológicos, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — José Lins, Relator — Benedito Canelas — Tancredo Neves — Luiz Cavalcante — Bernardino Viana — Lenoir Vargas.

#### PARECERES N.ºs 31 E 32, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 10, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada".

#### PARECER N.º 31, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator Senador Almir Pinto.

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem n.º 324/80, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil cruzeiros), destinado a financiar a construção e equipamento de 10 (dez) postos médico-odontológicos.

Considerando que a proposição atende aos pressupostos constitucionais e regimentais relativos à espécie, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente em exercício — Almir Pinto, Relator — Helvidio Nunes — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — Tancredo Neves — Leite Chaves — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Bernardino Viana — Aderbal Jurema.

#### PARECER N.º 32, DE 1981

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Almir Pinto

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil cruzeiros), destinado a financiar a construção e equipamento de 10 (dez) postos médico-odontológicos.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Tratando-se de operação que contribuirá para o desenvolvimento do Município, na área própria dos serviços públicos, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Jutahy Magalhães, Presidente, em exercício — Almir Pinto, Relator — Amaral Furlan — Lenoir Vargas — Aderbal Jurema — Murilo Badaró — Raimundo Parente — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — José Sarney.

#### PARECERES N.ºs 33, 34 E 35, DE 1981

#### PARECER N.º 33, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 372, de 1980 (n.º 604, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Lins

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de São Luís (MA) que objetiva contratar, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste — FUNDURBANO, operação de crédito com as seguintes características:

A — Valor: Cr\$ 227.588.000,00 (correspondentes a ..... 376.246,920927 UPC de Cr\$ 604,89, em julho/80);



- B — Prazos:**  
 1 — de carência: 24 meses;  
 2 — de amortização: 96 meses;  
**C — Encargos:**  
 1 — juros de 10% a.a;  
 2 — correção monetária: idêntica à variação trimestral das ORTN;  
**D — Garantia:** vinculação de quotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM; e

**E — Destinação dos recursos:** complementação dos recursos necessários à execução de projetos viários e construção de mercados em São Luís (MA).

O Conselho Monetário Nacional, examinando a viabilidade da operação, concluiu:

Trata-se de empréstimo a que por força das disposições contidas no artigo 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, da mesma Casa do Congresso, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do FUNDURBANO.

De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a situação geral da dívida consolidada interna da Prefeitura do Município de São Luís (MA) apresenta-se conforme o quadro a seguir:

Dívida Consolidada Interna	Posição em 31-8-80	Operação sob Exame	Situação posterior à contratação pretendida
I — INTRALIMITE	14.120,3	—	14.120,3
a) Em títulos	—	—	—
b) Por contratos	14.120,3	—	14.120,3
c) Por garantias	—	—	—
d) Outras	—	—	—
II — EXTRALIMITE	225.363,1	227.588,0	452.951,1
a) FDU	105.370,9	227.588,0	332.958,9
b) FAS	—	—	—
c) BNH	119.992,2	—	119.992,2
III — TOTAL GERAL (I+II)	239.483,4	227.588,0	467.071,4

Levando-se em conta, entretanto, a soma do endividamento intra e extra-limite, para efeito de análise, sobre a capacidade de pagamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

	Dívida intra e extra-limite. Posição em 31-8-80	Operação sob Exame	Situação posterior à contratação	Limites do art. 2.º da Res. 62/75
Montante global	239.483,4	227.588,0	467.071,4	345.778,0
Crescimento real anual .....	8.456,1	24.048,0	32.504,1	98.793,7
Dispêndio anual máximo .....	34.575,8	50.497,0	85.072,8	74.095,3

Verificando-se, assim, que a operação está conforme as normas vigentes no Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo seu acolhimento, na forma do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de São Luís (MA), nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste. FUNDURBANO, destinado à complementação dos recursos necessários à execução de projetos viários e construção de mercados em São Luís (MA), obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — José Lins, Relator — Lenoir Vargas — Benedito Canelas — Luiz Cavalcante — Bernardino Viana — Tancredo Neves.

#### PARECERES N.ºs 34 E 35, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 11, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada".

#### PARECER N.º 34, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça.

Relator: Senador Aderbal Jurema

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem n.º 372/80 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros), destinado a financiar a complementação dos recursos necessários à execução de projetos viários e construção de mercados em São Luís (MA).

Considerando que a proposição atende aos pressupostos constitucionais e regimentais relativos à espécie, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Aderbal Jurema, Relator — Bernardino Viana — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — Tancredo Neves — Helvidio Nunes — Almir Pinto — Lenoir Vargas.

**PARECER N.º 35, DE 1981****Da Comissão de Municípios****Relator: Senador Benedito Canelas**

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros), destinado a financiar a complementação dos recursos necessários à execução de projetos viários e construção de mercados em São Luís (MA).

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Tratando-se de operação que contribuirá para o desenvolvimento do Município, na área própria dos serviços públicos, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Almir Pinto, Presidente, em exercício — Benedito Canelas, Relator — Raimundo Parente — Amaral Furlan — Lenoir Vargas — Murilo Badaró — Aderbal Jurema — Jutahy Magalhães — Moacyr Dalla — Lázaro Barboza — José Sarney.

**PARECERES N.ºs 36, 37 E 38, DE 1981****PARECER N.º 36, DE 1981**

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 375, de 1980 (n.º 607, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) a elevar em Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

**Relator: Senador José Lins**

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal

pleito da Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) que objetiva contratar, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste — FUNDURBANO, a seguinte operação de crédito:

**"Características da operação"****A — Valor:** Cr\$ 46.700.000,00

(correspondente a 77.204.1197 (UPC de Cr\$ 604,89, em julho/80);

**B — Prazos:**

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 96 meses;

**C — Encargos:**

1 — juros de 10% a.a.;

2 — correção monetária: de acordo com a variação trimestral das ORTN;

**D — Garantia:** vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);**E — Destinação dos recursos:** Conclusão do matadouro-frigorífico de Jaboatão (PE)."

O Conselho Monetário Nacional, examinando a viabilidade da operação, concluiu:

Trata-se de financiamento a que por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplica, os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, da mesma Casa do Congresso, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste — FUNDURBANO.

De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a situação geral da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) apresenta-se conforme o quadro a seguir:

			Cr\$ mil
Dívida Consolidada Interna	Posição em 31.8.80	Operação sob Exame	Situação Posterior à Contratação Pretendida
I — Intralimite	—	—	—
a) Em títulos	—	—	—
b) Por contratos	—	—	—
c) Por Garantias	—	—	—
II — Extralimite	1.053.507,8	46.700,0	1.100.207,8
a) FDU	—	—	—
b) FAS	—	—	—
c) BNH	1.053.507,8	46.700,0	1.100.207,8
III — Total Geral (I+II)	1.053.507,8	46.700,0	1.100.207,8

5. Levando-se em conta a soma do endividamento extralimite e da operação sob exame, para efeito de análise sobre a capacidade de pagamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

	Dívida extralimite Posição em 31-8-80 (*)	Operação sob Exame	Situação posterior à contratação	Limites do art. 2.º da Resolução 62/75
Montante Global	1.053.506,8	46.700,0	1.100.207,8	162.593,5
Crescimento real anual . . . . .	(*) 139.755,7	22.323,0	162.078,7	46.455,3
Dispêndio anual máximo . . . . .	59.536,5	10.410,0	69.946,5	34.841,5

(\*) inexistente a dívida intralimite."

Verificando-se, assim, que a operação está conforme as normas vigentes no Regimento Interno do Senado, opinamos pelo seu acolhimento, na forma do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12, DE 1980**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE), a elevar em Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste — FUNDURBANO, destinado à conclusão do matadouro-frigorífico de Jaboatão (PE), obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — **Teotônio Vilela**, Presidente — **José Lins**, Relator — **Tancredo Neves** — **Benedito Canales** — **Luiz Cavalcante** — **Bernardino Viana** — **Lenoir**

**PARECERES N.ºs 37 e 38, DE 1981**

Sobre o Projeto de Resolução n.º 12, de 1981 da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) a elevar em Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada."

**PARECER N.º 37, DE 1981**

**Da Comissão de Constituição e Justiça**

**Relator: Senador Aderbal Jurema**

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem n.º 375/80, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado a financiar a conclusão do matadouro frigorífico de Jaboatão (PE).

Considerando que a proposição atende aos pressupostos constitucionais e regimentais relativos à espécie, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — **Aloysio Chaves**, Presidente, em exercício — **Aderbal Jurema**, Relator — **Bernardino Viana** — **Moacyr Dalla** — **Lázaro Barboza** — **Tancredo Neves** — **Elvídio Nunes** — **Almir Pinto** — **Lenoir Vargas**.

**PARECER N.º 38, DE 1981**

**Da Comissão de Municípios**

**Relator: Senador Raimundo Parente**

Sob exame, projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaboatão (PE) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros), destinado a financiar a conclusão do matadouro frigorífico de Jaboatão (PE).

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Tratando-se de operação que contribuirá para o desenvolvimento do Município, na área própria dos serviços públicos, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — **Almir Pinto**, Presidente, em exercício — **Raimundo Parente**, Relator — **Murilo Badaró** — **Aderbal Jurema** — **Lenoir Vargas** — **Jutahy Magalhães** — **Amaral Furlan** — **Benedito Canelas** — **Moacyr Dalla** — **Lázaro Barboza** — **José Sarney**.

**PARECER N.º 39, DE 1981**

*Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 1979 (n.º 30-B, de 1979, na Câmara dos Deputados), que "aprova as Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício de 1978".*

**Relator: Senador Tancredo Neves**

Com a Mensagem n.º 60, de 1979, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1978, constantes dos volumes anexos à referida Mensagem, discriminadas e justificadas, especialmente, no Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda.

É da competência desta Comissão o exame da matéria, consoante o disposto na alínea a, do parágrafo único do art. 108 do Regimento Interno do Senado.

Nosso Parecer compreende o Relatório e o Voto, nos seguintes termos:

*Introdução*

1. Este Parecer, desdobrado no Relatório e no Voto a seguir formulados, constitui atribuição específica desta Comissão de Finanças, de acordo com o disposto na alínea a, do parágrafo único, do art. 108 do Regimento Interno do Senado, cabendo-nos pronunciá-lo, à vista da designação com que fomos honrados para fazê-lo.

2. A exposição da matéria acompanhará o mesmo esquema e igual ordem do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda. A adoção desse parâmetro de disposição dos assuntos tem a vantagem, a nosso ver, de permitir o exame das Contas com idêntico critério formal adotado para sua prestação. Isto facilita, sobretudo, o trabalho de conferência e comparação dos dados da fonte principal, que é o próprio Relatório daquela Inspeção.

3. O critério material de análise terá sempre em vista o enfoque crítico, no que as contas a isso forem suscetíveis, merecendo os reparos necessários, como próprios de nossa tarefa, sendo que, nos pontos invulneráveis, não nos furtaremos de creditar a confiança que o seu conteúdo inspira.

A esse mister, contaremos com a valiosa colaboração do Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União, sempre atento às impropriedades e incorreções, de ordem técnica. O Relatório desta Corte de Contas é sempre um rumo seguro para quem quer que se disponha ao exame da matéria. Entretanto, do mesmo modo crítico atuaremos, quando, eventualmente, nos pareça que, aqui ou ali, haja uma omissão, uma falha, ou uma inadvertência.

4. Feitas estas considerações preambulares e fixados os critérios que adotaremos, cumpre iniciar o nosso Parecer.

## I - O DESEMPENHO DA ECONOMIA

Segundo o Relatório da IGF-MF, o exercício financeiro de 1978, sendo um ano de transição, o Governo concentrou toda a sua atenção na conclusão de tarefas básicas de forma a transmitir, em março de 1979, aos seus sucessores, melhores condições de enfrentar a crise internacional.

Nesses termos foi aprovada a Exposição de Motivos nº 012, de 11 de janeiro de 1978, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, em que o Presidente da República fixou as Diretrizes e Prioridades do Governo para o exercício.

Dessa forma, o ano de 1978 foi definido como de consolidação de resultados e de conclusão de tarefas importantes.

A concentração dos esforços visou proporcionar sensível queda na taxa de inflação, substancial aumento no superávit da balança comercial e uma taxa de crescimento do PIB na mesma proporção do exercício financeiro de 1977.

Naquele documento ficou destacado que novas iniciativas só seriam autorizadas em situações especiais e diante de sua alta relevância, situando o combate à inflação como objetivo prioritário, pelos efeitos sobre o padrão de vida, especialmente das classes de baixa renda.

Essa prioridade, em grande monta, resultou da expectativa de exacerbação de inflação no início do ano, em decorrência dos resultados alcançados no último quadrimestre de 1977.

Em linhas gerais, as medidas preconizadas, segundo o Relatório da IGF-MF, podem ser resumidas nos seguintes itens:

- a) maior rigor na execução das políticas monetária e fiscal;
- b) a obtenção de superávit no Orçamento da União;
- c) expansão de 25% dos meios de pagamento;
- d) escalonamento ao longo do exercício, dos reajustes de preços e tarifas de bens e serviços públicos e dos preços administrados;
- e) condicionamento dos reajustes dos valores contratuais, preços e tarifas governamentais segundo as ORTNs, ressalvados os salários;
- f) manutenção das importações no mesmo nível de 1977;
- g) a implementação de novos projetos — Petroquímica, Celulose, Fertilizantes e Bens de Capital — com vistas à substituição de importações.

## 1.1. Os Resultados de 1978

Segundo os dados obtidos sobre os resultados da economia brasileira em 1978, o seu desempenho se reflete mediante o comportamento de três variáveis macroeconômicas, a saber:

- a) a taxa de crescimento do PIB;
- b) a taxa de inflação;
- c) as contas externas.

Com respeito a taxa de crescimento do PIB, o exercício financeiro de 1978 apresentou um incremento do volume físico de bens e serviços da ordem de 6% (seis por cento) superior, portanto, aos 4,7% alcançados no exercício anterior.

Sob a ótica setorial, esse resultado foi obtido pelo excelente desempenho do setor industrial, com destaque para a produção automobilística, que alcançou a taxa de crescimento de 8,1% no exercício, contra 3,9% do ano anterior.

As significativas perdas nas safras de grãos, contribuíram para que o setor agropecuário obtivesse no exercício taxa de crescimento negativa. Enquanto que, no exercício financeiro de 1977, o desempenho de economia teve como carro-chefe o setor agropecuário, com uma taxa de crescimento de 9,6%. No presente ano o setor apresentou uma redução de 1,7%.

Com efeito, a ocorrência de prolongada estiagem e de fortes geadas na região Centro-Sul determinaram perdas significativas nas safras agrícolas, diminuindo os excedentes exportáveis e dificultando o abastecimento interno, com efeitos negativos sobre o nível de preços internos e sobre o balanço de pagamentos.

A alimentação básica da população se viu comprometida com a redução de 18% da produção de arroz, 4,2% de feijão e 29,7% de milho. Entre os produtos exportáveis, a soja sofreu uma redução de 23,8%, o algodão 17,5%, não obstante o incremento de 28% na produção de café e 29,6% na de trigo.

Segundo a sua utilização, os bens gerados pelo setor industrial apresentaram a seguinte composição:

- a) os bens intermediários com um crescimento de 6,8%, portanto, inferior aos 7,5% registrados em 1977;
- b) os bens de consumo não duráveis com uma taxa de crescimento de 7,3%;
- c) os bens de consumo duráveis com um incremento de 16,4%; e
- d) os bens de capital com uma taxa de 6,6% em seu crescimento, contra um decréscimo no exercício anterior de 4,4%.

A especial atenção do Governo à política de emprego e a magnitude da evolução do PIB, propiciaram expansão no índice de emprego. Esse índice, resultante da ponderação das variáveis ocorridas em cada região pela respectiva população economicamente ativa, apresentou no exercício uma variação de 3,7%.

Os resultados alcançados em termos da taxa de inflação não foram favoráveis. A sua intensidade no exercício financeiro de 1978, medida através do Índice de Preços por Atacado (Disponibilidade Interna), demonstra uma aceleração de 43%, tendo-se, em conta que, em 1977, esse índice foi da ordem de 35,5%.

Segundo diversas análises procedidas por especialistas, esse resultado insatisfatório decorreu, em termos reais, das vicissitudes sofridas pelo setor agrícola e, em termos nominais, da inadequada administração da expansão dos meios de pagamento, resultante da pressão dos empréstimos externos e do dualismo de funções entre o Banco Central e Banco do Brasil, no exercício da autoridade de monetária.

No que diz respeito a esse dualismo, na verdade, apesar do Banco Central, criado pela Lei nº 4.595/64, mediante a transformação da antiga SUMOC, ter incorporado funções antes sob a responsabilidade do Banco do Brasil S/A, este tem desempenhado um papel misto de Autoridade Monetária e Banco Comercial. É o agente financeiro do Governo Federal, operando com crescente agressividade no setor comercial, tanto no País como no exterior. Dada a complexidade de sua estrutura e atribuições, ressaltamos algumas de suas funções:

- a) adquire e financia estoques de produção exportável;
- b) executa a política de preços mínimos dos produtos agropecuários;

- c) é o agente pagador e recebedor do país, fora deste;
- d) executa o serviço de compensação de cheques e outros papéis, função atribuída ao Banco Central pela Lei nº 4 595/64, que este ainda não teve condições de assumir;
- e) realiza operações de compra e venda de moeda estrangeira;
- f) executa a política de comércio exterior; e
- g) financia as atividades industriais e rurais e difunde a orientação do crédito, inclusive às atividades comerciais, suplementando a ação da rede bancária particular.

Entretanto, apesar dos reflexos dos custos alimentares e da expansão dos meios de pagamento, devido a causas autônomas, inclusive o retorno das expectativas inflacionárias, a evolução dos vários índices mostra que as pressões altistas foram generalizadas.

Com efeito, não obstante a elevação do custo de vida ter sido menor em 1978, 38,1% contra 43,1% em 1977, houve deterioração nos demais indicadores da inflação, conforme o quadro a seguir demonstra:

DISCRIMINAÇÃO	1977	1978
Índice Geral de Preços ( DI ) .....	38,8%	40,8%
Índice de Preços por Atacado ( OG ) .....	35,5%	43,0%
Índice de Preços por Atacado ( OG ) - Produtos Agrícolas .....	34,2%	47,6%
Índice de Preços por Atacado ( OG ) - Produtos Industriais .....	35,5%	39,9%

As contas externas, no exercício sob exame, refletem um déficit na balança comercial, correspondente a US\$ 1 bilhão e um déficit em conta corrente de US\$ 6 bilhões.

Entretanto, o balanço de pagamentos fechou o exercício com superávit graças à entrada maciça de empréstimos estrangeiros, de modo que a nossa dívida externa bruta alcançou o montante de US\$ 42 bilhões, enquanto as reservas internacionais subiram para US\$ 12 bilhões.

As exportações conseguiram ultrapassar em 4,4% os valores de 1977. O montante de US\$ 12,6 bilhões, referentes às exportações em 1978, foi obtido graças a um grande esforço no quantum exportado, visto que o preço unitário de venda caiu.

Todavia, as importações, que haviam permanecido quase que estacionárias durante 4 ( quatro ) anos, tiveram um resultado em 1978 decepcionante. Com um incremento de 13,7% sobre o ano anterior, alcançou a cifra de US\$ 13,6 bilhões.

O Balanço de Serviços, cuja posição deficitária é histórica, apresentou um resultado negativo de US\$ 5 bilhões, cuja elevação no exercício, comparativamente ao ano anterior, deve-se, em grande monta, ao crescente endividamento que passou a pressionar as remessas de juros para o exterior.

Assim sendo, o saldo negativo na conta de transações correntes teve de ser compensado pela entrada líquida de capitais da ordem de US\$ 9,4 bilhões, conforme discriminação abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	US\$ bilhões
Investimentos Líquidos .....	0,9
Empréstimos e Financiamentos .....	13,5
Menos:	
Amortizações .....	5,0
Entrada Líquida de Capitais .....	9,4

## 1.2. O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento

O Processo de Desenvolvimento da Economia Brasileira sempre se revestiu de caráter adaptativo à estrutura e conjuntura econômica internacional.

A política Monetária adotada nesse sentido propiciou raras modificações na estrutura sócio-econômica do país, na medida em que a sua orientação sempre foi no sentido de promover o crescimento econômico, mediante o crescimento do Produto Interno Bruto e tendo este como padrão de desenvolvimento.

Mediante esse Processo é a inflexibilidade estrutural da economia, as políticas econômicas adotadas perdem em grande monta a sua eficácia pela dependência a fatores exógenos ao próprio sistema.

Daí a dificuldade, não obstante o esforço da inteligência governamental no combate à inflação e em equilibrar o Balanço de Pagamentos e, conseqüentemente, o persistente crescimento do nosso endividamento externo.

A despeito do sucesso obtido em alguns anos, nos quais o crescimento do PIB alcançou taxas elevadas, período que se denominou de "milagre brasileiro", bastou que as condições internacionais se mostrassem desfavoráveis para que se refletisse no país, o retrato de sua vulnerabilidade diante das crises externas e o perfil dos desequilíbrios internos.

As políticas econômicas adotadas, na medida em que são produzidas de cima para baixo, nem sempre, ou na maioria das vezes, se apresentam adequadas, resultado de um imperfeito equacionamento das potencialidades locais e de não levar em conta a capacidade de resposta da estrutura econômica.

A concepção de desenvolvimento, em grande parte influenciada pelas economias avançadas, tem se revestido de um caráter essencialmente material, de forma que o trinômio crescimento econômico - industrialização - taxa de crescimento do PIB, passou a preponderar, a qualquer custo, como padrão de desenvolvimento sem o questionamento sobre a repartição do produto gerado.

Nessa concepção é que as políticas econômicas passaram a dar ênfase ao processo de industrialização do País.

Todavia, diante da característica escassez de recursos básicos para a produção industrial — determinados insumos, tecnologia, bens de capital e capital financeiro — não seria possível obter resposta a curto e médio prazo do sistema sem a ajuda externa.

Assim sendo, foi necessário criar incentivos de toda ordem para atrair os capitais externos, de forma a obter os resultados almejados.

Sem dúvida, a dinamização do setor secundário da economia, mediante os investimentos estrangeiros, além de contar com os incentivos de política monetária, fiscal, tributária, etc., teve à sua disposição crescentes reservas de mão-de-obra barata e fácil acesso aos recursos naturais disponíveis, com reflexos estimuladores em termos de custo de produção.

Em contrapartida, a ênfase dada à industrialização teve como consequência o comprometimento das atividades do setor primário, cuja incipiente capacidade de absorver mão-de-obra contribuiu para o permanente êxodo da população do campo para as zonas urbanas.

Por outro lado, a industrialização requer um perfil de demanda capaz de atender a oferta de bens de consumo duráveis, cuja inexistência, induziu à adoção de um modelo concentrador de renda.



A política concentracionista teve por fim não somente criar demanda para os bens de consumo duráveis, mas também, elevar o nível de poupança interna para financiar os investimentos.

Entretanto, grande parte das poupanças assim geradas, bem como as externas, deixaram de se reproduzir em investimentos produtivos.

Com efeito, grandes parcelas de poupanças foram, do lado nominal, financiar o consumo de grande parcela da população de baixa e média renda e atender à diversificação do consumo da população de alta renda.

Do lado real, as poupanças canalizadas para a produção industrial tiveram como contrapartida a diversificação de produtos e o condicionamento da demanda mediante a propaganda, com o comprometimento do desenvolvimento de técnicas de produção mais eficientes.

Na verdade, essas distorções dos mecanismos de captação-aplicação de crescentes volumes de poupanças (externas e internas) propiciaram as aplicações financeiras especulativas e o surgimento de um gigantesco sistema de intermediação financeira, cujas operações junto aos setores produtivos se viram prejudicadas, na medida em que as taxas de juros de mercado (inclusive correção monetária) superaram a eficiência marginal do capital.

Por outro lado, não obstante as pressões decorrentes das elevações nos preços de petróleo, a partir de um certo tempo, o crescente endividamento externo passa a pressionar o balanço de pagamentos e a demandar novos empréstimos, num processo causativo circular, com graves repercussões nos preços internos.

Essa situação se agrava, na medida em que a variável utilizada pelo Governo, na tentativa de reverter essa tendência — as exportações — depende da demanda exterior, portanto, um instrumento exógeno ao sistema.

Sem embargo, o modelo econômico brasileiro encontra-se em um impasse, cuja solução, requer profundas modificações que fogem ao aspecto estritamente econômico.

A predominância de valores estritamente econômicos no processo de promoção do desenvolvimento brasileiro, tem exigido elevados custos sociais e crescentes vulnerabilidade e dependência à estrutura e conjuntura econômica internacional.

Sob a ótica econômica, o processo de acumulação da economia, apoiada na introdução de novos produtos, como é a nossa, ver o caso brasileiro, segundo Celso Furtado (Pequena Introdução do Desenvolvimento — Editora Nacional — 1980), sem que se modifique a eficiência dos processos produtivos, quando seja tecnicamente possível, requererá crescentes desigualdades sociais.

E, mais ainda, continua o autor, na ausência de modificações na disponibilidade de recursos naturais, na tecnologia e na composição da demanda final, a acumulação como formação de capital tende necessariamente a um ponto de saturação.

Referimo-nos, anteriormente, à incompatibilidade entre as políticas econômicas adotadas e as potencialidades locais, bem como, à capacidade de resposta da estrutura econômica. Apoiando nossa tese, ou por ironia do destino, o setor primário, apesar de marginalizado desse processo, foi o que efetivamente mais contribuiu para pagar as nossas importações.

### 1.3. Endividamento e Vinculação de Recursos — Uma Questão Nacional.

A concentração das fontes de receita do poder nas mãos da União, constitui indiscutivelmente a principal característica da Reforma Tributária, a partir do advento da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965.

Essa concentração foi justificada pelo imperativo de tornar mais eficiente a Política Fiscal como instrumento de Política Econômica.

Os efeitos negativos dessa Reforma, em termos de perda de recursos pelos Estados e Municípios, é inquestionável, tanto que ao mesmo tempo foi criado um mecanismo de compensação mediante a transferência de uma parcela da receita de tributos federais, através dos Fundos de Participação.

Entretanto, esse paternalismo federal, representado inicialmente pela transferência de 10% do IPI e IR, só foi adotado no segundo exercício de vigência da Reforma, ou seja, em 1968. Em 1967 e no período 1969/75, o percentual da receita dos referidos tributos se situaram abaixo dos 10% estabelecido pela Emenda Constitucional nº 18/65.

Dessa forma, se compararmos os valores efetivamente recebidos pelos Estados com aqueles estimados com base na percentagem prevista na Reforma (10%), teremos uma perda de receita estimada, em termos reais, no período 1967/77, da ordem de Cr\$ 27 bilhões.

Esse montante representa 34,1% do total efetivamente recebido pelos Estados no período de 10 (dez) anos.

Paralelamente, as estimativas de perda de receita dos Estados em valores reais, face aos incentivos à exportação na área do ICM e a gradativa redução de sua alíquota, atingiram as cifras de Cr\$ 24 bilhões, no período 1977/70, e Cr\$ 77 bilhões, no período 1977/71, respectivamente.

Conseqüentemente, com a implantação da Reforma, a receita tributária líquida da União passou a crescer num ritmo bastante superior ao das Unidades da Federação e, mais ainda, a perda da receita tributária dos Estados em acompanhar o crescimento do PIB foi transferida para a União, que passou a apresentar uma evolução bem superior ao seu crescimento.

O quadro a seguir demonstra a conclusão anterior:

#### ÍNDICE DE EVOLUÇÃO

PERÍODO	REC. LÍQUIDA DA UNIÃO	REC. LÍQUIDA DOS ESTADOS	PIB
1957	49,5	48,6	61,2
1958	61,7	55,1	65,9
1959	60,3	60,7	69,6
1960	67,8	65,4	76,3
1961	69,2	70,0	84,2
1962	67,8	72,3	88,7
1963	73,3	72,9	90,0
1964	77,7	81,1	92,6
1965	82,5	91,8	95,1
1966	100,0	100,0	100,0
1967	79,2	95,7	104,8
1968	125,2	123,4	114,5
1969	160,7	133,9	124,8
1970	169,7	141,5	136,7
1971	190,5	147,8	152,1
1972	235,9	167,1	167,9
1973	281,5	193,8	187,0
1974	317,0	207,6	205,0
1975	329,7	215,2	213,2
1976	380,8	230,8	232,0
1977	385,4	242,4	242,9

As perdas de receitas mencionadas anteriormente, conduziram os Estados a um elevado nível de endividamento, cujo montante, segundo dados da SEF/MF, em termos reais, no período 1972/77, atingiu Cr\$ 380 bilhões.

Esse crescente endividamento ao demandar crescentes encargos, acaba por exaurir a capacidade de poupar dos Estados e por fazer com que a amortização da dívida seja demasiado lenta.

Cutro fato, é que a perda da capacidade de investir dos Estados se agrava em função de uma série de encargos adicionais que o próprio sistema de vinculações imposto pelo Governo Federal traz, quando da exigência de aplicações complementares de recursos ou gastos com a manutenção de obras e projetos decididos pela União.

A esse respeito, em palestra proferida na Reunião Extraordinária do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) e encerramento do IV Congresso Nacional de Administração do ICM, realizado em Manaus, em julho de 1978, o então Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, tecendo considerações sobre problemas de política tributária, ressaltou:

"... no horizonte visível a curto prazo, pelo menos uma modificação parece impor-se no que tange às receitas dos Estados, sobretudo no seu relacionamento com o Governo Federal; a maior flexibilidade de uso dos Fundos de Participação do IR e do IPI — pois, como sabemos, os Estados são obrigados a atender a uma série de vinculações, de administração razoavelmente complicada que, de alguma forma, lhes tolhe a liberdade dentro do princípio federativo".

Sem dúvida, a má distribuição das rendas tributárias, o caráter concentrador de renda dos tributos que compõem o nosso Sistema Tributário, as vinculações a que se subordinam as transferências federais e a falta de uma política efetiva de melhor distribuição dos benefícios de nossa economia, levaram os Estados e Municípios a uma situação caótica em suas finanças.

Gostaríamos de deixar patente, que a gradativa vinculação de recursos e o crescente endividamento são questões nacionais. Em grande monta, têm contribuído para o elevado grau de ineficiência dos investimentos públicos.

A exemplo, toda a receita orçamentária da União encontra-se vinculada, retratando uma pulverização de recursos entre uma infinidade de Fundos, comprometendo o comando de nossa Política Econômica.

Sendo assim, o advento da Reforma Tributária, tendo como fundamento a maior eficiência da Política Fiscal como instrumento de Política Econômica, fica comprometido.

#### 1.4. A Dependência Financeira dos Municípios

Nós não poderíamos deixar de ressaltar e tecer alguns comentários sobre as considerações do TCU sobre um assunto que, segundo o relator do parecer sobre as Contas do Governo da República, referentes ao exercício de 1978, pela sua alta relevância, têm sido objeto de constante preocupação daquela Corte, das autoridades governamentais, do debate parlamentar e da própria opinião pública, através de ampla discussão nos órgãos de imprensa.

Esse assunto refere-se aos problemas inerentes aos Fundos de Participação dos Estados, dos Municípios e do Fundo Especial.

Deve-se destacar a importância do TCU, na medida em que diante da missão de fiscalizar a aplicação dos recursos desses Fundos, tem oportunidade de sentir de perto os problemas dos Municípios brasileiros em geral e em particular.

Para que se tenha idéia, em termos monetários, a significação do FPM para os Municípios brasileiros, é oportuno termos em mente o quadro a seguir, referente à distribuição pela União aos Municípios dos recursos oriundos de participações em receitas tributárias federais, em 1978:

#### DISCRIMINAÇÃO

Cr\$ 1,00

— Fundo de Participação dos Municípios..... 13.286.173.195  
— Imposto Territorial Rural ..... 384.402.940

— Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes .....	3.096.260.642
— Imposto Único sobre Energia Elétrica .....	954.342.530
— Imposto Único sobre Minerais .....	574.862.730
<b>T O T A L .....</b>	<b>18.296.042.037</b>

O Relatório do TCU, destaca que metade dos Municípios brasileiros têm sua principal receita no Fundo de Participação e a outra metade no ICM. E, mais ainda, nos Municípios de baixo coeficiente, o FPM varia entre 80% a 90% da receita total.

Essa dependência, segundo o TCU, está na razão inversa do nível de desenvolvimento da atividade econômica do Município. Em outras palavras, quanto mais desenvolvido o Município, maior a sua capacidade para gerar receitas próprias e ICM, menor, portanto, a dependência financeira aos recursos do FPM.

A essa altura é oportuno um comentário do ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, durante a Reunião Extraordinária do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) e encerramento do IV Congresso Nacional de Administração do ICM, realizado em Manaus, entre 24 e 28 de julho de 1978:

"Parece-me, também, haver ainda um outro problema que é do consenso de todos os Secretários de Fazenda, embora não diga respeito propriamente ao problema dos Estados, mas sim dos Municípios. Trata-se da melhoria da distribuição do ICM entre os Municípios, naquela cota-parte de 20% que lhes é distribuída. Hoje, o critério que prevalece é o do valor adicionado: os Municípios recebem esses 20% de ICM proporcionalmente àquilo que geram do valor adicionado. A observação tem mostrado que, embora o valor adicionado seja um parâmetro significativamente importante, certamente não é o único e, sobretudo, não é um parâmetro capaz de medir as necessidades individuais de cada um dos Municípios, ou pelo menos as necessidades comparativas de cada Município. É indigêntivel que o critério do valor adicionado cria o famoso problema do contraste dos municípios—"dormitórios", com os municípios—"industriais", um contraste que deveríamos abrandar".

O Relatório expõe, ainda, o excesso de vinculações das quotas dos fundos de participação e das outras transferências federais, sem ter em conta as peculiaridades e efetivas necessidades regionais e locais. A esse respeito conclui:

- é antiplanejamento, além de contrariar os princípios da descentralização e da autonomia municipal;
- não decorre das necessidades de serviço do Município, mas busca a relação existente entre as exigências de vinculações e os gastos Municipais, sem a preocupação da adequação entre necessidades e exigências de gastos; e
- a vinculação de recursos a investimentos em programas de Saúde e Educação levará a uma taxa de crescimento das despesas operacionais muito maior do que a taxa de crescimento de receita total, reduzindo, portanto, progressivamente, a capacidade de poupança.

Finalizando, conclui o Relatório do TCU, tratar-se de uma estrutura financeira resultante do atual Sistema Tributário Brasileiro — originário da Emenda nº 18, de 1965, à Constituição de 1946 — cuja principal característica é a centralização do poder de decisão a nível federal, de modo a possibilitar o manejo dos tributos como instrumento da política econômica. Nesse sentido, a reversão dessa tendência requer que qualquer medida legal seja antecedida de uma tomada de posição no sentido de engajar os Municípios no processo de desenvolvimento nacional, ou seja, uma proposição política que possibilite a efetiva interiorização do desenvolvimento.

## II - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Código Tributário Nacional ( Lei nº 5 172/66 ), no seu Título IV, trata da Administração Tributária, que ali abrange, basicamente, os aspectos concernentes à Fiscalização e à Dívida Ativa.

Entretanto, sob esse mesmo título — Administração Tributária — o Relatório da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda aborda as medidas adotadas, durante o período a que se referem as Contas ora examinadas, no âmbito da política tributária. Seria até mais apropriado dizer-se que essa parte do Relatório compreende a análise retrospectiva das principais medidas de ordem legal, tomadas em 1978, segundo as diretrizes da política tributária.

E nesse sentido, portanto, que vamos examinar o capítulo referente à Administração Tributária.

De acordo com o mencionado Relatório, as preocupações básicas do Órgão encarregado da administração dos tributos federais, dentro do princípio de correção das distorções conjunturais de ordem econômico-fiscal, foram as seguintes: redistribuição pessoal e regional de renda; reequilíbrio das relações com o exterior; política de estímulos fiscais, visando ao desenvolvimento do mercado de capitais e ao fortalecimento de setores prioritários. Além disso, a Secretaria da Receita Federal deu seguimento ao trabalho de aperfeiçoamento da atividade administrativa-fiscal, sobretudo naquilo que se refere ao relacionamento fisco-contribuinte.

O imposto sobre a renda foi objeto de amplas alterações e reajustes, tendo em vista, especialmente, segundo o Relatório da IGF-MF, corrigir a relação "progressividade do imposto sobre a renda / regressividade do total de impostos", o que implica, em cada exercício, "maior participação percentual no tributo direto".

Dentro dessa linha, conforme esclarece o Relatório, "as alterações no imposto sobre a renda, em especial o incidente sobre pessoas físicas, objetivaram realocar a carga tributária de modo a beneficiar as classes de menor renda ( principalmente assalariados ), eliminar ou minimizar fatores de evasão e regressividade, bem como introduzir melhoria substancial no perfil de redistribuição da renda".

Nesse contexto, é de se destacar o Decreto-lei nº 1 648, de 18/12/78, que, alterando dispositivos do Decreto-lei nº 1 598, de 26/12/77 e introduzindo novos ajustes na sistemática do imposto sobre a renda, adaptou a legislação específica à Lei das Sociedades por Ações ( Lei nº 6 404, de 15/12/76 ). Outras medidas importantes, com relação a este tributo, foram produzidas pelos Decretos-leis nºs 1 621, de 13/04/78, que concedeu incentivos à capitalização da empresa privada nacional e ao financiamento da pequena e média empresa de regiões menos desenvolvidas; 1 641, de 07/12/78, que instituiu a tributação do lucro apurado por pessoa física na alienação de imóveis acima do limite ali estabelecido; 1 642, de 07/12/78, que introduziu algumas modificações na sistemática do imposto - pessoa física; e 1 647, de 18/12/78, que alterou a Lei nº 6 408, de 1977, a qual dispõe sobre o "regime de tributação simplificada para as pessoas jurídicas de pequeno porte e estabelece isenção do imposto sobre a Renda em favor daquelas que auferem reduzida receita bruta".

No que concerne aos impostos indiretos, em particular o imposto sobre produtos industrializados - IPI, o Relatório da IGF-MF ressalta as transformações qualitativas produzidas, sobretudo com a acentuada concentração nas incidências sobre produtos supérfluos ( cigarros, bebidas e outros ), ao passo que foram consideravelmente beneficiados, com isenção total ou diminuição de alíquotas, inúmeros produtos, de preferência aqueles incluídos dentre os de maior consumo popular, como produtos alimentares, farmacêuticos, escolares, de vestuário, calçados, higiene, os móveis, eletrodomésticos, e outros.

Com essa estratégia, observa o Relatório, "o imposto indireto passou a desenvolver ação complementar ao tributo sobre a renda". Este deve ser, realmente, o sentido da tributação indireta, tendente a realizar a justiça fiscal, que é a finalidade perseguida pela política tributária.

As medidas concretas, de maior importância, no âmbito do imposto sobre produtos industrializados, no ano de 1978, constam dos Decretos-leis nº 1 622, de 18/04/78; 1 627, de 02/06/78; e 1 630, de 17/07/78, este concedendo benefícios fiscais, especialmente na área do IPI, ao Programa Nuclear Brasileiro.

Relativamente aos incentivos fiscais à exportação, em 1978 foi editado o Decreto-lei nº 1 633, de 09/08/78, concedendo tais estímulos à exportação de manufaturados por empresas exportadoras de serviços.

## III - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIÃO

## 3.1 Introdução

Conforme o Relatório da IGF-MF, em 1978, a responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação correspondeu a um montante de Cr\$ 357.553 milhões, referentes a ORTNs e LTNs.

Comparativamente a dezembro do exercício anterior, essa responsabilidade representa um acréscimo nominal de 48,7%.

Mediante a colocação de títulos públicos federais, o Banco Central do Brasil conseguiu apurar recursos líquidos para o Tesouro da ordem de Cr\$ 12.489 milhões.

Esse resultado foi obtido através do confronto entre uma receita líquida de títulos ( ORTNs e LTNs ) de Cr\$ 368.108 milhões e uma despesa de Cr\$ 355.619 milhões.

Cabe ressaltar que a responsabilidade do Tesouro por títulos em circulação tem se situado em torno dos 10% do PIB, nos últimos 4 ( quatro ) anos.

O quadro a seguir dá uma visão sobre o comportamento da responsabilidade do Tesouro e da colocação líquida de títulos públicos federais, bem como, a comparação do primeiro com respeito ao PIB, no período de 1972 a 1978:

DÍVIDA INTERNA FEDERAL EM TÍTULOS  
- 1972 a 1978 -

PERÍODO	Responsabilidade do Tesouro (ORTN+LTN) (A)	Colocação Líquida (1) (B)	Cr\$ milhões	
			Produto Interno Bruto (C)	A/C %
1972	26.179	6.886	363.174	7,2
1973	38.344	5.757	498.307	7,7
1974	47.769	2.627	719.519	6,6
1975	97.512	31.649	1.009.380	9,7
1976	153.801	10.765	1.557.469	9,9
1977	240.391	22.136	2.326.100*	10,3
1978	357.553	9.359	3.476.723*	10,3

(1) Nos resgates incluem-se juros.

(\*) Dados estimados.

## 3.2 O Desempenho das ORTNs

A colocação de ORTN em 1978 atingiu a cifra de Cr\$ 26.136 milhões, correspondentes a Cr\$ 13.253 milhões de subscri-

ções voluntárias, Cr\$ 12.380 milhões especiais, Cr\$ 500 milhões com pulsórias e Cr\$ 3 milhões referentes a subscrições alternativas ao pagamento de tributo.

Dessa forma, deve-se destacar que as subscrições voluntárias, efetuadas exclusivamente através do Sistema de Substituição, representaram 51% do total subscrito no exercício.

De acordo com o Relatório da IGF-MF, o Sistema de Substituição de ORTN conseguiu recolocar 77% dos títulos que se venceram no período, o que pode ser considerado satisfatório, face à situação do mercado de papéis de renda fixa.

Contribuiu para esse desempenho a Portaria nº 229, de 18 de maio de 1978, elevando as taxas de juros das ORTNs de 4% a.a. para 6% a.a., e de 6% a.a. para 8% a.a., para os títulos de 2 a 5 anos de prazo, respectivamente.

Essa medida tornou os papéis mais competitivos, estimulando as negociações em mercado que vinham se apresentando fracas em decorrência da mudança da fórmula de cálculo das ORTNs e de promulgação da Resolução nº 366 do Banco Central do Brasil.

Das ORTNs colocadas em caráter especial, segundo autorização do Ministro da Fazenda ou do CMN, Cr\$ 7.340 milhões devem-se aos repasses destinados às empresas públicas para fazer face a projetos prioritários.

O resgate de ORTNs é representado por uma despesa da ordem de Cr\$ 24.389 milhões. Conforme o Relatório da IGF-MF, o dispêndio com juros e comissões foi de Cr\$ 7.925 milhões, sendo liberados Cr\$ 3.150 milhões no exercício.

O prazo médio da dívida com ORTN situou-se, em 1978, em 27 meses e 12 dias. Com respeito ao exercício anterior, correspondeu a uma redução de 3 meses no prazo médio e ocorreu, conforme o Relatório da IGF-MF, das baixas emissões de ORTNs do exercício em tela.

O Relatório da IGF-MF destaca a preferência no exercício, ao contrário do anterior, pelo reajustamento do valor das ORTNs, acentuada a partir de fevereiro, segundo a correção monetária, apesar da prorrogação da opção pela correção cambial e do advento da Portaria MF nº 331/78, que permitiu aos portadores de ORTN emitidas até 30 de junho de 1979, optar, no resgate, pelo reajustamento do valor do título segundo a correção monetária ou cambial.

### 3.3. O Desempenho das LTNs

O caráter limitativo da expansão dos meios de pagamentos caracterizou a atuação do Departamento da Dívida Pública em 1978.

A política anti-inflacionária do Governo condicionou as autoridades monetárias à utilização intensiva das operações de mercado aberto de forma a regular a liquidez bancária a fim de evitar que bruscas oscilações pudessem induzir pressão exagerada ao Sistema.

Consequentemente, o aumento do volume de ofertas públicas de Letras do Tesouro Nacional, pelo Banco Central, contribuiu para a elevação no exercício, do saldo em circulação, atingindo ao final do ano o correspondente a Cr\$ 194.508 milhões.

Tendo-se em conta o saldo em circulação de LTNs, em dezembro de 1977, da ordem de Cr\$ 121.001 milhões, essa elevação representa um acréscimo nominal de 61%.

O quadro que se segue apresenta as emissões e resgates de LTNs e os saldos em circulação referentes ao exercício de 1978 e o anterior:

### LETRAS DO TESOUREO NACIONAL 1978

PRAZO	Cr\$ milhões				Incr. ou decr. (B/A)
	1977	1978		1978	
	Saldo em Circulação (A)	Emissão	Resgate	Saldo em Circulação (B)	
91 dias .....	26.000	145.000	126.496	44.504	71,2
182 dias .....	74.000	223.000	175.096	121.904	63,6
365 dias .....	21.001	29.000	21.001	29.000	38,1
TOTAL .....	121.001	397.000	323.493	194.508	60,7

O Relatório da IGF-MF ressalta que do total das emissões efetuadas no exercício, ou seja, Cr\$ 397.000 milhões, couberam às instituições financeiras Cr\$ 183.417 milhões, e Cr\$ 213.583 milhões foram absorvidos pela Carteira do Banco Central, com vistas a realização de operações de mercado aberto e de repasse às empresas da administração indireta.

A expectativa quanto à inflação e à liquidez da economia fizeram com que algumas entidades apresentassem propostas de compras nas ofertas públicas, com taxas de desconto acima daquelas vigentes no mercado, fazendo com que o volume de LTNs proposto pelas instituições financeiras montasse a cifra de Cr\$ 418.856 milhões.

Após a oferta de 4 de janeiro de 1978, as taxas de desconto no mercado primário tenderam a declinar durante o primeiro semestre. Inicialmente de 34,80% a.a., findou o semestre com 31,12% a.a.

Conforme o Relatório da IGF-MF, influíram para esse comportamento declinante das taxas de desconto a ocorrência de melhor posição da liquidez, sem todavia reduzir mais ainda essas taxas, pela cautela demonstrada no mercado diante da expectativa de elevação futura das taxas, bem como em consequência das previsões sobre acréscimos no Índice de Preços por Atacado.

O segundo semestre apresentou uma tendência altista nas taxas de desconto no mercado primário. Deve-se às medidas do Conselho Monetário Nacional, de forma a conter o crescimento dos meios de pagamentos, criando, assim, situação de liquidez menos favorável ao sistema.

Consequentemente, as taxas vieram a se situar, no final do exercício, entre 37,45% a.a. e 35,85% a.a.

Finalmente, cumpre destacar que do total de LTNs em circulação, coube ao setor privado, ao final do exercício, uma participação expressiva de 60% de toda a dívida com esses títulos. A Carteira do Banco Central, com um total de Cr\$ 36.977 milhões representando o percentual de 19%.

### 3.4. OTNs — Tipo Não Reajustável

O quadro que se segue apresenta a evolução da responsabilidade do Tesouro Nacional por Obrigações do Tesouro Nacional — OTN — Tipo Não Reajustável:

### OBRIGAÇÕES DO TESOUREO NACIONAL — TIPO NÃO REAJUSTÁVEL Saldo em fim do período

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ milhões				
	1974	1975	1976	1977	1978
TOTAL	32	36	88	101	296
Emissão .....	32	32	77	81	261
Juros .....	-	4	11	20	35

Essas Obrigações, de modalidade nominativa-endossável, tem prazo variável, em função do tipo de operação e taxa de juros de 1% a.m., capitalizados mensalmente.

As OTNs estão vinculadas às operações destinadas ao pagamento de créditos fiscais. Consideradas de caráter especial, cada operação depende de autorização do Presidente da República, cabendo ao Ministro de Estado da Fazenda a fixação dos juros e dos prazos e a autorização para a sua transferência.

Conforme o Relatório da IGF-MF, essas emissões foram autorizadas mediante o Decreto-lei nº 1 345, de 11 de setembro de 1974, e teve por objetivo criar um instrumento capaz de viabilizar o recebimento de créditos tributários que dependessem de parcelamento ou de medidas especiais previstas na legislação tributária.

Dessa forma, continua o Relatório, a emissão desses papéis e o seu resgate são realizados pelo Departamento da Dívida Pública do Banco Central, que também efetua o trâmite de cessão de propriedade por intermédio de endosso ao Tesouro Nacional, ficando as OTNs custodiadas no Banco até o seu vencimento.

As emissões, que em 1974 foram de Cr\$ 32 milhões, no exercício em exame foram mais de 5 ( cinco ) vezes superior, atingindo um total acumulado de Cr\$ 261 milhões.

### 3.5. LTN — Emissão Especial

De acordo com o Relatório da IGF-MF, o Poder Executivo foi autorizado a promover a liquidação do saldo devedor, junto ao Banco do Brasil S/A, relativo às operações anteriores à Lei nº ... 4 595, de 31 de dezembro de 1964.

Mediante competência delegada pela Lei nº 6 588, de 16 de novembro de 1978, o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 20/12/78, autorizou o Banco Central a proceder à emissão especial das LTNs no montante relativo às responsabilidades do Tesouro Nacional.

Nesse sentido, em 28 de dezembro de 1978, foram emitidas as LTNs nominativas inegociáveis, com resgate para o dia 16 dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir de 1980, e em valores correspondentes a 1/16 ( um dezesseis avos ) do total de responsabilidades a regularizar.

As taxas de juros estabelecidas foram de 6% a.a., calculadas sobre o valor nominal das Letras, com fluência a partir de 16 de novembro de 1978, cujos pagamentos deverão ser realizados por ocasião dos resgates das Letras.

Esses títulos deverão ser totalmente resgatados até 16 de novembro de 1987 e, para fazer face às despesas com os resgates e pagamentos dos juros, serão consignadas, anualmente, dotações específicas no Orçamento da União.

O quadro a seguir especifica as condições e características das emissões:

#### LETRAS DO TESOURO NACIONAL

Lei nº 6.588, de 16/11/78

(Emissão em 28/12/78)

Nº do Título	Data do Vencimento	Valor Nominal Cr\$
001	16/05/80	94.557.798,67
002	16/11/80	94.557.788,00
003	16/05/81	94.557.788,00
004	16/11/81	94.557.788,00
005	16/05/82	94.557.788,00
006	16/11/82	94.557.788,00
007	16/05/83	94.557.788,00
008	16/11/83	94.557.788,00
009	16/05/84	94.557.788,00
010	16/11/84	94.557.788,00
011	16/05/85	94.557.788,00
012	16/11/85	94.557.788,00
013	16/05/86	94.557.788,00
014	16/11/86	94.557.788,00
015	16/05/87	94.557.788,00
016	16/11/87	94.557.788,00
017	16/05/80	112.484.250,98
018	16/11/80	112.484.243,00
019	16/05/81	112.484.243,00
020	16/11/81	112.484.243,00
021	16/05/82	112.484.243,00
022	16/11/82	112.484.243,00
023	16/05/83	112.484.243,00
024	16/11/83	112.484.243,00
025	16/05/84	112.484.243,00
026	16/11/84	112.484.243,00
027	16/05/85	112.484.243,00
028	16/11/85	112.484.243,00
029	16/05/86	112.484.243,00
030	16/11/86	112.484.243,00
031	16/05/87	112.484.243,00
032	16/11/87	112.484.243,00
T O T A L .....		3.312.672.514,65

Nota: Juros de 6% a.a., com fluência a partir de 16/11/78.

### 3.6 Política Monetária

A Política Monetária é realizada mediante o Sistema Financeiro Nacional, que se constitui do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil S/A e das demais Instituições Financeiras públicas e privadas.

Essa Política consiste em um conjunto de medidas emanadas das Autoridades Monetárias que, atuando basicamente sobre a massa monetária e as taxas de juros, visam controlar a liquidez do sistema de forma a compatibilizar a procura e oferta de bens e serviços.

Ajustada às diretrizes da política econômica global, em termos de países subdesenvolvidos, tem se traduzido na manutenção das taxas de crescimento econômico, sem o prejuízo de certo grau de estabilidade nas contas externas e controle da inflação.

É uma Política primordialmente de curto prazo, cuja preocupação das Autoridades Monetárias, em mantê-la sob seu controle, decorre da necessidade de se estabelecer um volume de moeda manual e bancária a níveis desejados de forma a evitar expansões ou contrações acentuadas que, refletindo-se na alta ou na baixa generalizada dos preços, possa causar danos às atividades econômicas.

A Política Monetária, sob a ótica de política econômica visa, em maior instância, a consecução dos seguintes objetivos:

- 1) O Pleno emprego,
- 2) A minimização dos índices de inflação, e o
- 3) Equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Dessa forma, ela deve manter estreita vinculação com a Política Fiscal de forma a eliminar as pressões do lado da demanda



agregada, via redução dos *deficits* orçamentários, e a desenvolver canais não inflacionários de financiamento ao Tesouro, mediante a Administração da Dívida Pública.

A sua vinculação com a Política Cambial é demandada pela necessidade de promover a estabilidade externa da moeda, com vistas ao equilíbrio do Balanço de Pagamentos, pois as oscilações bruscas de entrada ou saída de divisas externas podem provocar pressões na expansão monetária interna.

Cumpra destacar que o Orçamento Monetário é básico na formulação da Política Monetária e consiste em um modelo contábil, reunindo um conjunto de notas quantitativas de crédito relativas às instituições financeiras públicas e privadas.

Basicamente, os instrumentos de Política Monetária, de que se valem as Autoridades Monetárias para atuar no sistema econômico, são os seguintes:

Depósito Compulsório,

Operações de redescontos,

Operações de mercado aberto,

Controle seletivo de crédito, e

Mediações junto aos bancos comerciais.

### 3.7. A Política Monetária em 1 978

Consoante o Relatório da IGF-MF, no exercício de 1 978 foi marcante a orientação da política monetária do governo, no sentido de compatibilizar o estoque de moeda com os adjetivos globais de controle da inflação, de equilíbrio do balanço de pagamentos e de crescimento do PIB.

Nesse sentido e conforme orientação do Comitê de Mercado Aberto e do Banco Central do Brasil, o Departamento da Dívida Pública procurou acompanhar a evolução do mercado financeiro de forma a atender simultaneamente ao giro da dívida e à eficácia das Operações de Mercado Aberto.

A totalidade dos títulos ofertados de 91 a 182 dias, que haviam alcançado o montante de Cr\$ 3.500 milhões em setembro de 1 978 e Cr\$ 5.000 milhões em agosto de 1 978, respectivamente, a partir de 20 de dezembro de 1 978 sofreram reduções em função do congelamento dos empréstimos externos e da maior procura de recursos nessa época do ano. Fato que, segundo o Relatório da IGF-MF, não significou alteração na condução da política monetária, pois o mercado, inclusive, já vinha, nessa ocasião, efetuando reduzido volume de compras e vendas, bem como limitando sua participação nas ofertas públicas.

Ao longo do exercício, as operações da Dívida Pública resultaram em impacto expansionista, o que levou as operações de Mercado Aberto a voltarem-se para a retirada de recursos monetários em excesso na economia.

Entretanto, só foi possível às operações de Mercado Aberto neutralizarem amplamente o impacto expansionista nos três primeiros trimestres do exercício, pois algumas ocorrências, que serão tratadas adiante, fizeram com que o Banco Central do Brasil se visse na contingência de efetuar compras substanciais de LTNs, anulando, a partir do último trimestre, a contração monetária que vinha sendo desenvolvida.

O quadro a seguir apresenta o impacto das Operações com títulos federais em 1 978:

IMPACTO MONETÁRIO DAS OPERAÇÕES COM TÍTULOS FEDERAIS  
1978

DISCRIMINAÇÃO	RETIRADA (-) OU INJEÇÃO (+)				
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
I - OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO	- 14.071,3	- 41.275,9	- 40.210,5	+ 1.371,0	- 94.186,0
Vendas da Carteira					
• ORTN .....	10.506,0	26.673,3	18.656,7	11.617,2	67.453,2
• LTN .....	144.523,9	133.239,8	158.846,4	175.285,9	511.885,0
Compras para a Carteira					
• ORTN .....	11.009,1	10.902,5	14.354,7	16.320,9	52.587,2
• LTN .....	129.348,5	107.734,7	122.937,9	171.953,2	531.974,3
II - OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	+ 6.121,2	+ 28.425,2	+ 29.525,7	+ 22.751,6	+ 86.823,7
Subscrições de ORTN*	503,9	2.116,7	5.918,0	2.396,4	10.935,0
Leilão*					
• LTN .....	53.421,6	33.596,6	35.663,7	34.804,9	157.486,8
Resgate para o Mercado*					
• ORTN .....	2.919,8	6.336,8	7.844,4	4.168,0	21.269,0
• LTN .....	57.126,9	57.901,7	63.263,0	55.764,8	233.956,4
III - TOTAL	- 7.950,1	- 12.850,7	- 10.684,8	+ 24.122,6	- 7.363,0

(\*) Exclusive aquisições das Autoridades Monetárias.

3.8. As Operações da Dívida Pública e de Mercado Aberto e suas repercussões na liquidez do Sistema e no Volume de Negócios

Dos dados apresentados pelo Relatório da IGF-MF, podemos extrair que as Operações de Mercado Aberto, no exercício financeiro de 1978, se limitaram a neutralizar o impacto expansionista das Operações da Dívida Pública, não obstante essa orientação ter se revertido, a partir de 12 de outubro, em decorrência da instabilidade operacional da comunidade financeira, provocada pelo incidente envolvendo duas instituições.

Dessa forma, o efeito monetário contracionista líquido, até o terceiro trimestre do ano, que era da ordem de Cr\$ 31.485,6 milhões, se viu anulado com injeções de recursos da ordem de Cr\$ 25.493,6 milhões no último trimestre.

Consequentemente, no exercício, as Operações de Mercado Aberto, como instrumento de Política Monetária, surtiu pouco efeito no comportamento da liquidez do sistema e na movimentação do volume de negócios com LTNs no mercado, as quais dependeram, em grande monta, dentre outras, das seguintes variáveis:

- 1) dos recolhimentos e devoluções dos depósitos compulsórios;
- 2) da liberação ou congelamento dos constantes ingressos de recursos externos;
- 3) da política de desvalorizações cambiais;
- 4) do comportamento de caixa do Tesouro;
- 5) das operações de redescontos;
- 6) dos saques realizados pelas indústrias de São Paulo.

Ressalvada a segunda quinzena de fevereiro (até o dia 21) e o mês de abril, em que o mercado se apresentou pouco movimentado, devido aos recolhimentos dos depósitos compulsórios e dos saques das indústrias de São Paulo, bem como o equilíbrio observado no mês de junho, em decorrência das expectativas quanto ao encerramento do primeiro semestre e do congelamento por 30 dias dos recursos externos ingressados a partir de 21 de junho, a liquidez e o volume dos negócios tiveram um comportamento ascendente.

Entretanto, as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional para conter a expansão dos meios de pagamentos, dentre outras, o estabelecimento de um novo cronograma para a liberação dos empréstimos externos contribuiu para que as Instituições Financeiras diminuíssem suas negociações ao final do exercício, ao mesmo tempo em que reduziam sua participação nas ofertas públicas, fazendo com que o comportamento do mercado impedisse a retirada de recursos da economia pelo Departamento da Dívida.

A escassez e demanda de recursos elevaram, conseqüentemente, as taxas de juros de mercado e as taxas de desconto das LTNs.

Do que podemos observar, salvo melhor juízo, as autoridades governamentais têm encontrado grande dificuldade em conduzir a economia mediante a utilização dos instrumentos de política monetária.

Essa dificuldade, do nosso ponto de vista, decorre da complexidade que envolve a manutenção do volume de moeda manual e bancária a níveis desejados.

Sem embargo, apesar de que a criação de moeda manual se condiciona às emissões e ao controle dos encaixes bancários pelas Autoridades Monetárias, o comportamento do público e dos bancos, quanto à administração de suas disponibilidades, provocam um efeito

multiplicador dos meios de pagamentos. Dessa forma, os bancos criam moedas do mesmo modo, e até com maior intensidade do que o Tesouro ou o Banco Central.

Paralelamente, essa complexidade se agrava, na medida em que o manuseio dos instrumentos de política financeira internacional tem sido no sentido de maximizar o desenvolvimento econômico do País com o aporte de poupanças externas.

Nesse sentido, tem-se adotado o sistema de minidesvalorizações cambiais e a manutenção de *deficits* no saldo das transações em conta corrente do Balanço de Pagamentos.

Ora, como essas poupanças externas (*deficit* em transações correntes) devem ser financiadas mediante a obtenção de capitais de risco e empréstimos, o que induz o País a obter recursos para financiar o retorno desses capitais, além da necessidade de manter um nível de reservas compatível com a manutenção de sua credibilidade no mercado financeiro internacional, cria-se, assim, uma verdadeira ciranda financeira, cujo caráter predominantemente especulativo compromete o financiamento de atividades efetivamente produtivas.

Sem dúvida, como a taxa de juros de mercado mais a correção monetária passam a suplantam a eficiência marginal do capital reprodutivo, as poupanças contribuirão para a multiplicação de papéis negociáveis e financiamento do consumo de bens duráveis mais do que proporcionalmente à produção de bens e serviços, com o comprometimento do emprego, a elevação generalizada do Índice Geral de Preços e com os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos.

Podemos, de certa forma, justificar a nossa apreensão diante da inoperante política econômica, até então adotada, e da crescente vulnerabilidade da economia brasileira, face a conjuntura internacional, na medida em que podemos constatar o crescimento generalizado dos preços que, em 1975, foi da ordem de 29,4%, vindo a situar-se no patamar dos 40,8% no exercício sob exame.

Como também o fato de que para uma versão inicial do orçamento monetário, prevendo uma expansão dos meios de pagamento da ordem de 25%, em 1978, conseguimos praticamente dobrá-la, de forma que esta foi de 42,2%, no exercício.

O nosso endividamento externo, que no início da década, precisamente em 1970, era de US\$ 5,3 bilhões, alcançou, em 1978, o montante de US\$ 43,5 bilhões, o que representa, em 8 anos, um crescimento relativo de 720,7%.

### 3.9 O Mercado de ORTN

As Operações de Compra e Venda no mercado de ORTNs, no exercício financeiro de 1978, podem caracterizar-se de pouco movimentadas, ressalvado o crescente interesse por ORTNs em boa parte do período.

As instituições financeiras procuraram, simplesmente, o financiamento de suas carteiras, o que por diversas vezes fez com que as ORTNs ficassem sem cotação no mercado.

O elevado custo dos financiamentos e a expectativa quanto à possível redução na rentabilidade desses títulos, condicionaram a reduzida movimentação no mercado no primeiro trimestre do ano.

Embora com razoável volume de negócios, em meados de março observou-se maior interesse pelas ORTNs, bem como, dado o crescimento do Índice de Preços por Atacado, nos meses de março e abril, de 3,43% e 3,54%, respectivamente, o mercado demonstrou maior firmeza.

Não obstante o aumento das taxas de juros das ORTNs em junho, o mercado permaneceu pouco movimentado, tendo as institui-

ções procurado financiar suas posições de forma a evitar as pressões de encerramento do semestre.

Apesar de não se refletir em alteração significativa nas cotações das ORTNs, uma vez que a melhoria da liquidez e a concomitante redução do custo dos financiamentos compensaram a sua menor rentabilidade, a redução no Índice de Preços por Atacado — 2,51% — e a perspectiva de redução ainda maior na rentabilidade desses títulos, propiciaram uma elevação no volume de ofertas no mercado, no mês de agosto.

No mês de setembro, diante da redução nos recursos disponíveis e da incerteza com relação à liquidez futura, as instituições foram induzidas a não ampliar suas carteiras.

Apesar do reduzido volume do negócios, a partir de novembro o mercado voltou a demonstrar um maior interesse por ORTNs, conforme ressalta o trecho do Relatório da IGF-MF, a seguir transcrito:

" A partir de novembro o mercado voltou a demonstrar um maior interesse por esses ativos, em especial os vencíveis em 1 980 ( papéis de 2 anos a 6% a.a. ), que estiveram bastante procurados. A maior procura decorreu não só no acréscimo do Índice de Preços em outubro .... ( 3,20% ) e novembro ( 3,05% ), como, também, da possibilidade, no entendimento do mercado, de ocorrer uma aceleração na desvalorização cambial em futuro próximo. Apesar disso, permaneceu reduzido o volume de negócios, uma vez que, diante da rentabilidade crescente, os detentores dos papéis preferiram mantê-los em carteira.

O crescente interesse do mercado pelas ORTNs ao longo do ano, também se refletiu por ocasião dos "refundings" promovidos pelo Banco Central. Com efeito, pelo exame do quadro a seguir, observa-se que a relação entre a recolocação e o montante a ser repassado foi bastante significativa, principalmente no segundo semestre do ano, quando o total substituído pelo mercado situou-se, em média, em torno de 70%."

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL  
SISTEMÁTICA DE SUBSTITUIÇÃO  
(REFUNDING)

Cr\$ milhões

MESES	Total a Resgatar (1) (A)	RECOLOCAÇÃO (2)							TOTAL (E)	E/A%
		MERCADO		EXTRA MERCADO		BCB/BB/ PASEP/FGP				
		Valor (B)	B/A%	Valor (C)	C/A%	Valor (D)	D/A%			
Janeiro	1.256,2	169,5	13,5	14,8	1,2	355,9	28,3	540,2	43,0	
Fevereiro	432,2	21,5	5,0	11,3	2,6	141,0	32,6	173,8	40,2	
Março	1.541,5	60,1	3,9	117,0	11,5	959,8	62,2	1.196,9	77,6	
Abril	1.230,6	230,1	18,7	72,5	5,9	204,8	16,6	507,4	41,2	
Mai	1.871,2	707,8	37,8	97,3	5,2	157,3	8,4	962,4	51,4	
Junho	1.946,4	940,8	48,3	14,5	0,8	—	—	955,3	49,1	
Julho	1.450,1	564,1	38,9	23,1	1,6	638,4	44,0	1.225,6	84,5	
Agosto	860,5	465,4	70,5	66,7	10,1	—	—	532,1	60,6	
Setembro	5.068,8	4.360,4	86,1	216,0	4,2	111,5	2,2	4.687,9	92,5	
Outubro	1.177,3	675,5	57,4	80,1	6,8	242,5	20,6	998,1	84,8	
Novembro	1.114,3	863,1	77,5	43,9	3,9	—	—	907,0	81,4	
Dezembro	637,6	534,0	83,8	31,8	5,0	—	—	565,8	88,8	

(1) inclui juros.

(2) inclui os juros líquidos apropriados para permuta.

### 3.10. O Impacto Monetário

O impacto monetário observado no exercício de 1 978, em linhas gerais já foram mencionados anteriormente cabendo-nos refor-

çá-los mediante o presente capítulo onde nos limitaremos a destacar os principais fatos a respeito, constantes do Relatório da IGF-MF.

Como já foi referido anteriormente, apesar da orientação contracionista observada no início do exercício, em que as operações de Mercado Aberto procuraram neutralizar as maciças injeções de recursos no sistema através das Operações de Dívida Pública, problemas surgidos no dia 12 de outubro e as medidas restritivas adotadas pelas Autoridades Monetárias no mês de novembro, levaram o Banco Central a reverter essa orientação devido ao receio das instituições financeiras em ampliar suas carteiras de LTNs.

Dessa forma, o efeito contracionista resultante, verificado em setembro, da ordem de Cr\$ 19.961,9 milhões, alcançou ao final de dezembro somente Cr\$ 7.312,5 milhões.

A diminuição ocorrida, deve-se à insuficiente retirada de recursos do sistema, entre outubro e dezembro, da ordem de Cr\$ 8.192,3 milhões, em contrapartida às injeções de Cr\$ 20.841,7 milhões registradas através das Operações de Dívida Pública.

No que diz respeito às operações com LTN e ORTN junto ao Setor Público, o Relatório da IGF-MF ressalta que foram desenvolvidas conforme o esperado, a saber:

" No intervalo de janeiro a setembro, o saldo das operações combinadas de Dívida Pública e de Mercado Aberto apresentou-se contracionista em Cr\$ 11.523,7 milhões, dos quais Cr\$ 10.228,8 milhões na ORTN. No último trimestre do ano, os pedidos de liquidez solicitados por este setor para atender aos seus compromissos mantiveram-se dentro dos cronogramas pré-estabelecidos, tendo atingido o montante de Cr\$ 11.473,2 milhões, o que fez com que o impacto final mostrasse uma contração de Cr\$ 50,5 milhões.

Com relação às ORTNs, torna-se importante ressaltar o crescente interesse do mercado por esse tipo de ativo, uma vez que a ausência de colocações, por meio das ofertas públicas, foi parcialmente neutralizada pelo êxito alcançado pelo sistema de refinanciamento da dívida ( refunding ), introduzido em 1 977. Com efeito, ao longo do segundo semestre para um resgate de Cr\$ 9.460,7 milhões, as instituições financeiras subscreveram o montante de Cr\$ 7.462,6 milhões, correspondendo a uma relação de 78,9%."

O quadro a seguir, apresenta o comportamento das operações com títulos da Carteira do Banco Central, no período ..... 1969/1978:

OPERAÇÕES COM TÍTULOS DA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL  
ORTN e LTN

Cr\$ milhões

A N O S	Compras Injeção (A)	Vendas Retirada (B)	Saldo (A-B)	Giro (A+B)
1969	322	3.155	- 2.833	3.477
1970	1.975	9.113	- 7.138	11.088
1971	5.044	8.587	- 3.543	13.631
1972	18.164	25.427	- 7.263	43.591
1973	55.977	63.810	- 7.833	119.787
1974	103.715	115.465	- 11.750	219.180
1975	189.156	205.009	- 15.853	394.165
1976	196.397	266.707	- 70.311	463.104
1977	389.794	456.561	- 66.767	846.355
1978	585.163	679.349	- 94.186	1.264.512

Ao longo do exercício de 1 978, os recursos movimentados mediante as operações de Mercado Aberto, envolvendo o Setor Público e Privado, importaram em Cr\$ 1.264.512 milhões. Com respeito ao exercício anterior, representa um incremento da ordem de 49,4%.

## DÍVIDA INTERNA FEDERAL EM TÍTULOS

Cr\$ milhões

A N O	RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO POR TÍTULO EM CIRCULAÇÃO			COLOCAÇÃO LÍQUIDA			Deficit do Tesouro Nacional (C)	Produto Interno Bruto* (D)	A/I
	ORTN	LTN	TOTAL (A)	ORTN	LTN	TOTAL (B)			
1972 .....	15.975	10.204	26.179	1.792	5.054	6.846	516	363.174	7,2
1973 .....	20.944	17.400	38.344	1.156	4.601	5.757	-	493.307	7,7
1974 .....	32.969	14.800	47.769	2.539	5.166	7.697	-	717.519	6,6
1975 .....	60.112	37.400	97.512	15.311	16.338	31.649	-	1.009.380	9,7
1976 .....	84.397	69.404	153.801	2.467	13.236	15.703	-	1.557.469	9,9
1977 .....	119.390	121.001	240.391	3.994	18.142	22.136	-	2.326.100	10,3
1978 .....	163.045	194.508	357.553	6.178	15.537	21.715	-	3.476.723	10,3

(\*) Estimativa.

 RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO  
 EVOLUÇÃO MENSAL  
 1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TOTAL	248.113	256.661	266.349	273.897	282.022	289.258	296.111	305.253	318.346	331.460	351.146	357.849
1. ORTN .....	121.508	122.050	124.237	126.272	128.848	131.651	136.004	139.646	143.728	147.841	156.521	165.045
1.1. Passíveis de Giro .....	99.832	100.475	102.140	103.784	106.042	108.633	111.167	114.130	117.936	120.726	128.593	132.969
Valor Subsc. ....	58.429	55.999	56.331	56.268	56.758	57.258	57.720	58.027	61.734	62.476	68.106	65.210
Correção Monetária .....	41.889	42.900	44.235	45.931	47.635	49.685	51.823	54.389	54.447	56.460	58.582	61.342
Juros .....	1.514	1.577	1.574	1.585	1.649	1.690	1.624	1.714	1.755	1.790	1.905	2.017
1.2. Não Passíveis de Giro .....	21.676	21.575	22.097	22.488	23.806	23.018	24.837	25.516	25.792	27.115	27.928	30.076
Valor Subsc. ....	13.556	13.238	13.207	13.393	13.884	12.977	14.167	14.122	13.922	15.070	15.344	17.205
Correção Monetária .....	7.837	8.077	8.573	8.786	9.325	9.763	10.361	11.099	11.514	11.697	12.291	12.502
Juros .....	283	260	317	299	197	278	309	295	356	343	293	363
2. LTN .....	126.501	134.507	142.008	147.521	153.070	157.503	160.003	165.503	174.504	185.505	194.509	194.508
Valor Líquido .....	106.445	113.240	119.522	123.963	128.605	132.250	134.302	138.390	146.686	152.928	161.853	161.131
Desconto .....	20.056	21.267	22.486	23.558	24.465	25.253	25.701	27.113	27.818	30.577	32.656	33.377
3. ORN - Não Reajustáveis (Dec. Lei 1.343, de 11/9/74)	104	104	104	104	104	104	104	104	114	114	116	296
Valor Subscrito .....	81	81	81	81	81	81	81	81	81	81	81	261
Juros .....	23	23	23	23	23	23	23	23	33	33	35	35

Dados Contabilizados.

 OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOUREIRO NACIONAL  
 Recursos Líquidos para o Tesouro  
 1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
I - RECURSOS LÍQUIDOS	4.115	2.261	674	11.309	12.489
II - RECEITA LÍQUIDA	77.812	80.681	96.285	112.790	368.108
1. ORTN .....	2.586	2.779	7.856	15.857	29.078
Subscrição Bruta (+) .....	2.605	2.805	7.922	12.804	23.136
Comissões (-) .....	19	26	66	77	188
Custos Ressarc. (+) .....	-	-	-	3.139	3.139
2. LTN .....	75.226	77.902	88.969	96.933	359.030
Valor de Face (+) .....	87.500	90.500	104.500	114.500	397.000
Descontos (-) .....	12.274	12.598	15.531	17.567	57.970
III - DESPESA BRUTA	73.697	82.942	97.499	101.481	355.619
1. ORTN .....	7.204	7.937	10.000	6.985	32.126
Juros .....	1.731	1.849	1.968	2.066	7.614
Resgates .....	5.449	6.059	7.987	4.894	24.399
- Principal .....	2.417	2.031	2.460	1.619	8.527
- Correção Monetária .....	3.032	4.028	5.527	3.275	15.862
Comissão s/Juros e Resgates .....	24	29	45	23	121
2. LTN .....	66.493	75.005	87.499	94.496	323.493
Valor Líquido .....	57.661	65.174	75.533	81.488	279.856
Desconto .....	8.832	9.831	11.966	13.008	43.637

Nota: Os Custos Ressarcidos referem-se a despesas com juros e comissões sobre pagamento de juros, resgates e emissões cobertas com recursos orçamentários específicos.

## OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL

Subscrições segundo sua natureza  
1978

Cr\$ milhões													
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1. Voluntárias .....	540	174	1.197	508	962	955	1.226	532	4.688	998	997	565	13.253
2. Alternativas ao pagamento de tributos.....	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3
3. Compulsórias.....	12	13	10	19	18	33	11	135	79	77	-	93	500
4. Especiais.....	417	241	-	304	5	-	1.250	-	-	1.500	5.407	3.256	12.330
T O T A L .....	969	428	1.208	831	986	988	2.487	667	4.768	2.575	6.314	3.915	26.135

## OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL

Permuta por Recolocação  
1978

M E S E S	Valor a Resgatar* (Cr\$ milhões) (a)	Valor Colocado (Cr\$ milhões) (b)	(c=b/a) (%)	QUANTIDADE DE OBRIGAÇÕES EMITIDAS				
				2 anos - 4 e 6% a.a. (d)		5 anos - 6 e 8% a.a. (e)		TOTAL (f = d+e)
				Quantidades	%	Quantidade	%	Quantidade
Janeiro .....	1.256	540	43,0	20.620	0,9	2.324.813	99,1	2.345.433
Fevereiro .....	432	174	40,2	32	-	743.424	100,0	743.456
Março .....	1.542	1.197	77,6	4.477	0,1	5.017.564	99,9	5.022.041
Abril .....	1.231	508	41,2	15.855	0,8	2.069.313	99,2	2.085.168
Mai .....	1.871	962	51,4	18.563	0,6	3.846.488	99,5	3.865.051
Junho .....	1.946	955	49,1	143.158	3,8	3.596.987	98,2	3.740.145
Julho .....	1.450	1.226	84,5	2.033.759	43,6	2.628.800	58,4	4.662.559
Agosto .....	660	532	80,6	410.408	20,9	1.554.074	79,1	1.964.482
Setembro .....	5.067	4.688	92,5	7.651.333	45,5	9.148.810	54,5	16.800.143
Outubro .....	1.177	998	84,8	609.733	17,6	2.860.850	82,4	3.470.583
Novembro .....	1.114	907	81,4	1.741.958	56,8	1.326.609	43,2	3.068.567
Dezembro .....	638	565	88,7	777.466	41,7	1.087.986	58,3	1.865.451
T O T A L .....	18.384	13.253	72,1	13.427.361	17,1	36.205.716	72,9	49.633.077

(\*) Inclui somente os juros das ORTN que se vencem no mês.

## OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOIRO NACIONAL

Prazo Médio da Dívida

m = meses  
d = dias

POSIÇÃO	ORTN (*)	LTN
1976 - Janeiro .....	37 m., 13 d.	3 m., 12 d.
Fevereiro .....	36 m., 20 d.	3 m., 12 d.
Março .....	36 m., 17 d.	3 m., 17 d.
Abril .....	35 m., 28 d.	3 m., 18 d.
Mai .....	35 m., 20 d.	3 m., 12 d.
Junho .....	35 m., 28 d.	3 m., 20 d.
Julho .....	35 m., 24 d.	3 m., 25 d.
Agosto .....	35 m., 14 d.	3 m., 21 d.
Setembro .....	34 m., 14 d.	3 m., 19 d.
Outubro .....	33 m., 23 d.	3 m., 16 d.
Novembro .....	33 m., 01 d.	3 m., 14 d.
Dezembro .....	31 m., 28 d.	3 m., 19 d.
1977 - Janeiro .....	32 m., 25 d.	3 m., 20 d.
Fevereiro .....	31 m., 23 d.	3 m., 22 d.
Março .....	31 m., 13 d.	3 m., 23 d.
Abril .....	31 m., 03 d.	3 m., 17 d.
Mai .....	31 m., 10 d.	3 m., 11 d.
Junho .....	31 m., 02 d.	3 m., 12 d.
Julho .....	30 m., 21 d.	3 m., 19 d.
Agosto .....	31 m., 10 d.	3 m., 12 d.
Setembro .....	31 m., 08 d.	3 m., 13 d.
Outubro .....	31 m., 12 d.	3 m., 10 d.
Novembro .....	31 m.	3 m., 14 d.
Dezembro .....	30 m., 27 d.	3 m., 11 d.



OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOIRO NACIONAL  
Prazo Médio da Dívida

m = meses  
d = dias

POSIÇÃO	ORTN (*)	LTN
1978 - Janeiro .....	30 m., 13 d.	3 m., 14 d.
Fevereiro .....	29 m., 12 d.	3 m., 09 d.
Março .....	29 m., 06 d.	3 m., 12 d.
Abril .....	28 m., 20 d.	3 m., 11 d.
Maió .....	28 m., 10 d.	3 m., 12 d.
Junho .....	27 m., 28 d.	3 m., 09 d.
Julho .....	27 m., 21 d.	3 m., 05 d.
Agosto .....	26 m., 29 d.	3 m., 11 d.
Setembro .....	27 m., 13 d.	3 m., 11 d.
Outubro .....	27 m., 07 d.	3 m., 09 d.
Novembro .....	27 m., 17 d.	3 m., 11 d.
Dezembro .....	27 m., 12 d.	3 m., 07 d.

(\*) Exclusive FIT e DOAÇÕES. Exclui as ORTN remanescentes do Fundo de Indenizações Trabalhistas, por não terem prazo definido para resgate, bem como as de 20 anos doadas às diversas instituições, uma vez que estas — de acordo com as Leis que autorizaram as respectivas doações — não poderão resgatar os títulos sem a autorização do Conselho Monetário Nacional.

CUSTÓRIA E SUBCUSTÓRIA DE LETRAS DO TESOIRO NACIONAL  
1973 a 1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1973	1974	1975	1976	1977	1978
I - VINCULADAS AO COMPULSÓRIO .....	-	-	772	4.998	1.671	1.174
Banco do Brasil S.A. ....	-	-	217	740	-	-
Bancos Oficiais Estaduais .....	-	-	321	1.189	743	390
Bancos Oficiais ( BNB e BASA ) .....	-	-	-	-	-	-
Bancos Comerciais Privados .....	-	-	234	3.069	928	784
II - OPERAÇÕES NORMAIS .....	11.919	14.189	20.130	58.724	100.631	149.419
1. Instituições Privadas .....	9.004	6.583	8.556	35.276	75.299	116.213
Bancos Comerciais .....	4.456	4.468	7.148	29.035	59.038	91.447
Bancos de Investimentos .....	3.942	1.696	1.036	1.719	6.019	5.841
Sociedades Corretoras e Distrib. ....	506	419	372	4.522	10.243	14.925
2. Entidades Públicas e Soc. Econ. Mista..	2.262	6.019	10.377	16.987	16.731	21.082
3. Bancos Oficiais .....	528	1.565	648	5.462	7.755	11.264
Banco do Brasil S.A. ....	-	-	-	932	1.456	1.053
Estaduais .....	404	1.429	540	4.313	6.084	9.658
Federais ( BNB e BASA ) .....	124	136	108	217	215	553
4. BACEN/Fundo Geral de Previdência .....	-	-	-	-	-	-
5. Outros .....	125	19	549	999	846	860
III - BANCO CENTRAL DO BRASIL .....	5.053	423	16.432	5.318	16.035	36.977
TOTAL CUSTODIADO NO BACEN (I+II+III) .....	16.972	14.609	37.334	69.040	118.337	187.570
- Em poder dos clientes .....	428	191	66	380	2.663	6.930
TOTAL EM CIRCULAÇÃO .....	17.400	14.800	37.400	69.400	121.000	194.500

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL  
VALOR DE RESGATE

CORREÇÃO MONETÁRIA E CORREÇÃO CAMBIAL

Variações trimestrais sobre dezembro de 1976

PERÍODO	CORREÇÃO MONETÁRIA		CORREÇÃO CAMBIAL			
	Valor Cr\$	Variação %	2 anos - 4% a.a.		5 anos - 7% a.a.	
			Valor Cr\$	Variação %	Valor Cr\$	Variação %
1976 - Dezembro .....	179,68		176,78		128,40	
1977 - Janeiro .....	183,65		180,25		137,08	
Fevereiro .....	186,83		184,09		136,85	
Março .....	190,51	6,03	187,66	6,15	136,08	7,54
Abril .....	194,83		192,28		145,91	
Maió .....	200,45		202,30		151,01	
Junho .....	206,90	15,15	210,38	19,01	154,79	20,55
Julho .....	213,80		213,94		163,94	
Agosto .....	219,51		216,77		166,16	
Setembro .....	224,01	24,67	220,19	24,56	167,00	30,06
Outubro .....	227,15		224,49		173,78	
Novembro .....	230,30		227,68		175,01	
Dezembro .....	233,74	30,09	233,88	32,30	178,74	39,21
1978 - Janeiro .....	238,32		237,13		185,29	
Fevereiro .....	243,35		240,44		191,37	
Março .....	248,99	38,57	242,29	38,75	199,13	55,09
Abril .....	255,41		242,33		208,92	
Maió .....	262,77		247,76		212,36	
Junho .....	270,88	50,76	253,77	43,55	216,32	68,47
Julho .....	279,04		262,50		227,89	
Agosto .....	287,58		270,40		233,08	
Setembro .....	295,57	64,50	277,31	56,87	237,00	85,05
Outubro .....	303,29		286,13		248,26	
Novembro .....	310,49		294,45		255,17	
Dezembro .....	318,44	77,23	309,11	74,86	267,10	103,02

## LETRAS DO TESOIRO NACIONAL

Cr\$ milhoes

ANO	EMIÇÃO					RESGATE					SALDO EM CIRCULAÇÃO				
	42 d.	91 d.	182 d.	365 d.	Total	42 d.	91 d.	182 d.	365 d.	Total	42 d.	91 d.	182 d.	365 d.	Total
1970 ....	2.068	110	-	-	2.178	1.478	-	-	-	1.478	590	110	-	-	700
1971 ....	150	10.550	-	-	10.700	740	6.730	-	-	7.520	-	3.880	-	-	3.880
1972 ....	-	17.904	6.500	-	24.404	-	16.880	1.200	-	18.080	-	4.904	5.300	-	10.204
1973 ....	-	18.400	17.600	5.600	41.200	-	20.004	14.000	-	34.004	-	3.300	8.500	5.600	17.400
1974 ....	-	14.800	14.400	5.300	34.500	-	14.600	16.900	5.600	37.100	-	3.500	6.600	5.300	15.400
1975 ....	-	34.250	34.650	8.000	76.900	-	28.250	20.750	5.300	54.300	-	9.500	19.900	8.000	37.400
1976 ....	-	52.706	72.700	15.400	140.800	-	49.198	51.598	8.000	108.796	-	13.002	41.002	15.400	69.404
1977 ....	-	93.500	132.000	21.000	246.500	-	80.532	98.002	15.399	194.903	-	25.000	74.000	21.000	120.000
1978 ....	-	145.000	223.000	29.000	397.000	-	126.496	175.996	21.001	323.493	-	44.504	121.004	29.000	194.508

ORTN — SISTEMÁTICA DE SUBSTITUIÇÃO  
(Refunding)  
1978

Cr\$ milhões

M E S E S	Total a Resgatar (1) (2)	RECOLOCAÇÃO (2)							
		MERCADO		EXTRAMERCADO		BCB/BB/PASEP/FGP		Total (E)	E/A %
		Valor (B)	B/A %	Valor (C)	C/A %	Valor (D)	D/A %		
Janeiro .....	1.256,2	169,5	13,5	14,8	1,2	355,9	28,3	540,2	43,0
Fevereiro .....	432,2	21,5	5,0	11,3	2,6	141,0	32,6	173,8	40,2
Março .....	1.541,5	60,1	3,9	117,0	7,6	659,8	62,2	1.196,9	77,6
Abril .....	1.230,6	230,1	18,7	72,5	5,9	204,8	16,6	507,4	41,2
Maió .....	1.871,2	707,8	37,8	97,3	5,2	157,3	8,4	962,4	51,4
Junho .....	1.946,4	940,8	48,3	14,5	0,8	-	-	955,3	49,1
Julho .....	1.450,1	564,1	38,9	23,1	1,6	638,4	44,0	1.225,6	84,5
Agosto .....	660,5	465,4	70,5	68,7	10,1	-	-	532,1	80,6
Setembro .....	5.066,6	4.360,4	86,1	216,0	4,2	111,5	2,2	4.687,9	92,5
Outubro .....	1.177,3	675,5	57,4	80,1	6,8	242,5	20,6	998,1	84,8
Novembro .....	1.114,3	863,1	77,5	43,9	3,9	-	-	907,0	81,4
Dezembro .....	637,6	534,0	83,8	31,8	5,0	-	-	565,8	88,8

(1) Inclui juros.

(2) Inclui os juros líquidos apropriados para permuta.

## IV - PROGRAMAÇÃO E DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOIRO NACIONAL

O Decreto nº 81 183, de 03/01/78, estabeleceu as normas relativas à execução orçamentária e definiu a programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1978.

Ao tratar da programação do desembolso, afeta à Comissão de Programação Financeira com base nos cronogramas de desembolso propostos pelos Órgãos Setoriais do Sistema de Programação Financeira do Tesouro Nacional, o art. 5º do referido Decreto determinou o desdobramento daquela Programação em "Despesa a Programar" e "Despesa Programada". Os recursos referentes a "Despesas a Programar", segundo o disposto no art. 10, deveriam ser liberados até o mês de março do exercício seguinte, observado o comportamento de Caixa do Tesouro.

Quanto aos saldos das contas mantidas no País pelos Órgãos e Ministérios, seriam informados, semanalmente, pelo Banco do Brasil S/A e pela Caixa Econômica Federal, sendo que, quando o sal

do consolidado de todas as contas bancárias ultrapassasse a 10% do montante da liberação mensal, a Comissão de Programação Financeira estaria autorizada (art. 16) a reduzir o excedente verificado. A sistemática adotada visou à "redução dos saldos ociosos em contas de depósito, no decorrer do exercício".

De acordo com o art. 13 do mencionado Decreto, a partir de fevereiro de 1978, os Órgãos Setoriais passaram a solicitar à Comissão de Programação Financeira os recursos para pagamento de "Restos a Pagar", ficando sua liberação condicionada às disponibilidades de Caixa do Tesouro, bem assim à efetiva utilização dos recursos anteriormente liberados. Sobre esta medida, informa o Relatório da IGF-MF que "os recursos destinados a "Restos a Pagar" não mais ficaram em poder dos ordenadores de despesa, compatibilizando-se desta forma o equilíbrio financeiro".

No que concerne à receita vinculada, o Relatório da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda salienta que o Decreto-lei nº 1 600, de 03/01/78, determinou a constituição de

uma reserva especial de 25% sobre o correspondente montante, cuja disponibilidade depende de autorização da Comissão de Programação Financeira. A medida, segundo o Relatório, "visou proporcionar maior flexibilidade ao mecanismo de programação, evitando variações expressivas durante o exercício".

Convém registrar a norma do art. 3º do citado Decreto nº 81.183/78, que restringiu a utilização da "Reserva de Contingência" como fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares, até mesmo para as despesas com "Pessoal e Encargos Sociais", prevendo sua efetivação após esgotadas as possibilidades de cancelamento das dotações do grupo "Outros Custeios de Capital".

A Comissão de Programação Financeira, Órgão Central do Sistema de Programação Financeira do Tesouro Nacional, no desempenho das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 4º daquele Decreto, ao estabelecer a "programação da Desemboço", conforme as sinala o Relatório da IGF-MF, "procurou definir as condições para que as diversas unidades cooperassem na compatibilização dos orçamentos monetário e fiscal, mantendo a despesa em nível que não prejudicasse a base de conciliação do desenvolvimento econômico e social com a política de combate à inflação".

#### 4.1. Dos Recursos

Os recursos do Tesouro, com sua discriminação, participação das diversas fontes, bem como sua variação absoluta e relativa, no biênio 77/78, podem ser assim visualizados:

TESOURO NACIONAL						
Execução Financeira						
Total de Recursos						
1977-1978						
Cr\$ milhões						
DISCRIMINAÇÃO	1977	1978	PARTICIPAÇÃO		VARIAÇÃO 78/77	
			1977	1978	Absoluta	Relativa %
RECURSOS	242.893,0	349.218,1	100,0	100,0	106.325,1	43,8
RECEITA TRIBUTÁRIA	210.989,6	309.604,7	86,9	88,7	98.615,1	46,7
IMPOSTOS	193.595,1	284.683,9	79,7	81,5	91.088,8	47,1
REND. E PROVENTOS	60.480,6	95.462,9	24,9	27,3	34.982,3	57,8
Pessoa Física....	4.013,8	8.470,4	1,6	2,4	4.456,6	111,0
Pes. Jurídica....	21.069,3	28.683,5	8,7	8,2	7.614,2	36,1
Retido na Fonte...	35.397,5	58.309,0	14,6	16,7	22.911,5	64,7
PROD. E CIRCULAÇÃO	78.482,2	114.061,8	32,3	32,8	35.579,6	45,3
PROD. INDUSTRIAL	67.639,3	97.469,1	27,9	28,0	29.829,8	44,1
Fumo.....	26.580,8	38.679,9	10,9	11,1	12.099,1	45,5
Outros.....	41.050,5	58.789,2	17,0	16,9	17.730,7	43,2
Oper. Financeir....	8.797,2	13.579,6	3,6	4,0	4.782,4	54,4
Atrib. União Ter....	60,3	139,3	-	-	79,0	129,7
Transp. R. P. Cargas.	1.984,8	2.873,8	0,8	0,8	889,0	44,8
ESPECIAIS	37.571,4	51.097,3	15,5	14,7	13.525,9	36,0
U. s. / Lub. Comb. (1)	30.047,3	38.703,2	12,4	11,2	8.655,9	28,8
U. s. / En. Elétrica.	5.521,8	9.461,6	2,3	2,7	3.940,2	71,4
U. s. / Minerais....	2.002,5	2.932,3	0,8	0,8	929,8	46,4
IMPORTAÇÃO	17.060,9	23.921,8	7,0	6,8	6.860,9	40,2
EXPORTAÇÃO	-	140,1	-	-	140,1	-
TAXAS	17.394,5	24.920,8	7,2	7,2	7.526,3	43,3
Melhor. Portos....	2.570,8	3.794,1	1,1	1,1	1.223,3	47,6
Rodov. Única.....	7.406,0	10.471,7	3,1	3,1	3.065,7	41,4
Fisco. Telecomun....	36,1	58,8	-	-	22,7	62,9
Cota de Previd....	7.381,6	10.598,2	3,0	3,0	3.216,6	43,6
OUTROS RECURSOS	31.903,4	39.613,4	13,1	11,3	7.710,0	24,2
PIN.....	6.523,2	9.230,7	2,7	2,7	2.707,5	41,4
PROTERRA.....	4.349,7	6.192,7	1,8	1,8	1.843,0	42,4
Sal. Educação....	1.718,7	3.155,1	0,7	0,9	1.436,4	83,6
Contr. Sindical....	418,4	599,6	0,2	0,2	181,2	43,3
Rec. Diversos....	18.893,4	20.375,3	7,7	5,7	1.481,9	7,8

(1) inclui adicional - Fontes: Bco. Central do Brasil e Bco. do Brasil S.A.

Com base nos números acima, observa-se, de início, o substancial crescimento dos recursos provenientes da arrecadação do imposto sobre a renda, que acusou no exercício de 1978, uma variação de 57,8% em relação a 1977. Nessa variação, a parcela correspondente ao IR - Pessoa Física apresentou um incremento relativo da ordem de 111,0%, enquanto o IR - Fonte elevou-se de 64,7%, no mesmo período. O IR - Pessoa Jurídica teve a menor participação, crescendo de apenas 36,1%.

O imposto sobre produtos industrializados, embora tenha proporcionado o maior volume de recursos da Receita Tributária, apresentou um crescimento relativo abaixo daquele verificado no imposto sobre a renda, variando de 44,1% em relação a 1977. E de destacar-se a arrecadação do IPI sobre o fumo, bastante expressiva.

Outro tributo que teve uma participação bem significativa foi o imposto sobre operações financeiras, excedendo de 54,4%, em 1978, o total arrecadado em 1977.

O imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, não obstante tenha evoluído modestamente em 1978, produziu uma receita considerável, de Cr\$ 38.703,2 milhões.

O Relatório da IGF-MF apresenta o quadro, a seguir reproduzido, contendo as estimativas orçamentárias e as disponibilidades financeiras, desdobradas em livre e vinculada, no biênio 77/78:

#### TESOURO NACIONAL

##### Execução Financeira

##### Recursos

Cr\$ milhões

	ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA		DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		VARIAÇÃO NA DISPONIBILIDADE - 78/79	
	1977	1978	1977	1978	Absoluta	Percentual
Livre.....	123.587	173.624	134.077	186.305	52.228	39,0
Vinculada..	106.307	148.376	108.816	162.913	54.097	49,7
TOTAL .....	229.894	322.000	242.893	349.218	106.325	45,8

A propósito dos números apresentados, o Relatório da IGF-MF faz as seguintes observações: "as receitas vinculadas cresceram proporcionalmente mais do que as receitas livres, aumentando, por conseguinte, a sua participação no total da Receita, que é agora de 46,6%. Este é um fenômeno que vem se repetindo ano a ano, tendo como causas o melhor desempenho dos tributos vinculados e o acréscimo legal das alíquotas do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios e dos Municípios".

#### 4.2. Da Despesa

Conforme assinalamos anteriormente, os recursos para cobertura de "Restos a Pagar" passaram a ser centralizados na Comissão de Programação Financeira, em decorrência do que os ordenadores de despesas ficaram na dependência da liberação dos recursos para aquele fim, condicionada às disponibilidades de Caixa e à efetiva utilização dos recursos antes liberados.

Nessa perspectiva, esclarece o Relatório da IGF-MF que a Comissão de Programação Financeira, no curso da administração das receitas livres do Tesouro, manteve o necessário controle da distribuição de cotas de despesa, bem assim dos recursos a "Restos a Pagar". Conforme a discriminação constante do quadro a seguir, durante a execução orçamentária do exercício em exame:

TESOURO NACIONAL  
Execução Financeira  
Entrega de Recursos

Cr\$ milhões

ÓRGÃOS	Restos a Pagar (1)	LIBERAÇÃO DE COTAS			Total = * (1) + (4)
		País (2)	Exterior (3)	Total = (2) + (3) = (4)	
PODER LEGISLATIVO	4	2.980	-	2.980	2.984
Câmara.....	-	1.464	-	1.464	1.464
Senado.....	-	1.120	-	1.120	1.120
Tribunal de Contas.....	4	396	-	396	400
PODER JUDICIÁRIO	72	3.519	-	3.519	3.591
Supremo Tribunal Federal.....	3	137	-	137	140
Tribunal Federal Recursos.....	20	155	-	155	175
Justiça Militar.....	4	204	-	204	208
Justiça Eleitoral.....	10	831	-	831	841
Justiça do Trabalho.....	22	1.690	-	1.690	1.712
Subs. Fed. de 1.ª Instância.....	4	341	-	341	345
Justiça DF e Territórios.....	9	161	-	161	170
PODER EXECUTIVO	5.495	169.724	8.603	178.327	183.822
Gab. Presidência República.....	8	129	-	129	137
Gab. Vice-Presidência República.....	-	14	-	14	14
Cons. Segurança Nacional.....	1	51	-	51	52
Serv. Nacional Informações.....	4	206	-	206	210
Estado Maior Forças Armadas.....	9	122	3	125	134
Escola Superior de Guerra.....	3	51	-	51	54
Cons. Geral da República.....	-	6	-	6	6
Agência Nacional.....	6	89	-	89	95
DASP.....	3	117	-	117	120
Eac. Nacional Informações.....	1	78	-	78	79
Hospital Forças Armadas.....	3	172	-	172	175
Sec. Presidência República.....	9	255	-	255	264
SEPLAN-Ent. Supervisionadas.....	92	3.920	106	4.026	4.118
Ministério Aeronáutica.....	366	8.384	1.318	9.702	10.068
Ministério Agricultura.....	281	6.061	517	6.578	6.859
Ministério Comunicações.....	88	1.637	13	1.650	1.748
Ministério Educação e Cultura.....	432	19.948	236	20.184	20.616
Ministério do Exército.....	764	16.283	867	17.150	17.914
Ministério da Fazenda.....	428	6.841	-	6.841	7.269
Ministério Ind. e Comércio.....	95	870	-	870	965
Ministério do Interior.....	53	5.224	-	5.224	5.277
Ministério da Justiça.....	79	1.657	-	1.657	1.736
Ministério da Marinha.....	203	8.923	2.390	11.313	11.516
Ministério Minas e Energia.....	149	1.454	-	1.454	1.603
Ministério Prev. e As. Social.....	70	1.291	-	1.291	1.361
Ministério Relações Exteriores.....	76	593	1.453	2.046	2.165
Ministério da Saúde.....	542	6.086	106	6.192	6.734
Ministério do Trabalho.....	60	1.897	-	1.897	1.957
Ministério dos Transportes.....	601	10.631	1.241	11.872	12.473
EGU - Ministério da Fazenda.....	45	8.338	-	8.338	8.381
EGU - SEPLAN.....	900	4.710	303	5.013	5.913
EGU - DASP.....	105	1.243	-	1.243	1.348
Enc. Financeiros.....	4	18.259	8	18.265	18.269
Enc. Previdenciários.....	-	30.573	1	30.574	30.574
Transf. E. DF e Municípios.....	5	964	-	964	969
G.D.F. ....	-	2.649	-	2.649	2.649
DESPESA TOTAL	5.571	176.223	8.603	184.826	190.397

\* Inclui acréscimos em saldos bancários pela não efetivação do gasto  
FONTE: Comissão de Programação Financeira

A Despesa de Caixa do Tesouro, demonstrada pela utilização do gasto, no biênio 77/78, está assim discriminada:

## 4.3. O Resultado de Caixa

O Relatório da IGF-MF sintetiza o resultado de caixa, do exercício de 1978 comparado ao de 1977, conforme o seguinte quadro:

TESOURO NACIONAL  
Execução Financeira  
Despesa de Caixa  
1977 e 1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	1977	1978	PARTICIPAÇÃO		VARIACÃO 78/77	
			1977 %	1978 %	ABSOLUTA	RELATIVA %
DESPESA TOTAL	241.849,5	344.345,7	100,0	100,0	102.496,2	42,4
• Pagamentos de juros e comissões...	4,9	-	-	-	-	-
• Cota de Despesa...	126.780,3	171.363,5	52,0	49,8	45.583,2	36,2
• Distribuição da receita vinculada...	88.519,2	128.439,6	36,6	37,3	39.920,4	45,1
• Fundos de Participação.....	20.296,8	34.472,9	8,4	10,0	14.176,1	69,8
• Diversos.....	7.248,3	10.069,7	3,0	2,9	2.821,4	38,9

Fonte: Banco Central do Brasil

TESOURO NACIONAL  
Execução Financeira  
Resultado de Caixa  
1977 e 1978

Cr\$ milhões

A N O	Recursos (a)	Gasto Efetivo (b)	Resultado de Caixa (a - b)
1977 .....	242.893	241.850	1.043
1978 .....	349.218	344.346	4.872

Fonte: Banco Central do Brasil

De acordo com o citado Relatório, o rigoroso controle sobre a execução do gasto permitiu que, mais uma vez, nos últimos seis anos, não ocorresse déficit de caixa do Tesouro Nacional.

O saldo acumulado dos resultados mensais de caixa, em 1977 e 1978, estão assim discriminados:

TESOURO NACIONAL  
Execução Financeira  
Resultado de Caixa  
Saldos Mensais Acumulados  
1977 e 1978

Cr\$ milhões

M E S E S	1977	1978
Janeiro .....	2.247	5.460
Fevereiro .....	9.835	13.339
Março .....	7.487	8.365
Abril .....	6.874	13.589
Maió .....	6.430	9.872
Junho .....	1.858	7.976
Julho .....	2.813	6.759
Agosto .....	2.247	2.039
Setembro .....	2.160	2.152
Outubro .....	4.974	414
Novembro .....	5.046	5.816
Dezembro .....	1.044	4.872

Fonte: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil

Segundo observa o Relatório da IGF-MF, "o quadro evidencia que os maiores saldos positivos têm se concentrado geralmente nos primeiros meses do ano. Um fato importante, em 1978, foi a não ocorrência de déficits nos meses de julho e agosto (contrariando o ano anterior), em virtude de as restrições do Imposto sobre a Renda descontado na fonte, terem sido realizadas, em 1978, ao longo de um maior espaço de tempo".

Parece-nos que, de fato, o melhor a fazer, para evitar drásticas reduções no saldo de caixa naquele período, é diferir no tempo o montante de devoluções do imposto sobre a renda, de forma que a programação de dispêndios não afete, sensivelmente, aquele saldo, que deve permanecer positivo.

#### 4.4. Programas Especiais

No capítulo referente à Programação e Desempenho de Caixa do Tesouro Nacional, o Relatório da IGF-MF destaca a execução dos Programas Especiais, vale dizer, o Programa de Integração Nacional — PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

A liberação dos recursos para os referidos programas, no período 77/78, comparada com as previsões orçamentárias correspondentes, pode ser assim demonstrada:

TESOURO NACIONAL  
Programas Especiais  
1977 e 1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA		LIBERAÇÃO EFETIVA		VARIACÃO NA LIBERAÇÃO - 78/77	
	1977	1978	1977	1978	Absoluta	Relativa(%)
PIN .....	6.030	8.200	5.375	7.708	2.334	43,4
PROTERRA ..	4.020	5.500	3.403	4.588	1.185	34,9
TOTAL .....	10.050	13.700	8.778	12.296	3.519	40,1

Fonte: Comissão de Programação Financeira

Esses recursos foram liberados para diferentes áreas, canalizados para setores e projetos específicos, através e no âmbito dos respectivos Ministérios, observado um critério de distribuição para projetos cujos objetivos sócio-econômicos são classificados como semelhantes.

Como se observa no quadro acima, as liberações não atingem as previsões orçamentárias. Isto é explicado, no Relatório da IGF-MF, pelo fato de a entrega dos recursos "obedecer às reais necessidades financeiras dos projetos, de acordo com o cronograma de cada um, sendo que todos os recursos acabam fluindo aos devidos beneficiários, nas diferentes etapas de seu desenvolvimento".

O quadro a seguir apresenta a destinação dos recursos do PIN e do PROTERRA, de acordo com as áreas e setores beneficiados, no período 77/78:

TESOURO NACIONAL  
Programas Especiais  
Entrega de Recursos  
1977 e 1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PIN		PROTERRA		TOTAL	
	1977	1978	1977	1978	1977	1978
Atividades Agropecuárias....	171	753	1.301	1.250	1.473	2.003
Ciência e Tecnologia.....	163	220	41	23	204	243
Crédito Rural.....	25	-	1.003	1.330	1.028	1.330
Desenvolvimento Urbano.....	245	128	158	471	403	598
Educação.....	154	186	30	67	184	254
Energia.....	531	224	346	369	876	593
F.D.P.I. ....	14	-	-	-	13	-
FINAM.....	120	329	-	-	120	329
FINOR.....	470	686	-	-	470	686
FUNAI.....	23	30	-	-	23	30
Irrigação.....	1.670	1.888	84	150	1.754	2.039
Indústria e Serviços.....	26	169	-	38	26	207
Mineração.....	18	59	-	-	18	59
Projeto RADAM.....	-	90	-	-	-	90
Projeto RONDON.....	29	30	-	-	29	30
Projeto Sertanejo.....	173	405	-	94	173	499
Saneamento.....	270	562	2	29	272	591
Saúde.....	268	430	32	51	300	481
Transportes.....	1.006	1.519	406	716	1.412	2.234
T O T A L .....	5.376	7.708	3.403	4.588	8.778	12.296

Fonte: Comissão de Programação Financeira

Segundo esclarecimentos constantes do Relatório da IGF-MF, boa parte dos setores aos quais foram destinados recursos de queles programas encontra-se situada nas regiões abrangidas pelo Polomazônia e Polonordeste, conforme ilustra o seguinte quadro:

TESOURO NACIONAL  
Execução Financeira  
Programas Especiais  
1978

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PROGRAMAS		TOTAL
	PIN	PROTERRA	
POLAMAZÔNIA .....	1.195	1.134	2.329
POLONORDESTE .....	2.759	1.315	4.074
OUTROS .....	3.754	2.139	5.893
T O T A L .....	7.708	4.588	12.296

Fonte: Comissão de Programação Financeira



## V - ORÇAMENTO

Convém que, numa abordagem introdutória desta parte fundamental das Contas ora examinadas, falemos, em linhas gerais, do sistema onde se insere o orçamento, com vistas sobretudo à melhor compreensão dos aspectos que serão adiante analisados.

## 5.1 O Binômio Planejamento-Orçamento

Podemos dizer que o orçamento é um dos componentes essenciais de um processo interativo, ou um sistema integrado, de planejamento.

Não precisaríamos recorrer aos especialistas em finanças para uma definição clara e correta de planejamento. Basta um conceito simples, e contrado nos léxicos, que esclarece tratar-se de "elaboração, por etapas, com bases técnicas (especialmente no campo sócio-econômico), de planos e programas, com objetivos definidos" ("Novo Dicionário Aurélio", Editora Nova Fronteira, Rio, 12. Edição).

Embora elaborado por etapas, estas constituem partes integrantes de um todo indivisível e, por isso, deve-se entender o planejamento como uma atividade dinâmica, constante e complexa, na medida em que se concretiza, exatamente, por planos e programas, voltados à consecução de diretrizes e metas globalmente definidas.

É nesta perspectiva que devemos interpretar os mandamentos constitucionais do art. 8º, itens V e XIV, onde se prevê a competência da União para "planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais", "estabelecer e executar planos nacionais de educação e de saúde, bem como planos regionais de desenvolvimento". Destarte, cabe à União promover o desenvolvimento nacional, através do planejamento, quer a nível global, como no âmbito setorial e até regional.

No mesmo sentido, o art. 7º do Decreto-lei nº 200, de 1967, determina que "a ação governamental obedecerá a planejamento to que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteados-se segundo planos e programas elaborados na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano-geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso". O título III, referido no texto, abrange os artigos 15 a 18 do citado Decreto-lei, dispondo especificamente sobre planejamento, orçamento-programa e programação financeira.

É oportuno destacar duas dessas disposições do Título III do Decreto-lei nº 200/67:

"Art. 16. - Em cada ano será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual".

"Art. 18. - Toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa, e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso".

Essas normas nos mostram que toda a atividade governamental se assenta numa estrutura e se distribui num sistema harmônico, consubstanciado num processo integrado do binômio planejamento-orçamento.

Aquele, constitui a ação coordenada do Governo, sendo a expressão, por assim dizer, qualitativa da estratégia global e das diretrizes e metas nacionais, setoriais e regionais.

Este, é a quantificação plurianual e anual do planejamento to, consistindo na expressão financeira dos programas, projetos e atividades especificamente discriminadas.

## 5.2 Os Planos Nacionais de Desenvolvimento

Dentre os instrumentos básicos de ação governamental, previstos no citado art. 7º do Decreto-lei nº 200/67, temos, em primeiro lugar, o plano-geral de governo.

A este correspondem os Planos Nacionais de Desenvolvimento, que figuram nas atribuições do Congresso Nacional para sobre eles dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 43, IV, da Constituição), observadas as normas pertinentes, estabelecidas nos Atos Complementares nºs 43 e 76, ambos de 1969.

Esses Planos, elaborados pelo Poder Executivo e submetidos à deliberação do Congresso Nacional, têm duração igual à do mandato do Presidente da República, devendo ser apresentados sob a forma de diretrizes gerais de desenvolvimento definindo objetivos e políticas globais, setoriais e regionais.

## 5.2.1 O I PND

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado e aprovado para o período 1972/74, nos termos da Mensagem que o encaminhou ao Congresso, procurou definir, de uma forma global, a estratégia do desenvolvimento brasileiro, objetivando manter o crescimento a taxas elevadas e propiciar a construção de uma sociedade desenvolvida. Ao mesmo tempo, foram estabelecidos os princípios que permitiriam a consolidação de uma economia moderna, competitiva e dinâmica, embasada na maior eficiência do setor público e na maior solidez, tecnológica e financeira, das estruturas empresariais. Outro dos objetivos fundamentais do I PND foi o de propor as bases para se efetivar a Integração Nacional, que traduzia a preocupação com o desenvolvimento do Nordeste e a conquista da Amazônia.

O documento se divide em duas partes, que abrangem as diretrizes gerais da ação governamental.

Na primeira parte, encontramos delineado o Modelo Brasileiro e a Estratégia de Desenvolvimento, definindo, digamos assim, estaticamente, os grandes objetivos nacionais, que se resumiam nos seguintes:

a) "colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas";

b) "duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do Produto Interno Bruto equivalente ao dos últimos três anos"; e

c) "elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10% ..., mediante: 1) aumento da taxa de expansão do emprego até 3,2%, em 1974, com uma taxa média de 3,1%, no período 1970/1974; 2) redução da taxa de inflação, permitindo alcançar-se relativa estabilidade de preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do mandato do atual Governo; 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do controle progressivo da inflação".

Foi aí definido o modelo econômico de mercado, voltado para a "formação progressiva do mercado de consumo, fundando-se tal modelo na aliança entre Governo e setor privado, entre a União e os Estados", onde se pretende o fortalecimento da empresa privada.

da nacional para competir em condições iguais com a empresa estrangeira, inclusive naqueles setores de tecnologia mais sofisticada.

Nesse contexto, abre-se um capítulo especial à *"estratégia econômica externa"*, que visa a integrar o Brasil na economia mundial, de modo a favorecer um crescimento econômico mais rápido. Para alcançar esta meta, o I PND destacou os seguintes campos de atuação: 1) estratégia de exportações, que já previa como ponto essencial a diversificação de nossa pauta de exportações, estimulando uma saudável competição de produtos manufaturados em nível com a posição que o café ostentava tradicionalmente; 2) incremento da participação da empresa estrangeira no esforço brasileiro para conquistar os mercados externos, seguindo-se a orientação traçada, especialmente no que se refere à prioridade de investimentos nas áreas de tecnologia mais refinada, com o cuidado de se evitar a concorrência da empresa estrangeira em setores onde a empresa nacional tenha revelado apreciável know-how e capacidade de investir; 3) manutenção de uma posição bem definida, contrária às tendências protecionistas dos países desenvolvidos, pleiteando-se que as nações mais desenvolvidas não criassem obstáculos adicionais, tarifários ou não, ao esforço de exportação dos países em desenvolvimento; 4) condução de uma política de dívida externa, de sorte a *"manter sob controle o total do endividamento e minimizar o grau de vulnerabilidade da economia em relação ao endividamento externo"*; 5) fortalecimento da política de absorção de tecnologia, que atenda aos interesses nacionais de recepção da tecnologia transferida para o País e da rápida adaptação e elaboração de tecnologia própria.

Ainda nesta primeira parte do I PND, encontramos as diretrizes da Política de Integração Social, fundamentada em sete pontos principais.

Na segunda parte do documento, são apresentadas as linhas gerais da execução da estratégia, que compreende o programa de investimentos, a política científica e tecnológica e a política de emprego e recursos humanos.

#### 5.2.2, O II PND

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, formulado e aprovado para o período 1975/1979, é o que nos interessa mais de perto, pois abrange o exercício financeiro de 1978, aqui examinado.

Se a característica saliente do I PND foi o otimismo quase eufórico, resultante da conjuntura favorável ao nosso desenvolvimento acelerado, o mesmo não se pode dizer em relação ao II PND, que mostra um certo comedimento de expectativas, sem significar, com isto, que seja um documento pessimista, porém realista diante da nova situação mundial que se apresentava desde então.

O item 4 da Mensagem presidencial, enviada ao Congresso em 1974, é bem sintomático dessas preocupações. Eis o texto: *"num momento de particular complexidade da economia e da sociedade, mundialmente, quis o atual Governo dirigir-se à Nação com espírito de franqueza e realismo. Mas sem abrir mão da tarefa ambiciosa de propor a todos os brasileiros um novo e maior esforço para superar a distância que nos separa do pleno desenvolvimento, consolidando e ampliando os resultados que o País tem alcançado, nesses dez anos de Revolução"*.

Formalmente, o II Plano foi mais completo e detalhado do que o I PND, dividindo-se em quatro partes, das quais registraremos os aspectos mais importantes, no interesse das considerações gerais deste Relatório e Parecer.

Na primeira parte, após uma síntese das conquistas econômicas e sociais, revelam-se as preocupações com os novos tempos, constatado o fato de que os acontecimentos mundiais atingiram o País em plena explosão de crescimento e no impulso de construção de uma economia industrial moderna.

Eram os primeiros efeitos da crise do petróleo, que, num mundo caracterizado por uma promissora distensão política, provocava os primeiros sinais de instabilidade econômica, afetando profundamente as bases da sociedade industrial.

Nesse quadro, restava ao Brasil ajustar-se às novas circunstâncias, para o que a tarefa principal seria a de enfrentar a crise de energia sem prejuízo da estratégia que deveria levar o País, como sociedade industrial, à condição de potência emergente.

Segundo o documento, na prática isto significava:

*"— manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego de mão-de-obra superiores às da década passada, que já superaram o crescimento da mão-de-obra que ocorre ao mercado de trabalho."*

*"— reafirmar a política de contenção da inflação pelo método gradualista."*

*"— manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos."*

*"— realizar política de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico."*

*"— preservar a estabilidade social e política, assegurando a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento nas suas diferentes manifestações."*

*"— realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade da vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País"*.

Com tais objetivos, o II PND formula a estratégia de desenvolvimento, a ser executada em cinco frentes de atuação, a saber:

1 — consolidar uma economia moderna, abrangente dos setores e áreas de todas as regiões do País, particularmente em relação a indústrias básicas, desenvolvimento científico e tecnológico e infraestrutura de energia, transportes e comunicações;

2 — ajustar o País à nova situação da economia mundial, com ênfase na redução do consumo de energia paralelamente à expansão das fontes internas; manutenção do suprimento dos insumos industriais básicos preferentemente de produção nacional; incentivo ao fornecimento de alimentos e matérias-primas ao mercado externo; e utilização intensiva de formas alternativas de energia abundantes no País;

3 — manter a continuidade do processo de integração nacional, para melhor proveito econômico da utilização do universo brasileiro;

4 — expandir o desenvolvimento social, a fim de favorecer o aumento de renda real de todas as classes e eliminar, a curto prazo, os principais focos de pobreza, sobretudo em regiões do Nordeste e na periferia das grandes cidades;

5 — integrar o Brasil na economia mundial, abrindo perspectivas de melhores resultados advindos do mais proveitoso relacionamento entre países dos diferentes blocos.

Na segunda parte, cuida-se de grandes temas, onde se destaca a política de energia, para a qual foram estabelecidas várias diretrizes, dada especial prioridade à redução da dependência em relação a fontes externas de energia.

A estratégia prevista para tal redução inclui:

a) programa intensivo de prospecção (na plataforma, em áreas sedimentares em terra e no exterior) e de produção de petróleo;

- b) desenvolvimento do programa de xisto;
- c) programa de eletrificação de ferrovias;
- d) programa nacional de transportes coletivos;
- e) produção de álcool para adição à gasolina;
- f) intensificação do uso de carvão, particularmente com fins industriais;
- g) realismo na política de preços de derivados de petróleo, seguindo-se a determinação de eliminar os subsídios;
- h) desestímulo ao desperdício e ao uso supérfluo de combustíveis, para o que eram previstas medidas de redução dos limites de velocidade dos veículos nas cidades e nas estradas; e
- i) introdução de tecnologia destinada a economizar energia, especialmente na indústria e em áreas de infra-estrutura.

A terceira parte do documento trata das perspectivas do desenvolvimento até o final dos anos 70, enquanto na quarta parte o II PND apresenta a dinâmica da estratégia governamental, no que concerne ao programa de investimentos e apoio financeiro dos bancos oficiais, aos instrumentos de ação econômica, a emprego e recursos humanos, à política científica e tecnológica e à ação administrativa.

Dentre os instrumentos de ação econômica, interessa-nos, aqui, resumidamente, alinhar as definições básicas da política fiscal e orçamentária, para, nas oportunidades adequadas, examiná-las criticamente.

Assim, foram fixados os seguintes pontos dessa política: eliminação do déficit do Tesouro; liberação automática de dotações; controle da participação dos dispêndios públicos no PIB; prosseguimento do esforço de liberação tributária; aperfeiçoamento dos impostos sobre a renda, produtos industrializados e circulação de mercadorias; controle dos Fundos de Participação e do endividamento dos Estados e Municípios; prosseguimento da política referente aos acordos internacionais de eliminação da tributação; e aperfeiçoamento das relações fisco-contribuinte.

### 5.3 O Orçamento Plurianual de Investimentos

Prosseguindo na análise dos instrumentos básicos de planejamento da ação governamental, é de ver-se agora os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual.

Esses programas constituem o Orçamento Plurianual de Investimentos, que é outra etapa do sistema integrado planejamento-orçamento.

De acordo com o art. 60, parágrafo único, e art. 63, da Constituição, as despesas de capital, que, nos termos da Lei nº 4-320, de 1964, consistem basicamente nos investimentos, obedecem a orçamentos plurianuais, que também incluirão dotações para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas.

Por força do citado art. 60, parágrafo único, da Constituição, o OPI será regido por lei complementar. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 3, de 1967, disciplinou a matéria, sendo posteriormente revogada pelo Ato Complementar nº 43, de 1969, o qual, com as alterações do Ato Complementar nº 76, de 1969, passou a regular o assunto.

O art. 5º do referido Ato Complementar nº 43 dispõe que "respeitadas as diretrizes e objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento, o Orçamento Plurianual de Investimentos, que abrangerá período de três anos, considerará exclusivamente as despesas de ca-

pital". Como se observa, esta norma reitera o caráter harmônico e interativo, conforme se vem frisando, do binômio planejamento-orçamento.

O conteúdo do OPI está previsto nos parágrafos 1º e 2º desse mesmo art. 5º, correspondendo à relação das despesas de capital e indicação dos recursos (orçamentários e extraorçamentários) anualmente destinados a sua execução, incluindo os financiamentos contratados ou previstos, de origem interna ou externa. Por outro lado, o OPI compreenderá as despesas de capital de todos os Poderes, Órgãos e Fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, não incluídas somente as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

Fixado, desse modo, o conteúdo e o período de aplicação (prazo trienal) do OPI, podemos verificar que ele se aproxima muito mais dos Planos Gerais do Governo do que o orçamento anual. Esse dado mostra que o OPI tem a característica de ser um orçamento programático, diretamente vinculado à ação governamental de desenvolvimento econômico, na medida em que quantifica e direciona os investimentos plurianuais.

Isso implica uma distinção fundamental entre o OPI e o orçamento-programa anual. Enquanto um é, digamos, diretivo e programático, no sentido de estabelecer limites globais às despesas de capital, o outro é de execução.

Dessa distinção, provém uma dupla consequência: primeira, a de que o OPI é executado pelo orçamento anual, a cada ano, e, segunda, a de que os limites das despesas de capital, lá fixados, sejam aqui rigorosamente respeitados.

Não é outro o sentido da norma contida no art. 16, do Decreto-lei nº 200/67, transcrito no item 5.1 acima.

Para o exercício de 1978, o Orçamento Plurianual de investimentos é o aprovado pela Lei nº 6 485, de 06.12.77, que estima para o triênio 1978/1979 despesas de capital no montante de Cr\$ 564 415 854 000,00 (quinhentos e sessenta e quatro bilhões, quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), a preços de 1978 (art. 1º).

Pelo art. 2º, a distribuição dos recursos destinados ao financiamento das despesas de capital do exercício examinado, está assim prevista:

		Em Cr\$ 1.000,00
ESPECIFICAÇÃO	1978	TOTAL DO TRIÊNIO
1. RECURSOS DO TESOURO.....	120.571.600	
1.1 Recursos Ordinários...	24.232.364	
1.2 Recursos Vinculados...	96.339.236	
2. RECURSOS DE OUTRAS FONTES..	57.610.358	
T O T A L .....	178.181.958	564.415.854

### 5.4 O Orçamento-Programa

A importância fundamental do orçamento-programa, como instrumento de ação do Governo, pode ser constatada, em primeiro lugar, por constituir ele um dos termos do binômio planejamento-orçamento, que aqui estamos examinando e, em segundo lugar, essa importância se evidencia quando levamos em consideração as funções desempenhadas pelo orçamento.

Tais funções, hoje, consistem não apenas na clássica previsão e fixação da receita e despesa, mas sobretudo na integração coordenada dos meios financeiros com os quais o Governo atende às necessidades públicas, ao mesmo tempo em que viabiliza sua ação econômica e social.

Portanto, a lei de meios, expressão tradicionalmente consagrada para designar o orçamento, não constitui mais aquela simples esquematização contábil dos meios financeiros, que visava, em especial, a propiciar o controle político do Legislativo sobre a atividade financeira do Estado exercida pelo Poder Executivo.

É de ressaltar, a propósito, que a atividade financeira do Estado, como vista pela Ciência das Finanças, caracteriza-se como atividade-fim. Porém, com o desenvolvimento do Estado intervencionista, aquela atividade passou a ter uma outra dimensão, eminentemente política, de atividade-meio. Esta, no âmbito orçamentário, se manifesta no caráter programático do orçamento.

O orçamento-programa distingue-se, pois, da tradicional lei de meios não tanto pelo conteúdo, embora se possa admitir que o conteúdo formalístico do orçamento tenha, também, sido alterado com a introdução de novas técnicas orçamentárias, mas principalmente pela diversificação de funções, a partir do momento em que ele se insere no sistema interativo de ação governamental planejada.

Logo, além da função de instrumentar a fiscalização política, o orçamento-programa desempenha um papel decisivo na própria ação administrativa do Governo, não só como parte fundamental da engrenagem do planejamento a que toda a atividade pública está hoje vinculada, também como instrumento de uma efetiva ação econômica e social, na medida em que viabiliza a execução de planos e projetos em todos os setores da atividade governamental.

Outro não é o sentido da norma constante do art. 18 do Decreto-lei nº 200/67, que transcrevemos no item 5.1 supra, pelo qual toda a atividade pública deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa.

#### 5.5 O Orçamento-Programa Anual

A expressão orçamento-programa foi introduzida entre nós pelo Decreto-lei nº 200/67. O referido texto legal emprega, em dispositivos diferentes, ora aquela expressão simplesmente, ora outra, mais específica, correspondente ao orçamento-programa anual.

Embora pareçam significar coisas distintas, na verdade as duas expressões traduzem a mesma realidade, isto é, a de que o orçamento anual é o mesmo orçamento-programa anual de que trata o citado Decreto-lei.

Não há, pois, qualquer justificativa para uma suposta distinção entre orçamento (simplesmente) e orçamento-programa. O que dá o caráter de orçamento-programa ao orçamento é precisamente sua integração em todo o sistema de planejamento. Por outras palavras, na medida em que o orçamento integra o processo de planejamento adquire sua natureza programática e se transforma no orçamento-programa.

Destarte, o orçamento-programa anual a que se refere o Decreto-lei nº 200/67 é o mesmo orçamento anual previsto em alguns dispositivos constitucionais e em outras disposições da legislação pertinente.

Assim é que, por exemplo, quando o art. 43, II, da Constituição, determina que ao Congresso Nacional cabe dispor sobre *orçamento anual e plurianual* está, implicitamente, referindo-se ao orçamento-programa, pois o contexto abrangente do orçamento anual e plurianual, é o binômio planejamento-orçamento, que, afinal, dá especificidade programática ao orçamento. E, aliás, a interpretação não poderia ser outra, uma vez que é a própria Constituição que constitui o fundamento de validade do orçamento-programa.

Da mesma forma, devemos entender os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, todos aplicáveis ao orçamento-programa anual.

#### 5.6. Princípios Orçamentários

Como se sabe, não existe uma fórmula orçamentária de aceitação e aplicação internacional. Cada país adota, em geral, sistema próprio de orçamentação.

Não obstante, a experiência e o desenvolvimento da ciência das finanças em alguns países, como a França e a Inglaterra, propiciaram o estabelecimento de princípios orçamentários básicos, que se tornaram princípios científicos clássicos, posteriormente absorvidos pela legislação e transformados em princípios normativos.

Desses princípios, três são realmente tradicionais e estão presentes nas classificações de todos os autores. Tais são os da unidade, universalidade e anualidade. Esses princípios não só estão comumente previstos nas classificações doutrinárias, como, inclusive, constam expressamente de textos legais, que assim os erigem a categoria de princípios normativos fundamentais de toda a sistemática orçamentária. É o caso, por exemplo, do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964, ao dispor que "a lei do orçamento conterá a disposição da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecendo os princípios de unidade, universalidade e anualidade".

Entre nós, os clássicos Aliomar Baleeiro e Alberto Deoda to se preocuparam mais com o tema, embora adotando uma concepção um pouco tradicional. Já autores como Geraldo Vidigal, José Paciulli, Clóvis de Andrade Veiga e Fernando Rezende (este com uma ótica eminentemente econômica do fenômeno financeiro) não se detiveram no exame aprofundado da questão.

A nosso ver, quem melhor aborda o assunto é José Afonso da Silva, que se estende com muita clareza e lucidez sobre o conteúdo e princípios do orçamento-programa (*"Orçamento-Programa no Brasil"*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1973, págs. 104 a 159).

Extraíndo aquilo que nos parece essencial, sobretudo tendo em vista os fins deste Parecer, podemos relacionar os dez princípios fundamentais do orçamento-programa: unidade; universalidade; anualidade; legalidade; exclusividade; programação; equilíbrio; especificação; não afetação da receita; e publicidade.

Esses princípios, embora distintos, se intercomunicam de forma a compor um sistema de princípios interdependentes, conforme se verificará da análise de cada um deles.

É bom salientar, em tempo, que este dispositivo da mencionada Lei nº 4.320/64 deixa bem caracterizados os aspectos programáticos que definem a natureza do orçamento-programa, conforme analisávamos nos dois itens precedentes.

Mas, voltando aos princípios orçamentários, os autores que buscam uma classificação, até mesmo simples enumeração, desses princípios, divergem bastante; não apenas em relação aos critérios classificatórios, também com referência aos próprios princípios.

Desse modo, encontram-se inúmeras classificações, tanto em doutrina estrangeira, quanto em poucos autores nacionais.

O que pode explicar, em parte, as divergências existentes a respeito, é o fato de haver um certo desprestígio dos referidos princípios, que costumam ser violados na experiência orçamentária, como reconhecem alguns financistas. Outra razão que, possivelmente, justificaria a falta de unanimidade classificatória consistiria na ausência de critérios seguros que permitissem distinguir os princípios aplicáveis ao orçamento tradicional, daqueles adaptáveis ao conceito de orçamento-programa, para, afinal, adequar uns e outros à realidade científica e legislativa da sistemática orçamentária atual.

Pode-se pensar que o assunto não chega a ter relevância de monta, que mereça maiores considerações. Ao contrário, é de

grande importância a fixação desses princípios, sob pena de se enfraquecer a interpretação correta e adequada dos princípios normativos, em particular os constitucionais, em matéria orçamentária. É verdade que alguns financistas passam muito ligeiramente sobre esse ponto, sendo de admitir-se que os referidos autores (poucos, por sinal) não atribuem maior importância dos princípios orçamentários. É o caso do argentino Hector Villegas ( "*Curso de Finanzas, Derecho Financiero y Tributario*", Depalma, Buenos Aires, .... 1977 ). O mesmo não ocorre com dois outros conhecidos autores, também argentinos, Dino Jarach e Giuliani Fonrouge. Especialmente este último dedica todo um capítulo de sua famosa obra sobre Direito Financeiro aos princípios gerais do direito orçamentário ( "*Derecho Financiero*", Depalma, Buenos Aires, 1977; pág. 145 a 179 ).

#### 5.6.1. - O Princípio da Unidade

Um dos princípios clássicos, o da unidade impõe a exigência de que todas as receitas e dispêndios estejam previstas num orçamento único. Justifica-se o princípio pelo fato de que a distribuição das contas orçamentárias entre vários orçamentos dificulta a fiscalização política exercida pelo Parlamento no que se refere à quantificação da participação global do setor público na economia, além de ir contra outro princípio, por alguns autores a todado, que é o da clareza.

Como se vê, no seu sentido original, trata-se de um princípio bastante formal, consistindo na idéia de um orçamento que fosse estabelecido num documento único. Com essa rigidez dispõe o art. 73 da Constituição de 1946 que "o orçamento será uno, incorporando-se à receita, obrigatoriamente, todas as rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos" (Grifos nossos).

Na prática esse princípio passou a ser infirmado, embora não abandonado. É que as finanças modernas passaram a propugnar por uma divisão orçamentária, pela qual teríamos um orçamento de gestão, correspondente a todos os gastos com a administração do Estado e à execução de serviços públicos em geral, e um orçamento de investimentos que consubstanciaria os recursos destinados ao financiamento da atuação econômica e social do Estado. Essa divisão, se bem que pudesse ser mantida dentro de um mesmo documento orçamentário, ensejou outra divisão, desta vez diferida no tempo, que definitivamente destruiria o princípio da unidade. Trata-se da concepção de um orçamento de gestão anual e de um orçamento de investimentos plurianual. Como os dois orçamentos diferem no tempo, quebrada estava a rigidez do princípio da unidade documental do orçamento.

Todavia, sem embargo dessa divisão, prevalece a intercomunicação dos dois orçamentos, de modo que sobrevive uma certa unidade, não formal, porém substancial. Essa unidade de fundo ou de conteúdo é dada pela coordenação entre o orçamento e o planejamento econômico, segundo o binômio já examinado. A unidade, pois, como princípio orçamentário, permanece prestigiada, não de um ponto de vista clássico e formal, mas de um prisma moderno e substancial. A unidade orçamentária existe, enquanto prevalece a unidade do próprio sistema interativo planejamento-orçamento.

Procurando esclarecer o sentido atual desse princípio, aplicável ao orçamento-programa, José Afonso da Silva conclui que ele não mais se compatibiliza com a rigidez da unidade documental, mas, "ao contrário, desdenhando-a, postula que tais documentos orçamentários se subordinem a uma unidade de orientação política, numa hierarquização unitária dos objetivos a serem atingidos e na uniformidade de estrutura do sistema integrado" (op. cit., página 144, Grifos do Autor).

Essa conclusão é correta e dá a exata medida do princípio da unidade orçamentária, como modernamente entendido.

Nesse contexto, esse autor assinala o papel desempenhado pelo orçamento-programa anual no sistema planejamento-orçamento, que é o de instrumento operativo, ou seja, de execução de todo o sistema. A mesma conclusão havíamos chegado quando tratamos do Orçamento Plurianual de Investimentos.

É ainda o autor citado que resume: "a unidade orçamentária hoje realiza-se pela unidade de política orçamentária, pela unidade de objetivos a serem atingidos, pela unidade operativa de corrente da uniformidade das estruturas orçamentárias" (op. cit., pág. 145).

#### 5.6.2. - O Princípio da Universalidade

Esse princípio, por uns também chamado da integridade e por outros conhecido como o princípio do produto bruto, consiste na exigência de que todas as receitas e despesas estejam incluídas no orçamento. As razões de tal regra se resumem, de um lado, numa imposição de ordem política relativa à fiscalização orçamentária e, de outro, na necessidade de racionalizar a atividade financeira de sorte que o cotejo entre receita e despesa permita embasar o cálculo econômico dessa atividade.

Um corolário do princípio da universalidade é o de que as receitas e despesas sejam registradas em bruto, vale dizer, sem deduções ou compensações. Isto significa que as parcelas correspondentes devem constar do orçamento por seus montantes brutos, sem saldos líquidos. Em outras palavras, do orçamento não constarão receitas ou despesas em montantes líquidos. Este corolário também decorre de razões políticas, tendo em vista o interesse da fiscalização exercida pelo Legislativo. Ainda a respeito desse corolário, adverte Fonrouge que alguns autores confundem o princípio da universalidade com o da unidade, e outros, a exemplo de Louis Trotabas, que não consideram a universalidade como um princípio distinto, senão como um aspecto complementar da unidade do orçamento (op. cit., pág. 169).

Dito isto, é bom lembrar que o princípio da universalidade das contas orçamentárias está previsto no art. 62 da Constituição, in verbis:

"Art. 62. - Orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento".

Por sua vez, a Lei nº 4.320/64, estabelece o princípio da universalidade sobretudo em dois dispositivos:

"Art. 3º - A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei".

"Art. 4º - A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles, se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º".

José Afonso da Silva entende que o art. 62 da Constituição contém apenas o essencial do princípio da universalidade, faltando-lhe a regra complementar dos montantes brutos, que é o corolário acima referido. Ressalta, porém, que a regra se encontra formulada no direito brasileiro, nos termos do art. 6º da citada Lei nº 4.320/64, que dispõe: "Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções".

Ainda de acordo com José Afonso da Silva, o princípio da universalidade surgiu, como quase todos os princípios orçamentários, no interesse do controle político das finanças públicas.

Citando Sebastião de Sant'Anna e Silva, concorda em que, numa perspectiva tradicional, seus fundamentos permitem ao Legislativo o seguinte:

"a) conhecer a priori todas as receitas e despesas do governo e da prévia autorização para respectiva arrecadação e realização;

b) impedir ao Executivo a realização de qualquer operação de receita ou despesa sem prévia autorização parlamentar;

c) conhecer o exato volume global das despesas projetadas pelo governo, a fim de autorizar a cobrança dos tributos estritamente necessários para atendê-las" (op. cit., pág. 147).

Esses fundamentos comprovam o caráter formalístico com que, na teoria clássica, se prestigiava o referido princípio.

Entretanto, como acentua o autor acima mencionado, atualmente só se pode conceber o princípio da universalidade numa ótica essencialmente econômica.

Nessa perspectiva, concordando ainda uma vez com Sebastião de Sant'Anna e Silva, admite que "os princípios da unidade, da universalidade e da não afetação de receitas deixaram de ter sentido, uma vez que a proliferação de entidades públicas descentralizadas, apenas vinculadas à Administração Central, dotadas de autonomia financeira, orçamentária e contábil, implicava forçosamente na pluralidade orçamentária e na aceitação da existência de fundos financeiros especiais, alimentados por meio de receitas vinculadas à execução de planos setoriais específicos. Um novo conceito, o da totalização das operações do setor público da economia nacional, veio substituir as regras tradicionais da unidade e da universalidade". (op. cit., pág. 149).

Esse conceito econômico do princípio, baseado num sistema de contabilidade econômica nacional, implica considerar o orçamento como um sistema consolidado de transações do setor público, que, consoante o ensinamento de Sebastião de Sant'Anna e Silva, viabiliza: "a) conhecer o volume e a importância do setor público da economia nacional e compará-lo com o setor privado da mesma economia; b) conhecer exatamente o volume da pressão fiscal, ou seja, o valor exato da parcela da renda nacional absorvida pelo Estado através da tributação; c) mostrar clara e precisamente qual a participação do Estado na formação da renda nacional; d) demonstrar com clareza o resultado final (deficit ou superavit) das transações correntes do governo e o volume total dos investimentos programados no setor público da economia". (op. cit., pág. 149).

Pois é dentro dessa nova visão, onde prevalece a idéia de totalização orçamentária, que se deve levar em conta o princípio da universalidade, a fim de compatibilizá-lo com a concepção do orçamento-programa.

### 5.6.3.~ O Princípio da Anualidade

Este é, provavelmente, o mais antigo dos princípios orçamentários. De aplicação mundial, o princípio tem uma indiscutível conotação política, desde sua origem. Segundo Aliomar Baleeiro era o "expediente de que se serviram os Parlamentos para que os monarcas fossem obrigados a convocá-los a breves intervalos". ("Uma Introdução à Ciência das Finanças", Forense, Rio, 1956, pág. 209). Giuliani Fonrouge assinala que a influência exercida pelos princípios liberais da Revolução Francesa e a difusão das instituições políticas inglesas foram os principais motivos da difusão e aceitação geral do princípio da anualidade orçamentária. Com as idéias predominantes no século XIX e começo do século XX, "ninguém havia pensado seriamente em orçamentos plurianuais, tanto as

sím que em prestigiados autores dessa época pode ler-se que um ano corresponde à medida normal das previsões humanas e só em casos excepcionais de alguns principados alemães se recorreu a previsões bienais ou trienais...". (op. cit., pág. 151).

Sendo o princípio da anualidade prevalecente para o período de um ano, (é claro), isto não significa que haja, necessariamente, coincidência com o ano civil. O critério adotado para o estabelecimento de limites no tempo, é o do exercício financeiro, que entre nós coincide com o ano civil, conforme dispõe o artigo 34 da Lei nº 4.320, de 1964.

O princípio da anualidade, porém, não se mantém, igualmente, como um princípio orçamentário de grande validade e solidez, isto porque importa, hoje, muito mais o conceito de periodicidade orçamentária no contexto planejamento-orçamento da ação governamental.

Essa concepção transforma, de certo modo, a roupagem clássica do princípio da anualidade, que se insere, é fato, na regra da periodicidade, mas não traduz como esta a amplitude da idéia de previsão temporal da programação orçamentária.

A regra da periodicidade se acomoda bem melhor à realidade, justificando um orçamento-programa para um período anual e um orçamento plurianual de investimentos, como conhecemos na nossa sistemática de orçamentação.

### 5.6.4. O Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade costuma ser esquecido pelos autores que tratam dessa matéria. O que justificaria o esquecimento? Uma de duas: ou a regra da legalidade seria tão irrelevante que não chegaria a fundar um verdadeiro princípio, ou como princípio mesmo não se lhe atribuiria maior importância por quaisquer razões. Seja por que for, o princípio tem sido abandonado pela maioria da doutrina e em quase todas as classificações.

Entretanto, a regra da legalidade é fundamental e de conhecida relevância, especialmente em matéria de finanças públicas.

Ora, o princípio da legalidade é um dos pilares do estado de direito, constando na maioria das Constituições, no capítulo dedicado aos direitos e garantias individuais.

No nosso caso, seria desnecessário, porém não demasiado, recordar que o § 2º do art. 153 da Constituição estabelece o princípio geral da legalidade, na cláusula pela qual somente em virtude de lei estamos obrigados a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Em diversos outros dispositivos, a Constituição desdobra repetidamente a regra da legalidade, com ênfase muito especial em matéria financeira.

Assim é que, o art. 60 determina que a despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual. A despesa pública, no caso, abrange todos os dispêndios públicos, sejam correntes ou de capital. Todavia, em relação aos gastos com pessoal, especificamente, o art. 64 manda que lei complementar fixe os limites dessas despesas para a União, Estados e Municípios. Da mesma forma, a abertura de créditos, a fixação de vencimentos e vantagens dos servidores públicos, a concessão de subvenção ou auxílio, e, no geral, a criação ou aumento da despesa pública, tudo isso depende de lei, por iniciativa do Poder Executivo, consoante prevê o art. 65 da Constituição.

Todos os aspectos, enfim, concernentes à vigência e à validade jurídica dos orçamentos públicos, como as regras de sua elaboração, organização e aplicação no tempo (exercício financeiro de vigência), serão previamente regulados em lei federal, segundo o disposto no art. 61 da Constituição.



Por outro lado, no que se refere à receita, é de se considerar com particular importância o princípio da legalidade tributária, fixado nos arts. 19, I, e 153, § 29, da Constituição.

Desse modo, podemos constatar a relevância do princípio da legalidade em matéria orçamentária, daí o termos especificado como um princípio essencial.

#### 5.6.5. O Princípio da Exclusividade

Tal princípio é insito ao mandamento do art. 60 da Constituição, pelo qual a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.

Trata-se de regra limitativa do conteúdo da lei orçamentária, que objetiva impedir a inclusão de dispositivos estranhos ao âmbito material da lei de orçamento. Seria o caso, segundo José Afonso da Silva, da inserção de dispositivos que alteram, por exemplo, normas do Código Civil ou do Código Comercial, ou ainda disposições relativas à administração de pessoal, que recebem tratamento específico na legislação pertinente.

Lembre-se que antes da Reforma Constitucional de 1922 eram comuns as chamadas "*caudas orçamentárias*", disposições de lei material alheias inteiramente ao âmbito orçamentário. Assim, proliferavam orçamentos que criavam cargos públicos, aumentavam vencimentos, alteravam o Código Penal, permitiam exames de segunda época a estudantes reprovados, e outros escândalos mencionados por Balleiro ( *op. cit.*, págs. 703 e seguintes ). Conforme Sebastião de Sant'Anna e Silva, citado por José Afonso da Silva, chegou-se a alterar o processo da ação de desquite mediante dispositivo de lei orçamentária.

Portanto, o princípio da exclusividade veio estabelecer os limites da lei orçamentária, que como lei puramente formal não pode acolher disposições materiais, sobretudo estranhas ao âmbito financeiro.

Mas este fundamento de natureza simplesmente formal pode prevalecer em face do orçamento-programa?

De plano, José Afonso da Silva entende, a nosso ver com total acerto, que o princípio da exclusividade não impede a inclusão na lei orçamentária de dispositivo com conteúdo programático.

Por outro lado, o mesmo autor observa com absoluta precisão que a interpretação restritiva das expressões "*fixação de despesa e previsão de receita*", literalmente como se o orçamento atual não passasse de duas contas contábeis relacionando de um lado as entradas e de outro as saídas, não encontra fundamento na sistemática constitucional, que propende para um tipo de orçamento, cujo conteúdo não se integra tão-só desses elementos estreitamente considerados". ( *op. cit.*, págs. 109/110 ).

Logo, o princípio da exclusividade não deve limitar o orçamento a parâmetros unicamente formais, uma vez que a concepção de orçamento-programa rompe as amarras formalísticas.

Por isso, José Afonso da Silva propõe que a interpretação do princípio, em consonância com os fundamentos constitucionais que a autorizam e a fim de compatibilizar a regra da exclusividade com a concepção de orçamento-programa, seja abrangente do seguinte: "1 - *enquadramento administrativo-funcional da unidade orçamentária a que se refere o programa*; 2 - *indicação de seu campo de atuação*, compreendendo a descrição do campo funcional, isto é, o desdobramento das funções da unidade; 3 - *citação dos instrumentos legais que atribuem à unidade administrativa as suas funções e atribuições*, inclusive, se se quiser ir ao rigor de precisão como no orçamento-programa de Estado de Minas de 1971, a apresentação do organograma da estrutura do órgão; 4 - *análise da si-*

*tução existente, ou seja, diagnóstico básico, compreendendo a identificação dos principais problemas existentes no campo funcional da unidade administrativa e o estabelecimento, devidamente justificado, de uma escala de prioridade para a sua solução; a análise da situação deverá ser feita em termos de necessidades a atender, buscando dar resposta, sempre que possível quantificada, às seguintes perguntas: a) quais são os problemas existentes? b) quais são as necessidades a atender? c) qual tipo de atuação deve ser desenvolvido? — o estabelecimento de uma escala de prioridades consiste no relacionamento dos problemas a serem solucionados e das necessidades a serem atendidas na ordem em que deverão ser atacados, acompanhado de justificativa; 5 - *objetivos*, que correspondem ao resultado que se espera obter com a execução do orçamento-programa; 6 - *atividades*, que consistem na discriminação dos diversos serviços a serem executados dentro da área de atuação em que se insere o orçamento-programa; 7 - *recursos*, que são os meios institucionais, de trabalho e financeiros necessários à execução das atividades programadas em vista da consecução dos objetivos previstos". ( *op. cit.*, págs. 110 e 111; grifos do autor ).*

A exposição acima transcrita é um pouco extensa, porém nos apresenta uma visão bem adequada e completa daquilo que, atualmente, se deve entender como o princípio da exclusividade.

#### 5.6.6. O Princípio da Programação

Este é o princípio informador do orçamento como concebido modernamente, onde sobressai a idéia de programação substancial e formal, ou seja, a de discriminação dos aspectos referentes aos serviços e ao material destinados à realização de determinado programa.

Ao estudar as categorias orçamentárias, José Afonso da Silva apresenta os quatro níveis de programação vertical, de acordo com a sistemática brasileira, a saber: 1) a programação geral ou global do desenvolvimento econômico; 2) a programação setorial e regional, voltada para regiões determinadas e setores específicos; 3) programação das despesas de capital, feita no Orçamento Plurianual de Investimentos; 4) programação orçamentária ou institucional, formulada a nível de órgãos públicos através do orçamento-programa ( *op. cit.*, págs. 112 e 113 ).

Quanto à programação orçamentária propriamente dita, temos ainda a considerar, na estrutura interna do orçamento-programa, os objetivos e meios.

"*Objetivo é cada bem ou serviço que as entidades públicas se propõem a colocar à disposição da comunidade no cumprimento de suas finalidades para satisfazer as necessidades coletivas. Meios são os serviços que a entidade presta a si mesma para servir de apoio à produção de bens ou serviços em favor da coletividade. Daí proporem-se duas categorias de programação dentro do orçamento-programa: a) programas de funcionamento, destinados à organização dos meios para a consecução dos objetivos da entidade; b) programas de investimentos ou de formação de capital ou ainda de desenvolvimento econômico, visando à consecução de objetivos concretos. Tal foi a recomendação do Seminário de Classificação e Administração Orçamentária na América do Sul, celebrado em Santiago do Chile, em 1962 ...*" ( José Afonso da Silva, *op. cit.*, págs. 113 e 114 ).

Esses dois níveis de programação interna são adotados na sistemática brasileira. Os programas de funcionamento correspondem ao chamado orçamento corrente, onde se classificam as receitas e despesas correntes. Os programas de investimento constituem o orçamento de capital, de que constam as receitas e despesas de capital.

#### 5.6.7. O Princípio do Equilíbrio

Em sua formulação clássica, o princípio do equilíbrio orçamentário consiste na igualdade do montante de despesa autorizada e do total da receita prevista, em cada exercício financeiro.

Esta concepção das finanças clássicas correspondia ao equilíbrio formal ou contábil, pelo qual o orçamento não deveria apresentar *déficit* ou *superávit* no final do período considerado. Quando, todavia, a receita superasse a despesa também haveria equilíbrio orçamentário, na medida em que o superávit fosse utilizado para o pagamento de dívidas ou se destinasse à formação de algum fundo especial ou para incrementar fundos já criados, conforme adverte Jarach (Dino Jarach, "*Finanzas Públicas*", Editorial Cangallo, Buenos Aires, 1978, pág. 93).

Com a expansão do Estado intervencionista e os volumosos dispêndios durante as guerras mundiais, o déficit tornou-se comum e frequente, até nos países mais apegados às teorias tradicionais, como a Inglaterra. A observação é de Aliomar Baleeiro, que completa lembrando o ilustrativo exemplo dos Estados Unidos, de acordo com o discurso do então Presidente da Comissão de Finanças do Senado americano, Senador Harry Byrd, segundo o qual, em 124 exercícios financeiros, aquele País teve 85 com receita excedentes e 41 com déficits. Ainda curiosamente, "*depois de 11 anos de ininterruptos orçamentos federais equilibrados, os Estados Unidos mergulharam na mais catastrófica das crises econômicas em contraste com a prosperidade inaudita de 1940 em diante, em pleno regime de déficits invariáveis*". (op. cit., pág. 717).

Estas considerações demonstram que a concepção formalística do equilíbrio orçamentário não satisfazia às exigências impostas pela nova realidade econômica.

Desse modo, a doutrina financeira moderna desprestigiou o princípio, idolatrado na teoria clássica. Essa alteração conceitual deveu-se sobretudo ao novo sentido dado ao orçamento, que, independentemente de sua função financeira tradicional, passou a ser utilizado como instrumento de correção das flutuações cíclicas da atividade econômica.

Tudo isso implica dizer que o equilíbrio, como concebido no passado, está hoje reduzido à simples fórmula contábil de igualar aritmeticamente as contas de receita e despesa, o que não tem a menor repercussão e importância, teórica ou prática, nas finanças públicas e na economia. Essa concepção seria a de um equilíbrio estático.

Mas, o verdadeiro equilíbrio orçamentário, que deve ser dinâmico e compatível com o equilíbrio econômico, foi assim definido por Alejandro Ramírez Cardona, na forma expressa por José Afonso da Silva: "*a integração do plano financeiro público com o plano econômico da nação deriva da necessidade de coordenar adequadamente a política fiscal com a econômica do governo, e não ao contrário. Assim mesmo, aquela integração é indispensável para estabelecer o equilíbrio financeiro em relação com o equilíbrio econômico, posto que de outra maneira não seria possível atuar com o ingresso e o gasto público, nos processos econômicos e sociais, a fim de regulá-los com uma atuação de intervencionismo direto. O equilíbrio do orçamento, estabelecido em relação com o econômico, é altamente dinâmico e subordinado a cobrir as brechas inflacionárias ou depressivas da economia, ou seja, que se trata de compensá-las com desequilíbrios financeiros de tipo contrário*". (José Afonso da Silva, op. cit., pág. 130).

Parece-nos que, por outras palavras, é exatamente isso. Ou seja, o princípio do equilíbrio orçamentário só se justifica hoje no plano da política fiscal, vale dizer, no plano das determinações dessa política a fim de que o Estado, através dos mecanismos financeiros colocados à sua disposição, promova a estabilização da atividade econômica, conjuntural ou cronicamente flutuante.

Toda essa parte referente ao equilíbrio orçamentário está desdobrada nesse Parecer, no ponto em que examinamos os aspectos da política fiscal.

#### 5.6.8. O Princípio da Especificação

O princípio da especificação consiste na formulação das receitas e despesas orçamentárias em parcelas discriminadas, vedadas, em regra, dotações globais.

Segundo Gerloff e Neumark ("*Tratado de Finanzas*", El Ateneo, Buenos Aires, 1961, págs., 312 a 319) este princípio comporta três aspectos. O primeiro é o aspecto qualitativo, pelo qual se realiza a discriminação detalhada dos itens de receita e despesa. Em segundo lugar, apresenta-se um aspecto quantitativo, que impõe limitações aos dispêndios até o montante dos recursos estimados para o fim específico, bem assim proíbe a realização de dispêndios fora do orçamento, o que pode ser traduzido na regra negativa de transposições de recursos entre diferentes dotações durante a execução orçamentária. Finalmente, o aspecto temporal do princípio da especificação, cuja consequência é exigir que os dispêndios se efetivem dentro do exercício financeiro a que corresponde a autorização orçamentária. Estabelecidas as regras decorrentes desses aspectos, os citados autores apontam exceções a cada uma delas.

Esses aspectos do princípio da especificação encontram-se consubstanciados em dispositivos constitucionais e legais pertinentes ao nosso sistema orçamentário. Assim, o aspecto qualitativo está expresso, pelo menos, nos arts. 13 e 15 da Lei nº 4.320, de 1964. O primeiro desses, por exemplo, dispõe que a discriminação ou especificação da despesa será feita por elementos, observadas as categorias econômicas (despesas correntes e despesas de capital). Exceção ao princípio, quanto ao aspecto qualitativo, é a prevista no § 1º do art. 62 da Constituição, que permite a inclusão da receita e da despesa dos órgãos da administração indireta, no orçamento anual, sob a forma de dotações globais. O aspecto quantitativo, na parte que se refere à vedação de despesa além dos recursos especificamente autorizados, está expressamente consagrado na alínea d, do § 1º, do art. 61 da Constituição, que impede a realização de despesas além dos créditos orçamentários ou adicionais e no art. 59 da Lei nº 4.320/64, que proíbe o empenho da despesa além do limite dos créditos concedidos. Ainda sob esse aspecto, no que diz respeito à vedação do transporte de dotações, é claro o mandamento da alínea g, do § 1º, do art. 61 da Constituição. Quanto ao aspecto temporal, verifica-se a adoção do princípio no § 4º do art. 62 da Constituição, não obstante acolha exceções.

Desta forma, constata-se a plena adoção do princípio da especificação, ou da discriminação, no sistema orçamentário brasileiro.

#### 5.6.9 O Princípio da Não Afetação da Receita

Esse princípio, também conhecido como a regra de não especialização de receitas, consiste em não vincular, prévia e especificamente, a receita a qualquer despesa, porque o aconselhável é que o montante dos recursos seja indistintamente destinado à satisfação do montante de dispêndios.

Salienta Aliomar Baleeiro que "*vincular o imposto de tal sorte à saúde, outro às penitenciárias, tal tributo ao fundo paval, etc., é um contra-senso, que complica inutilmente a contabilidade pública. A prática, aliás, mostra que nem sempre os governantes respeitam essas destinações especiais*". (op. cit., pág. 713).

Além disso, como se sabe, a afetação de recursos orçamentários a determinadas despesas investe contra o princípio da especificação, que examinamos anteriormente. Com efeito, a proliferação dos fundos contábeis dentro do orçamento contraria a regra da discriminação.

O art. 62, § 2º, encampa o princípio da não afetação, nos seguintes termos:

"Art. 62 - .....

§ 2º - Ressalvados os impostos mencionados nos itens VIII e IX do art. 21 e as disposições desta Constituição e de leis complementares, é vedada a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa ...".

A regra, pois, é a da não vinculação, porém o próprio texto já alarga exceções expressas. Por exemplo, a ressalva referente aos itens VIII e IX do art. 21 está quantificada no art. 26 da Constituição e qualificada na legislação pertinente, que vincula tal receita, sobretudo, a fundo rodoviário.

A parte final do próprio art. 62, § 2º, determina que a lei poderá estabelecer a vinculação da arrecadação total ou parcial de certos tributos com a receita do orçamento de capital, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes. Esta é outra exceção à regra.

Há novos exemplos, mas vamos concluir lembrando que o § 4º do art. 21 da Constituição outorga à lei a faculdade de vincular a receita dos impostos sobre a exportação e sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários, à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico.

Embora a Constituição, como se vê, estabeleça inúmeras exceções ao princípio, convém notar que a regra da não afetação da receita é de significativa importância para o orçamento-programa, que exige a maior disponibilidade dos recursos tendo em vista sempre as prioridades fixadas no planejamento e na programação.

#### 5.6.10. - O Princípio da Publicidade

Este é outro daqueles princípios não muito prestigiados pelos autores. Entendemos diferentemente, razão por que lhe demos destaque.

Conforme José Afonso da Silva, trata-se de um princípio clássico, que rege toda a atividade do poder público. Para ele, não deve haver sigilo na atuação do Governo, salvo em casos excepcionais, geralmente relativos à segurança nacional. Essa importância *"se aplica também ao orçamento, e principalmente a ele, que é a peça fundamental da atividade governamental"*. (op. cit., págs. 154/155).

Adavia, a par da relevância do princípio da publicidade de para a efetivação do controle político da atividade financeira, ele se revela fundamental para que a iniciativa privada ajuste suas próprias atividades em função da economia do setor público, tanto no que concerne às despesas como aos recursos, uma vez que ambos provocam efeitos na procura e na oferta de bens e serviços. Esta é a opinião de Dino Jarach (op. cit., pág. 86), com quem concordamos plenamente.

Portanto, nesse sentido, o princípio da publicidade se harmoniza idealmente com o princípio do equilíbrio, constituindo, ambos, pilares do orçamento numa perspectiva econômica, em particular no campo da política fiscal.

#### 5.6.11 - Outros Princípios Orçamentários

O critério que adotamos para enumerar e destacar os princípios orçamentários, que consideramos essenciais, leva em conta, apenas, a importância de suas regras para a boa técnica orçamentária. Não nos preocupou um critério que enfatizasse a ideia de peculiaridade, isto é, não escolhemos os princípios mais importantes pelo fato de serem princípios orçamentários peculiares. Para nós, isto não tem a menor significação, pois há princípios típicos do orçamento, como o da anualidade por exemplo, que nem assim é tão relevante. De outro lado, há os que não são peculiares, como o princípio da legalidade, mas se revestem de decisiva importância no campo orçamentário.

Contudo, há princípios de menor importância, realmente, que serão aqui mencionados apenas pelo escrúpulo de não serem esquecidos. São eles os da flexibilidade, sinceridade, clareza e exatidão.

#### 5.6.11.1. f. Flexibilidade

Para José Afonso da Silva, a flexibilidade é um princípio básico do planejamento. *"Ora, se o orçamento-programa constitui uma etapa deste (planejamento), é compreensível que se tenha a ele comunicado a regra. No entanto, algumas dificuldades existem para sua aplicação, dado que a autorização legal de despesas e programas impede se possa modificar o orçamento, no correr de sua execução, substancialmente, para adequá-lo a situações emergentes. Isso só poderá ser feito por lei, de modo que a atuação do princípio da flexibilidade está subordinada, em aspectos essenciais, ao da legalidade, o que importa, em verdade, na prática, na inexistência daquele"*. (op. cit., pág. 155).

As ponderações do autor, quante à ineficiência da regra da flexibilidade diante da prevalência do princípio da legalidade, procedem, embora se deva perseguir uma fórmula prática, capaz de viabilizar a flexibilidade sem enfraquecer a legalidade.

Hoje, no Brasil, isto não é difícil, porque o Decreto-lei é um instrumento legislativo rápido e que, em matéria de finanças públicas, no pressuposto de situação urgente, desde que não haja aumento de despesa, pode ser utilizado (e se costuma fazer com frequência) a favor da flexibilidade da execução orçamentária.

Nas situações para as quais não foi prevista dotação orçamentária específica, o recurso aos créditos especiais está expressamente autorizado na Lei nº 4.320/64 (artigos 40 e seguintes). Nesses casos, a se admitir que o cumprimento das formalidades e exigências legais inibe a flexibilidade, poder-se-ia dar maior amplitude à utilização de recursos da reserva de contingência, prevista no artigo 91 do Decreto-lei nº 200/67, a fim de aplicá-la não somente aos créditos suplementares, também aos especiais.

Estas seriam, portanto, fórmulas que compatibilizariam os princípios da legalidade e da flexibilidade.

#### 5.6.11.2. f. Sinceridade

Eis o que diz Aliomar Baleeiro sobre esse princípio:

*"Sinceridade orçamentária significa precipuamente: a) rigor na estimativa das receitas, que não devam ser superestimadas; b) inserção de todas as autorizações para as despesas indispensáveis com o exato cômputo de seu volume, sem omissões nem apreciações inferiores à realidade; c) estudo criterioso de programas de trabalho que possam ser levados a efeito com os recursos materiais, pessoais e técnicos disponíveis no curso do exercício financeiro"*. (op. cit., pág. 715).

Dito de outra maneira, a sinceridade consiste em que *"a elaboração do orçamento há de fundamentar-se num diagnóstico básico que dê exata dimensão (tanto quanto possível) da situação existente e indique a solução dos problemas identificados, em base realística, determinando os recursos necessários sem otimismo, sem superestimar os recursos nem subavaliar os gastos necessários para atingir os objetivos fixados"*. (José Afonso da Silva, op. cit., pág. 154).

Se, numa concepção orçamentária estritamente financeira, esse princípio já se tornara uma exigência, com maior razão ele deve ser observado hoje, quando o orçamento é visto como um instrumento da política fiscal e, no plano econômico, constitui um documento cuja principal característica é ser fiel à realidade.

#### 5.6.11.3. - Clareza

Este princípio costuma ser havido como um simples corolário do princípio da publicidade. Nesse sentido, o orçamento estaria frustrado se os seus registros não fossem claros.

Na realidade, é difícil identificar o ponto ideal de clareza do orçamento. Tanto é assim que, por exemplo, o excesso de detalhamento ou especificação das contas orçamentárias pode ser de tal coincidência que acaba se tornando fator de obscuridade. De maneira que não é fácil estabelecer um critério seguro para a aplicação desse princípio.

Não obstante tratar-se de um princípio formalístico sua observância é decisiva para uma perfeita execução orçamentária, no contexto da programação governamental.

Para que isto ocorra, é necessário um aperfeiçoamento constante das técnicas de elaboração do orçamento-programa.

#### 5.6.11.4. \* Exatidão

Quem muito bem se pronuncia sobre a exatidão é Dino Jarch, da seguinte forma:

"Este princípio exige que as previsões do orçamento, tanto em relação aos gastos quanto às receitas, sejam os mais exatos possíveis. Isto não exclui a possibilidade de erro em todas aquelas cifras que são fruto de estimativas de eventos futuros, mas não justifica a astúcia ou má fé dos homens de governo, tanto do Poder Legislativo como do Executivo, que pretendam burlar a opinião pública com previsões de gastos ou receitas avultadas ou diminuídas intencionalmente. Os erros cometidos involuntariamente ou devidos a mudanças ocorridas na conjuntura econômica exigem, em homenagem ao princípio da exatidão, propor e sancionar uma lei modificadora do orçamento". (op. cit., pág. 86).

Evidentemente, esse princípio é de imperiosa observação, na medida em que se afina com o princípio da sinceridade. Não se pode admitir a inexactidão intencional, como repugna a insinceridade proposital. Diz-se que errar é humano, mas isto não deve ser a regra. O erro, cada vez mais, tende a ser residual em todas as atividades. Esse caráter eventual do erro, aliás, é o que o torna escusável. Por isso mesmo, o erro sistemático é imperdoável. Daí, podermos aceitar a exatidão como princípio, como regra, admitindo, residualmente, o erro a ser corrigido.

Na elaboração orçamentária, exige-se a maior exatidão possível. Os eventuais erros serão sanados a bem da própria exatidão, é lógico.

#### 5.7 - O Caráter Autorizativo do Orçamento

Como último ponto preambular do exame das contas do Presidente da República, nessa parte referente ao orçamento, que-remos abordar rapidamente o problema ligado ao orçamento como ato de autorização.

Historicamente, cabe ao Poder Executivo elaborar e executar o orçamento, enquanto ao Poder Legislativo é atribuída competência para votar a proposta orçamentária e exercer o controle externo, ou controle político de sua execução.

Transformado em lei, pela aprovação da proposta, o orçamento se reveste do caráter de ato de autorização do Legislativo para sua regular execução pelo Governo.

Esta autorização se manifesta tanto no sentido de permitir ao Governo realizar a receita, quanto no de consentir a efetivação da despesa.

Em relação à receita especificamente tributária, a autorização era uma regra expressa nas Constituições Brasileiras, até o advento da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Com efeito, quase reproduzindo o texto do § 34, do art. 141 da Constitui-

ção de 1946, dispunha o art. 150, § 29, da de 1967, que nenhum tributo será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.

Essa exigência acabou sendo afastada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que no § 29 do art. 153 abandonou a prévia autorização orçamentária.

De sorte que, o caráter autorizativo do orçamento para a realização da receita tributária, que corresponde a praticamente toda a receita pública, não mais existe. Em relação a isto, pois, o orçamento é um ato de simples quantificação estimativa.

Porém, do lado da despesa pública, mantém ele o caráter de autorização, enquanto ato que fixa e consolida os dispêndios, ao mesmo tempo que os quantifica, pelo menos em princípio, inflexivelmente.

#### 5.8. - O Orçamento para 1978

A Lei Orçamentária nº 6.486, de 06 de dezembro de 1977, aprovou o Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1978, tendo estimado a Receita e fixado a Despesa no total de Cr\$ 401.026.000.000,00 (quatrocentos e um bilhões, vinte e seis milhões de cruzeiros), aí incluídos os montantes relativos à receita e despesa do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 322.000.000.000,00, (trezentos e vinte e dois bilhões de cruzeiros), e dos Órgãos da Administração Indireta e das Fundações instituídas pelo Poder Público, da ordem de Cr\$ 79.026.000.000,00 (setenta e nove bilhões e vinte e seis milhões de cruzeiros).

Compõem a Lei Orçamentária os Anexos I e II, que especificam, respectivamente, a receita e despesa do Tesouro Nacional. Além desses, inclui-se o Anexo III, que discrimina os recursos a serem transferidos do Tesouro para os Órgãos da Administração Indireta.

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda lembra que a receita e a despesa das Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público constam de seus orçamentos próprios, cuja execução está demonstrada nos balanços e demais peças complementares, por elas elaboradas, observada a realização pertinente.

#### 5.9 - Receita

A receita orçamentária estimada pode ser assim demonstrada, observado o desdobramento por Categorias Econômicas e por Fontes:

RECEITA ESTIMADA		Cr\$ 1,00
<b>RECEITA DO TESOURO</b>		
<b>Receitas Correntes</b>		
- Receita Tributária .....	289.098.750.000	
- Receita Patrimonial .....	5.475.000.000	
- Receita Industrial .....	59.500.000	
- Transferências Correntes ..	18.102.000.000	
- Receitas Diversas .....	9.254.750.000	321.990.000.000
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
- Alienação de Bens Imóveis e Móveis .....	1.020.000	
- Amortização de Empréstimos Concedidos .....	1.660.000	
- Transferências de Capital ..	7.180.000	
- Outras Receitas de Capital ..	140.000	10.000.000
T.O.T.A.L. ....		322.000.000.000

RECEITAS DE OUTRAS FONTES

(Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público).

- Receitas Correntes .....	24.786.200.000	
- Receitas de Capital .....	54.239.800.000	79.026.000.000
<b>TOTAL DA RECEITA ESTIMADA .....</b>		<b>401.026.000.000</b>

5.10 - Despesa

A despesa fixada obedeceu ao seguinte desdobramento genérico:

DESPESA FIXADA

Cr\$ 1,00

Programação à Conta de Recursos do Tesouro

- Recursos Ordinários .....	173.624.170.000	
- Recursos Vinculados .....	148.375.830.000	322.000.000.000

Programação a Conta de Recursos de Outras Fontes

- Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público .....	79.026.000.000	79.026.000.000
<b>TOTAL DA DESPESA FIXADA .....</b>		<b>401.026.000.000</b>

O montante correspondente à despesa à conta de recursos do Tesouro, pode ser discriminado por Categorias Econômicas da seguinte forma:

DESPESA FIXADA À CONTA

Cr\$ 1,00

DE RECURSOS DO TESOURO

- Despesas Correntes .....	201.428.400.000	
- Despesas de Capital .....	120.571.600.000	
<b>T O T A L .....</b>		<b>322.000.000.000</b>

A IGF-MF apresenta dois demonstrativos da despesa, um por Funções, outro por Órgãos e Categorias Econômicas, que convém reproduzir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕESRecursos do TesouroFUNÇÕES

Cr\$ 1,00

Legislativa .....	2.125.964.000	
Judiciária .....	2.744.238.000	
Administração e Planejamento .....	48.014.400.000	
Agricultura .....	11.191.682.000	
Comunicações .....	4.697.420.000	
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	31.466.036.000	
Desenvolvimento Regional .....	38.354.088.000	
Educação e Cultura .....	26.754.203.000	
Energia e Recursos Minerais .....	11.609.848.000	

Habituação e Urbanismo .....	3.549.441.000	
Indústria, Comércio e Serviços .....	7.679.078.000	
Relações Exteriores .....	2.269.427.000	
Saúde e Saneamento .....	9.786.022.000	
Trabalho .....	2.096.001.000	
Assistência e Previdência .....	37.601.103.000	
Transporte .....	61.261.049.000	
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>301.200.000.000</b>	
Reserva de Contingência .....	20.800.000.000	
<b>T O T A L .....</b>		<b>322.000.000.000</b>

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR  
ÓRGÃOS E CATEGORIAS ECONÔMICAS

Recursos do Tesouro

Cr\$ 1,00

ÓRGÃOS	DESPESAS		T O T A L
	Correntes	Capital	
<b>PODER LEGISLATIVO</b>			
Câmara dos Deputados .....	936.275.000	104.550.000	1.040.825.000
Senado Federal .....	725.462.000	123.148.000	848.610.000
Tribunal de Contas da União .....	259.496.000	6.598.000	266.094.000
<b>T O T A L .....</b>	<b>1.921.233.000</b>	<b>234.296.000</b>	<b>2.155.529.000</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>			
Supremo Tribunal Federal .....	92.220.000	3.380.000	95.600.000
Tribunal Federal de Recursos .....	118.870.000	3.630.000	122.500.000
Justiça Militar .....	143.750.000	8.230.000	151.980.000
Justiça Eleitoral .....	646.589.000	15.686.000	662.275.000
Justiça do Trabalho .....	1.195.715.000	16.785.000	1.212.500.000
Justiça Federal de 1ª Instância .....	253.800.000	7.800.000	261.600.000
Justiça do DF e dos Territórios .....	112.023.000	22.977.000	135.000.000
<b>T O T A L .....</b>	<b>2.562.967.000</b>	<b>78.488.000</b>	<b>2.641.455.000</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>			
Presidência da República .....	4.052.951.000	331.748.000	4.384.699.000
<b>MINISTÉRIOS:</b>			
Aeronáutica .....	7.392.841.000	2.229.119.000	9.621.960.000
Agricultura .....	4.228.741.000	2.172.459.000	6.401.200.000
Comunicações .....	1.329.192.000	368.228.000	1.697.420.000
Educação e Cultura .....	14.501.582.000	2.235.935.000	16.737.517.000
Exército .....	15.617.308.000	1.405.692.000	17.023.000.000
Fazenda .....	4.614.724.000	729.342.000	5.344.066.000
Indústria e Comércio .....	717.905.000	396.639.000	1.114.544.000
Interior .....	2.860.585.000	1.390.415.000	4.251.000.000
Justiça .....	1.277.105.000	151.295.000	1.428.400.000
Marinha .....	7.879.817.000	1.869.419.000	9.749.236.000
Minas e Energia .....	1.053.603.000	1.071.005.000	2.124.608.000
Previdência e Assistência Social .....	11.358.386.000	70.826.000	11.429.212.000
Relações Exteriores .....	1.834.535.000	104.492.000	1.939.027.000
Saúde .....	4.512.593.000	1.041.617.000	5.554.210.000

ÓRGÃOS	DESPESAS		TOTAL
	Correntes	Capital	
Trabalho.....	1.974.743.000	121.258.000	2.096.001.000
Transportes.....	9.768.957.000	6.614.843.000	16.383.800.000
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO..	8.710.614.000	28.500.386.000	37.211.000.000
FUNDO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO...		4.822.800.000	4.822.800.000
TOTAL .....	101.686.182.000	55.627.518.000	157.313.700.000
<b>ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO</b>			
Encargos Gerais da União.....	5.587.427.000	33.578.678.000	39.166.105.000
TOTAL .....	5.587.427.000	33.578.678.000	39.166.105.000
<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF. E MUNICÍPIOS</b>			
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.....	32.932.260.000	29.376.780.000	62.309.040.000
Transporte.....	32.932.260.000	29.376.780.000	62.309.040.000
TOTAL .....	32.932.260.000	29.376.780.000	62.309.040.000
<b>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</b>			
Encargos Financeiros da União.....	12.841.791.000	1.675.840.000	14.517.631.000
TOTAL .....	12.841.791.000	1.675.840.000	14.517.631.000
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO</b>			
Encargos Previdenciários da União.....	23.096.540.000	-	23.096.540.000
TOTAL .....	23.096.540.000	-	23.096.540.000
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>			
Reserva de Contingência.....	20.800.000.000	-	20.800.000.000
TOTAL .....	20.800.000.000	-	20.800.000.000

## §.11. † Alterações no Orçamento

As alterações produzidas no orçamento decorrem de créditos adicionais abertos no exercício, ou de outros atos concretizados durante a execução orçamentária, que repercutem sobre o orçamento e os créditos adicionais.

De acordo com o art. 40 da Lei nº 4.320/64, créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas, ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Classificam-se em: I - Suplementares, aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária; II - especiais, os que se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III - extraordinários, que são créditos para atender despesas urgentes e imprevistas, nos casos de guerra, comoção intestina ou calamidade pública (art. 41, da Lei nº 4.320, de 1964).

A abertura dos créditos suplementares e especiais, feita por decreto executivo após autorização legal (art. 42), depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa (art. 43). Tais recursos disponíveis são os provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de excesso de arrecadação, de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei, e de operações de crédito autorizados (art. 43, § 1º).

Deve-se acrescentar a esses recursos previstos na Lei nº 4.320/64 aqueles incluídos na reserva de contingência, destinados especificamente à abertura de créditos suplementares (art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 1967).

O art. 45 da Lei nº 4.320/64 determina que os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários. Nesse sentido, o § 4º do artigo 62 da Constituição proíbe que os créditos especiais e extraordinários tenham vigência além do exercício em que forem autorizados, "salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente".

## 5.11.1. - Créditos Suplementares

A Lei nº 6.486/77 (Lei Orçamentária), no seu art. 7º, autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 20% do montante da despesa fixada, o que equivale a Cr\$ 80.205.200.000,00 (oitenta bilhões, duzentos e cinco milhões e duzentos mil cruzeiros). Esta autorização se fundamenta no item I, do art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que permite à Lei de Orçamento autorizar o Executivo a abrir créditos suplementares até uma importância determinada, observadas as disposições do seu art. 43.

Além dessa autorização prevista na própria Lei Orçamentária, o Poder Executivo foi autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento da União, até o limite de Cr\$ 9.000.000.000,00 - (nove bilhões de cruzeiros), para reforço de dotação da Reserva de Contingência, para o que seriam utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 1977 e do excesso de arrecadação do próprio exercício. Essa autorização foi determinada pela Lei nº 6.587, de 16 de novembro de 1978.

Também a Lei nº 6.600, de 04 de dezembro de 1978, autorizou a abertura de crédito suplementar ao Orçamento da União, até o montante de Cr\$ 6.284.000.000,00 (seis bilhões, duzentos e oitenta e quatro milhões de cruzeiros), para reforço das dotações destinadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e à Reserva de Contingência, com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício em curso.

Dessa forma, o limite para abertura de créditos suplementares, estabelecido na Lei Orçamentária, foi elevado para Cr\$ 95.489.200.000,00 (noventa e cinco bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros), assim demonstrado:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1.00
LIMITE AUTORIZADO PELA LEI ORÇAMENTÁRIA .....	80.205.200.000
LIMITE AUTORIZADO PELA LEI Nº 6.587/78 .....	9.000.000.000
LIMITE AUTORIZADO PELA LEI Nº 6.600/78 .....	6.284.000.000
TOTAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS ....	95.489.200.000

Entretanto, o montante de créditos suplementares abertos no exercício de 1978 foi da ordem de Cr\$ 56.168.070.100,00 -



(cinquenta e seis bilhões, cento e sessenta e oito milhões, setenta mil e cem cruzeiros), bem aquém do limite total das autorizações.

Para atender à abertura desses créditos foram indicados, em observância às exigências da Lei nº 4.320/64, recursos oriundos de anulação de dotações orçamentárias, bem assim os provenientes do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 1977.

Não obstante, o Poder Executivo foi autorizado, pelo art. 8º da Lei Orçamentária nº 6.486/77, a suplementar projetos e atividades sujeitas a financiamento à conta de receitas com destinação específica, com recursos do excesso de arrecadação. Para tanto, ficaram "dispensados os decretos de abertura de créditos nos casos em que a Lei determina a entrega, em forma automática, dos produtos dessas receitas aos órgãos, entidades ou fundos a que estiverem vinculados, observados os limites da efetiva arrecadação de caixa no exercício".

Esclarece a Exposição de Motivos que, "assim sendo, face ao comportamento das receitas vinculadas, por determinações constitucionais e legais, a fundos e despesas, cuja arrecadação se apresentou superior a estimativa, dispensados os Decretos do Poder Executivo, foram suplementadas dotações de acordo com a mencionada autorização legal e nos moldes do disposto no Decreto nº 82.304, de 20 de setembro de 1978 (D.O. de 21.9.78), no montante de Cr\$ 17.591.153.885, o que alterou para Cr\$ 73.759.223.985, o total dos créditos suplementares abertos".

Portanto, os referidos créditos abertos podem ser assim desdobrados:

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS POR DECRETO .....	56.168.070.100
SUPLEMENTAÇÕES AUTOMÁTICAS .....	17.591.153.885
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS .....	73.759.223.985

As suplementações automáticas completaram dotações orçamentárias, de acordo com a seguinte discriminação:

<u>SENADO FEDERAL</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Recursos de Órgãos Autônomos .....	28.000.000
<u>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u>	
<u>AGÊNCIA NACIONAL</u>	
Recursos de Órgãos Autônomos .....	4.815.281
<u>HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS</u>	
Recursos de Órgãos Autônomos .....	9.715.490
<u>MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA</u>	
Contribuição para o Fundo Aeroviário .....	55.829.032
Adicional Tarifário sobre Transporte Aéreo .....	88.866.550
Tarifas Aeroportuárias .....	15.982.740
	160.678.372
<u>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</u>	
Taxa de Fiscalização das Telecomunicações inclusive Multa e Correção Monetária .....	28.300.266

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Cota-Parte do Salário Educação .....	955.079.732
Recursos de Órgãos Autônomos .....	9.097.160
	964.176.892

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA

Rendas da Secretaria da Receita Federal .....	52.523.722
---	------------

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Recursos de Órgãos Autônomos .....	13.337.374
------------------------------------	------------

#### MINISTÉRIO DA MARINHA

Rendas e Multas do Fundo Naval .....	11.687.276
Contribuição para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo .....	27.346.881
	39.034.157

#### MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Recursos de Órgãos Autônomos .....	147.796.349
------------------------------------	-------------

#### MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cota de Previdência .....	1.196.170.225
---------------------------	---------------

#### MINISTÉRIO DO TRABALHO

Cota-parte da Contribuição Sindical .....	129.598.972
Recursos de Órgãos Autônomos .....	7.154.051
	136.753.023

#### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Taxa Rodoviária Única inclusive Multa .....	105.173.873
Taxa de Melhoramentos dos Portos .....	194.053.583
	299.227.456

#### ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO

#### RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Imposto sobre Operações Financeiras .....	1.864.659.405
Imposto sobre a Exportação .....	140.007.831
	2.004.667.236

#### ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO Programas Especiais

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República	
Contribuição para Programas Especiais (PIN e PRO-TERRA) .....	1.783.438.596

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTORecursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos .....	620.773.486	
Imposto Único sobre Energia Elétrica .....	262.742.384	
Adicional Tarifário sobre Transporte Aéreo .....	147.849.573	
Sobretarifas do Fundo Nacional de Telecomunicações .....	789.830.303	
Dividendos Atribuídos a União .....	422.340.922	2.243.536.668

RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Sobretarifas do Fundo Nacional de Telecomunicações .....	2.348.553.571	
--	---------------	--

RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Imposto Único sobre Energia Elétrica .....	626.014.219	
Imposto Único sobre Minerais .....	20.385.323	646.399.542

RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas .....	299.073.422	
---	-------------	--

TRANSFERÊNCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOSRecursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Participação nos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados .....	2.566.123.501	
--	---------------	--

RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Participação nos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados .....	352.645.162	
--	-------------	--

RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Imposto Único sobre Energia Elétrica .....	1.824.909.880	
--	---------------	--

RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas .....	74.768.355	
Taxa Rodoviária Única inclusive multa .....	242.708.939	317.477.294

FUNDO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANORecursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Taxa Rodoviária Única inclusive multa .....	56.632.085	
Adicional da Taxa Rodoviária Única .....	67.168.321	123.800.406

## 5.11.2. - Créditos Especiais

No exercício de 1978, os créditos especiais abertos somaram Cr\$ 4.161.679.900,00 (quatro bilhões, cento e sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil e novecentos cruzeiros). Além disso, foram reabertos créditos especiais no total de Cr\$ 246.526.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil cruzeiros).

Conforme o Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União, do total dos créditos especiais abertos foi anulada a importância de Cr\$ 7.190.000,00 (sete milhões, cento e noventa mil cruzeiros), a fim de compensar o crédito suplementar aberto pelo Decreto nº 82.803, de 6 de dezembro de 1978.

Desse modo, os créditos especiais abertos e reabertos no exercício de 1978 totalizaram Cr\$ 4.401.015.900,00 (quatro bilhões, quatrocentos e um milhões, quinze mil e novecentos cruzeiros), assim demonstrados:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00	
Créditos Especiais Abertos .....	4.161.679.900	
Créditos Especiais Reabertos .....	246.526.000	4.408.205.900
Crédito Especial Anulado .....	(-) 7.190.000	7.190.000
TOTAL DOS CRÉDITOS ESPECIAIS .....		4.401.015.900

Os recursos para o atendimento dos créditos especiais abertos resultaram da anulação de dotações orçamentárias e do excoço de arrecadação da receita.

A distribuição dos créditos especiais abertos pode ser assim demonstrada:

CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	Cr\$ 1,00	
Poder Legislativo		
Senado Federal .....	11.546.600	
Poder Judiciário		
Justiça Federal de 1a. Instância .....	3.838.000	
Poder Executivo		
Ministério do Interior .....	105.000.000	
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	1.800.000	
Encargos Gerais da União .....	494.300.000	

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios .....	38.005.300	
Encargos Financeiros da União .....	3.500.000.000	4.154.489.900
<b>T O T A L</b> .....		<b>4.154.489.900</b>

Esse total inclui a dedução proveniente da anulação já referida, no valor de Cr\$ 7.190.000,00.

Os créditos especiais reabertos no exercício de 1978, em decorrência de terem sido autorizados durante o último quadri-mestre de 1977 (art. 62, § 4º, da Constituição), foram assim distribuídos:

<b>CRÉDITOS ESPECIAIS REABERTOS</b>	<b>Cr\$ 1,00</b>
Poder Judiciário	
Tribunal Federal de Recursos .....	198.000
Poder Executivo	
Encargos Gerais da União .....	246.328.000
<b>T O T A L</b> .....	<b>246.526.000</b>

Note-se que no exercício financeiro de 1978 não foram abertos créditos extraordinários.

#### 5.11.3. + Resumo das Alterações na Despesa

A despesa fixada e autorizada na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978, em virtude da abertura de créditos suplementares e especiais, foi alterada de acordo com o seguinte esquema resumido:

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Cr\$ 1,00</b>
Orçamento .....	322.000.000.000
Suplementações .....	73.759.223.985 395.759.223.985
Anulações de Dotações .....	(-) 41.006.254.700 354.752.969.285
Créditos Especiais .....	4.408.205.900 359.161.175.185
Anulação de Crédito Especial .....	(-) 7.190.000 359.153.985.185
<b>T O T A L</b> .....	<b>359.153.985.185</b>

#### 5.11.4. + Atos Com Repercussão no Orçamento

Os créditos adicionais produzem alterações quantitativas no orçamento. Entretanto, algumas modificações legislativas acabam repercutindo no orçamento, mesmo não alterando os quantitativos da despesa.

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda relaciona todos os atos que causaram as referidas alterações no orçamento.

O Tribunal de Contas da União, em seu Relatório, também arrola os atos que repercutiram no orçamento.

Há uma discrepância de critérios, porém, entre a IGF-MF e o TCU. Este, menciona apenas aqueles Atos que promoveram alterações institucionais; digamos assim, enquanto aquela inclui todos os Atos que, além dessa, influíram na realização da receita do exercício.

Como dissemos, é uma questão de critério. O Tribunal de Contas relacionou somente Atos que modificaram a distribuição do produto da arrecadação de impostos e os que efetuarão alterações da competência para movimentação e utilização de créditos orçamentários. Aquela Corte de Contas entendeu, provavelmente, que as alterações produzidas na receita deveriam figurar na parte referente ao exame da receita arrecadada. Todavia, também nessa parte de seu Relatório nada encontramos. Preferimos o critério usado pela Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, invertendo, porém, a ordem adotada. Neste item, relacionaremos apenas os Atos que não influíram, propriamente, na realização da receita.

Assim, a distribuição do produto da arrecadação de imposto foi modificada pelo Decreto-lei nº 1.600, de 03 de janeiro de 1978, que dispôs, para o exercício financeiro de 1978, sobre a constituição de uma reserva especial, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada na Lei Orçamentária, insuscetível à realização de despesas de qualquer natureza, à conta dos seguintes tributos: Impostos Unicos sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e respectivo Adicional, sobre Energia Elétrica, sobre Minerais e, ainda, os Impostos sobre Operações Financeiras e sobre Serviços de Transportes Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e Cargas.

De outro lado, foram os seguintes os Atos que alteraram a competência para movimentar e utilizar os créditos orçamentários:

1) Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978, que "dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências",

Esse Decreto efetuou duas alterações. A primeira, dando nova denominação ao Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações de Ensino Superior, que passou a denominar-se Coordenação de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU), assegurada sua autonomia administrativa e financeira. Além dos recursos orçamentários com que conta o PREMESU, aqueles necessários à realização dos projetos a seu cargo devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em subconta específica, nos termos do art. 7º do Decreto nº 73.857, de 14 de março de 1974.

A outra alteração consiste na incorporação à Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), com a transferência do respectivo acervo, atribuições e recursos orçamentários, dos seguintes órgãos: Serviço Nacional de Teatro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Museu Nacional de Belas Artes e Museu Villa-Lobos

2) Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que "dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências".

O referido Ato, ao transformar as mencionadas Escolas nos novos Centros Federais de Educação Tecnológica, determinou a transferência dos recursos então destinados às antigas instituições.

3) Decreto nº 82.201, de 30 de agosto de 1978, que "dispõe sobre a transferência do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos da estrutura da Administração Direta do Ministério da Saúde para a Fundação Oswaldo Cruz e dá outras providências".

4) Lei nº 6.568, de 24 de setembro de 1978, que "autoriza a cessão ao Estado do Rio de Janeiro do imóvel que manobla e dá outras providências".

Trata-se de cessão, a título de utilização gratuita, ao Estado do Rio de Janeiro, do imóvel da União onde funciona o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, para o que foi o Ministério da Saúde autorizado a transferir ao Governo daquela Unidade da Federação os recursos financeiros consignados no orçamento da União, nos exercícios de 1978 e 1979, destinados à manutenção daquele Manicômio Judiciário.

5) Registre-se, por último, a alteração promovida pela Lei nº 6.601, de 07 de dezembro de 1978, que retificou, sem ônus, a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978, determinando mudanças em seus Adendos.

#### 5.11.5. - Ato Com Repercussão na Receita Arrecadada

O Relatório da IGF-MF esclarece que "a receita constante do Orçamento foi arrecadada em montante diferente do estimado, não só em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional e do desempenho da economia a nível superior ao previsto...", mas, igualmente, em consequência das disposições que enumera.

Dentre esses dispositivos, incluem-se as Leis números 6.587, de 16.11.78, e 6.600, de 04.12.78, que autorizaram a abertura de créditos suplementares, conforme já examinado. Também estão citadas as Leis nºs. 6.519, de 28.03.78, 6.558, de 05.09.78 e 6.589, de 16.11.78, todas permissivas da abertura de créditos especiais, antes referidas quando analisamos esses créditos.

Isto posto, os Ato que influíram na arrecadação da receita foram os seguintes:

1) Decreto-lei nº 1.622, de 18 de abril de 1978, que "concede isenção do imposto sobre produtos industrializados e do imposto de importação nos casos que especifica".

Trata-se de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedida aos aparelhos eletrônicos tipo "Pacemaker", para comando cardíaco. A isenção se estende às partes, peças e componentes importados, sem similar nacional, para fins de fabricação dos referidos aparelhos, abrangendo o benefício, nesse caso, também o imposto de importação. Além dessas isenções, o mesmo Ato autorizou a remissão de créditos tributários oriundos de fatos geradores relativos ao IPI incidente sobre aqueles aparelhos, quando de fabricação nacional.

2) Decreto-lei nº 1.625, de 09 de maio de 1978, que "acrescenta parágrafo ao artigo 15 do Decreto-lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, e dá outras providências".

O Ato suprimiu a incidência do imposto de renda na fonte sobre as importâncias pagas ou creditadas a pessoas jurídicas, referentes a fretes e carretos.

3) Decreto-lei nº 1.626, de 1º de junho de 1978, que "dispõe sobre isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e da Taxa de Melhoramento dos Portos, nos casos que especifica, e dá outras providências".

4) Decreto-lei nº 1.627, de 02 de junho de 1978, que "dispõe quanto à isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que especifica e dá outras providências".

A isenção concedida se refere às importações de partes e componentes para a fabricação de cento e vinte trens-unidades elétricas, quanto ao Imposto de Importação e ao IPI e às aquisições,

no mercado interno, por empresas ferroviárias nacionais, dessas mesmas cento e vinte unidades.

5) Decreto nº 81.771, de 07 de junho de 1978, que "regulamenta a Lei nº 6.507, de 19 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, e dá outras providências".

Aqui, foi estabelecida multa de até 20 (vinte) vezes o maior valor de referência vigente (Lei nº 6.205, de 29.4.75), aplicável nas hipóteses de inobservância das disposições do Regulamento expedido, processando-se o recolhimento dessa receita, no âmbito do Ministério da Agricultura, de acordo com a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962.

6) Decreto-lei nº 1.630, de 17 de julho de 1978, que "concede benefícios tributários ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências".

Pelo art. 1º desse Decreto-lei, é facultada a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos e materiais em geral, sem similar nacional, bem como ao combustível nuclear em qualquer etapa do ciclo de produção, importados pela Empresas Nucleares Brasileiras S.A. -- NUCLEBRAS -- e suas subsidiárias, ou, ainda por empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, incumbidas da construção e operação de usinas nucleoeletricas, desde que objetivem as atividades próprias do Programa Nuclear Brasileiro, especificados nos itens I e II do dispositivo.

A isenção assim prevista é extensiva a empresas não compreendidas no art. 1º, desde que cadastradas na NUCLEBRAS, na importação dos bens ali referidos para execução de projetos do Programa Nuclear Brasileiro.

O combustível nuclear produzido no País também se beneficia da isenção e aos equipamentos e materiais diversos, de fabricação nacional, destinados às mesmas atividades, é concedido tratamento tributário especial, previsto no art. 5º do Decreto-lei.

7) Portaria nº 1.000/GMS, de 12 de setembro de 1978, do Ministério da Aeronáutica, que "aprova critérios e procedimentos para aplicação e cobrança de Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota".

8) Decreto-lei nº 1.636, de 04 de setembro de 1978, que "isenta do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos o gasóleo destinado à fabricação de Vaselinas Sólidas".

9) Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, que "dispõe sobre a cobrança da Dívida Ativa da União, e dá outras providências".

Pelo art. 1º desse Decreto-lei foram cancelados débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, com valor originário igual ou inferior a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) inscritos como Dívida Ativa da União.

E o art. 2º, expressamente dispõe: "Ficam cancelados os débitos concernentes ao imposto de renda, ao imposto sobre produtos industrializados, ao imposto de importação, a multas de qualquer natureza previstas na legislação em vigor e a custas processuais, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), constituídos até a data de publicação do Decreto".

#### 5.12. - Programação Financeira

O art. 1º do Decreto-lei nº 200/67 dispõe, in verbis:

"Art. 1º - Para ajustar o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de recur-

...os, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda elaboraram, em conjunto, a programação financeira de desembolso, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho".

Na estrita observância desse dispositivo, o Decreto nº 81.183, de 03 de janeiro de 1978, fixou as normas da execução orçamentária e disciplinou a programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1978.

O citado Decreto determinou que a despesa de Caixa do Tesouro Nacional não excederia a Cr\$ 322.000.000.000,00 (trezentos e vinte e dois bilhões de cruzeiros), salvo se o permitisse o comportamento da receita.

Quanto à disponibilidade orçamentária, esta foi desdobrada, para os fins da programação de desembolso, em "Despesa a Programar" e "Despesa Programada". Para a "Despesa a Programar", estabeleceu-se que os recursos correspondentes deveriam ser liberados até março de 1979, observado o comportamento de Caixa do Tesouro Nacional. Na "Despesa Programada" foram considerados os gastos inadiáveis.

Além dessas disposições, o Decreto nº 81.183/78 disciplinou o pagamento dos compromissos inscritos em "Restos a Pagar"; estabeleceu que os saldos das contas de depósitos, oriundos de recursos orçamentários inativos por mais de um exercício financeiro, seriam automaticamente encerrados e reverteriam à conta do Tesouro Nacional; e proibiu o aumento de capital de empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo se os recursos do Tesouro correspondentes estivessem previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

A discriminação da programação financeira consta do Relatório e Parecer Prévio do TCU, conforme o seguinte demonstrativo:

#### PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO - 1978

Cr\$ 1,00

#### RECEITA DO TESOURO

##### Receitas Correntes

- Receita Tributária.....	289.098.750.000		
- Receita Patrimonial.....	5.475.000.000		
- Receita Industrial.....	59.500.000	321.990.000.000	
- Transferências Correntes.....	18.102.000.000		
- Receitas Diversas.....	9.254.750.000	10.000.000	322.000.000.000

#### RECEITA ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO - 1978

Cr\$ 1,00

TÍTULO	RECEITA		VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À ESTIMADA	
	ESTIMADA	ARRECADADA	NOMINAL	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
- Receita Tributária .....	289.098.750.000	309.624.449.873	20.525.699.873	7,10
- Receita Patrimonial .....	5.475.000.000	5.983.336.247	508.336.247	9,28
- Receita Industrial .....	59.500.000	85.841.014	26.341.014	44,27
- Transferências Correntes .....	18.102.000.000	24.135.852.972	6.033.852.972	33,33
- Receitas Diversas .....	9.254.750.000	13.865.080.432	4.610.330.432	49,83
<b>S O M A (A)</b>	<b>321.990.000.000</b>	<b>353.694.560.538</b>	<b>31.704.560.538</b>	<b>9,85</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
- Operações de Crédito .....	-	3.500.000.000	3.500.000.000	-
- Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	1.020.000	506.292.889	505.272.889	49.536,56
- Amortização de Empréstimos Concedidos .....	1.660.000	3.391.065	1.731.065	104,28
- Transferência de Capital .....	7.180.000	-	(-), 7.180.000	(-), 100,00
- Outras Receitas de Capital .....	140.000	535.650	395.650	282,61
<b>S O M A (B)</b>	<b>10.000.000</b>	<b>4.010.219.604</b>	<b>4.000.219.604</b>	<b>40.002,20</b>
<b>T O T A L (A + B)</b>	<b>322.000.000.000</b>	<b>357.704.780.142</b>	<b>35.704.780.142</b>	<b>11,09</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

#### Receitas de Capital

#### DESPESAS DO TESOURO

##### Pessoal

- Recursos Ordinários.....	82.627.598.000	84.510.587.00
- Recursos Vinculados.....	1.912.989.000	

##### Outros Custeios e Capital

- Despesa Programada.....	63.351.317.000	
- Despesa a Programar.....	6.845.255.000	70.196.572.000

##### Vinculações

132.762.841.000

##### Programas Especiais

13.700.000.000

##### Reservas de Contingência

20.800.000.000 322.000.000.000

FONTE: - Lei nº 6.486, de 6 de dezembro de 1977

- Decreto nº 81.183, de 3 de janeiro de 1978

#### 5.13. - Execução Orçamentária - Realização da Receita

Estimada a Receita do Tesouro Nacional em Cr\$ ... 322.000.000.000,00, sua realização alcançou a cifra de Cr\$ ... 357.704.780.142,00, do que resultou um excesso de arrecadação da ordem de Cr\$ 35.704.780.142,00 (trinta e cinco bilhões, setecentos e quatro milhões, setecentos e oitenta mil, cento e quarenta e dois cruzeiros). Este excesso de arrecadação representa 11,1% da receita estimada.

O TCU indica esta variação em 11,09%, mas preferimos a aproximação adotada pela IGF-MF.

Eis o demonstrativo da receita arrecadada em relação à estimativa orçamentária, incluindo a variação nominal e percentual:

Observa-se que as receitas correntes excederam as estimativas de 9,85%, correspondente a uma variação nominal de Cr\$... 31.704.560.558,00. As receitas de capital, por sua vez, elevaram-se a 40.052,20%, com uma diferença nominal de Cr\$ 4.000.219.604,00.

Explica-se o excesso de arrecadação verificado nas receitas de capital pela realização de recursos, bem superior às previsões, provenientes da alienação de bens móveis e imóveis, com um incremento de 49.536,56%. As operações de crédito, por outro lado, participaram da receita com Cr\$ 3.500.000.000,00, aumentando significativamente as receitas de capital, sobretudo porque não constavam da estimativa orçamentária. Tais operações de crédito decorreram da colocação de Títulos Públicos Federais, para integralização, pelo Tesouro Nacional, do aumento de capital do Banco do Brasil S.A., consoante o disposto na Lei nº 6.519/78 e Decreto nº 81.476/78.

A propósito do comportamento da receita tributária e em síntese preliminar, esclarece o Relatório da IGF-MF que:

"Os impostos sobre produtos industrializados, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e imposto sobre a importação têm constituído, basicamente, a receita tributária, sen-

do que, em 1978, representaram 81,8% da mencionada receita e em 1977 e 1976, respectivamente, 83,3% e 84,5%.

A receita tributária, por sua vez, participou, no exercício em foco, com 86,6% no total da receita orçamentária, contra 88,9% no ano anterior. Em relação ao exercício de 1977, a receita tributária registrou um crescimento de 37,8%, sendo que as provenientes do imposto sobre produtos industrializados, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e do imposto sobre a importação foram arrecadadas em valores superiores aos verificados em 1977, respectivamente, em 39,6%, 30,3%, 38,4% e 34,4%.

É de se ressaltar que a receita tributária foi acrescida da arrecadação do imposto sobre a exportação, no valor de Cr\$ 140.117.818,00, cuja estimativa no Orçamento situava-se em Cr\$ 100.000,00, a exemplo do previsto para o ano de 1977, quando a arrecadação foi de apenas Cr\$ 18.197,00".

A seguir, apresentamos um quadro, extraído do Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União, onde é possível constatar a evolução da receita orçamentária arrecadada, por categoria econômica, no período 1974 a 1978:

#### RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA

##### CATEGORIA ECONÔMICA

EVOLUÇÃO - 1974/1978

Cr\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (DISPONIBILIDADE INTERNA)	DEFLATOR
	A PREÇOS CORRENTES		A PREÇOS DE 1974		A PREÇOS CORRENTES		A PREÇOS DE 1974			
	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR		
1974	75.660.096.632	-	75.660.096.632	-	3.361.451	-	3.361.451	-	-	100,0
1975	100.586.499.993	32,95	77.732.998.449	2,74	4.349.594	29,40	3.361.355	-	29,4	129,6
1976	172.351.339.664	71,35	91.046.677.054	17,13	20.767.463	377,46	10.970.662	226,38	46,3	189,5
1977	252.406.473.426	46,45	96.081.641.939	5,53	198.974.440	858,11	75.742.078	590,41	38,8	262,7
1978	353.694.560.538	40,13	95.618.967.434	-0,48	4.010.219.605	1.915,44	1.084.136.146	1.331,35	40,8	369,2

FONTE: Balanços Gerais da União 1974/1978 e Boletim do Banco Central do Brasil - Fevereiro de 1979.

#### 5.13.1 - Participação Regional na Receita Arrecadada

Os quadros a seguir demonstram a participação regional na receita orçamentária da União:

#### RECEITA ORÇAMENTÁRIA

##### REGIÕES GEOGRÁFICAS

EXERCÍCIOS - 1977 / 1978

Cr\$ 1,00

REGIÃO	1977		1978		Variação Percentual em relação a 1977
	ARRECADACÃO	% sobre a Receita Orçamentária	ARRECADACÃO	% sobre a Receita Orçamentária	
Norte	3.146.395.570	1,25	4.464.718.096	1,25	41,90
Nordeste	16.423.498.637	6,50	21.788.340.478	6,09	52,67
Sudeste	172.507.667.694	68,21	232.949.540.050	65,12	35,20
Sul	26.619.143.671	10,54	38.457.500.748	10,75	44,47
Centro-Oeste	34.081.659.715	13,49	60.044.680.770	16,79	76,18
SONA	252.578.365.287	99,99	357.704.780.142	100,00	41,62
EXTERIOR	27.082.580	0,01	-	-	
TOTAL	252.605.447.867	100,00	357.704.780.142	100,00	41,61

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978



## RECEITA ORÇAMENTÁRIA

## POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E EXTERIOR

## EXERCÍCIOS - 1977/1978

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E EXTERIOR	1 9 7 7		1 9 7 8		Variação Porcen- tual em Relação a 1977
	ARRECAÇÃO	% sobre a Receita Or- çamentária	ARRECAÇÃO	% sobre a Receita Or- çamentária	
São Paulo	105.365.865.773	41,71	140.716.607.005	39,34	35,55
Rio de Janeiro	51.453.275.695	20,37	68.395.278.662	19,12	32,93
Distrito Federal	32.301.209.019	12,79	57.444.792.209	16,06	77,84
Minas Gerais	14.221.195.038	5,63	22.029.083.810	6,16	54,90
Rio Grande do Sul	15.731.702.278	6,23	21.190.912.265	5,92	34,70
Paraná	7.900.392.817	3,13	13.321.503.985	3,72	68,62
Bahia	7.349.948.892	2,91	9.590.481.200	2,68	30,48
Pernambuco	6.198.638.508	2,46	8.430.627.550	2,36	36,01
Santa Catarina	2.987.048.575	1,18	3.245.084.499	1,10	32,07
Pará	1.701.972.626	0,67	2.373.625.542	0,66	39,46
Espírito Santo	1.267.331.188	0,50	1.808.570.572	0,50	42,71
Goiás	1.092.715.981	0,43	1.664.322.841	0,47	52,31
Amazonas	1.121.124.956	0,44	1.576.539.829	0,44	40,62
Ceará	1.079.019.751	0,43	1.312.293.682	0,37	21,62
Mato Grosso	687.734.715	0,27	935.565.720	0,26	36,04
Rio Grande do Norte	397.086.089	0,16	596.605.044	0,17	50,25
Alagoas	337.077.739	0,13	448.524.154	0,13	33,06
Sergipe	253.572.139	0,10	401.970.757	0,11	58,52
Paraíba	399.712.345	0,16	392.534.942	0,11	(-) 1,80
Maranhão	224.496.846	0,09	361.143.942	0,10	60,87
Rondônia	178.314.279	0,07	302.114.113	0,09	69,43
Piauí	183.946.323	0,07	254.159.208	0,07	38,17
Amapá	94.166.711	0,04	133.234.327	0,04	41,49
Acre	24.309.081	0,01	44.321.926	0,01	82,33
Roraima	26.507.918	0,01	34.862.358	0,01	31,59
<b>S U B T O T A L</b>	<b>252.578.365.287</b>	<b>99,99</b>	<b>357.704.780.142</b>	<b>100,00</b>	<b>41,62</b>
Exterior	27.082.580	0,01	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>252.605.447.867</b>	<b>100,00</b>	<b>357.704.780.142</b>	<b>100,00</b>	<b>41,61</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

## RECEITA ORÇAMENTÁRIA

## ESTADOS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA ARRECAÇÃO

## EXERCÍCIOS - 1977/1978

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EXERCÍCIO DE 1977		EXERCÍCIO DE 1978		VARIACÃO PERCEN- TUAL EM RELAÇÃO a 1 9 7 7
	RECEITA ARRECADADA	% SOBRE RECEITA ORÇAMEN- TÁRIA	RECEITA ARRECADADA	% SOBRE RECEITA ORÇAMEN- TÁRIA	
São Paulo	105.365.865.773	41,71	140.716.607.005	39,34	33,55
Rio de Janeiro	51.453.275.695	20,37	68.395.278.662	19,12	32,93
Distrito Federal	32.301.209.019	12,79	57.444.792.209	16,06	77,84
Minas Gerais	14.221.195.038	5,63	22.029.083.810	6,16	54,90
Rio Grande do Sul	15.731.702.278	6,23	21.190.912.265	5,92	34,70
<b>T O T A L</b>	<b>219.073.247.803</b>	<b>86,73</b>	<b>309.776.673.951</b>	<b>86,60</b>	<b>41,40</b>

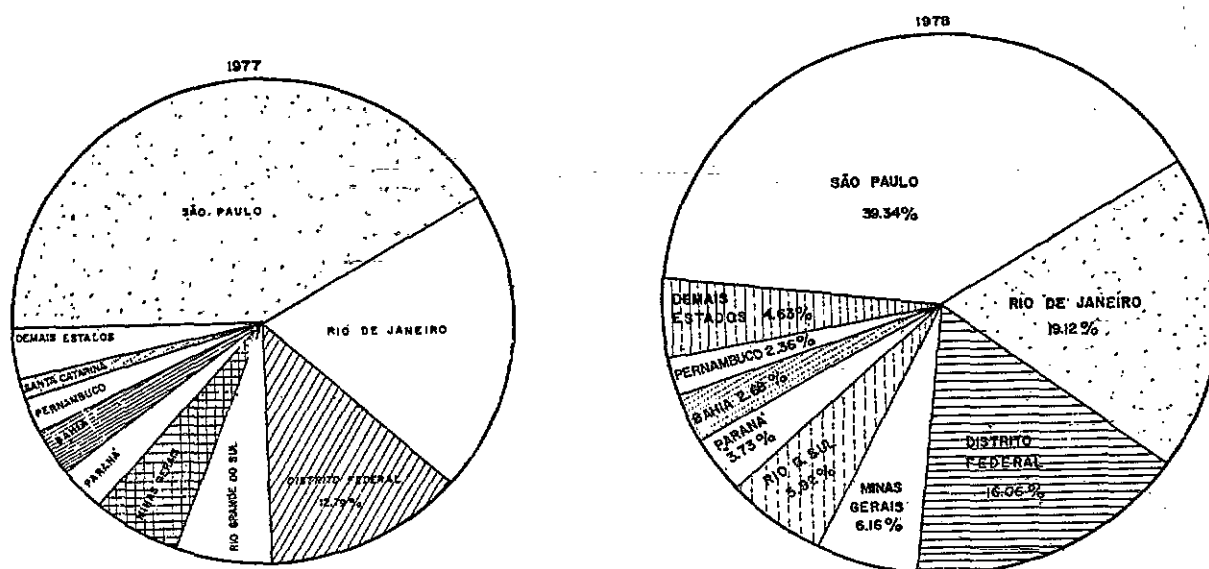
FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

Nota: Total da Receita Orçamentária

1977: Cr\$ 252.605.447.866,97

1978: Cr\$ 357.704.780.142,44

## RECEITA ARRECADADA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



FONTE: BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO - 1977 e 1978

As cinco Unidades de maior participação na receita orçamentária, no exercício de 1978, foram São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nesta ordem, que proporcionaram uma arrecadação de Cr\$ 309.776.673.950,00, equivalendo a 80,6% do total da receita.

As demais vinte Unidades, incluindo os Territórios, participaram, juntas, em 13,4% no restante da receita orçamentária.

O Tribunal de Contas da União observa, com oportunidade e acerto, que essa diferença participativa evidencia o desnível sócio-econômico existente na Federação. Em outro ponto de nosso Parecer examinamos esse problema.

No demonstrativo dos Estados que mais contribuíram para a arrecadação verifica-se a inversão de posições entre o Estado do Rio Grande do Sul, que em 1977 superava a participação de Minas Gerais, e este, que em 1978 melhorou sua posição em relação àquele. Em termos percentuais, o Rio Grande do Sul participou com mais 0,60%, em 1977, e Minas Gerais com mais 0,24%, em 1978.

Analisando-se os dados comparativos da receita tributária realizada nesses Estados, no período 77/78, acreditamos que a explicação para aquela alteração participativa está no crescimento substancial da arrecadação do IPI no Estado de Minas Gerais, que elevou sua participação de 2,04%, no exercício de 1978, enquanto o Rio Grande do Sul reduziu esta mesma participação de 0,73%. No que se refere ao Imposto sobre a Renda, também houve pequena vantagem de Minas Gerais, que aumentou seu percentual participativo de 0,52%, ao passo que o Rio Grande do Sul cresceu de apenas 0,25%, de 1977 para 1978.

De outro lado, a boa posição desfrutada pelo Distrito Federal pode ser justificada, em parte, pelo processo de recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras. Segundo o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, o referido processo "não permite identificar o Estado em que ocorre o fato gerador, razão pela qual a arrecadação desse tributo foi totalizada, de 1972 a 1974, no Estado do Rio de Janeiro e a par-

te de 1975 no Distrito Federal". A mesma coisa se deu com o Imposto sobre a Exportação, que teve sua arrecadação, em 1978, registrada principalmente no Distrito Federal, restando aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro valores pouco significativos na receita.

Quanto às Regiões Geográficas, o demonstrativo correspondente revela aquela brutal defasagem inter-regional. Enquanto a Região Sudeste contribuiu para a receita orçamentária com 65,12%, a Região Norte aparece com 1,25%. As Regiões Norte e Nordeste, reunidas, tiveram a menor participação percentual, com 7,34%. Isso traduz um desenvolvimento profundamente desequilibrado, o que deve fazer redobrar as preocupações governamentais com esse problema.

## 5.13.2. - Receitas Correntes - Receita Tributária

A receita tributária realizada alcançou o total de Cr\$ 309.624.449.873,00 (trezentos e nove bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e três cruzeiros), para uma estimativa de Cr\$... 289.098.750.000,00, em 1978.

Os impostos de maior participação nesta receita foram, por ordem decrescente, o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e o Imposto Especial sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gaseosos e Adicional. Juntos, totalizaram 74,40% da receita tributária, cabendo ao IPI 31,29%, ao Imposto sobre a Renda 29,85% e ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis a participação de 13,26%. O IPI, que no exercício de 1977 havia perdido sua posição de tributo de maior arrecadação para o Imposto sobre a Renda, voltou à posição antiga, no exercício de 1978.

A seguir, apresentamos o demonstrativo da Receita Tributária por Fontes, em 1978, e um quadro comparativo da arrecadação tributária por Regiões Geográficas, nos exercícios de 1977 e 1978:

## RECEITAS CORRENTES

## RECEITA TRIBUTÁRIA POR FONTES

EXERCÍCIO - 1978

		Cr\$ 1,00	
TÍTULO	ARRECADAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %	
		S/ a Receita Tributária	S/ a Receita Orçamentária
<u>IMPOSTOS</u>			
Sobre Produtos Industrializados.....	96.891.787.886	31,29	27,09
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.....	92.417.732.461	29,85	25,84
Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e Adicional.....	41.066.522.408	13,26	11,48
Sobre a Importação.....	25.028.317.347	7,44	6,44
Sobre Operações Financeiras.....	13.164.659.405	4,25	3,68
Sobre Energia Elétrica.....	9.384.320.675	3,03	2,62
Sobre Minerais.....	3.350.280.799	1,08	0,94
Sobre Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas.....	2.890.616.652	0,93	0,81
Sobre a Exportação.....	140.117.818	0,05	0,04
Sobre Circulação de Mercadorias.....	136.148.575	0,05	0,03
Sobre a Transmissão de Bens Imóveis..	1.921.941	-	-
SOMA DOS IMPOSTOS (A)	282.472.525.967	91,23	78,97
<u>TAXAS</u>			
Pela Prestação de Serviços.....	26.156.103.678	8,45	7,31
Pelo Exercício do Poder de Polícia...	94.703.830	0,03	0,03
SOMA DAS TAXAS (B)	26.250.807.508	8,48	7,34
CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE NOS TRIBUTOS (C)	901.116.398	0,29	0,25
TOTAL (A+B+C)	309.624.449.873	100,00	86,56

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

Nota : Receita Orçamentária Cr\$ 357.704.780.142,44

## RECEITAS CORRENTES

## RECEITA TRIBUTÁRIA

## REGIÕES GEOGRÁFICAS

EXERCÍCIOS - 1977/1978

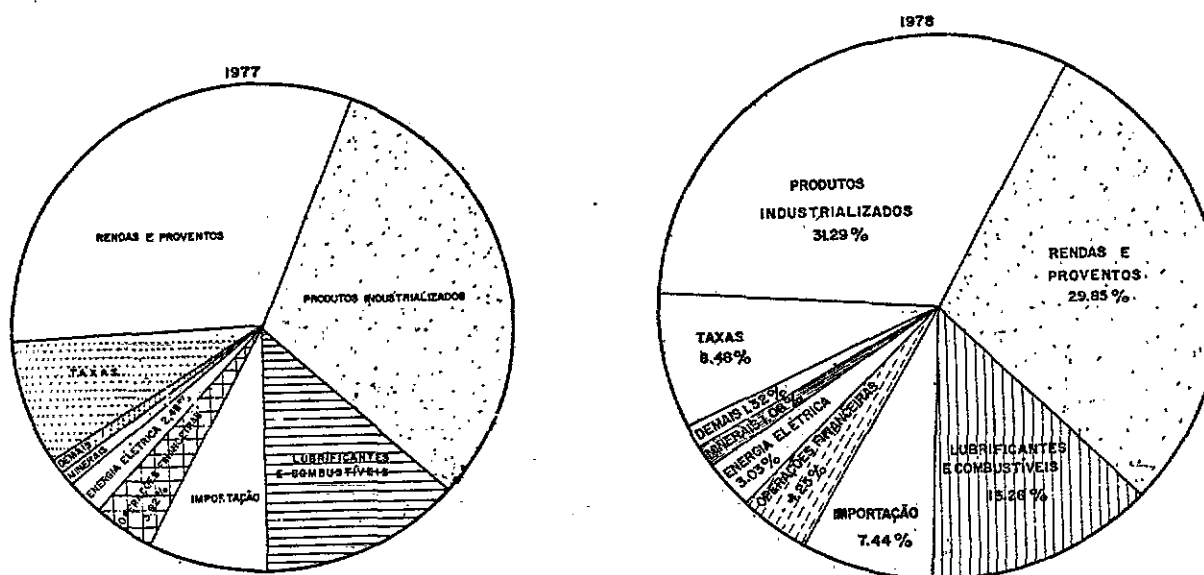
REGIÕES	1977		1978		Cr\$ 1,00
	ARRECADAÇÃO	% Sobre a Receita Tributária	ARRECADAÇÃO	% Sobre a Receita Tributária	Variação Percentual em Relação a 1977
<b>NORTE</b>					
Acre	14.936.224	0,01	29.616.909	0,01	98,29
Roraima	173.676.980	0,08	295.892.591	0,10	70,37
Amazonas	1.043.546.427	0,46	1.495.796.115	0,48	43,34
Roraima	23.882.615	0,01	33.121.854	0,01	38,69
Pará	1.609.247.269	0,72	2.196.390.161	0,71	36,49
Amapá	90.609.782	0,04	131.282.323	0,04	45,85
<b>S O M A (1)</b>	<b>2.955.299.297</b>	<b>1,32</b>	<b>4.182.099.953</b>	<b>1,35</b>	<b>41,51</b>
<b>NORDESTE</b>					
Maranhão	191.228.029	0,09	314.324.252	0,10	64,37
Piauí	158.191.549	0,07	216.942.173	0,07	37,14
Ceará	930.346.515	0,41	1.013.878.376	0,33	8,98
Rio G. do Norte	346.553.211	0,15	524.923.891	0,17	51,47
Paraíba	343.343.555	0,15	320.445.413	0,10	6,67
Pernambuco	5.841.810.915	2,60	8.109.199.832	2,62	38,81
Alagoas	287.942.268	0,13	394.060.881	0,13	36,85
Sergipe	212.190.109	0,10	344.665.695	0,11	62,43
Bahia	7.041.902.605	3,13	9.154.284.316	2,96	30,00
<b>S O M A (2)</b>	<b>15.353.508.756</b>	<b>6,83</b>	<b>20.392.724.829</b>	<b>6,59</b>	<b>32,82</b>

REGIÕES	1977		1978		Cr\$ 1,00 Variação Percentual em Relação a 1977
	ARRECAÇÃO	% Sobre a Receita Tributária	ARRECAÇÃO	% Sobre a Receita Tributária	
<b>SUDESTE</b>					
Minas Gerais	13.246.033.590	5,90	20.781.486.747	6,71	56,89
Esp. Santo	1.100.897.755	0,49	1.606.676.697	0,52	45,94
RJ de Janeiro	44.830.259.440	19,95	61.077.019.958	19,73	36,24
São Paulo	99.681.621.603	44,36	132.865.548.657	42,91	33,29
<b>S O M A (3)</b>	<b>178.858.812.388</b>	<b>70,70</b>	<b>216.350.732.059</b>	<b>59,87</b>	<b>36,18</b>
<b>SUL</b>					
Paraná	7.344.980.682	3,27	12.608.724.046	4,07	71,66
Sta. Catarina	2.621.060.580	1,17	3.523.850.556	1,14	34,44
Rio G. do Sul	14.831.907.915	6,60	19.995.755.912	6,46	34,82
<b>S O M A (4)</b>	<b>24.797.949.177</b>	<b>11,04</b>	<b>36.128.330.514</b>	<b>11,67</b>	<b>45,69</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>					
Mato Grosso	605.169.202	0,27	834.229.292	0,27	37,85
Goiás	969.001.446	0,43	1.505.574.846	0,48	55,37
Distrito Federal	21.119.830.162	9,40	30.259.758.380	9,77	43,23
<b>S O M A (5)</b>	<b>22.694.000.810</b>	<b>10,10</b>	<b>32.590.562.518</b>	<b>10,52</b>	<b>43,61</b>
<b>EXTERIOR (6)</b>	<b>27.082.580</b>	<b>0,01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 100,00</b>
<b>TOTAL (1 a 6)</b>	<b>224.686.653.008</b>	<b>100,00</b>	<b>309.624.449.873</b>	<b>100,00</b>	<b>37,80</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

O gráfico a seguir permite visualizar a participação dos principais tributos na receita tributária, nos exercícios financeiros de 1977 e 1978:

#### RECEITA TRIBUTÁRIA POR TRIBUTOS



FONTE: BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO - 1977 e 1978

#### 5.13.3.4 Imposto sobre a Importação

Esse imposto, incidente sobre a entrada de mercadorias estrangeiras no território nacional, é utilizado como instrumento auxiliar da política econômica. Seu caráter de extrafiscalidade demonstra tratar-se de um tributo menos voltado para a arrecadação, do que para a contenção de importações, de acordo com as diretrizes governamentais.

Não obstante, teve significativa participação na receita tributária, da ordem de 7,41, embora se deva registrar que foi o único tributo de incremento negativo no exercício.

Com efeito, para uma receita estimada em vinte e cinco bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros Cr\$ 25.400.000.000,00, a arrecadação não ultrapassou os vinte e três bilhões vinte e oito milhões trezentos e dezessete mil e trezentos e quarenta e sete cruzeiros, o que significou uma redução de 9,3 entre a estimativa e a receita efetivamente realizada.

Em relação à receita orçamentária global, sua participação foi da ordem de 6,41.

A variação percentual em relação ao exercício de 1977 foi de 34,41.

## 5.13.4.4 Imposto sobre a Exportação

Este Imposto, juntamente com o anterior, constitui a categoria de tributos lançados sobre o Comércio Exterior, tendo a mesma finalidade extrafiscal, como instrumento auxiliar da política econômica.

Até o exercício financeiro de 1977, ele representava uma receita, praticamente simbólica.

A propósito, o Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União fornece dados a respeito da arrecadação desse imposto nos exercícios de 1974 a 1977, onde os números são, res-

pectivamente, Cr\$ 7.036,00; Cr\$ 126.571,00; Cr\$ 47.513,00; e Cr\$ 18.197,00. Já o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, no quadro demonstrativo da evolução da receita orçamentária no período entre 1975 e 1978 (Quadro B dos Anexos), não registra quaisquer valores correspondentes a esse imposto, cuja participação só aparece no exercício de 1978, que em termos nominais foi de Cr\$ 140.117.818,00, correspondendo a um incremento, em relação a 1977, de 769.905,04%, conforme os dados do TCU.

A seguir, transcrevemos o quadro apresentado no Relatório e Parecer Prévio daquela Corte, onde aparece a evolução da receita dos impostos sobre o Comércio Exterior:

## IMPOSTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

## EVOLUÇÃO — 1974/1978

Cr\$ 1,00

O R I G E M	A R R E C A D A Ç Ã O					V A R I A Ç Ã O P E R C E N T U A L			
	1 9 7 4	1 9 7 5	1 9 7 6	1 9 7 7	1 9 7 8	1975 EM RELAÇÃO A 1974	1976 EM RELAÇÃO A 1975	1977 EM RELAÇÃO A 1976	1978 EM RELAÇÃO A 1977
Imposto sobre a Importação ....	6.803.540.159	9.610.209.705	15.069.601.414	17.132.860.726	23.028.317.347	41,25	56,81	13,69	34,41
Imposto sobre a Exportação ....	7.036	126.571	47.513	18.197	140.117.818	1.698,91	- 62,46	- 61,70	769.905,04
T O T A L	6.803.547.195	9.610.336.275	15.069.648.927	17.132.878.923	23.168.435.165	41,25	56,81	13,69	35,23

FONTE: Balanços Gerais da União — 1974/1978

## 5.13.5 - Imposto sobre Produtos Industrializados

Aqui temos a maior fonte da receita tributária, no exercício financeiro de 1978, o IPI produziu uma arrecadação de Cr\$ 96.891.887.886,00, o que representa 31,3% do total daquela receita e 27,1% de toda a receita orçamentária.

Em termos reais, para uma previsão de Cr\$ 94.000.000.000,00, foram arrecadados Cr\$ 96.891.887.886,00, correspondendo a uma arrecadação a maior de Cr\$ 2.891.887.886,00, equivalente a um incremento de 3,1%.

A arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, por Unidades da Federação, no período 77/78, pode ser assim demonstrada:

## IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

## ARRECADAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

## EXERCÍCIOS - 1 977 / 1 978

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1 9 7 7		1 9 7 8	
	NOMINAL	%	NOMINAL	%
São Paulo.....	34.516.595.399	49,73	48.451.865.737	50,01
Rio de Janeiro.....	13.848.979.603	19,95	18.426.106.707	19,02
Rio Grande do Sul....	6.660.658.053	9,60	8.594.761.968	8,87
Minas Gerais.....	4.401.018.506	6,34	8.119.298.972	8,38
Pernambuco.....	3.991.592.625	5,75	5.413.154.588	5,59
Paraná.....	1.990.443.040	2,87	2.632.643.009	2,72
Bahia.....	1.422.574.272	2,05	1.672.451.925	1,72
Pará.....	1.123.164.879	1,62	1.456.721.634	1,50
Santa Catarina.....	814.671.423	1,17	1.041.872.555	1,07
Demais Unidades.....	641.007.794	0,92	1.083.010.791	1,12
T O T A L	69.410.705.594	100,00	96.891.887.886	100,00

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

Observe-se que, dos nove Estados de maior participação, apenas dois conseguiram elevar a arrecadação do referido imposto de um exercício para outro. Foram os Estados de São Paulo, que de 49,73%, em 1977, subiu para 50,01% sua participação em 1978. Minas Gerais registrou a mais significativa elevação percentual, de 6,34% em 1977, passou a contribuir com 8,38% em 1978.

Embora o IPI se apresente como a maior fonte de receita tributária, é certo que no âmbito de sua aplicação têm sido criados inúmeros incentivos fiscais a diversos setores produtivos. Como salienta a Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, dentre esses estímulos fiscais citam-se redução de alíquotas e isenções, sobretudo a produtos destinados a exportação.

#### 5.13.6.1 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

O Imposto sobre a Renda, para uma receita estimada em Cr\$ 81.300.000.000,00 no exercício de 1978, proporcionou uma arrecadação de Cr\$ 92.417.732.461,00. O acréscimo nominal de receita, da ordem de Cr\$ 11.117.732.461,00, representa um incremento percentual de 13,7%, que é bastante bom na média de crescimento da receita realizada.

No exercício de 1977, o Imposto sobre a Renda chegou a ser a maior fonte de receita tributária, superando o próprio IPI. No exercício em exame, porém, voltou à segunda posição na escala de maior participação relativa na receita de tributos. Em valores absolutos, o IR arrecadou em 1977 Cr\$ 70.918,9 bilhões enquanto o IPI atingia os Cr\$ 69.410,7 bilhões. Em 1978, o IPI chegou aos Cr\$ 96.891,9 bilhões e o IR ficou nos Cr\$ 92.417,7 bilhões.

O quadro abaixo permite visualizar a participação nominal e percentual das Unidades Federativas na arrecadação do Imposto sobre a Renda:

#### IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

##### ARRECADAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

EXERCÍCIOS - 1977/1978

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Cr\$ 1.00			
	ARRECADAÇÃO			
	1977		1978	
	NOMINAL	%	NOMINAL	%
São Paulo .....	33.227.211.668	46,85	41.661.443.773	45,08
Rio de Janeiro .....	16.780.032.574	23,56	22.455.190.380	24,30
Minas Gerais .....	4.103.427.525	5,79	5.827.323.897	6,31
Distrito Federal .....	4.375.930.750	6,17	5.581.814.411	6,04
Rio Grande do Sul .....	3.631.065.310	5,12	4.960.626.643	5,37
Paraná .....	1.897.606.310	2,68	2.680.385.188	2,90
Bahia .....	1.538.193.915	2,17	2.284.790.381	2,47
Pernambuco .....	1.031.712.420	1,45	1.554.910.465	1,68
Santa Catarina .....	1.128.206.133	1,59	1.423.556.930	1,54
Demais Unidades .....	3.205.518.085	4,52	3.987.690.393	4,31
<b>T O T A L</b>	<b>70.918.904.690</b>	<b>100,00</b>	<b>92.417.732.461</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

Este imposto é importantíssimo pela sua dupla função, de excelente fonte de receita e de valioso instrumento de política econômica.

Nessa última função, convém destacar, como faz o Relatório da IGF-MF, "as significativas transferências para o setor privado, promovidas com recursos de incentivos fiscais das pessoas jurídicas, visando corrigir desequilíbrios econômicos regionais, reduzir disparidades setoriais e incentivar atividades carentes".

A sistemática de cobrança do Imposto sobre a Renda faz com que, para efeito de melhor racionalização de suas incidências, ele seja dividido em três modalidades: imposto sobre a pessoa física, sobre a pessoa jurídica e recolhido na fonte. A cada ano, novos mecanismos são aperfeiçoados, de sorte que o Imposto sobre a Renda, na complexidade de sua sistemática, só pode ser rigorosamente avaliado pelo exame separado de cada uma dessas modalidades.

#### 5.13.6.1.1 Imposto de Renda - Pessoa Física

Essa é a modalidade mais conhecida de todos, pois é aquela que se concretiza mediante o lançamento por declaração anual do contribuinte.

Nessa modalidade o imposto evidencia sua característica de tributo direto e progressivo, gravando os rendimentos individuais na medida de sua real capacidade contributiva.

Aí reside o aspecto da justiça fiscal, bem peculiar ao Imposto sobre a Renda, pois sua incidência progressiva, a partir de um valor tributável base, exclui, por isenção, um segmento ponderável de declarantes, ao tempo em que agrava a carga de tributação sobre as faixas mais elevadas de renda.

Por isso mesmo, com a adoção continuada de medidas que beneficiam diretamente os contribuintes de menores rendas, tais como a constante elevação dos limites dos abatimentos principais (juros, aluguéis, educação, dependentes, etc.), vem aumentando o sensivelmente o universo dos contribuintes isentos, sem imposto a pagar e com direito à devolução, no confronto do valor devido por declaração com o pago por antecipação na fonte.

Não é por outro motivo que esta modalidade do Imposto sobre a Renda apresenta a menor participação na receita. Em 1978, ela foi de Cr\$ 7.156.332.236,00, bem inferior às duas outras modalidades, como veremos adiante.

Entretanto, para uma receita estimada de Cr\$ 5.200.000.000,00, o incremento nominal foi da ordem de Cr\$ 1.956.332.236,00, significando uma variação percentual, entre a arrecadação e a estimativa, de 37,6%. Esta variação foi a maior das três modalidades do imposto.

Como se sabe, a Pessoa Física, a título de incentivos fiscais, tem direito às opções por investimento dos Decretos-Leis nºs. 157/67 e 880/69.

Estes, totalizaram os seguintes valores:

CERTIFICADO DE COMPRA DE AÇÕES		Cr\$ mil
Decreto-lei nº 157/67 .....	5.779.084	
Decreto-lei nº 880/69 .....	17.322	
<b>T O T A L</b> .....	<b>5.796.406</b>	

De acordo com o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, esses valores dos incentivos fiscais das Pessoas Físicas correspondem aos certificados emitidos até 31.01.79 pela Secretaria da Receita Federal, não estando as importâncias incluídas na Receita da União.



## 5.13.6.2 - Imposto de Renda - Pessoa Jurídica

Esta foi a modalidade que menor incremento apresentou entre a receita estimada e a receita arrecadada. O aumento foi de apenas 2,5%. Aliás, o crescimento dessa modalidade, de 1977 para 1978, já se revelara o menor, da ordem de 16,5%, enquanto as modalidades Pessoa Física e Fonte cresciam, respectivamente, de 68,8% e 34,4%.

Em termos absolutos, no exercício de 1978, o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica arrecadou 28.485.168.395,00.

Essa modalidade oferece aos contribuintes, observada toda a legislação pertinente, uma série de opções para incentivos fiscais, que alcançam até 50% do imposto devido. De sorte que, o total dessas opções equivale, mais ou menos, ao valor do imposto nesta modalidade, advertindo-se, como faz a IGF-MF, que os valores apresentados correspondem às definições dos contribuintes, virtualmente sujeitos a retificações, além de não figurarem no montante da receita.

Portanto, de acordo com as declarações dos próprios contribuintes e segundo os dados constantes do Relatório da IGF-MF, os referidos incentivos foram assim discriminados:

<u>PESSOAS JURÍDICAS</u>	<u>Cr\$ mil</u>
FINOR .....	5.449.099
FINAM .....	2.141.231
FISET-PESCA .....	144.442
FISET-TURISMO .....	230.308
FISET-IBDF .....	5.452.722
GERES .....	155.640
EMBRAER .....	533.152
MOBRAL .....	788.360

PIN .....	8.438.925
PROTERRA .....	5.625.950
T O T A L .....	<u>28.960.329</u>

## 5.13.6.3 - Imposto de Renda - Fonte

O Imposto de Renda na Fonte é uma modalidade de arrecadação antecipada do tributo. Na realidade, esta não deveria ser uma modalidade autônoma, digamos assim, porque se trata de antecipação do Imposto -- Pessoa Física, pago antecipadamente, para posterior compensação com o imposto devido por declaração. Contudo, se trata de uma forma de arrecadação bastante significativa, sobretudo do ponto de vista de receita propriamente.

No exercício de 1978, o Imposto de Renda - Fonte foi estimado em Cr\$ 48.300.000.000,00, produzindo, porém, uma arrecadação da ordem de Cr\$ 56.776.231.830,00, resultando numa arrecadação a maior de Cr\$ 8.476.231.830,00, ou seja, em termos percentuais, um incremento de 17,5%.

Há alguns anos surgiam rumores sobre a implantação de um sistema de cobrança do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos no próprio ano-base, que visaria a neutralizar os efeitos negativos de um imposto a pagar no ano seguinte àquele em que se deu a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos (fato gerador do imposto nos termos do art. 43 do Código Tributário Nacional).

São inúmeros os problemas de ordem técnica que dificultam a implantação de um sistema desse tipo, restando, porém, a alternativa da modalidade de pagamento do imposto na Fonte, que deve ser, nesse sentido, ainda mais aperfeiçoada, quem sabe como um sistema capaz de atender àquele objetivo.

Reservamos para essa modalidade final do Imposto sobre a Renda a transcrição do quadro constante do Relatório e Parecer Prévio do TCU, com a evolução do Imposto nas três modalidades, entre 1974 e 1978.

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZAEVOLUÇÃO - 1974/1978

O R I G E M	A R R E C A D A Ç Ã O					V A R I A Ç Ã O P E R C E N T U A L			
	1974	1975	1976	1977	1978	1975 em relação a 1974	1976 em relação a 1975	1977 em relação a 1976	1978 em relação a 1977
Fonte	10.332.622.982	14.820.409.373	25.180.340.066	42.233.719.781	56.776.231.830	43,43	69,90	67,72	34,43
Pessoa Jurídica	6.445.174.226	9.214.411.176	13.725.796.109	24.444.694.164	28.485.168.395	42,97	48,96	78,09	16,53
Pessoa Física	2.561.892.042	2.277.266.042	2.507.527.496	4.240.490.745	7.156.332.236	- 11,11	10,11	69,11	68,76
S O M A	19.339.689.250	26.312.086.591	41.413.663.671	70.918.904.690	92.417.732.461	36,05	57,39	71,25	30,31

FONTE: Balanços Gerais da União - 1974/1978

## 5.13.7 - Impostos Especiais

Os Impostos com essa epígrafe são os previstos no art. 74 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25.10.66), incidentes sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais do País.

Na verdade, esses tributos são mais conhecidos pela denominação de "Impostos Unicos", porque, nos termos dos incisos VIII e IX do art. 21 da Constituição, eles incidem uma só vez sobre quaisquer operações tributáveis relativas a lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica e

minerais. Constituem, de fato, três impostos distintos no sistema tributário brasileiro.

Uma peculiaridade desses tributos é a distribuição de sua receita, prevista no art. 26 da Constituição, nos seguintes termos:

"Art. 26. A União distribuirá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos mencionado no item VIII do artigo 21;

II - sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre energia elétrica mencionado no item VIII do artigo 21; e

III - noventa por cento do produto da arrecadação do imposto sobre minerais do País mencionado no item IX do artigo 21".

Os Impostos Especiais arrecadaram, em conjunto, cinquenta e três bilhões, oitocentos e um milhões, cento e vinte e três mil e oitocentos e oitenta e dois cruzeiros, para uma receita estimada de quarenta e nove bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, significando um incremento na arrecadação de 58,8%.

Muito importante é observar que no total arrecadado estão incluídos os valores correspondentes às parcelas a serem distribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, adiante discriminadas.

#### 5.13.7.1. - Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e Adicional

A receita estimada desse imposto foi de Cr\$ 40.000.000.000,00, superada pela arrecadação de Cr\$ 41.066.522.408,00, ou seja, 2,7% a mais.

O Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, como é conhecido, participou expressivamente do total da receita tributária, contribuindo para a arrecadação com 13,26% desse total. Foi o terceiro imposto de maior participação, ficando abaixo do IPI e do Imposto sobre a Renda.

Em termos de participação regional, o quadro a seguir permite visualizá-la comparativamente aos exercícios de 1977 e 1978:

#### IMPOSTO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

##### LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL

##### ARRECAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

##### EXERCÍCIOS DE 1977 E 1978

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRECAÇÃO		Variação percentual de 1978 em Relação a 1977
	1977	1978	
São Paulo.....	13.023.792.364	16.517.496.302	26,83
Rio de Janeiro.....	6.386.914.872	8.784.508.801	37,54
Paraná.....	2.058.270.942	5.260.859.083	155,60
Bahia.....	3.011.970.151	3.623.599.090	20,31
Rio Grande do Sul...	2.609.145.054	3.413.764.429	30,84
Minas Gerais.....	2.305.752.758	3.189.417.098	38,32
Amazonas.....	215.808.609	239.999.672	11,21
Demais Unidades.....	51.207.765	36.877.933	- 27,98
S O M A	29.662.862.515	41.066.522.408	38,44

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

Do montante arrecadado foram distribuídas as parcelas do imposto, conforme determina o art. 26, I, da Constituição, da seguinte forma:

#### IMPOSTO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

##### LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL:

Cr\$ 1,00

#### COTA-PARTE DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL:

Despesas Correntes.....	3.184.819.601
Despesas de Capital.....	7.431.245.736
Despesas de Capital (Adicional).	1.326.641.176
	11.942.706.513

#### COTA-PARTE DOS MUNICÍPIOS:

Cr\$ 1,00

Despesas Correntes.....	829.380.104
Despesas de Capital.....	1.935.220.244
Despesas de Capital (Adicional).	331.660.294
	3.096.260.642
T O T A L	15.038.967.155

#### 5.13.7.2 - Imposto sobre Energia Elétrica

O Imposto Único sobre Energia Elétrica proporcionou uma arrecadação de Cr\$ 9.384.320.675,00, o que representa um crescimento de 44,41 sobre a estimativa orçamentária de seis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.500.000.000,00). Dos Impostos Especiais foi o que apresentou maior incremento de receita.

Sua participação na receita tributária foi da ordem de 3,03%.

A arrecadação por Unidades da Federação apresentou os seguintes números:

#### IMPOSTO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

##### ARRECAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

##### EXERCÍCIOS DE 1977 E 1978

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRECAÇÃO		Variação percentual de 1978 em Relação a 1977
	1977	1978	
São Paulo.....	2.248.730.035	3.752.377.501	66,87
Rio de Janeiro.....	1.280.398.826	2.062.039.435	61,05
Minas Gerais.....	431.450.987	751.201.612	74,11
Rio Grande do Sul...	353.867.121	593.699.824	67,77
Paraná.....	268.341.572	445.410.124	65,99
Bahia.....	182.496.221	311.109.375	70,47
Pernambuco.....	168.010.711	302.261.796	79,91
Santa Catarina.....	126.325.534	218.079.155	72,63
Distrito Federal....	91.689.155	169.879.889	85,28
Goiás.....	90.648.826	161.086.992	77,70
Ceará.....	84.929.996	149.258.550	75,74
Espírito Santo.....	62.975.501	107.145.772	70,14
Demais Unidades.....	194.132.796	360.770.650	85,84
S O M A	5.583.997.281	9.384.320.675	68,06

A distribuição das parcelas aos Estados, Distritos Federal e Municípios, nos termos do art. 26, II, da Constituição, apresentou os seguintes valores:

#### IMPOSTO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

#### COTA-PARTE DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL:

Cr\$ 1,00

Despesa de Capital.....	4.770.567.350
-------------------------	---------------

#### COTA-PARTE DOS MUNICÍPIOS:

Despesas de Capital.....	954.342.529
T O T A L	5.724.909.879

## 5.13.7.3. Imposto sobre Minerais

Dos três impostos especiais esse é o de menor participação na receita, embora tenha apresentado no exercício de 1978 um razoável incremento sobre a estimativa orçamentária, da ordem de 11,7%, resultante de uma arrecadação de três bilhões, trezentos e cinquenta milhões, duzentos e oitenta mil, setecentos e noventa e nove cruzeiros (Cr\$ 3.350.280.799,00 para uma previsão de Cr\$ 3.000.000.000,00).

O montante arrecadado equivale a 1,08% da receita tributária e 0,94% da receita orçamentária.

A arrecadação por Unidades da Federação, nos anos 1977 e 1978, apresentou o seguinte comportamento:

## IMPOSTO SOBRE MINERAIS

## ARRECADAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

## EXERCÍCIOS DE 1977 E 1978

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	A R R E C A D A Ç Ã O		Variação percentual de 1978 em relação a 1977
	1977	1978	
Minas Gerais.....	936.553.685	1.324.812.883	41,46
Rio de Janeiro....	110.859.018	502.331.106	353,13
São Paulo.....	297.600.477	380.756.311	27,94
Santa Catarina....	127.486.579	218.626.265	71,49
Bahia.....	136.085.535	186.890.460	37,33
Goiás.....	84.400.385	171.297.334	102,96
Rio Grande do Norte.....	99.753.561	142.694.039	43,05
Rorônia.....	65.400.216	111.620.295	70,67
Demais Unidades...	206.674.585	311.252.106	50,60
S O M A	2.064.813.991	3.350.280.799	62,26

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978

A distribuição aos Estados, Distrito Federal e Municípios, feita conforme determina o art. 26, III, da Constituição, em parcela igual a 90% do produto da arrecadação, apresentou a seguinte especificação:

## IMPOSTO SOBRE MINERAIS

COTA-PARTE DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL:	Cr\$ 1,00
Despesas de Capital.....	1.979.828.543
COTA-PARTE DOS MUNICÍPIOS:	
Despesas de Capital.....	574.868.730
T O T A L .....	2.554.697.273

## 5.13.8 - Imposto Sobre Operações Financeiras

Sob esta denominação temos o imposto previsto no artigo 21, item VI, da Constituição, incidente sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Sua arrecadação foi estimada em Cr\$ 11.300.000.000,00, mas alcançou os 13.164.659.405,00 na sua realização, correspondendo a um incremento de receita de 16,5%.

Em termos globais, com relação à receita tributária, ele participou com 4,3%, ocupando assim a quinta posição no quadro das maiores participações na receita tributária.

Pode-se acompanhar a evolução dessa fonte de receita, no período 74/78, conforme o quadro a seguir:

## IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

## EVOLUÇÃO - 1974/1978

		Cr\$ 1,00
Exercício	A R R E C A D A Ç Ã O	Variação percentual em relação ao exercício anterior.
	Nominal	
1974	2.784.421.398	-
1975	4.010.443.823	44,03
1976	6.898.868.989	72,02
1977	8.797.210.694	27,52
1978	13.164.659.405	49,65

FONTE: Balanços Gerais da União - 1974/1978

## 5.13.9. Outros Impostos

A receita tributária, oriunda dos demais impostos, de menor arrecadação, observou o seguinte comportamento no exercício de 1978:

O Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas gerou uma receita da ordem de Cr\$ 2.890.616.652,00, para uma estimativa de Cr\$ 2.500.000.000,00, arrecadando a mais Cr\$ 390.616.652,00, o que representa um incremento de 15,6%. Em termos de participação no total da receita orçamentária arrecada da, este Imposto contribuiu com 0,8% desse montante.

Por outro lado, a título de Cota-Parte do Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas, a União transferiu aos Estados, Distrito Federal e Territórios recursos no valor de Cr\$ 574.768.355,00.

No que se refere aos impostos estaduais atribuídos à União nos Territórios, consoante a competência cumulativa prevista no § 4º, do art. 18, da Constituição, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, orçado em Cr\$ 100.000.000,00, proporcionou uma arrecadação de Cr\$ 136.148.575,00, enquanto o Imposto sobre a Transmissão de Imóveis produziu uma arrecadação aquém da expectativa, pois realizou uma receita de Cr\$ 1.921.941,00 para uma estimativa de Cr\$ 2.500.000,00. Portanto, para uma receita prevista dos dois impostos em Cr\$ 102.500.000,00, arrecadou-se Cr\$ 138.070.516,00, significando 34,7% de aumento na arrecadação.

O quadro a seguir resume, em números, o comportamento da receita desses impostos:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA		INCREMENTO % DE 3/A.
	(A)	(B)	
Impostos sobre Transporte Rodoviário...	2.500.000.000	2.890.616.652	15,6
Impostos Atribuídos à União nos Territórios .....	102.500.000	138.070.516	34,7

## 5.13.10. Taxas

As Taxas constituem uma segunda espécie de tributos, definidas no item I, do art. 18 da Constituição, como sendo "arrecadadas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de força pública para a execução de obras de interesse público".

lização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição".

Por sua vez, o Código Tributário Nacional (Lei nº 5 172/66), no art. 78, com a redação determinada pelo Ato Complementar nº 31/66, assim conceitua o poder de polícia, em razão do qual podem ser instituídos esses tributos: "considera-se poder de polícia, atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização e aos direitos individuais ou coletivos".

Feita essa pequena introdução, vejamos qual foi o desempenho das Taxas na execução orçamentária do exercício de 1978.

No conjunto, as Taxas foram estimadas em Cr\$ ..... 24 183 000 000,00, produzindo uma arrecadação de Cr\$ ..... 26 250 807 508,00, correspondendo a um incremento de receita de 8,5%.

O grupo das Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia realizou uma receita de Cr\$ 94 703 830,00, para uma previsão de Cr\$ 63 200 000,00. Esse montante representa apenas 0,4% do total da arrecadação desses tributos. É de salientar-se que, neste grupo, destacam-se a Taxa de Fiscalização das Telecomunicações e a Taxa de Migração, que juntas participaram com 95,5% do montante arrecadado.

A parcela mais significativa dessa receita é constituída das Taxas pela Prestação de Serviços, bastando, para demonstrar tal superioridade, lembrar que elas correspondem a 99,6% de toda a receita realizada. Inicialmente estimadas em Cr\$ ..... 24 119 800 000,00, proporcionaram uma arrecadação de Cr\$ ..... 26 156 103 677,00 no exercício.

Desse total, a maior contribuição foi da Cota de Previdência com Cr\$ 10 596 285 321,00. Logo a seguir, com arrecadação ligeiramente menor, temos a Taxa Rodoviária Única e Adicional, que participou com Cr\$ 10 368 004 140,00. É de destacar, ainda, a Taxa de Melhoramento dos Portos, que arrecadou Cr\$ ..... 3 794 054 074,00. Outras receitas menores nessa rubrica somaram a importância de Cr\$ 1 397 759 643,00.

Convém registrar que a União distribuiu aos Estados, Distrito Federal e Territórios, Cotas-Partes da Taxa Rodoviária Única e Adicional, nos seguintes valores, contabilizados nas respectivas categorias econômicas:

	Cr\$ 1,00
Despesas Correntes .....	1.623.600.000
Despesas de Capital .....	4.031.108.939
S O M A .....	5.654.708.939

A propósito, o Relatório e Parecer Prévio do TCU apresenta um ilustrativo quadro da arrecadação das Taxas, em ordem decrescente, que reproduzimos abaixo:

T A X A S  
EXERCÍCIO - 1978

T Í T U L O	ARRECAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %	
		Sobre a Receita Tributária	Sobre a Receita Orçamentária
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA:			
Taxa de Fiscalização das Telecomunicações .....	59.827.528	0,02	0,02
Taxas de Migração .....	30.625.669	0,01	0,01
Emolumentos de Mineração .....	3.677.024	—	—
Taxa de Registro e Licenciamento de Instalações de Beneficiamento de Algodão e de outras Plantas Têxteis .....	407.551	—	—
Taxa de Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudas .....	166.058	—	—
S O M A (1)	94.703.830	0,03	0,03
TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:			
Cota de Previdência .....	10.596.285.821	3,42	2,96
Taxa Rodoviária Única e Adicional .....	10.368.004.140	3,35	2,90
Taxa de Melhoramento dos Portos .....	3.794.054.074	1,22	1,06
Pensões Militares .....	917.573.883	0,30	0,26
Custas Judiciais .....	180.666.928	0,06	0,05
Taxa de Exploração de Loterias .....	173.806.313	0,06	0,05
Outros .....	125.712.519	0,04	0,03
S O M A (2)	26.156.103.678	8,45	7,31
T O T A L (1 + 2)	26.250.807.508	8,48	7,34

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

OBS .. Total da Receita Tributária: Cr\$ 309.624.449.873,43 — Total da Receita Orçamentária: Cr\$ 357.704.780.142,44

## 5.13.11. Outras Receitas de Origem Tributária

A Contribuição de Melhoria, que nos termos do item II, do art. 13 da Constituição, é um tributo arrecadado "dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas ..." não produziu receita no exercício de 1978.

De outro lado, a correção monetária ativa, proveniente de sua incidência sobre tributos, proporcionou uma arrecadação de Cr\$ 901.116.398,00, superando em 10,8% o montante estimado de Cr\$ 813.150.000,00, o que representa 0,4% de toda a arrecadação.

Os recursos oriundos desse item da Receita pode ser assim discriminado:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Correção Monetária Incidente nos Impostos .....	895.480.549
Correção Monetária Incidente nas Taxas .....	5.635.849
S O M A .....	901.116.398

## 5.13.12. Receitas Correntes — Receita Patrimonial

De acordo com o § 4º do art. 11 da Lei nº 4 320/64, a Receita Patrimonial é formada das receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários, participações e dividendos e de outras receitas patrimoniais.

Para o exercício em exame, tal Receita foi estimada em Cr\$ 5.475.000.000,00, produzindo, porém, uma arrecadação de Cr\$ 5.983.336.247,00, ou seja, 9,3% além da previsão orçamentária. Isto representa 0,7% do total da receita arrecadada.

Do montante dessa Receita é de assinalar-se que Cr\$ 5.584.246.192,00 correspondem a Dividendos, o que equivale a 93,33% do total arrecadado.

O Relatório e Parecer Prévio do TCU registra que a receita referente às Participações, estimada em Cr\$ 2.000.000.000,00, atingiu apenas Cr\$ 38.160.817,00, o que, de alguma forma, surpreende.

## 5.13.13. Receitas Correntes — Receita Industrial

A Receita Industrial, nos termos do § 4º do art. 11 da referida Lei nº 4 320/64, provém da receita de serviços industriais e de outras receitas industriais.

A previsão orçamentária para o exercício foi da ordem de Cr\$ 59.500.000,00, sendo que a receita realizada alcançou Cr\$ 85.841.014,00, o que significa uma arrecadação a maior de Cr\$ 26.341.014,00, representando um incremento de 44,3%.

Participaram dessa Receita, com percentuais de 64,47% e 35,53%, respectivamente, recursos provenientes do Departamento de Imprensa Nacional e do Centro Gráfico do Senado Federal.

## 5.13.14. Receitas Correntes — Transferências Correntes

Este item produziu uma arrecadação de Cr\$ 24.135.852.972,00, para uma estimativa de Cr\$ 18.102.000.000,00. A diferença entre a realização e a previsão, da ordem de Cr\$ 6.033.852.972,00, representa acréscimo de 33,3% de recursos.

Pouco mais da metade dessa defasagem, ou seja, Cr\$ 3.660.352.114,00, decorreram da Cota-Parte da Diferença de Custo do Petróleo Nacional, o que equivale a 15,2% do total das Transferências, embora a referida receita não constasse da previsão orçamentária para o exercício, conforme esclarece o Relatório da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

O quadro a seguir discrimina os recursos à conta de Transferências Correntes, mostrando a variação percentual ocorrida em relação ao exercício de 1977:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES  
ORIGEM DOS RECURSOS  
EXERCÍCIOS 1977/1978

ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADACÃO		VARIACÃO % EM RELAÇÃO A 1977
	1977	1978	
Cota-Parte do Salário Educação .....	1.718.631.779	3.155.153.493	83,59
Cota-Parte da Contribuição Sindical ..	418.388.049	599.598.973	43,31
Cota-Parte do Preço de Realização dos Combustíveis Automotivos, do Querosene Iluminante e de Gás Liquefeito de Petróleo .....	323.000.000	415.500.104	28,64
Cota-Parte do Preço Ex-Refinaria dos Derivados do Petróleo .....	290.830.169	292.021.682	0,41
Cota-Parte do Preço de Realização dos Lubrificantes e Combustíveis de Aviação .....	—	527.149.061	—
Cota-Parte da Diferença de Custo do Petróleo Nacional .....	—	3.660.352.114	—
Contribuições dos Estados para Fiscalização de Empréstimos Externos .....	—	901	—
Contribuição para o PIN .....	6.622.828.408	9.292.221.899	40,31
Contribuição para o PROTERRA .....	4.391.045.599	6.193.095.533	41,04
Outras Contribuições Diversas .....	346.994.157	759.212	(-) 99,78
T O T A L .....	14.111.718.161	24.135.852.972	71,03

## 5.13.15, Receitas Correntes — Receitas Diversas

Tais Receitas são as provenientes de multas, contribições, cobrança da dívida ativa e daquelas classificadas na rubrica outras receitas diversas.

A estimativa orçamentária para o exercício foi de Cr\$ 9 254 750 000,00, mas a arrecadação elevou-se de Cr\$ ..... 4 610 339 432,00, alcançando o montante realizado de Cr\$ ..... 13 865 080 432,00, o que representa um incremento de recursos da ordem de 49,8%. Em relação ao total arrecadado, a participação das Receitas Diversas foi de 3,9%.

Por ordem decrescente de maior participação, a rubrica "outras receitas diversas" contribuiu com Cr\$ ..... 11 554 754 307,00, seguindo-se as "multas" com Cr\$ ..... 1 983 231 635,00. A "cobrança da dívida ativa" proporcionou uma arrecadação de Cr\$ 227 594 502,00, sendo que, finalmente, as "indenizações e restituições" totalizaram Cr\$ 99 499 988,00.

A discriminação e a variação percentual relativa no biênio 1 977/1 978 é demonstrada conforme o quadro a seguir:

RECEITAS DIVERSAS			
			Cr\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	1 977	1 978	Variação %/1977
Multas .....	1 471 613 751	1 983 231 635	34,77
Indenizações e Restituições ...	91 873 168	99 499 988	8,30
Cobrança da Dívida Ativa .....	—	227 594 502	—
Outras Receitas Diversas .....	7 223 679 678	11 554 754 307	59,96
T O T A L .....	8 787 166 597	13 865 080 432	57,79

## 5.13.16 Receitas de Capital

Este item da Receita abrange os recursos oriundos de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis, amortização de empréstimos concedidos, transferências de capital e de outras receitas de capital.

Para o exercício de 1.978 a estimativa orçamentária foi de Cr\$ 10 000 000,00. A arrecadação, entretanto, atingiu Cr\$ 4 010 219 605,00, superando em 40 002,2% as previsões.

Segundo o Relatório da IGF-MF, "esse fato deveu-se à receita apurada na colocação de Títulos Públicos Federais, pelo Banco Central do Brasil, para atender à subscrição de ações, por parte da União, no aumento de capital do Banco do Brasil S.A. e conforme autorização constante da Lei nº 6 513, de 28 de março de 1.978".

O quadro a seguir apresenta a discriminação e a variação percentual dessas receitas para o período 1 977/1 978:

RECEITAS DE CAPITAL			
			Cr\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	1 977	1 978	Variação %/1977
Operações de Crédito	—	3 500 000 000	—
Alienação de Bens Móveis e Imóveis...	20 724 895	506 292 890	2 342,92
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	745 278	3 391 065	355,01
Outras Receitas de Capital .....	177 504 267	535 650 (-)	99,70
T O T A L .....	198 974 440	4 010 219 605	1 915,44

Devemos registrar aqui a observação constante do Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a importância arrecadada à conta de "Outras Receitas de Capital", no valor de Cr\$ 177 504 267,00, do exercício de 1.977, originou-se da Cobrança da Dívida Ativa, sendo erradamente classificada como Receita de Capital, conforme o quadro acima demonstra. No exercício de 1.978, ora examinado, tal equívoco não foi

repetido. Porém, é de alertar-se para estes pequenos detalhes, que muitas vezes prejudicam o exame das Contas e provocam, de qualquer forma, algumas dúvidas passíveis de críticas.

Poderíamos dizer o mesmo, embora nós referindo às Receitas Diversas, já visto no item anterior do nosso Parecer, que a rigor, parece-nos, os recursos classificados em "Indenizações e Restituições" deveriam constar de "Outras Receitas Diversas", se considerarmos a classificação prevista no § 4º do art. 11 da Lei nº 4 320, de 1.964.

São apenas observações de ordem formal estas que aqui fazemos. Não chegam a ser críticas, até porque constituem variações sem maior importância para a análise do conteúdo das Contas.

## 5.14 Execução Orçamentária — Realização da Despesa

Durante o exercício financeiro de 1.978, em consequência dos créditos adicionais, bem assim das anulações ocorridas, a despesa autorizada, à conta de recursos do Tesouro, somou Cr\$ ..... 359.153.985.185,00, enquanto a despesa realizada totalizou Cr\$ 356.000.370.435,00, ligeiramente inferior, portanto, do montante autorizado.

Em números globais e em discriminação reduzida, eis o demonstrativo:

			Cr\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	
Orçamento e Suplementação.	354.752.969.285	351.600.084.447	
Créditos Especiais .....	4.401.015.900	4.400.285.988	
	<u>359.153.985.185</u>	<u>356.000.370.435</u>	

Mais especificadamente, a despesa autorizada no exercício em exame pode ser visualizada no seguinte demonstrativo apresentado no Relatório e Parecer Prévio do TCU:

DESPESA AUTORIZADA  
RECURSOS DO TESOURO  
EXERCÍCIO — 1978

			Cr\$ 1,00
CRÉDITO E ANULAÇÃO	V A L O R		
	PARCIAL	TOTAL	
Orçamentários		322.000.000.000	
Suplementares:			
- Abertos por Decreto	56.168.070.100		
- Automáticos	<u>17.591.153.885</u>	73.759.223.985	
Créditos Especiais:			
- Abertos	4.161.679.900		
- Réabertos	<u>246.526.000</u>	4.408.205.900	
Créditos Extraordinários		-	
Subtotal	-	400.167.429.885	
Anulação:			
- De Créditos Orçamentários e Suplementares	41.006.254.700		
- De créditos Especiais	<u>7.190.000</u>	41.013.444.700	
Total da Despesa Autorizada	-	359.153.985.185	

FONTE: Registros da Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle - TCU.

Com relação à despesa realizada, verifica-se, como dito acima, que ela não atingiu o limite da despesa autorizada, computando-se naquele valor efetivamente dispendido a parcela de Cr\$ 7.883.267.040,00, que se refere a Restos a Pagar do exercício.

Segundo o Relatório e Parecer Prévio do TCU, "comparando-se a Despesa Orçamentária de 1.978, com a do exercício anterior — Cr\$ 247.466.754.504,29, verifica-se um crescimento nominal de



Cr\$ 108.533.615.930,91, correspondendo a 43,9%. Considerando-se, porém, que a elevação do índice geral de preços (Disponibilidade Interna) foi de 40,8%, o crescimento real importou em Cr\$ ..... 5.374.417.679,80, indicando uma modesta elevação percentual de 2%.

Os dispêndios com o Poder Legislativo atingiram a importância de Cr\$ 3.034.485.537,00, computada nesse valor a parte da despesa atribuída ao próprio Tribunal de Contas da União, da ordem de Cr\$ 391.565.817,47. A participação do Poder Legislativo no total da despesa realizada foi de 0,85%.

Por outro lado, o Poder Judiciário dispendeu recursos equivalentes a Cr\$ 3.468.538.533,00, correspondentes a 0,97% da despesa global do Tesouro.

De acordo com as anotações do Tribunal de Contas da União, "o Poder Executivo realizou despesas no montante de Cr\$ 188.996.621.462,92, equivalendo a 53,09% do total da Despesa Orçamentária do Tesouro Nacional. Comparando-se com a do exercício anterior -- Cr\$ 131.744.377.719,28 -- verifica-se um crescimento

nominal de Cr\$ 57.252.243.743,64, que representa 43,46%. O total das despesas do Poder Executivo inclui os dispêndios da Presidência da República, dos Ministérios, do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, em decorrência da classificação constante no Orçamento Geral da União".

Quanto aos Encargos da União e às Transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a despesa realizada somou Cr\$ 160.500.724.901,00, o que significa uma participação percentual de 45,09% na despesa orçamentária total.

A seguir, transcrevemos quadros demonstrativos da despesa realizada, apresentados no Relatório e Parecer Prévio do TCU, discriminando: 1) a despesa orçamentária por Poderes, Encargos e Transferências, no biênio 77/78; 2) a despesa orçamentária por categorias econômicas no exercício de 1978 e sua evolução no quinquênio 1974/1978; e 3) um demonstrativo completo dos créditos e das despesas realizadas no exercício em exame:

#### DESPESA ORÇAMENTÁRIA

#### DISTRIBUIÇÃO POR PODERES, ENCARGOS E TRANSFERÊNCIAS

#### EXERCÍCIO 1977/1978

Cr\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA				VARIAÇÃO % EM RE- LAÇÃO A 1 977
	1 9 7 7		1 9 7 8		
	VALOR	%	VALOR	%	
Poder Legislativo .....	1.959.165.764	0,79	3.034.485.538	0,85	54,89
Poder Judiciário .....	2.284.715.686	0,92	3.468.538.533	0,97	51,81
Poder Executivo .....	131.744.377.719	53,24	188.996.621.463	53,09	45,46
Encargos Gerais da União .....	35.735.250.251	14,44	44.126.810.990	12,40	23,48
Encargos Financeiros da União ...	10.188.885.160	4,12	18.234.289.205	5,12	78,96
Encargos Previdenciários da União.	21.597.577.386	8,73	30.533.311.744	8,58	41,37
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios .....	43.956.782.538	17,76	67.606.512.962	18,99	55,80
TOTAL	247.466.754.504	100,00	356.000.370.435	100,00	43,86

FONTE: Balanços Gerais da União - 1977/1978.

#### DESPESA ORÇAMENTÁRIA

#### CATEGORIAS ECONÔMICAS

#### EXERCÍCIO - 1978

Cr\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA	% EM RELAÇÃO A DESPESA ORÇAMENTÁRIA
<u>Despesas Correntes</u>		
Despesas de Custeio .....	63.616.387.474	17,87
Transferências Correntes .....	153.182.358.103	43,03
SOMA (A)	216.798.745.577	60,90
<u>Despesas de Capital</u>		
Investimentos .....	26.700.906.035	7,50
Inversões Financeiras .....	26.111.076.961	7,33
Transferências de Capital .....	86.389.641.862	24,27
SOMA (B)	136.201.624.858	39,10
TOTAL (A + B)	356.000.370.435	100,00

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
CATEGORIAS ECONÔMICAS  
EVOLUÇÃO — 1974/1978

Cr\$ 1,00

EXERCÍCIO	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (DISPONIBILIDADE INTERNA)	DEFLATOR
	A PREÇOS CORRENTES		A PREÇOS DE 1974		A PREÇOS CORRENTES		A PREÇOS DE 1974			
	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR	VARIACÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR		
1 9 7 4	38.759.306.389		38.759.306.589	-	32.990.507.524	-	32.990.507.524	-	-	100,0
1 9 7 5	55.289.427.776	42,65	42.727.533.057	10,24	48.549.264.698	47,16	37.518.751.699	13,73	29,4	129,4
1 9 7 6	101.271.657.136	83,17	53.497.969.961	25,21	66.909.444.370	37,82	35.345.718.104	- 5,79	46,3	189,3
1 9 7 7	147.031.388.267	45,19	55.969.314.148	4,62	100.435.366.237	50,11	38.231.962.785	8,17	38,8	262,7
1 9 7 8	216.798.745.577	47,45	58.610.096.128	4,72	139.201.624.858	38,60	37.632.231.646	- 1,57	40,8	369,9

FONTE: Balanços Gerais da União - 1974/1978 e Boletim do Banco Central do Brasil - Fevereiro de 1979

DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS E DAS DESPESAS REALIZADAS  
EXERCÍCIO — 1978

E S P E C I F I C A Ç Ã O	DESPESA FIXADA (Lei 6.486/77)	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	
		ABERTO POR DECRETO	AUTOMÁTICO (Art 8º, Lei 6.486/77)
Câmara dos Deputados .....	1.040.825.000,00	456.362.000,00	-
Senado Federal .....	848.610.000,00	295.344.000,00	28.000.000
Tribunal de Contas da União .....	266.094.000,00	136.095.000,00	-
Supremo Tribunal Federal .....	95.600.000,00	44.127.000,00	-
Tribunal Federal de Recursos .....	122.500.000,00	36.983.000,00	-
Justiça Militar .....	151.980.000,00	59.958.200,00	-
Justiça Eleitoral .....	662.275.000,00	189.835.500,00	-
Justiça do Trabalho .....	1.212.500.000,00	491.969.900,00	-
Justiça Federal de 1ª Instância .....	261.600.000,00	88.079.000,00	-
Justiça do DF e dos Territórios .....	135.000.000,00	31.524.000,00	-
Presidência da República .....	4.364.699.000,00	1.245.105.500,00	14.530.770,
Ministério da Aeronáutica .....	9.621.960.000,00	1.767.269.000,00	160.676.372,
Ministério da Agricultura .....	6.401.200.000,00	1.151.302.000,00	-
Ministério das Comunicações .....	1.697.420.000,00	130.272.000,00	28.300.266,
Ministério da Educação e Cultura .....	16.737.517.000,00	6.412.314.000,00	964.176.892,
Ministério do Exército .....	15.023.000.000,00	3.069.491.000,00	-
Ministério da Fazenda .....	5.344.066.000,00	2.115.243.100,00	52.523.722,
Ministério da Ind. e do Comércio .....	1.114.544.000,00	161.457.000,00	-
Ministério do Interior .....	4.251.000.000,00	1.360.574.000,00	-
Ministério da Justiça .....	1.428.400.000,00	346.549.000,00	13.337.374,
Ministério da Marinha .....	9.749.236.000,00	2.169.242.000,00	39.034.157,
Ministério das Minas e Energia .....	2.124.608.000,00	187.380.000,00	147.796.348,
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	11.429.212.000,00	46.372.000,00	1.196.170.225,
Ministério das Relações Exteriores .....	1.939.027.000,00	307.937.000,00	-
Ministério da Saúde .....	5.554.210.000,00	1.364.315.400,00	-
Ministério do Trabalho .....	2.096.001.000,00	484.526.300,00	136.753.023,
Ministério dos Transportes .....	16.383.800.000,00	2.549.946.000,00	299.227.455,
Encargos Gerais da União .....	39.166.105.000,00	1.918.888.200,00	3.788.105,81
Fundo Nacional de Desenvolvimento .....	37.211.000.000,00	5.555.924.000,00	5.537.563.203,
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios .....	62.309.040.000,00	890.536.000,00	5.061.155.835,
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano .....	4.822.800.000,00	-	123.800.406,
Encargos Financeiros da União .....	14.517.631.000,00	2.257.699.000,00	-
Encargos Previdenciários da União .....	23.096.540.000,00	7.561.450.000,00	-
Reserva de Contingência .....	20.800.000.000,00	11.284.000.000,00	-
T O T A L .....	322.000.000.000,00	56.168.070.100,00	17.591.153.885,

NOTA: No total das anulações está incluído o valor de Cr\$ 7.190.000,00 referente a zembro de 1978, para compensar o crédito suplementar aberto pelo Decreto

FONTE: Registros da APCC-TCU e Balanços Gerais da União - 1978

DESPESA ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS E DAS DESPESAS REALIZADAS  
EXERCÍCIO — 1 978

	CRÉDITO ESPECIAL	TOTAL	ANULAÇÃO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA
0	-	1.497.187.000,00	33.050.000,00	1.464.137.000,00	1.461.419.120,17
	18.736.600,00	1.190.690.600,00	9.190.000,00	1.181.500.600,00	1.181.500.600,00
	-	402.189.000,00	5.800.000,00	396.389.000,00	391.565.817,47
	-	139.727.000,00	2.900.000,00	136.827.000,00	130.513.697,30
	198.000,00	159.681.000,00	4.461.000,00	155.220.000,00	140.590.531,47
	-	211.938.200,00	7.397.200,00	204.541.000,00	202.007.428,85
	-	852.110.500,00	11.582.500,00	840.528.000,00	830.528.000,00
	-	1.704.469.900,00	14.500.000,00	1.689.969.900,00	1.689.256.871,63
	3.838.000,00	353.517.000,00	12.858.000,00	340.659.000,00	314.521.804,10
	-	166.524.000,00	5.404.000,00	161.120.000,00	161.120.000,00
9	-	5.644.335.270,09	102.066.000,00	5.542.269.270,09	5.505.691.034,18
7	-	11.549.907.372,17	162.419.000,00	11.387.488.372,17	11.387.488.372,17
	-	7.552.502.000,00	252.584.000,00	7.299.915.000,00	7.178.356.129,90
1	-	1.855.992.266,11	168.636.300,00	1.687.355.966,11	1.669.712.102,14
9	-	24.114.007.892,29	347.962.000,00	23.766.045.892,29	23.739.801.396,66
	-	18.092.491.000,00	408.797.000,00	17.683.694.000,00	17.388.893.832,87
3	-	7.511.832.822,13	113.006.000,00	7.398.826.822,13	7.272.522.630,48
	-	1.276.001.000,00	95.078.000,00	1.180.923.000,00	903.335.457,20
	105.000.000,00	5.716.574.000,00	260.624.000,00	5.455.950.000,00	5.444.599.636,01
1	-	1.788.286.374,21	56.982.000,00	1.731.304.374,21	1.686.723.551,69
6	-	11.957.512.157,06	68.855.000,00	11.888.657.157,06	11.881.854.854,52
5	-	2.459.784.348,65	119.583.000,00	2.340.201.348,65	2.298.987.194,06
0	1.800.000,00	12.673.554.225,60	18.496.000,00	12.655.058.225,60	11.947.158.212,01
	-	2.246.964.000,00	109.077.000,00	2.137.887.000,00	2.134.612.730,89
	-	6.918.525.400,00	413.116.900,00	6.505.408.500,00	6.458.594.157,13
7	-	2.717.280.323,67	153.826.300,00	2.563.454.023,67	2.533.469.610,18
3	-	19.232.973.455,63	864.549.000,00	18.368.424.455,63	18.361.496.700,01
8	74 528.000,00	45.613.727.031,98	1.448.452.100,00	44.165.274.931,98	44.126.810.990,09
4	-	48.304.487.203,74	1.555.924.000,00	46.748.563.203,74	46.150.271.253,66
9	38.005.300,00	68.298.737.135,68	15.809.000,00	68.282.928.135,68	67.606.312.962,56
3	-	4.946.600.406,03	-	4.946.600.406,03	4.854.052.607,18
	3.500.000.000,00	20.275.330.000,00	2.009.901.000,00	16.265.429.000,00	18.234.289.204,70
	-	30.657.990.000,00	84.155.000,00	30.573.835.000,00	30.533.311.743,94
	-	32.084.000.000,00	32.076.403.400,00	7.596.600,00	-
4	4.408.205.900,00	400.167.420.885,04	41.013.444.700,00	359.153.985.185,04	356.000.370.435,20

à anulação parcial do Crédito Especial aberto pelo Decreto nº 82.395, de 11 de de nº 82 803, de 6 de dezembro de 1 978.

#### 5.14.1. Despesas Correntes — Despesas de Custeio

De acordo com a classificação prevista no art. 12 da Lei nº 4.320/64, as Despesas Correntes dividem-se em Despesas de Custeio e Transferências Correntes.

Tais Despesas, fixadas para o exercício de 1 978 em Cr\$ 201.428.400.000,00, totalizaram Cr\$ 216.798.745.577,00, podendo ser assim resumidas:

#### DESPESAS CORRENTES — 1978

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>DESPESA REALIZADA</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Despesa de Custeio		
- Pessoal .....	44.383.403.033	
- Outros Custeios .....	19.232.984.441	63.616.387.474
Transferências Correntes		
- Pessoal .....	68.382.167.946	
- Outras Transferências ....	84.800.190.157	153.182.358.103
<b>T O T A L</b>		<b>216.798.745.577</b>

As Despesas de Custeio subdividem-se em Pessoal Civil, Pessoal Militar, Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos Diversos, conforme o art. 13 da referida Lei nº 4.320/64.

No exercício de 1 978, as Despesas de Custeio somaram Cr\$ 63.616.387.474,00, o que representa em termos percentuais .... 17,87% do total da despesa orçamentária e 29,34% das despesas correntes.

O demonstrativo das Despesas de Custeio consta do quadro a seguir:

#### DESPESAS DE CUSTEIO — 1978

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>DESPESA REALIZADA</u>	<u>PARTICIPAÇÃO %</u>
Pessoal Civil .....	21.233.594.767	33,38
Pessoal Militar .....	23.149.808.266	36,39
Material de Consumo .....	6.028.147.099	9,48
Serviços de Terceiros .....	10.821.259.370	17,01
Encargos Diversos .....	1.738.283.850	2,73
Despesas de Exercícios Anteriores .....	645.294.122	1,01
<b>T O T A L</b>	<b>63.616.387.474</b>	<b>100,00</b>

#### 5.14.2. Despesas Correntes — Transferências Correntes

O citado art. 13 da Lei nº 4.320/64 estabelece que as Transferências Correntes compreendem as Subvenções Sociais, Subvenções Econômicas, Inativos, Pensionistas, Salário-Família e Abono Familiar, Juros da Dívida Pública, Contribuições de Previdência Social e Diversas Transferências Correntes.

Em 1 978, elas totalizaram Cr\$ 153.182.358.102,00, correspondendo a 70,66% das Despesas Correntes e 43,03% da Despesa Orçamentária.

A discriminação da despesa realizada, à conta de Transferências Correntes, pode ser assim demonstrada:

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 1978

Cr\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %
Subvenções Sociais .....	662.311.686	0,43
Subvenções Econômicas .....	12.722.917.000	8,31
Inativos .....	18.741.738.322	12,24
Pensionistas .....	7.445.154.993	4,86
Salário-Família .....	1.471.607.341	0,96
Juros da Dívida Pública .....	5.151.175.354	3,36
Juros de Empréstimos .....	571.000	-
Contribuição de Prev. Social..	5.225.933.501	3,41
Diversas Transferências Correntes .....	101.760.498.906	66,43
<b>TOTAL</b> .....	<b>153.182.358.103</b>	<b>100,00</b>

#### 5.14.3. Despesas com Pessoal

Como se observa, tanto as Despesas de Custeio quanto as Transferências Correntes abrangem despesas com pessoal. Isto aconselha o exame separado dessas despesas, incluindo-se aquelas com o pessoal da administração indireta.

De acordo com o TCU, "os dispêndios com pessoal, compreendendo Servidores Cíveis e Militares Ativos e as despesas com Inativos, Pensionistas, Salário-Família, Contribuição de Previdência Social, e Auxílio Funeral a Militar, totalizaram Cr\$ ..... 112.765.570.979,50, superando as despesas verificadas no exercício anterior em 44,33%".

Segue demonstrativo dessas despesas:

#### DESPESAS COM PESSOAL - 1978

Cr\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO %/DESP. ORÇAM.
Pessoal Civil .....	21.233.594.767	5,97
Pessoal Militar .....	23.149.808.266	6,50
Inativos .....	18.741.738.322	5,27
Pensionistas .....	7.445.154.993	2,09
Salário-Família .....	1.471.607.341	0,41
Contribuição de Previdência Social .....	5.225.933.501	1,47
Auxílio Funeral a Militar .....	8.457.918	-
Pessoal da Administração Descentralizada .....	35.489.275.871	9,97
<b>TOTAL</b> .....	<b>112.765.570.979</b>	<b>31,68</b>

O montante acima atribuído à Despesa com Pessoal da Administração Descentralizada está discriminado conforme o quadro a seguir:

#### DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA

##### EXERCÍCIO DE 1978

Cr\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA	
	VALOR	%
<b>EMPRESAS FEDERAIS</b>		
- Pessoal .....	6.776.165.000	19,09
<b>ENTIDADES FEDERAIS</b>		
- Pessoal .....	14.843.977.843	41,83
- Inativos .....	991.305.700	2,79
- Pensionistas .....	7.786.000	0,02
- Salário-Família .....	285.653.000	0,81
- Contribuições de Previdência Social .....	1.932.213.000	5,44
<b>ENTIDADES ESTADUAIS</b>		
- Pessoal .....	2.230.706.513	6,29
- Inativos .....	553.037.742	1,56
- Pensionistas .....	104.206.249	0,29
- Salário-Família .....	18.308.924	0,05
- Contribuições de Previdência Social .....	145.516.000	0,41
<b>FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO</b>		
- Pessoal .....	6.157.714.100	17,35
- Inativos .....	125.095.000	0,35
- Pensionistas .....	1.081.000	0,01
- Salário-Família .....	5.853.000	0,02
- Contribuições de Previdência Social .....	1.310.656.800	3,69
<b>TOTAL</b> .....	<b>35.489.275.871</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

#### 5.14.4. Despesas de Capital

Conforme o estabelecido no art. 12 da Lei nº 4 320/1964, as Despesas de Capital compreendem os Investimentos, as Inversões Financeiras e as Transferências de Capital.

Investimentos, nos termos do § 4º do referido art. 12, são "dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro".

De outra parte, o § 5º do citado art. 12 dispõe que Inversões Financeiras são dotações destinadas a:

"I - aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros".

Segundo o § 6º, "transferências de Capital constituem dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestações direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública".

No exercício de 1978, as Despesas de Capital, fixadas no Orçamento em Cr\$ 120.571.600.000,00, totalizaram na sua realização Cr\$ 139.201.624.857,00, o que equivale a 39,1% da despesa orçamentária global.

Eis o demonstrativo das Despesas de Capital no exercício e a participação percentual de cada item em relação ao total:

# DESPESAS DE CAPITAL

## EXERCÍCIO DE 1978

Cr\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL
<b>Investimentos</b>		
Obras Públicas .....	3.160.211.326	2,27
Serviços em Regime de Programação Especial .....	15.248.759.194	10,96
Equipamentos e Instalações .....	2.744.095.046	1,97
Material Permanente .....	962.553.173	0,69
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas .....	4.585.287.296	3,29
<b>Subtotal (1)</b>	<b>26.700.906.035</b>	<b>19,18</b>
<b>Inversões Financeiras</b>		
Aquisição de Imóveis .....	28.239.026	0,02
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras .....	15.520.116.154	11,15
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento ..	17.092.112	0,01
Constituição de Fundos Rotativos .....	161.180.000	0,12
Concessão de Empréstimos .....	671.628.051	0,48
Diversas Inversões Financeiras .....	9.712.821.618	6,98
<b>Subtotal (2)</b>	<b>26.111.076.961</b>	<b>18,76</b>

# DESPESAS DE CAPITAL

## EXERCÍCIO DE 1978

Cr\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL
<b>Transferências de Capital</b>		
Amortização .....	5.206.704.766	3,74
Diferença de Câmbio .....	1.015.051.771	0,73
Auxílios para Obras Públicas .....	8.991.355.811	6,46
Auxílios para Equipamentos e Instalações .....	661.136.300	0,47
Auxílios para Material Permanente .....	177.765.996	0,13
Auxílios para Inversões Financeiras ..	106.402.000	0,08
Contribuições Diversas .....	70.231.225.218	50,45
<b>Subtotal (3)</b>	<b>86.389.641.862</b>	<b>62,06</b>
<b>TOTAL (1 + 2 + 3)</b>	<b>139.201.624.858</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Balanços Gerais da União 1978

# 5.14.5. Imposto Extra-Orçamentário

Com esta denominação, examina-se a parte da execução orçamentária referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

É sabido que, de acordo com o disposto nos artigos 21 e 24 da Constituição, o mencionado imposto é de competência da União, pertencendo, porém, aos Municípios o produto de sua arrecadação, no que se refere à incidência do tributo sobre os imóveis situados em seu território.

Com base nesses preceitos constitucionais, a Lei nº .... 4.504, de 30 de novembro de 1964, e alterações posteriores, disciplinam a matéria, tendo atribuído ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a arrecadação, o controle e entrega dos recursos aos Municípios, para o que retém a título de remuneração dos serviços administrativos 20% daquela arrecadação, destinados os restantes 80% às Prefeituras Municipais.

Desse modo, a receita proveniente do mencionado tributo não integra a Receita do Tesouro, razão que explica a epígrafe Imposto Extra-Orçamentário.

No exercício de 1978, sua arrecadação somou Cr\$ ..... 480.503.676,00, de acordo com informações do próprio INCRA, registradas no Relatório da IGF-MF.

Desse total, Cr\$ 384.402.940,00, correspondentes aos 80%, foram entregues aos Municípios, enquanto Cr\$ 96.100.736,00 foram destinados àquele Instituto.

A discriminação desses recursos consta do quadro a seguir:

# IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

## Arrecadação e Distribuição

1978

Cr\$ 1,00			
Unidades da Federação	Prefeituras 80%	INCRA 20%	TOTAL ARRECADADO
Acre .....	536.164	134.041	670.205
Alagoas .....	2.106.763	526.691	2.633.454
Amapá .....	128.680	32.170	160.850
Amazonas .....	326.478	81.619	408.097
Bahia .....	13.600.806	3.400.202	17.001.008
Ceará .....	1.155.265	288.816	1.444.081
Distrito Federal ....	334.062	83.515	417.577
Espírito Santo .....	5.066.691	1.266.673	6.333.364
Goiás .....	17.267.911	4.316.978	21.584.889
Maranhão .....	304.928	76.232	381.160
Mato Grosso .....	29.071.306	7.267.826	36.339.132
Minas Gerais .....	50.204.003	12.551.001	62.755.004
Pará .....	249.020	62.255	311.275
Paraíba .....	4.988.540	1.247.135	6.235.675
Paraná .....	55.935.370	13.983.843	69.919.213
Pernambuco .....	6.576.902	1.644.226	8.221.128
Piauí .....	605.301	151.325	756.626
Rio Grande do Norte ..	375.702	93.926	469.628
Rio Grande do Sul .....	58.759.681	14.689.920	73.449.601
Rio de Janeiro .....	11.206.527	2.801.632	14.008.159
Rondônia .....	246.620	61.655	308.275
Roraima .....	59.712	14.929	74.641
Santa Catarina .....	14.467.476	3.616.869	18.084.345
São Paulo .....	108.930.426	27.232.606	136.163.032
Sergipe .....	1.898.606	474.651	2.373.257
<b>BRASIL</b>	<b>384.402.940</b>	<b>96.100.736</b>	<b>480.503.676</b>

FONTE: INCRA.

## 5.14.6, Formação da Reserva Monetária

O § 4º do art. 21 da Constituição dispõe:

"Art. 21. - .....

§ 4º - A lei poderá destinar a receita dos impostos enumerados nos itens II e VI deste artigo à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico".

Os impostos referidos nesse dispositivo e enumerados nos citados itens II e VI, do art. 21 da Constituição, respectivamente, são os de Exportação e sobre Operações Financeiras.

A destinação, assim prevista constitucionalmente, foi disciplinada pelas Leis nºs. 5.143, de 20 de outubro de 1966, e pelo Decreto-lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977.

Observa o Relatório e Parecer Prévio do TCU que, verificada uma pequena divergência nos valores atribuídos à receita daqueles impostos, de Cr\$ 13.304.777.223,04, e à despesa, de Cr\$ ... 13.304.767.236,18, diferença, portanto, de Cr\$ 9.986.86, foi solicitado esclarecimento à Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, cuja resposta consta do Telex IGFF/83, de 26/04/79, ali transcrita.

Segundo o Relatório do TCU, a divergência de valores é imputada à despesa relativa ao Projeto nº 1.589 - Formação da Reserva Monetária.

O telex da IGF-MF esclarece satisfatoriamente a questão, informando que a diferença de Cr\$ 9.986,86 decorreu da contabilização, a título de imposto, das quantias de Cr\$ 9.110,92, pela ISF-São Paulo, e Cr\$ 875,94, pela ISF-Rio de Janeiro, consoante os esclarecimentos também transcritos no Relatório do TCU, na pág. 100.

Fizemos o registro para ressaltar, sobretudo, a cautela e o escrúpulo daquela Corte de Contas no exame da matéria.

## 5.14.7 Fundos de Participação e Fundo Especial

O art. 25 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1975, estabelece:

"Art. 25. - Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do artigo 21, a União distribuirá vinte por cento das formas seguintes:

I - nove por cento ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

II - nove por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; e

III - doze por cento ao Fundo Especial que terá sua aplicação regulada em lei".

Assim, esses Fundos são formados pelo produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados, nas proporções ali estabelecidas.

Posteriormente, com o advento do Decreto-lei nº 1.434, de 11 de dezembro de 1975, foi criada, dentro da Sistemática do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, uma Reserva Especial destinada exclusivamente aos Estados das Regiões Norte e Nordeste, conforme o art. 1º do referido Decreto-lei, in verbis:

"Art. 1º - Fica criada reserva do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, a que se refere o item I do artigo 25 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 28 de junho de 1975, destinada exclusivamente aos Estados das Regiões Norte e Nordeste, constituída por:

I - 10% dos recursos do referido Fundo, nos exercícios de 1976 e 1977;

II - 20% dos recursos mencionados no item anterior, a partir do exercício financeiro de 1978, inclusive".

Posteriormente, de acordo com a Exposição de Motivos nº 495/77 do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, aprovada pelo Senhor Presidente da República, foi instituída a Reserva do Fundo Especial, em 1978, formada pelos 30% do total dos recursos do referido Fundo.

No exercício em exame, foram distribuídos aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, a título de quotas-partes desses Fundos e respectivas Reservas, recursos da ordem de Cr\$ 30.197.698.820,00, conforme o demonstrativo a seguir:

## FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO, FUNDO ESPECIAL E RESERVAS

## REGIÕES GEOGRÁFICAS

## EXERCÍCIO - 1978

Cr\$ 1,00

DISTRIBUIÇÃO		REGIÃO					TOTAL
		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	1.486.978.677	5.067.100.321	1.933.958.322	1.376.611.698	861.141.794	10.725.790.812
	RESERVA AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DIST. FEDERAL E TERRITÓRIOS	467.901.210	2.092.463.689	—	—	—	2.560.364.899
	FUNDO ESPECIAL	481.129.647	1.714.175.473	154.735.163	21.759.632	45.937.001	2.417.736.916
	RESERVA DO FUNDO ESPECIAL	68.150.000	981.620.000	138.854.000	11.500.000	7.500.000	1.207.633.000
	S O M A ( 1 )	2.504.159.534	9.855.368.483	2.227.547.485	1.409.871.330	914.578.795	16.911.525.627
AOS MUNICÍPIOS	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - CAPITAIS	235.774.314	688.317.548	174.061.761	118.234.971	112.226.977	1.328.615.571
	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - INTERIOR	432.136.338	4.212.315.463	4.008.493.749	2.478.785.635	815.826.438	11.957.557.623
	S O M A ( 2 )	677.910.652	4.900.633.011	4.182.555.510	2.597.020.606	929.053.415	13.286.175.194
T O T A L ( 1 + 2 )		3.182.070.186	14.756.001.494	6.410.102.995	4.006.891.936	1.842.632.210	30.197.698.821



Em relação, especificamente, ao Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, Fundo Especial e Reservas, é bastante ilustrativa a discriminação abaixo:

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO, FUNDO ESPECIAL E RESERVAS  
DISTRIBUIÇÃO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
EXERCÍCIO - 1978

Cr\$ 1.00

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	RESERVA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	FUNDO ESPECIAL	RESERVA DO FUNDO ESPECIAL	TOTAL
<b>REGIÃO NORTE</b>					
Acre .....	220.360.042	113.009.749	135.393.267	22.800.000	491.563.058
Amapá .....	164.719.620	-	-	1.500.000	166.219.620
Amazonas .....	290.033.660	141.224.345	152.317.426	16.300.000	599.875.431
Pará .....	427.780.675	213.667.116	193.418.954	24.750.000	858.616.745
Roraima .....	178.409.365	-	-	1.300.000	179.709.365
SOMA (1)	1.486.978.677	467.901.210	481.129.647	68.150.000	2.504.159.534
<b>REGIÃO NORDESTE</b>					
Alagoas .....	323.469.405	168.741.505	125.722.320	53.300.000	671.233.230
Bahia .....	1.329.675.426	353.011.343	217.596.323	12.985.000	1.913.268.092
Ceará .....	807.149.410	219.043.162	169.241.584	156.406.000	1.351.840.156
Fernando de Noronha .....	-	-	-	1.800.000	1.800.000
Maranhão .....	547.870.069	280.995.353	362.660.538	32.000.000	1.223.525.960
Paraíba .....	421.455.589	219.991.966	169.241.582	58.000.000	869.489.137
Pernambuco .....	645.883.253	336.122.105	142.646.478	64.000.000	1.188.651.836
Piauí .....	345.826.692	177.086.105	217.596.323	435.000.000	1.175.509.120
Rio Grande do Norte .....	322.676.475	168.897.068	164.406.110	143.500.000	798.479.653
Sergipe .....	323.094.002	168.575.082	145.064.215	23.838.000	660.571.299
SOMA (2)	5.067.100.321	2.092.463.689	1.714.175.473	981.629.000	9.855.368.483

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO, FUNDO ESPECIAL E RESERVAS  
DISTRIBUIÇÃO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
EXERCÍCIO - 1978

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	RESERVA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	FUNDO ESPECIAL	RESERVA DO FUNDO ESPECIAL	TOTAL
<b>REGIÃO SUDESTE</b>					
Espírito Santo .....	224.203.835	-	154.735.163	125.000.000	503.938.998
Minas Gerais .....	971.596.055	-	-	8.354.000	979.950.055
Rio de Janeiro .....	392.546.256	-	-	3.500.000	396.046.256
São Paulo .....	345.612.176	-	-	2.000.000	347.612.176
SOMA (3)	1.933.958.322	-	154.735.163	138.854.000	2.227.547.485
<b>REGIÃO SUL</b>					
Paraná .....	731.785.900	-	-	5.000.000	736.785.900
Rio Grande do Sul .....	385.950.658	-	-	2.500.000	388.450.658
Santa Catarina .....	258.875.140	-	21.759.632	4.000.000	284.634.772
SOMA (4)	1.376.611.698	-	21.759.632	11.500.000	1.409.871.330
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>					
Distrito Federal .....	83.058.415	-	-	-	83.058.415
Goiás .....	493.959.939	-	29.012.843	3.500.000	526.472.782
Mato Grosso .....	284.123.440	-	16.924.158	4.000.000	305.047.598
SOMA (5)	861.141.794	-	45.937.001	7.500.000	914.578.795
<b>TOTAL (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>10.725.790.812</b>	<b>2.560.364.899</b>	<b>2.417.736.916</b>	<b>1.207.633.000</b>	<b>16.911.525.627</b>

FONTE: 1a. Inspeção Geral de Controle Externo - TCU

## 5.14.8. Fundo Partidário

A propósito desse Fundo, convém transcrever as observações constantes do Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União:

"O Fundo Partidário, criado pela Lei nº 4.470/65 e instituído na Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, destina-se a prestar assistência financeira aos Partidos Políticos.

Constituído das multas e penalidades aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas; de doações particulares e dos recursos financeiros que lhe forem destinados por lei em caráter permanente ou eventual, tal Fundo provê ao atendimento de finalidades específicas, quais sejam a manutenção das sedes e serviços dos Partidos, a propaganda doutrinária e política, o alistamento dos eleitores, a execução das eleições e a fundação e manutenção de cursos de difusão da doutrina partidária, educação cívica, formação e aperfeiçoamento de administradores municipais e alfabetização, sendo vedado o pagamento de pessoal a qualquer título.

Os recursos são distribuídos aos Diretórios Nacionais dos Partidos, sendo 20% para entrega em partes iguais a 80% de forma proporcional do número de mandatários que tiverem na Câmara dos Deputados, tendo por base a filiação partidária que constar na diplomação dos candidatos eleitos.

Da quota recebida, os Diretórios Nacionais distribuem 80% aos Diretórios Regionais, proporcionalmente ao número de representantes que estes dispuserem nas Assembleias Legislativas, igualmente calculadas com base na filiação partidária que constar na diplomação dos candidatos eleitos.

Cada Diretório Regional distribui 60% aos Diretórios Municipais, proporcionalmente ao número de legendas federais que o Partido obteve em eleição anterior em cada Município ou em unidade administrativa a ele equiparada.

Os Diretórios Nacionais, Regionais e Municipais prestam contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União, da aplicação dos recursos do Fundo Partidário recebidas no exercício anterior, por intermédio das Comissões Executivas Nacionais."

O movimento dos créditos do Fundo Partidário, no exercício de 1978, em termos de recursos do Tesouro, apresenta a seguinte discriminação:

Cr\$ 1,00

Dotação Orçamentária ( Lei nº 5.686, de 6/12/77 )....	110.000.000
Crédito Suplementar ( Decreto nº 82.529, de 30/10/78 ) ..	12.000.000
Crédito Autorizado.....	122.000.000
Despesa .....	112.000.000
Saldo do Crédito .....	10.000.000

## 5.15. Confronto entre Receita e Despesa

Concluindo toda esta parte referente ao exame do Orçamento, aprovado pela Lei nº 6.486, de 6 de dezembro de 1977, para o exercício de 1978, devemos comparar, em números globais, os valores correspondentes à receita e despesa, como faz o Relatório da IGF-MF.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO - 1978

D E S P E S A			
TÍTULO	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS -
Créditos Orçamentários e Suplementares .....	354.752.969.285,04	351.600.084.447,25	- 3.152.884.837,79
Créditos Especiais .....	4.401.015.900,00	4.400.285.987,95	- 729.912,05
S O M A .....	359.153.985.185,04	356.000.370.435,20	- 3.153.614.749,84
S U P E R Á V I T .....	—	1.704.409.707,24	+ 1.704.409.707,24
T O T A L .....	359.153.985.185,04	357.704.780.142,44	- 1.449.205.042,60

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

Em primeiro lugar, com relação à Receita Estimada e à Despesa Autorizada, não ocorreu deficit, pois aquela e esta apresentaram o mesmo valor, ou seja, Cr\$ 322.000.000.000,00 ( trezentos e vinte e dois bilhões de cruzeiros ).

A execução orçamentária, entretanto, foi superavitária, no significativo montante de Cr\$ 1.704.409.707,00 ( um bilhão, setecentos e quatro milhões; quatrocentos e nove mil, setecentos e sete cruzeiros ), assim demonstrado:

	Cr\$ 1,00
Receita Arrecadada .....	357.704.780.142
Despesa Realizada .....	356.000.370.435
SUPERAVIT .....	1.704.409.707

Este resultado da execução orçamentária é explicado pela realização da receita acima da estimativa e da despesa abaixo do limite autorizado, conforme demonstrado a seguir:

	Cr\$ 1,00
Receita Estimada .....	322.000.000.000
Receita Arrecadada .....	357.704.780.142
RECEITA A MAIOR .....	35.704.780.142

	Cr\$ 1,00
Despesa Fixada + Créditos Adicionais .....	359.153.985.185
Despesa Realizada .....	356.000.370.435
CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS .....	3.153.614.750

Salienta o Relatório da IGF-MF que, no total da despesa realizada da ordem de Cr\$ 356.000.370.435,00, inclui-se o valor referente às despesas empenhadas e não pagas no exercício, no montante de Cr\$ 7.883.267.040,00, contabilizadas como Restos a Pagar, assim demonstradas:

	Cr\$ 1,00
Despesa Paga .....	348.117.103.395
Despesa Relacionada em Restos a Pagar .....	7.883.267.040
TOTAL DA DESPESA REALIZADA .....	356.000.370.435

É importante destacar que, não obstante o resultado superavitário da execução orçamentária, tendo em vista que, com a abertura de créditos adicionais, a despesa, originalmente fixada em Cr\$ 322.000.000.000,00, como se viu, foi elevada para Cr\$ 359.153.985.185,00, o que, comparado com a receita inicialmente estimada nos mesmos Cr\$ 322.000.000.000,00, fazia antever um déficit presumível, da ordem de Cr\$ 37.153.985,00.

Isto não ocorreu, repita-se, pelas razões acima apontadas e demonstradas.

A seguir, encerrando este capítulo de nosso Parecer, apresentamos um quadro discriminativo do Balanço Orçamentário do exercício de 1978:

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO - 1978

R E C E I T A

TÍTULO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES .....	321.990.000.000,00	353.694.566.537,58	+ 31.704.566.537,58
Receita Tributária .....	289.098.750.000,00	309.624.449.873,43	+ 20.525.699.873,43
Receita Patrimonial .....	5.475.000.000,00	5.983.336.246,72	+ 508.336.246,72
Receita Industrial .....	59.500.000,00	85.841.013,69	+ 26.341.013,69
Transferências Correntes .....	18.102.000.000,00	24.135.852.971,52	+ 6.033.852.971,52
Receitas Diversas .....	9.254.750.000,00	13.865.080.432,22	+ 4.610.330.432,22
RECEITAS DE CAPITAL .....	10.000.000,00	4.010.219.604,86	+ 4.000.219.604,86
Operações de Crédito .....	—	3.500.000.000,00	+ 3.500.000.000,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	1.020.000,00	506.292.889,45	+ 505.272.889,45
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	1.660.000,00	3.391.065,31	+ 1.731.065,31
Transferências de Capital .....	7.180.000,00	—	- 7.180.000,00
Outras Receitas de Capital .....	140.000,00	535.650,10	+ 395.650,10
S O M A .....	322.000.000.000,00	357.704.780.142,44	+ 35.704.780.142,44
D E D I C I T .....	37.153.985.185,04	—	- 37.153.985.185,04
T O T A L .....	359.153.985.185,04	357.704.780.142,44	- 1.449.205.042,60

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

## VI - BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320, de 1964, o "Balço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte".

Nesse sentido, cabe apresentar, inicialmente, as operações de receita e despesa e os saldos de exercício, que refletem o movimento das contas do Tesouro Nacional, conforme a seguinte discriminação:

BALANÇO FISCALÍCIO			
R E C E I T A			
TÍTULO	PARCIAL	PARCIAL	TOTAL
<b>CONTÁBILIA</b>			
Receitas Correntes			
Receitas Tributárias	300.624.449.873,43		
Receitas Patrimoniais	5.283.536.246,72		
Receitas Industriais	85.841.013,69		
Transferências Correntes	24.135.852.971,32		
Receitas Diversas	13.965.080.432,22	353.694.560.537,58	
<b>CONTAS DE CAPITAL</b>			
Operações de Crédito	3.500.000.000,00		
Alienação Bens Móveis e Imóveis	506.792.839,45		
Aprovação Emprést. Concedidos	57.991.065,31		
Outras Receitas de Capital	535.850,10	4.016.219.604,36	357.704.780.141,44
Receitas Outras Adm. Indireta			9.548.153.730.775,99
<b>CONTAS DE DESPESAS</b>			
Despesas Financeiras	457.254.944.433,41		
Despesas de Capital	237.680.548.685,69	1.174.955.195.118,90	
Despesas Autárquicas Federais	56.867.525,40		
Despesas de Capital	716.295.043,50	751.162.566,70	
Despesas de Municípios	14.553.932,02		
Despesas de Estados	2.697.047,35	16.650.979,37	
Despesas de Municípios	4.137.541.589,58		
Despesas de Municípios	418.942.485,63	4.856.484.075,21	
Despesas de Municípios		697.478.599,79	
Despesas de Municípios		10.900,00	
Despesas de Municípios	7.883.267.039,81		
Despesas de Municípios	307.777.395,33	8.091.044.435,14	
Despesas de Municípios		49.104.585,40	
Despesas de Municípios		28.998.566.106,07	
Despesas de Municípios		7.911.187.662,30	
Despesas de Municípios		47.787.351.400,66	
Despesas de Municípios		279.530.956.893,72	
Despesas de Municípios		397.000.000.000,00	
Despesas de Municípios		3.403.196.858,62	
Despesas de Municípios		777.931.592,43	
Despesas de Municípios		182.064.746,98	
Despesas de Municípios		658.828.924.239,36	2.513.499.817.842,25
<b>CONTAS DE RESERVA</b>			
Reserva de Capital	396.489.197,22		
Reserva de Capital	936.612,41		
Reserva de Capital	14.169.050.476,08		
Reserva de Capital	2.754.399,81		
Reserva de Capital	3.156.647.355,80		
Reserva de Capital	162.506.979.184,09	182.235.117.627,68	
Reserva de Capital	33.991.242,38		
Reserva de Capital	29.280.599.567,77	29.284.591.080,15	217.519.706.006,03
<b>TOTAL</b>			12.627.876.037.660,71

NOTE: Balances Gerais da União em 1978

Cr\$ 1,00

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
Orçamentária.....	357.704.780.142	356.000.370.435
Órgãos Adm. Descentral.	9.545.153.730.774	9.480.905.523.949
Extraorçamentária.....	<u>2.513.499.817.842</u>	<u>2.501.468.416.363</u>
S O M A .....	12.416.358.328.758	12.338.374.310.747
Saldo Exerc. Anterior..	211.519.708.908	—
Saldo p/Exerc. Seguinte	—	<u>289.503.726.919</u>
T O T A L ...	<u>12.627.878.037.666</u>	<u>12.627.878.037.666</u>

O quadro a seguir apresenta todo o desdobramento do Balanço Financeiro, no exercício em exame:

BALANÇO FINANCEIRO				Cv
U E S P E S A				
TÍTULO	PARCIAL	PARCIAL	TOTAL	
ADMINISTRAÇÃO				
Administrativa.....		2.947.562.469,55		
Administrativa.....		3.458.490.141,04		
Administ. e Planejamento.....		62.276.123.745,44		
Agricultura.....		23.335.391.934,87		
Comunicações.....		7.018.235.673,73		
Defesa Nacional e Segurança.....		37.969.348.997,65		
Desenvolvimento Regional.....		42.726.420.313,26		
Educação e Cultura.....		35.089.319.429,87		
Energia e Recursos Minerais.....		14.301.375.569,86		
Habituação e Urbanismo.....		3.530.665.080,64		
Indústria, Comércio e Serviços.....		7.422.039.457,20		
Relações Exteriores.....		2.465.012.730,89		
Saúde e Saneamento.....		11.336.592.077,90		
Trabalho.....		2.532.469.610,16		
Assistência e Previdência.....		46.423.210.151,15		
Transporte.....		63.728.052.208,01		
Imposta dos Grupos da Indústria			356.600.370.435,20	
ADMINISTRAÇÃO			9.460.705.523.949,31	
Receitas Financeiras				
De Juros.....	908.920.239.149,06			
De Dividendos.....	392.544.086.909,39	1.301.534.325.658,55		
Atividades Autárquicas Federais				
Devedores.....	38.454.653,71			
Créditos.....	711.168.317,73	749.642.971,44		
Estados e Municípios				
Devedores.....	4.207.680,65			
Créditos.....	13.765.558,52	17.973.248,17		
Outras Entidades				
Devedores.....	5.993.987.918,40			
Créditos.....	3.139.773.311,67	7.132.761.230,07		
Diversos Responsáveis.....			718.012.706,43	
Depósitos Judiciais.....			5.611.500,00	
Gastos a Pagar				
Pagamento.....	5.699.136.458,30			
Cancelamento.....	616.596.714,90	6.315.633.173,20		
Serviço da Dívida a Pagar.....		39.895.507,89		
Despesas de Diversas Origens.....		25.076.501.272,56		
Despesas de Juros.....		6.023.225.412,86		
Restituição da Receita a Pagar.....		41.646.169.534,00		
Despesas e Programas Especiais.....		162.164.477.854,61		
Despesas de Tesouraria.....		323.528.746.051,55		
Despesas Anter. à Lei 4.995/64.....		202.312.225,12		
Arrecadação Global Interna Dec. Lei nº 1.569/74 - art. 4º.....		313.100.972,26		
Despesas Imputadas.....		193.700.159,37		
Transferências Financeiras.....		623.547.329.479,27	2.501.466.416.362,76	
ALÍQUOTAS DO EXERCÍCIO SEGUNDE disponível				
Bancos e Correspondentes.....	1.410.117.699,68			
Repartições Fiscais C/Arrecadação.....	238.575,70			
Banco Bancária C/Arrecadação.....	17.742.049.188,90			
Bco. Brasil S.A. C/Recolhimento.....	3.277.658,08			
Bco. Brasil S.A. C/Arrecadação Reg.....	486.194.248,86			
Bco. Brasil S.A. C/Transf.....	126.481.478,29			
Banco Itaú S.A. C/Depósitos.....	227.451.952.620,00	247.221.211.630,02		
Imputada em C/C Financeira.....				
Estabelecimentos Bancários Conta.....				
Serviço Divulga Externa.....	63.366.675,45			
Bancos Conta Poupança e Programas.....				
Especiais.....	42.219.149.414,03	42.282.535.299,46	289.503.726.019,56	
TOTAL.....			12.627.878.427.066,71	

FONTE: Balduino Góes da Silva - 1979

Por outro lado, a Despesa, discriminada por Funções, pode ser assim visualizada:

**DEMOSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES**

**EXERCÍCIO - 1978**

**Cr\$ 1,00**

	CUSTEIO		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
	PESSOAL	OUTROS CUSTEIOS	PESSOAL	OUTROS CUSTEIOS				
01-Legislativa.....	1.761.478.650	634.449.715	143.059.902	12.500.251	377.572.006	696.885	17.805.000	2.947.562.409
02-Judiciária.....	2.725.003.239	492.866.156	29.039.661	556.336	111.929.120	585.629	-98.500.000	3.458.490.141
03-Administração e Planeja- mento.....	3.973.428.357	5.389.071.475	2.939.626.741	14.260.267.287	13.703.018.789	3.531.450.420	18.529.258.676	62.276.121.745
04-Agricultura.....	1.228.556.185	431.895.240	1.646.021.909	5.885.889.862	1.176.022.727	69.996.481	2.897.009.555	13.335.591.959
05-Comunicações.....	873.688.066	72.441.440	224.464.385	92.313.000	21.651.263	5.733.707.520	-	7.018.265.674
06-Defesa Nacional e Segu- rança Pública.....	23.392.932.770	6.298.630.520	1.270.234.454	1.042.833.654	3.246.797.315	4.962.473	1.812.890.912	37.069.232.098
07-Desenvolvimento Regio- nal.....	103.867.298	79.853.280	2.193.542.624	18.665.878.747	181.275.752	-	21.502.002.612	42.726.420.313
08-Educação e Cultura.....	3.725.663.866	538.417.986	15.917.382.723	11.414.793.385	779.362.064	160.000	2.713.539.186	35.089.519.210
09-Energia e Recursos Mine- rais.....	297.315.948	951.424.910	93.761.976	156.479.434	3.048.097.356	1.144.997.241	8.889.668.705	14.581.745.570
10-Habituação e Urbanismo...	-	4.044.672	6.116.000	59.832.000	1.056.057.750	37.000.000	2.367.034.659	3.550.085.081
11-Indústria, Comércio e Serviços.....	249.370.907	261.507.378	178.517.883	864.744.963	2.068.704.265	3.276.220.720	522.973.341	7.422.039.457
12-Relações Exteriores.....	827.317.000	1.166.911.938	14.590.000	356.035.320	79.790.473	20.368.000	-	2.465.012.731
13-Saúde e Saneamento.....	2.777.730.562	1.041.397.733	2.098.067.277	3.541.464.986	328.734.931	943.685	1.612.562.904	11.396.902.078
14-Trabalho.....	1.303.829.058	737.311.563	104.711.694	247.093.319	77.797.543	25.714.717	36.011.716	2.532.469.610
15-Assistência e Previdên- cia.....	193.560.042	386.319.844	35.705.902.801	12.057.993.113	3.179.301	271.050	75.984.000	46.425.210.151
16-Transporte.....	1.003.661.086	746.440.592	7.817.127.917	16.141.504.499	440.915.379	12.264.002.139	25.314.400.596	63.778.052.208
<b>T O T A L .....</b>	<b>44.383.403.034</b>	<b>19.232.984.442</b>	<b>68.382.167.947</b>	<b>84.800.190.156</b>	<b>26.700.906.034</b>	<b>26.111.076.960</b>	<b>86.389.641.862</b>	<b>356.000.370.435</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

O Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União traz a especificação das despesas realizadas por programas e projetos. Destacam-se, por sua importância e pelo volume de recursos movimentados, os seguintes:

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PROGRAMAS E PROJETOS**

**- 1978 -**

**Cr\$ 1,00**

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL-PIN**

**9.290.671.467**

- Apoio a Projeto de Desenvolvimento e Integração Inter-Regional ( Contribuição para o PIN ).....

**9.290.671.467**

**PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PROTERRA..**

**6.192.767.129**

- Apoio a Projetos de Desenvolvimento e Integração Inter-Regional ( Contribuição para o PROTERRA ).

**6.192.767.129**

**PROGRAMA A CARGO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS .....**

**21.822.153.348**

- Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Acre..... 10.000.000  
- Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios..... 7.700.128.912  
- Fundo de Participação dos Municípios..... 10.253.379.274  
- Fundo Especial..... 3.858.645.162

**DESENVOLVIMENTO DE MICROREGIÕES....**

**122.400.000**

- Projeto a cargo da Superintendência da Zona Franca de Manaus..... 61.400.000  
- Projeto a cargo do Território Federal de Rondônia..... 10.000.000

- Apoio ao Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.....

**51.000.000**

**PROGRAMAS INTEGRADOS .....**

**5.443.721.437**

- Projetos a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
- Projeto a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento....  
- Projeto a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Amazonas  
- Projeto a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
- Projeto a cargo da Superintendência da Região Centro-Oeste.....  
- Projeto a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul  
- Cota-Parte dos Estados, D.F. e Territórios do Imposto Único s/Minerais.....  
- Cota-Parte dos Municípios do Imposto Único s/Minerais.....  
- Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados.....  
- Programa Especial do Norte Fluminense.....  
- Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.....  
- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO.....  
- Apoio a Projeto de Desenvolvimento Regional.....  
- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná.....  
- Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourado.....  
- Desenvolvimento do Delta do Parnaíba.....  
- Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agrícola.....  
- Fundo Federal Agropecuário.....

**42.000.000**

**8.000.000**

**11.700.000**

**50.000.000**

**10.300.000**

**15.315.000**

**1.979.828.543**

**574.868.730**

**600.000.000**

**220.000.000**

**180.000.000**

**860.000.000**

**47.962.621**

**100.000.000**

**200.000.000**

**60.000.000**

**102.000.477**

**441.746.006**

ENSINO SUPERIOR .....	16.215.091.512
- Administração Geral.....	4.901.195.821
- Edificações Públicas.....	61.000.000
- Assistência Financeira.....	233.724.000
- Estudo e Pesquisa Econômico-Sociais.....	10.411.800
- Pesquisa Científica.....	17.107.000
- Ensino de Graduação.....	9.374.108.354
- Ensino de Pós-Graduação.....	785.469.696
- Extensão Universitária.....	105.460.841
- Campus Universitário.....	93.427.000
- Ensino de Curta Duração.....	88.507.000
- Treinamento de Recursos Humanos.....	3.099.000
- Cooperação Internacional.....	1.840.000
- Assistência Médica e Sanitária.....	539.741.000

NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL .....	75.124.563
- Cadastro Nacional de Empresas Mercantis.....	54.735.766
- Apoio a Juntas Comerciais Estaduais e dos Territórios.....	4.167.341
- Manutenção da Junta Comercial do Distrito Federal.....	2.777.939
- Fiscalização do Cumprimento da Legislação Metrológica.....	4.931.940
- Coordenação e Administração do Registro do Comércio e Atividades.....	8.511.577

PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE .....	146.910.866
- Projeto a Cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.....	100.000.000
- Projeto a Cargo do Governo do Distrito Federal.....	1.246.000
- Preservação Ambiental.....	23.692.072
- Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos.....	21.972.794

PREVIDÊNCIA .....	39.106.342.276
- Administração Geral.....	10.631.204.085
- Previdência Social a Inativos e Pensionistas.....	28.429.254.199

TRANSPORTE RODOVIÁRIO .....	31.560.079.798
- Projetos a Cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.....	11.818.310.000
- Cota-Parte dos Estados, Distrito Federal e Territórios, do Imposto Único s/Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.....	10.616.065.338
- Cota-Parte dos Municípios do Imposto Único s/Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.....	2.764.600.348
- Cota-Parte dos Estados, D.F. e Territórios da Taxa Rodoviária Única.....	5.654.708.938
- Cota-Parte dos Estados, D.F. e Territórios do Imposto s/Transportes Rodoviário de Passageiros e Cargas.....	574.768.355
- Projeto a Cargo do Governo do Distrito Federal.....	2.700.000
- Pessoal Servindo à Diretoria de Obras de Cooperação do Ministério do Exército.....	128.426.819
- Atividade a Cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.....	500.000

Vejamos, agora, o comportamento da Receita e Despesa dos Órgãos da Administração Indireta, cujos balanços foram incluídos nos da União, apresentando um resultado superavitário de Cr\$ 64.248.206.824,00, cujo resumo é o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
RECEITA .....	9.545.153.730.774
DESPESA .....	9.480.905.523.949
SUPERÁVIT .....	64.248.206.825

O TCU relaciona as entidades supervisionadas e os correspondentes valores à conta de recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, no exercício de 1978:

#### SUBVENÇÕES DO TESOURO

Foram as seguintes as entidades supervisionadas com templadas com recursos transferidos pelo Tesouro:

Cr\$ 1,00

#### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.....	2.248.974.500
- Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA.....	549.062.000
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.....	1.345.024.000 4.143.060.500

#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.....	238.321.000
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE.....	139.118.000
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.....	201.733.000
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.....	275.487.000
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.....	900.745.000
- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER.....	899.244.000 2.664.648.000

#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

- Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS.....	336.471.000
---	-------------

- Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF.....	2.378.000
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.....	4.212.003.732
- Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME.....	27.360.000
- Fundação Casa de Ruy Barbosa-FCRB.....	21.789.000
- Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - IJNPqSc.....	36.616.000
- Fundação Nacional de Arte-FUNARTE.....	123.158.000
- Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa - FCBTVE.....	65.380.000
- Departamento de Assuntos Universitários - DAU - para diversos.....	14.999.646.700
- Departamento de Ensino Médio - DEM - para diversos.....	1.320.756.000 20.808.087.432

#### MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

- Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.....	299.568.000
---	-------------

#### MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

- Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.....	174.900.000
---	-------------

#### MINISTÉRIO DO INTERIOR

- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.....	883.100.000
- Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS.....	1.122.700.000

- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.....	266.000.000	
- Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO.....	87.600.000	
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.....	681.300.000	
- Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL.....	114.600.000	
- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.....	100.500.000	
- Território Federal do Amapá.....	430.000.000	
- Território Federal de Rondônia...	345.900.000	
- Território Federal de Roraima....	173.100.000	
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI	284.250.000	
- Fundação Projeto Rondon.....	132.800.000	4.621.850.000

**MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA**

- Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.....	245.630.000	
--	-------------	--

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM.....	133.840.000	
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE.....	671.000.000	
- Fundação Abrigo Cristo Redentor..	22.000.000	
- Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA.....	50.000.000	876.840.000

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

- Fundação das Pioneiras Sociais...	260.763.000	
- Fundação Oswaldo Cruz.....	378.291.000	
- Fundação Serviços de Saúde Pública - FSESP.....	1.379.177.100	
- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN.....	680.044.000	2.698.275.100

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**

- Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.....	370.000	
--	---------	--

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

- Empresa de Navegação da Amazônia S.A. - ENASA.....	52.000.000	
--	------------	--

- Companhia de Navegação do São Francisco - CNSF.....	67.448.000	
- Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. - SNBP.....	23.640.000	
- Rede Ferroviária Federal S.A.-RFFSA	7.886.819.000	
- Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM.....	1.605.748.000	
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.....	3.582.713.873	
- Empresa de Portos do Brasil S.A.-PORTOBRAS.....	4.407.295.583	17.625.664.456

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

- Rede Ferroviária Federal S.A.-RFFSA	5.585.491.970	
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.....	12.990.248.127	
- Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM.....	300.000.000	18.875.740.097
		<u>73.371.084.585</u>

**6.1 Depósitos, Débitos de Tesouraria, Fundos e Programas Especiais**

Os Depósitos são constituídos por um grupo de contas, representadas, basicamente, pelos Depósitos de Diversas Origens e por Consignações.

Segundo o Relatório da IGF-MF, o grupo "Depósitos" apresentou, no final do exercício, um saldo credor da ordem de Cr\$ 3.810.027.082,00, sendo que a conta "Depósitos de Diversas Origens" registrou um saldo credor de Cr\$ 3.922.064.835,00, conforme o seguinte demonstrativo:

	Cr\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA
Depósitos de Diversas Origens..	28.998.566.106	25.076.501.273
Consignações .....	<u>7.911.187.662</u>	<u>8.023.225.413</u>
	<u>36.909.753.768</u>	<u>33.099.726.686</u>

Os Débitos de Tesouraria atingiram, no final do exercício financeiro de 1978, o montante de Cr\$ 194.509.331.944,00, sendo que, em 31 de dezembro de 1977, o saldo foi de Cr\$ 121.039.077.995,00, observada a discriminação constante do quadro a seguir:

**DÉBITOS DE TESOURARIA****EXERCÍCIOS - 1977/1978**

TÍTULO	SALDO EM 31.12.77	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO EM 31.12.78
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
LTN - Antecipação da Receita .....	124.960	—	—	124.960
LTN - Decreto-Lei nº 1 079, de 29 de janeiro de 1970 .....	121.000.870.000	397.000.000.000	323.492.625.000	194.508.245.000
ORTN - Lei nº 4 357, de 16 de abril de 1964 .....	38.083.036	—	37.121.052	961.984
<b>TOTAL</b>	<b>121.039.077.996</b>	<b>397.000.000.000</b>	<b>323.529.746.052</b>	<b>194.509.331.944</b>

De acordo com o Relatório e Parecer Prêvio do TCU, os Fundos e Programas Especiais apresentaram os valores abaixo demonstrados:

	Cr\$ 1,00
Saldo em 31-12-77 .....	36.212.942.766
Receitas do exercício .....	179.530.956.894
Soma .....	215.743.899.660
Despesas do exercício .....	162.364.477.885
Saldo em 31-12-78 .....	53.379.421.775

Por seu lado, o Relatório da IGF-MF registra o saldo dos Fundos Especiais, no final do exercício, da ordem de Cr\$ 17.166.479.009,00.

Não há qualquer discrepância entre os valores da IGF-MF e do TCU, pois este acrescentou o valor correspondente ao saldo do final do exercício anterior, de Cr\$ 36.212.942.766,00, o que, somado ao do exercício de 1978, perfaz o total exato de Cr\$ 53.379.421.775,00.

O demonstrativo a seguir permite visualizar toda a especificação da conta Fundos e Programas Especiais:

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS  
( ADMINISTRAÇÃO DIRETA )

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>PODER LEGISLATIVO</b>				
<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>				
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados .....		47.854.661,76	56.188.827,17	8.334.165,41
Subtotal .....		47.854.661,76	56.188.827,17	8.334.165,41
<b>SENADO FEDERAL</b>				
Fundo do Centro de Process. de Dados do S.F. - FUNDASEN .....	14.082.469,84	120.726.718,22	133.951.446,85	27.307.198,47
Fundo do Centro Gráfico do S.F. - FUNCEGRAF .....	10.887.856,57	29.111.995,28	19.564.585,29	1.340.416,58
Subtotal .....	24.970.326,41	149.838.713,50	153.516.032,14	28.647.645,05
<b>PODER EXECUTIVO</b>				
<b>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>				
Estado-Maior das Forças Armadas				
Fundo de Administ. do Hospital das Forças Armadas .....	21.274.719,87	46.419.373,32	45.199.273,40	20.054.619,95
Agência Nacional				
Fundo Especial de Publicidade e Divulgação .....	9.619.096,80	14.692.517,31	14.824.113,51	9.750.695,00
Secretaria de Planejamento				
Fundo de Reforma Administrativa .....	50.424.629,64	114.537.195,52	138.054.576,20	73.942.010,32
Fundo de Desenv. de Áreas Estratégicas - FDAE .....	4.707.871.653,07	3.408.559.588,29	764.298.712,72	2.063.610.777,50
Fundo Nacional de Desenv. Cient. e Tecnológico .....	1.271.568,81	900,00	900,00	1.271.568,81
Fundo do Programa de Integração Nacional .....	4.820.453.521,31	9.067.982.650,70	9.347.832.245,90	5.100.305.136,51
Fundo Especial - Constituição art. 25 - Inciso III .....	7.533.874.626,52	594.974.085,08	4.453.619.246,62	11.397.519.788,06
Fundo de Cooperação Técnico Internacional .....	40.182.955,26	101.372.501,23	120.411.017,93	59.221.471,96
Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste .....	3.781.500.135,47	4.436.278.985,94	6.204.342.865,64	5.549.564.015,17
Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE .....	59.985,88	693.357,33	668.921,33	35.549,88
Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados .....	634.716.788,35	466.543.795,47	658.892.249,84	827.065.242,72
Fundo Nacional de Desenvolvimento - Cota-Parte Lei nº 6.093/74 - art. 4º .....	3.453.573.574,56	33.286.605.182,37	34.690.390.750,15	4.857.359.142,34
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano .....	345.638.884,79	7.613.599.300,56	8.809.590.493,55	1.541.630.677,78
Subtotal .....	25.405.462.140,33	59.152.259.413,12	65.248.125.366,79	31.501.328.094,00

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS  
( ADMINISTRAÇÃO DIRETA )

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA</b>				
Fundo Aeronáutico .....	65.197.120,30	1.608.078.686,54	1.549.443.997,60	6.562.431,36
Fundo Aeroviário .....	143.758.776,87	5.522.375.276,83	6.088.840.793,63	710.224.293,67
Fundo de Estocagem e Intercâmbio .....	182.338,52	14.330.000,00	14.362.517,40	214.855,92
Fundo de Rações Operacionais .....	157.787,51	5.396.613,95	5.332.449,18	93.622,74
Subtotal .....	209.296.023,20	7.150.180.577,32	7.657.979.757,81	717.095.203,69
<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA</b>				
Fundo Federal Agropecuário .....	210.959.030,61	540.015.561,14	678.271.549,23	349.215.018,70
Subtotal .....	210.959.030,61	540.015.561,14	678.271.549,23	349.215.018,70
<b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b>				
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações .....	55.938.834,20	80.416.482,89	187.144.645,82	162.666.997,13
Subtotal .....	55.938.834,20	80.416.482,89	187.144.645,82	162.666.997,13
<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>				
Fundo de Coordenação do Ensino Agrícola - COAGRI .....	54.670.593,11	736.194.491,24	715.676.787,19	34.152.889,06
Fundo Especial de Alimentação Escolar .....	17.171.950,75	1.381.054.773,56	1.888.152.266,04	524.269.445,23
Fundo de Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior .....	3.347.146,48	625.158.064,00	671.065.404,46	49.254.486,94
Fundo Especial do Programa de Desenv. do Ensino Médio .....	12.710.630,13			12.710.630,13
Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais .....	20.088.959,07	36.293.573,92	46.026.860,27	29.822.245,42
Fundo Especial do Inst. de Patrim. Hist. e Art. Nacional .....	31.006.369,90	86.948.944,19	119.285.329,25	65.342.754,96
Fundo do Centro Nacional de Educação Especial .....	7.175.852,47	124.572.732,87	125.938.380,77	8.541.500,37
Fundo Centro Bras. de Const. e Equip. Escolares .....	12.816.893,61	18.728.157,45	19.500.930,26	13.589.666,42
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social .....		960.611.762,62	960.611.762,62	
Subtotal .....	158.988.395,52	3.969.562.499,85	4.546.257.720,86	735.683.616,53



..... continuação

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS  
( ADMINISTRAÇÃO DIRETA )

Cr\$

	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>MINISTÉRIO DO EXÉRCITO</b>				
Fundo do Exército.....	366.953.982,36	840.923.912,08	1.105.216.189,17	631.246.259,45
Subtotal.....	366.953.982,36	840.923.912,08	1.105.216.189,17	631.246.259,45
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>				
Fundo para Estoque de Material.....	1.233,35	1.233,35		
Fundo de Indenização Súditos do Eixo-Dec.-Lei nº 4.166/42...	15.047,62		386,91	15.434,53
Fundo de Indenização Súditos do Eixo-Dec.-Lei nº 25.147/48...	34.736,80			34.736,80
Fundo de Participação dos Estados, D.F. e Territórios.....	1.069.184.028,55	16.024.403.125,32	17.696.084.760,62	2.740.865.663,85
Fundo de Participação dos Municípios.....	1.069.184.076,18	17.741.587.638,51	19.413.269.269,67	2.740.865.707,34
Fundo de Resparelhamento das Repartições Aduaneiras.....	1.645,89	1.645,89		
Fundo Especial de Treinamento e Desenv. - FUNTREDE.....	85.781.272,84	107.022.473,58	94.395.209,36	73.154.008,62
Fundo Especial - Receita Vinculada.....	1.042.247.432,86	6.246.759.485,13	9.954.185.019,15	4.749.672.966,88
Fundo Admin. da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.....	50.000,00			50.000,00
Fundo Especial de Auditoria.....	877.853,31	947.191,00	82.912,25	13.574,56
Fundo Especial de Admin. das Emp. Incorporadas - FUNDEIPIN...	11.662.718,15	6.280.781,89	7.783.836,18	13.165.772,44
Fundo de Investimentos - Dec.-Lei nº 1.376/74 - art. 14.....	366.879.413,40	1.732.746,52	41.314.740,34	406.461.407,22
Fundo Especial Desenv. e Aperf. das Ativ. de Fisc.-FUNDAF...	242.839.632,97	242.157.942,59	359.029.503,73	359.711.194,11
Subtotal.....	3.888.759.091,92	40.370.894.263,78	47.566.145.638,21	11.094.010.466,35
<b>MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO</b>				
Fundo de Metrologia.....	45.911.870,54	1.108.276.656,78	1.089.700.746,95	27.335.960,71
Fundo de Amparo à Tecnologia.....	108.613.282,91	582.095.783,37	539.618.284,97	66.155.784,51
Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineira.....	1.606.902,35	2.009.772,14	1.473.421,93	1.070.552,14
Subtotal.....	156.132.055,80	1.692.382.212,29	1.630.792.453,85	94.542.297,36
<b>MINISTÉRIO DO INTERIOR</b>				
Fundo Especial para Calamidades Públicas.....	8.229.427,08	886.000,00	2.092.365,73	9.435.792,81
Subtotal.....	8.229.427,08	886.000,00	2.092.365,73	9.435.792,81

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS  
( ADMINISTRAÇÃO DIRETA )

Cr\$

	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>				
Fundo de Imprensa Nacional - FUNIN.....	16.185.862,00	42.556.822,26	55.338.234,38	28.967.274,12
Subtotal.....	16.185.862,00	42.556.822,26	55.338.234,38	28.967.274,12
<b>MINISTÉRIO DA MARINHA</b>				
Fundo Naval.....	1.317.348,93	23.808.812,93	54.622.284,17	32.130.820,17
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.....	10.986.739,43	223.740.530,22	229.157.769,21	16.403.278,42
Subtotal.....	12.304.088,36	247.549.343,15	283.780.053,38	48.534.798,59
<b>MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA</b>				
Fundo Nacional de Mineração.....	67.180.363,91	1.003.890.657,39	950.487.372,42	13.777.078,94
Fundo Federal de Eletrificação.....	111.438.666,45	242.674.039,73	290.164.537,67	158.928.964,39
Fundo Especial - Cota do Imposto Único s/Lubrificantes.....	30.483.969,05	174.653.306,35	231.777.656,59	87.608.319,29
Fundo Especial - Diferença de Preços Derivados Petróleo.....	4.635.139.273,05	32.110.693.842,71	34.582.223.096,09	7.106.668.526,45
Subtotal.....	4.844.242.272,46	33.531.911.846,18	36.054.652.462,77	7.366.982.889,05
<b>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>				
Fundo de Liquidez da Previdência Social.....	272.709.828,18	10.835.246.248,76	10.596.170.225,60	33.633.805,02
Fundo da Central de Medicamentos.....	84.965.872,54	1.189.883.243,23	1.269.477.206,35	164.557.835,66
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.....	25.767.202,82	298.316.617,27	272.550.141,13	726,68
Subtotal.....	383.440.903,54	12.323.446.109,26	12.138.197.573,08	198.192.367,36
<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>				
Fundo Nacional de Saúde.....	7.479.296,92	78.600.114,54	81.635.739,25	10.514.921,63
Fundo Especial da Superint. de Campanhas de Saúde Púb.-SUCAN	2.975.412,95	64.098,21	247.311,26	3.158.626,00
Campanha Nacional de Saúde Mental.....	12.969.198,70	25.866.817,59	29.391.194,47	16.493.575,58
Campanha Nacional Contra a Tuberculose.....	18.944.696,68	86.096.097,98	84.545.955,16	17.394.555,36
Campanha Nacional de Combate ao Câncer.....	668.678,19	14.101.761,60	15.838.402,69	2.496.318,28
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.....	7.100.022,88	33.664.354,96	28.550.199,05	1.985.866,91
Subtotal.....	50.137.306,32	238.302.244,88	240.208.801,88	52.045.863,32

DEMONSTRACÃO DA CONTA FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS  
( ADMINISTRAÇÃO DIRETA )

Cr\$

	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		DÉBITO	CRÉDITO	
<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO</b>				
Fundo de Assistência ao Desempregado.....	204.015.500,71	765.140.858,68	695.805.614,28	134.680.256,31
Serviço da Conta Emprego e Salário.....	56.877.430,57	229.048.796,12	219.449.792,75	47.278.427,14
Fundo Especial de Bolsas de Estudos.....	16.728.088,75	522.682.429,26	516.979.270,70	11.024.930,19
Fundo Especial do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural.....	119.363.985,57	204.286.225,34	207.693.471,08	122.771.251,31
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.....	3.672.452,76	3.897.452,76	3.702.452,76	3.477.452,76
Fundo Especial do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra.....	20.285.567,66	239.636.186,19	245.883.690,03	26.535.071,50
Fundo Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Mão-de-Obra -- PRODEMO.....		20.805.273,00	37.554.929,85	16.729.656,85
Subtotal.....	420.943.025,96	1.985.497.221,35	1.927.049.211,45	362.495.026,06
<b>TOTAL .....</b>	<b>36.212.942.766,07</b>	<b>162.364.477.884,81</b>	<b>179.530.956.893,72</b>	<b>53.379.421.771,95</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

## 6.2 Agentes Financeiros e Outras Contas

nas contas Agentes Financeiros Devedores e Agentes Financeiros Credores.

As operações entre o Tesouro Nacional e os Agentes Financeiros no País e no exterior, além das contas "Receita da União" e "Despesa da União" no Banco do Brasil, são registradas

O movimento das contas de Receita e Despesa no Banco do Brasil apresentou um saldo de Cr\$ 380.456.477,00, em 31 de dezembro de 1978, cujo demonstrativo é o seguinte:

DEMONSTRACÃO DAS CONTAS RECEITA E DESPESA DA UNIÃO NO BANCO DO BRASIL S.A.EXERCÍCIO - 1978

Cr\$ 1,00

MÊS	RECEITA	DESPESA	SALDO	
			Devedor	Credor
SALDO ANTERIOR .....		2.610.205.748	2.610.205.748	
JANEIRO .....	19.612.335.852	27.209.868.950	7.597.533.118	
FEVEREIRO .....	24.909.886.433	29.094.631.614	4.184.745.181	
MARÇO .....	34.011.057.827	31.358.841.091		2.652.216.736
ABRIL .....	27.902.767.561	23.556.906.885		4.345.860.676
MAIO .....	26.004.844.970	27.493.101.185	1.488.256.215	
JUNHO .....	30.329.088.850	29.599.912.569		729.176.281
JULHO .....	29.577.010.992	30.811.664.526	1.234.653.534	
AGOSTO .....	24.126.761.750	30.228.109.006	6.101.347.256	
SETEMBRO .....	30.104.484.372	29.607.250.437		497.233.935
OUTUBRO .....	25.373.031.558	29.873.396.106	4.500.364.548	
NOVEMBRO .....	29.472.087.557	25.461.197.716		4.010.889.841
DEZEMBRO .....	57.192.173.438	42.090.901.754		15.101.271.684
SOMA	358.615.531.140	358.995.987.587	27.717.105.600	27.336.649.153
SALDO	380.456.447			380.456.447
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>358.995.987.587</b>	<b>358.995.987.587</b>	<b>27.717.105.600</b>	<b>27.717.105.600</b>

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

A conta Entidades Autárquicas Federais destina-se ao registro dos valores correspondentes às situações de débito e crédito entre o Tesouro Nacional e essas entidades. Os valores registrados no exercício foram da ordem de Cr\$ 751.162.566,00, para as receitas, e Cr\$ 749.642.971,00, para as despesas.

A conta Estados e Municípios registra as operações de contas-correntes entre a União e os Estados e Municípios, cujas entradas somaram Cr\$ 16.650.979,00 e as saídas totalizaram Cr\$ 17.971.248,00.

A conta Outras Entidades acusa os valores correspondentes às operações de contas-correntes entre a União e Entidades Diversas, excluídas as Autarquias Federais, os Estados e Municípios. A referida conta apresentou, no exercício, valores de Cr\$ 4.556.484.075,00, por entradas, e Cr\$ 7.132.761.230,00, por saídas.

A conta Transferências Financeiras registra valores pertinentes à relação entre o Sistema Financeiro e o Sistema Patrimonial, cujo saldo remete-se à conta Transferências Patrimoniais. Os valores equivalentes às entradas e saídas, respectivamente, no exercício, foram de Cr\$ 658.826.924.240,00 e Cr\$ ..... 623.547.329.479,00.

### 6.3 Diversos Responsáveis

O Relatório e Parecer-Prévio do TCU apresenta os valores integrantes da conta "Diversos Responsáveis", onde são consideradas as responsabilidades por pagamentos indevidos, os saldos não recolhidos, desfalques ou desvios, os serviços debitados a terceiros e as responsabilidades em apuração.

A esse respeito, o Relatório do TCU traz o demonstrativo das inscrições e baixas na referida conta, como se segue:

ESPECIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	BAIXA
		Cr\$ 1,00
Pagamentos Indevidos .....	105.817.337	109.151.720
Saldos Não Recolhidos .....	265.502.189	161.888.908
Desfalques ou Desvios .....	727.549	47.732
Serviços Debitados a Terceiros ...	10.268.111	10.787.395
Responsabilidades em Apuração ....	396.297.014	390.002.845
T O T A L .....	778.612.200	671.878.600

Com base nos Balanços Gerais da União, o Relatório do TCU apresenta os quadros, a seguir transcritos, que discriminam as responsabilidades pertinentes à conta "Diversos Responsáveis", especificadas por órgãos e desdobradas pelos saldos correspondentes aos exercícios financeiros anteriores a 1969, bem assim de 1969 a 1977 e, separadamente, o de 1978, incluindo o demonstrativo do saldo consolidado na referida conta:

DIÁRIOS RESPONSÁVEIS  
POR ÓRGÃO  
EXERCÍCIOS ANTERIORES A 1969

ÓRGÃO	PAGAMENTOS INDEVIDOS	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	DESFALQUES OU DESVIOS	SERVIÇOS DEBITADOS A TERCEIROS	RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	TOTAL
Ministério da Educação e Cultura .....	—	—	—	—	26.620	26.620
Ministério da Educação .....	46.821	—	27.586	—	1.960	75.367
Ministério da Fazenda .....	37.606.990	1.604.773	5.317.857	72.862.672	162.278	317.604.571
Ministério das Relações Exteriores .....	9.172	—	—	—	—	9.172
T O T A L .....	37.662.184	1.604.773	5.345.452	72.862.672	794.838	117.779.939

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

DIÁRIOS RESPONSÁVEIS  
POR ÓRGÃO  
EXERCÍCIOS 1969 a 1977

ÓRGÃO	PAGAMENTOS INDEVIDOS	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	DESFALQUES OU DESVIOS	SERVIÇOS DEBITADOS A TERCEIROS	RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	TOTAL
Agência Nacional .....	—	—	—	—	540	540
Câmara dos Deputados .....	—	—	—	178.400	—	178.400
DF .....	—	—	—	—	7.490	7.490
Estado Maior das Forças Armadas .....	—	—	—	—	13.890	13.890
Ministério da Aeronáutica .....	—	—	—	—	30.676.012	30.676.012
Ministério da Agricultura .....	—	914	263.450	—	81.362	345.722
Ministério da Educação e Cultura .....	6.153	—	—	—	375.945	382.098
Ministério da Indústria e do Comércio .....	125.805	—	2.710.443	—	5.939.813	6.776.061
Ministério da Fazenda .....	67.274	7.134	1.319.624	4.747.747	528.283	6.720.072
Ministério da Indústria e do Comércio .....	6.473	—	20.358	—	—	26.831
Ministério da Justiça .....	—	—	16.378	—	—	16.378
Ministério da Marinha e Energia .....	—	5.739	—	—	—	5.739
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	—	8.250	—	—	—	8.250
Ministério das Relações Exteriores .....	418.956	—	—	—	—	418.956
Ministério do Trabalho .....	27.458	—	—	—	27.063	54.521
Ministério dos Transportes .....	—	—	—	—	10.534.097	10.534.097
SEPLAN .....	1.340	—	—	—	—	1.340
T O T A L .....	685.515	21.941	4.328.451	4.926.249	46.038.585	55.996.681

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

DIÁRIOS RESPONSÁVEIS  
POR ÓRGÃO  
EXERCÍCIO - 1978

ÓRGÃO	PAGAMENTOS INDEVIDOS	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	DESFALQUES OU DESVIOS	SERVIÇOS DEBITADOS A TERCEIROS	RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	TOTAL
Agência Nacional .....	—	—	—	—	94.599	94.599
Comissão Geral da República .....	3.621	—	—	—	—	3.621
Justiça Militar .....	—	193.294	—	—	4.063	197.357
Ministério da Indústria e do Comércio .....	10.710	—	—	—	5.791.567	5.802.277
Ministério da Educação e Cultura .....	—	235.675	—	—	34.455	270.130
Ministério da Indústria e do Comércio .....	113.747	—	—	—	1.522.320	1.636.067
Ministério da Indústria e do Comércio .....	—	265.588.025	101.934	—	164.078	367.744.037
Ministério da Fazenda .....	76.109	603.123	61.408	—	475.790	1.216.430
Ministério da Indústria e do Comércio .....	9.686	—	—	—	—	9.686
Ministério do Interior .....	—	85.000	—	—	—	85.000
Ministério da Justiça .....	165.494	744.860	—	—	16.133	926.487
Ministério da Marinha e Energia .....	—	—	—	—	503.236	503.236
Ministério da Marinha e Energia .....	48.353	45.939	—	—	—	94.292
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	—	28.992	—	—	—	28.992
Ministério das Relações Exteriores .....	332.807	205	—	—	5.296.313	5,529.325
Ministério da Saúde .....	251	18.000	—	—	10.863	21.114
Ministério do Trabalho .....	45.704	4.344	—	—	148.914	198.962
Ministério dos Transportes .....	—	—	—	—	146.864	146.864
SEPLAN .....	—	119.957	—	—	—	119.957
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO .....	—	16.391	—	—	—	16.391
T O T A L .....	704.564	265.463.945	253.334	—	12.219.227	278.541.015

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

DIÁRIOS RESPONSÁVEIS  
POR ÓRGÃO  
SALDO CONSOLIDADO DA CONTA

ÓRGÃO	PAGAMENTOS INDEVIDOS	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	DESFALQUES OU DESVIOS	SERVIÇOS DEBITADOS A TERCEIROS	RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	TOTAL
Agência Nacional .....	—	—	—	—	95.138	95.138
Câmara dos Deputados .....	—	—	—	178.400	—	178.400
Comissão Geral da República .....	3.621	—	—	—	—	3.621
DF .....	—	—	—	—	7.490	7,490
Estado Maior das Forças Armadas .....	—	—	—	—	13.890	13,890
Justiça Federal de 1ª Instância .....	—	—	—	—	—	—
Justiça Militar .....	—	193.294	—	—	4.063	197,357
Ministério da Indústria e do Comércio .....	—	—	—	—	30.676.012	30,676,012
Ministério da Agricultura .....	10.710	1,734	263,450	—	5,872,929	4,148,821
Ministério da Educação e Cultura .....	—	235,674	—	—	34,455	270,130
Ministério da Indústria e do Comércio .....	113,747	—	—	—	1,723,943	1,837,690
Ministério da Indústria e do Comércio .....	97,547	265,588,025	2,929,973	—	4,389,451	270,525,437
Ministério da Fazenda .....	37,739,378	2,505,024	6,698,881	77,438,432	1,216,332	125,604,045
Ministério da Indústria e do Comércio .....	18,150	—	28,588	—	—	46,738
Ministério do Interior .....	—	85,000	—	—	—	85,000
Ministério da Justiça .....	165,494	744,860	16,378	—	16,133	940,767
Ministério da Marinha e Energia .....	—	—	—	—	503,236	503,236
Ministério da Marinha e Energia .....	48,353	45,939	—	—	—	94,292
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	—	28,992	—	—	—	28,992
Ministério das Relações Exteriores .....	332,807	205	—	—	5,296,313	5,629,325
Ministério da Saúde .....	251	18,000	—	—	10,863	21,114
Ministério do Trabalho .....	73,312	4,344	—	—	176,974	254,630
Ministério dos Transportes .....	—	—	—	—	146,864	146,864
SEPLAN .....	—	119,957	—	—	—	119,957
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO .....	—	16,391	—	—	—	16,391
T O T A L .....	29,950,282	267,180,454	9,827,276	77,808,821	18,453,462	422,418,495

FONTE: Balanços Gerais da União - 1978

\* Trata-se do saldo de pagamento concedido, com compensação até 14/02/78.

## 6.4. Despesas Impugnadas e Saldos

As despesas realizadas sem o correspondente crédito, aquelas cuja realização viole as normas legais pertinentes, ou as não imputadas em dotações próprias, são consignadas na conta "Despesas Impugnadas", que, no exercício de 1978, apresentou, a crédito, o montante de Cr\$ 193.700.159,00 e, a débito, acusou o total de Cr\$ 192.064.746,00; restando o saldo da ordem de Cr\$ 1.635.412,00.

A propósito, o Relatório e Parecer Prévio do TCU revela o agudo senso e o escrúpulo com que aquela Corte de Contas desempenha suas atribuições.

Convém reproduzir esta parte do texto:

" A Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle do Tribunal, no exame a que procede normalmente nos balanços que lhe são enviados pelas Inspetorias-Gerais de Finanças dos Ministérios, verificou, nos demonstrativos referentes ao mês de dezembro de 1978, despesas além do crédito e sem crédito nos seguintes órgãos:

	Cr\$
Ministério da Justiça.....	0,60
Ministério da Saúde .....	31,28
Ministério do Trabalho .....	155.181,20
<b>T O T A L</b>	<b>155.213,08</b>

Essas despesas entretanto, não figuram nos anexos dos Balanços Gerais da União, relativos a 1978, e tão pouco a elas se reportou a Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, em seu Relatório.

Sobre a omissão, aquela IGF, ouvida a respeito, acaba de prestar a seguinte informação:

"..... as despesas de Cr\$ 155.181,20, Cr\$ 31,28 e Cr\$ 0,60, realizadas respectivamente pelos Ministérios do Trabalho, Saúde e Justiça não excederam os créditos próprios consignados no orçamento, não havendo, assim, infringência da alínea D do parágrafo 1º do art. 61 da Constituição. Houve no caso apenas a inobservância de uma formalidade, ou seja, falta da emissão de Notas de Provisão. Assim sendo, o relatório sobre a execução do orçamento não registrou a realização da despesa além do montante autorizado através da Lei Orçamentária. A falta em causa constará da Tomada de Contas dos Ordenadores responsáveis, para julgamento dessa Egrégia Corte de Contas."

Essas despesas, além do crédito e sem crédito, que em exercícios anteriores atingiram montantes consideráveis e em que pese a sua regularização posterior, tem sido motivo de constante preocupação da Egrégia Corte.

Corroborando a opinião expressa em relatórios anteriores entende o Relator que o Tribunal, sempre que, pela sua Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle, no exame dos balanços, constatar despesa além do crédito ou sem crédito, deverá incontinenti adotar as medidas legais.

Por último, no exame do Balanço Financeiro, resta mencionar os saldos do "Disponível" e do "Vinculado em Conta-Corrente Bancária", que são aqueles, em espécie, oriundos do exercício anterior, bem assim os que são transferidos para o exercício financeiro seguinte.

O Relatório do TCU apresenta o demonstrativo da evolução desses saldos, no período 1974-1978, como se segue:

**SALDOS**  
**EVOLUÇÃO - 1974/1978**

			Cr\$ 1,00
ANO	DISPONÍVEL	VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	TOTAL
1974	23.014.874.609	5.363.972.013	28.378.846.622
1975	25.727.686.222	16.789.096.091	42.516.782.313
1976	98.283.719.495	18.717.306.181	117.001.025.676
1977	182.235.117.828	29.284.591.080	211.519.708.908
1978	247.221.211.630	42.282.515.289	289.503.726.919

## VII - BALANÇO PATRIMONIAL

Consoante o disposto no art. 105, da Lei nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstra o Ativo Financeiro, que abrange os créditos e valores realizáveis, bem assim os valores numerários; o Ativo Permanente, compreendendo os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa; o Passivo Financeiro, abrangente das dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária; o Passivo Permanente, que compreende as dívidas fundadas e outras, dependentes de autorização legislativa para amortização ou resgate; o Saldo Patrimonial do exercício; e as Contas de Compensação.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União apresenta a demonstração comparativa contendo os valores do Ativo e do Passivo, dos exercícios de 1977 e 1978, integrantes do Balanço Patrimonial:

**EMPRESA PARANAPANÁ**  
**Demonstração Comparativa**

1978

ESPECIFICAÇÕES	1977		1978		BALANÇO DE 1978 EM DÓLARES E CENTAVOS			
	VALORES		VALORES		DÓLARES			
	PORCÃO	TOTAL	PORCÃO	TOTAL	PORCÃO	TOTAL	PORCÃO	TOTAL
<b>ATIVO</b>								
Ativo Financeiro (1)		1.184.518.772.512,11		1.184.518.772.512,11		1.184.518.772.512,11		1.184.518.772.512,11
Ativo Permanente								
Bens e Correspondentes	308.089.499,83	308.089.499,83	308.089.499,83	308.089.499,83	308.089.499,83	308.089.499,83	308.089.499,83	308.089.499,83
Reserva Especial (2)	98.817,31	98.817,31	98.817,31	98.817,31	98.817,31	98.817,31	98.817,31	98.817,31
Bens de Reserva (3)	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04	14.169.058.819,04
Bens de Reserva (4)	3.726.999,81	3.726.999,81	3.726.999,81	3.726.999,81	3.726.999,81	3.726.999,81	3.726.999,81	3.726.999,81
Bens de Reserva (5)	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84	3.116.847.315,84
Bens de Reserva (6)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (7)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (8)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (9)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (10)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (11)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (12)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (13)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (14)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (15)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (16)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (17)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (18)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (19)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (20)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (21)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (22)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (23)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (24)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (25)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (26)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (27)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (28)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (29)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (30)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (31)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (32)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (33)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (34)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (35)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (36)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (37)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (38)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (39)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (40)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (41)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (42)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (43)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (44)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (45)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (46)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (47)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (48)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (49)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (50)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (51)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (52)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (53)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (54)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (55)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (56)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (57)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (58)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (59)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (60)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (61)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (62)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (63)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (64)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (65)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (66)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Bens de Reserva (67)	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.					

Institut für Politikwissenschaft der Universität zu Köln - 1921/1922

For the full range of services and products, visit us at [www.1007510000.com](http://www.1007510000.com)

Dos demonstrativos acima, constata-se que o Ativo Financeiro apresentou uma variação a maior, no exercício de 1978 em relação ao de 1977, da ordem de Cr\$ 528.273.544.033,90, enquanto o Ativo Permanente variou a maior em Cr\$ 1.108.257.863.251,04, somando o valor total de Cr\$ 1.636.531.407.254,94.

De outro lado, o Passivo Financeiro apresentou, igualmente, variação a maior de um exercício para outro, no montante de Cr\$ 426.576.502.091,12, tendo o Passivo Permanente variado em Cr\$ 1.055.070.280.974,42, o que totaliza a importância de Cr\$ ..... 1.481.646.783.065,54.

A Variação Patrimonial consiste na diferença entre as variações dos valores positivos e negativos do Balanço Patrimonial, conforme esclarece o Relatório e Parecer Prévio do TCU. A Variação Patrimonial é assim demonstrada:

	Cr\$ 1,00
VARIAÇÃO POSITIVA .....	1.636.531.407.254
VARIAÇÃO NEGATIVA .....	1.481.646.783.065
VARIAÇÃO PATRIMONIAL .....	154.884.624.189

#### 7.1 Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro, no exercício em exame, somou Cr\$ 1.194.519.377.512,81, representando este montante 32,60% do Ativo Real da União.

Assim se apresenta a especificação dos valores do Ativo Financeiro, por Grupos de Contas:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Disponível .....	227.221.211.630
Vinculado em C/C Bancária .....	42.282.515.289
Realizável .....	904.988.765.293
Resultado Pendente .....	26.885.300
S O M A .....	1.194.519.377.512

É de criticar-se, nesse ponto, o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, que faz uma apreciação excessivamente sucinta dos valores integrantes do Ativo Financeiro, deixando, inclusive, de incluir o Resultado Pendente dentre os valores desse Ativo. Outro defeito do Relatório da IGF-MF é deixar de referir-se à Conta "Agentes Financeiros Devedores", que totalizou a expressiva soma de Cr\$ 900.701.055.676,39, no Realizável.

São aspectos que deveriam merecer maior atenção daquela Inspeção de Finanças.

Considerando-se a especificação acima, o valor correspondente ao Disponível compreende os saldos dos Órgãos da Administração Indireta, incluindo autarquias e empresas públicas, da ordem de Cr\$ 227.451.952.832,00, enquanto o Tesouro Nacional conta com Cr\$ 19.769.258.798,00 disponíveis, nos quais computavam-se Cr\$ 17.742.949.138,00 de recursos em trânsito em poder da rede bancária arrecadadora, segundo o Relatório da IGF-MF.

Ainda de acordo com aquela Inspeção-Geral de Finanças, os Cr\$ 42.282.515.289,00 do Vinculado em Conta Corrente Bancária correspondem aos "saldos bancários de fundos e programas especiais geridos no âmbito da Administração Direta e do Serviço da Dívida Externa".

Por outro lado, informa o Relatório e Parecer Prévio do TCU que "a conta Operações Anteriores à Lei nº 4.595/65, cujo

saldo, no montante de Cr\$ 3.403.186.838,62, vinha sendo sistematicamente, transferido de um para outro exercício, foi regularizada pela Lei nº 6.588, de 16 de novembro de 1978, desaparecendo, em consequência, do Resultado Pendente, no exercício em exame".

Por isso, conforme se constata da demonstração comparativa transcrita no item anterior, o Resultado Pendente do exercício de 1978 só apresenta o valor correspondente aos Depósitos Judiciais.

Do Ativo Financeiro destacam-se as seguintes contas a seguir especificadas:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Bancos e Correspondentes .....	1.410.117.699
Rede Bancária C/Arrecadação .....	17.742.949.138
Órgãos da Administração Indireta C/Saldos ....	227.451.952.832
Bancos C/Fundos e Programas Especiais .....	42.219.149.414
Agentes Financeiros Devedores .....	900.701.055.676
Outras Entidades Devedoras .....	3.595.292.772

#### 7.2. Passivo Financeiro

No Passivo Financeiro está representada a dívida fluída do Tesouro.

Segundo o Relatório da IGF-MF, ele totalizou, no final do exercício em exame, a importância de Cr\$ 808.660.252.793,00.

Por sua vez, o Relatório e Parecer Prévio do TCU afirma que, em números absolutos, o Passivo Financeiro somou Cr\$ 808.698.820.180,31.

Esta discrepância é explicada pela inclusão, nesse montante, do valor correspondente a Despesas Impugnadas, da ordem de Cr\$ 38.567.387,12. Esta explicação não consta do Parecer do TCU, que sequer registra uma observação a respeito. Pior é o Relatório da IGF-MF, que não faz a mínima referência a Despesas Impugnadas, nem aqui, nem na parte referente ao Balanço Financeiro. São omissões que devem ser evitadas nos próximos Relatórios.

A principal dúvida aqui envolve, precisamente, o valor atribuído a Despesas Impugnadas. Como vimos, no exame do Balanço Financeiro, o Tribunal de Contas da União adverte que tais despesas não figuram nos anexos dos Balanços Gerais do exercício, nem a elas se refere o Relatório da IGF-MF. De qualquer forma, o TCU apresenta o montante dessas Despesas Impugnadas, colhido dos demonstrativos referentes ao mês de dezembro de 1978, que foi de Cr\$ 155.213,08 (vide capítulo sobre Balanço Financeiro do nosso Parecer). Agora, aparecem as Despesas Impugnadas de todo o exercício no total de Cr\$ 38.567.387,12. Ora, se poderíamos antes levar qualquer crítica, tendo em vista o pequeno valor acusado em dezembro e as providências do TCU para os necessários esclarecimentos, não é possível deixar de protestar contra a absoluta ausência de esclarecimentos e referências, tanto por parte da IGF-MF, quanto do TCU, que a nosso ver deveria, também no Balanço Patrimonial, registrar qualquer observação, por menos convincente que fosse.

Assim, ficamos sem saber várias coisas. Primeira, a origem dessas Despesas Impugnadas. Segunda, como os valores correspondentes não constam dos Balanços Gerais da União, se e a quem foram imputadas essas Despesas. Terceira, se as providências de responsabilização foram tomadas. Enfim, são falhas e omissões lamentáveis, que, em tese, não podem escapar à fiscalização do Poder Legislativo. Em verdade, não escapam. Porém, confiantes nas medidas cabíveis adotadas, no âmbito do controle interno do Poder Executivo, e do controle externo, previa e tecnicamente bem exercido pelo Tribunal de Contas da União, fazemos, apenas, constar nosso protesto.

No Passivo Financeiro, destacam-se as seguintes contas:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Restos a Pagar .....	8.701.031.335
Depósitos de Diversas Origens .....	6.289.428.546
Restituição da Receita a Pagar .....	8.028.515.139
Fundos e Programas Especiais .....	53.379.421.775
Débitos de Tesouraria .....	194.509.331.944
Agentes Financeiros Credores .....	537.511.085.499

A propósito de tais contas, o Relatório do TCU faz as seguintes considerações:

" A conta Restos a Pagar registra as despesas legalmente empenhadas e não pagas no exercício, apresentando em relação ao ano anterior aumento de 25,54%.

Em Depósitos de Diversas Origens, encontram-se os recolhimentos de dinheiro aos cofres públicos, dados em caução ou outras garantias, inclusive para recurso de decisões administrativas, bem assim os depósitos abandonados, os destinados a quem de direito e as provisões para cheques em trânsito. Esta conta registra 165,67% de aumento em relação ao ano anterior.

A conta Restituição da Receita a Pagar, destinada a registrar as anulações da receita por restituição automática do Imposto de Renda descontado na fonte a maior, apresenta incremento da ordem de 321,15%, relativamente a 1977.

A conta Fundos e Programas Especiais demonstra a movimentação de recursos provenientes de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, ou aqueles vinculados às atividades de órgãos autônomos, originários ou não do Orçamento Geral da União, inclusive a receita própria. Os recursos dos fundos, ao término do exercício em exame, apresentam variação positiva de 47,40%, em relação ao ano anterior.

A conta Débitos de Tesouraria representa as Letras do Tesouro Nacional em circulação, registrando, em comparação com o exercício anterior, aumento de 60,70%.

A conta Agentes Financeiros Credores se destina ao registro das operações de contas correntes entre o Tesouro Nacional e seus agentes financeiros credores, no país ou no exterior, comportando, em relação ao Banco do Brasil S.A., o movimento da conta "Despesa da União" e contas especiais em que o Tesouro Nacional esteja em posição de débito. No ano de 1978, esta conta registrou aumento de 153,10% em relação a 1977".

### 7.3 Resultado Financeiro

O exercício de 1978 acusou um Resultado Financeiro superavitário.

Do confronto dos valores do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro, temos um Superávit do Tesouro de Cr\$ ..... 158.368.604.500,00 e um Superávit da União, incluídos os valores

pertinentes à Administração Indireta, da ordem de Cr\$ ..... 166.292.008.424,00 assim demonstrados:

### UPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Ativo Financeiro .....	967.067.424.680
Passivo Financeiro .....	808.698.820.180
SUPERÁVIT .....	158.368.604.500

### SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Ativo Financeiro .....	2.526.033.520.261
Passivo Financeiro .....	2.359.741.511.837
SUPERÁVIT .....	166.292.008.424

O Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União apresenta um quadro, que permite visualizar a evolução do Resultado Financeiro, no período 1974 a 1978:

### RESULTADO FINANCEIRO

#### EVOLUÇÃO - 1974/1978

ANO	DO TESOURO	DA UNIÃO
1974	25.011.632.969	45.819.126.549
1975	51.479.697.160	53.721.972.966
1976	76.897.757.206	37.038.516.145
1977	121.616.536.236	143.360.011.722
1978	158.368.604.500	166.292.008.424

### 7.4 Ativo Permanente

O Ativo Permanente abrange os bens, créditos e valores, os quais, segundo o Relatório e Parecer Prévio do TCU, acusaram um incremento de 16,95% em relação ao exercício de 1977.

As contas do Ativo Permanente compreendem: Bens da União, Créditos da União e Valores da União.

O valor dos bens móveis e imóveis, neles incluídos os de natureza industrial e militar, está registrado na Conta Bens da União.

No exercício em exame, esta conta apresentou os seguintes valores: bens móveis, Cr\$ 11.430.040.139,00; bens imóveis, Cr\$ 36.007.321.546,00; bens de natureza industrial, Cr\$ ..... 1.603.853.746,00.

A evolução dos valores dessa conta, de 1974 a 1978, pode ser visualizada no seguinte quadro constante do Relatório do TCU:

### BENS DA UNIÃO

#### EVOLUÇÃO - 1974/1978

ANO	ESPÉCIES			TOTAIS
	MÓVEIS	IMÓVEIS	DE NAT. INDUST.	
1974	2.189.053.926	1.818.853.857	7.941.130	4.015.848.913
1975	4.209.579.732	24.619.417.262	236.206.903	29.065.203.897
1976	6.333.447.882	26.446.247.683	1.614.527.779	34.394.223.344
1977	8.928.896.551	31.071.355.174	1.601.288.910	41.601.540.635
1978	11.430.040.139	36.007.321.546	1.603.853.746	49.041.215.431



A conta Créditos da União apresentou um saldo, no exercício, de Cr\$ 9.658.399.224,17. Neste valor inclui-se o correspondente à Dívida Ativa, da ordem de Cr\$ 8.676.649.949,39, que abrangem tributos, multas e créditos do Tesouro, lançados ou devidos e não recebidos no exercício de origem, segundo informa o Relatório do TCU.

Sobre a Dívida Ativa, o Relatório e Parecer Prévio daquela Corte de Contas apresenta a movimentação dos valores correspondentes, constatando que a cobrança da Dívida não representa, sequer, 10% do montante inscrito, razão pela qual aconselha a adoção de medidas que visem a apressar a cobrança dos referidos créditos. Ante os números a seguir demonstrados, procede, com todo acerto e oportunidade, a advertência do Tribunal de Contas da União:

DÍVIDA ATIVA

ESPECIFICAÇÃO		Cr\$ 1,00
Saldo em 31/12/77 .....	6.353.692.579	
Inscrição em 1 978 .....	2.790.200.646	9.143.893.225
Menos: Cobrança .....	227.594.502	
Cancelamento .....	239.648.774	467.243.276
SALDO EM 31/12/78 .....		8.676.649.949

Na conta Valores da União, conforme assinala o TCU, "acham-se contabilizados os valores das ações integralizadas representativas da participação da União no capital das sociedades de economia mista, as reservas em ouro adquirido pela União, por intermédio do Banco do Brasil S.A., o material de consumo ou permanente, adquirido e depositado em almoxarifados regulares, títulos de Dívida Pública, jóias, moedas, outros objetos, títulos e documentos diversos".

No exercício em exame, o saldo dessa conta foi de Cr\$ 113.484.007.475,87.

Além dessas contas, temos aquela que, aparecendo no Ativo e no Passivo, integra ao Balanço Geral da União valores do

Ativo e Passivo dos Órgãos da Administração Indireta, que é a conta Diversos, cuja especificação é a seguinte:

DIVERSOSESPECIFICAÇÃO

Cr\$ 1,00

ATIVO

Financeiro .....	1.331.514.142.748
Permanente .....	966.037.840.376
S O M A .....	2.297.551.983.124

PASSIVO

Financeiro .....	1.551.042.691.656
Permanente .....	598.180.769.664
S O M A .....	2.149.323.461.320

## 7.5. Passivo Permanente

Como se disse, na introdução deste capítulo, de acordo com o art. 105 da Lei nº 4 320/64, as dívidas fundadas e outras, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, constituem o Passivo Permanente.

Este acusou uma elevação de Cr\$ 1.055.070.280.974,42, comparativamente ao exercício de 1 977.

O Passivo Permanente abrange a Dívida Fundada Interna e a Dívida Fundada Externa.

Aquela, compreendendo as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e as Não Reajustáveis, totalizou, no exercício em exame, Cr\$ 163.341.196.999,00, o que corresponde a um incremento de 36,74% em relação a 1 977, da ordem de Cr\$ 43.888.078.381,20.

Por outro lado, a Dívida Fundada Externa, constituída dos compromissos da União junto a entidades internacionais, atingiu, no exercício de 1 978, o montante de Cr\$ 97.598.760.000,00, equivalendo a um aumento, em relação ao exercício anterior de ..... 56,23%.

O Relatório e Parecer Prévio do TCU apresenta o demonstrativo da evolução da Dívida Fundada Interna e Externa, abrangendo o período 1 974/1 978, conforme o quadro a seguir:

DÍVIDA FUNDADAEVOLUÇÃO — 1974/1978

E S P E C I E	E X E R C Í C I O				
	1 9 7 4	1 9 7 5	1 9 7 6	1 9 7 7	1 9 7 8
INTERNA .....	32.948.891.758	60.099.849.661	84.447.075.782	119.453.118.618	163.341.196.999
EXTERNA .....	19.990.923.000	29.385.854.000	42.387.392.000	62.471.915.000	97.598.760.000
S O M A .....	52.939.814.758	89.485.703.661	126.834.467.782	181.925.033.618	260.939.956.999

Como se observa, o total da Dívida Fundada, em 1978, foi de Cr\$ 260.939.956.999,00.

O Saldo Patrimonial do exercício obtém-se da diferença entre os valores do Ativo Real (Ativo Financeiro mais o Ativo Permanente) e do Passivo Real (Passivo Financeiro mais o Passivo Permanente).

Sendo assim, temos:

ESPECIFICAÇÃO

Cr\$ 1,00

Ativo Real .....	3.664.254.982.768
Passivo Real .....	3.218.962.238.500
SALDO PATRIMONIAL .....	445.292.744.268

Do valor do Saldo Patrimonial, Cr\$ 69.612.269.632,00 correspondem à Administração Direta, enquanto Cr\$ 375.680.474.636,01 à Administração Indireta.

O Saldo Patrimonial é o Ativo Real Líquido, cuja diferença em relação ao do ano anterior dá o Resultado Patrimonial do Exercício, assim demonstrado:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Ativo Real Líquido em 31.12.78 .....	445.292.744.268
Ativo Real Líquido em 31.12.77 .....	290.408.120.079
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO .....	<u>154.884.624.189</u>

#### 7.6 Demonstração das Variações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial do Exercício, bem assim as alterações ocorridas no patrimônio, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, são passíveis da seguinte demonstração, conforme consta do Relatório da IGF-MF:

Resultantes da Execução Orçamentária	Cr\$ 1,00
<b>Variações Positivas</b>	
Receita Orçamentária .....	357.704.780.142
Receita dos Órgãos da Adm. Indireta .....	9.545.153.730.774
Variação Cambial Interna .....	<u>464.830.620</u>
	9.903.323.341.536
<b>Mutações Patrimoniais</b>	
Cobrança da Dívida Ativa .....	227.552.502
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	4.842.811
Recebimentos de Créditos .....	1.113.060.448
Diversas .....	<u>8.177.978</u>
	1.353.675.739
	<u>9.901.969.665.797</u>
<b>Variações Negativas</b>	
Despesas Orçamentárias .....	356.000.370.435
Despesas Órgãos Adm. Indireta .....	<u>9.480.905.523.949</u>
	9.836.905.894.384
<b>Mutações Patrimoniais</b>	
Aquisição de Bens Móveis .....	4.682.567.492
Construção e Aquisição de Imóveis .....	1.509.588.596
Construção e Aquisição de Bens Naturais Industrial .....	910.082
Aquisição Títulos e Valores .....	1.938.935
Diversas .....	<u>1.918.873.629</u>
	8.113.878.634
	<u>9.828.792.015.750</u>

O cotejo das variações acima evidencia o primeiro re-

sultado patrimonial

	Cr\$ 1,00
Receita Efetiva .....	9.901.969.665.797
Despesa Efetiva .....	<u>9.828.972.015.750</u>
"Superavit" Patrimonial da Gestão Orçamentária .....	<u>73.177.750.047</u>

Cr\$ 1,00

#### Independentes da Execução Orçamentária

<b>Variações Positivas</b>	
Inscrição da Dívida Ativa .....	2.790.200.646
Inscrição de Outros Créditos .....	1.590.926.809
Incorporação de Bens .....	<u>11.060.779.382</u>

Cancelamento de Dívidas Passivas .....	645.697.038
Administração Direta .....	679.424.098.789
Administração Indireta .....	<u>1.269.272.425.561</u>
	<u>1.964.784.128.005</u>

Cr\$ 1,00

#### Variações Negativas

Cancelamento da Dívida Ativa .....	239.648.774
Encampamento de Dívidas Passivas .....	1.903.622
Restabelecimento de Dívidas Passivas .....	262.878.432
Administração Direta .....	721.242.986.506
Administração Indireta .....	<u>1.162.329.736.529</u>
	<u>1.883.077.153.863</u>

Este segundo confronto, demonstra o seguinte resultado:

Variações Positivas .....	1.964.784.128.005
Variações Negativas .....	<u>1.883.077.153.863</u>
"Superavit" Extra-Orçamentário .....	<u>81.706.974.142</u>

Conjugando-se os resultados parciais obtidos evidencia-se o resultado patrimonial, em 31 de dezembro de 1978, como segue:

	Cr\$ 1,00
"Superavit" Extra-Orçamentário .....	81.706.974.142
"Superavit" Patrimonial da Gestão Orçamentária .....	<u>73.177.650.047</u>
"Superavit" Patrimonial de 1978 .....	<u>154.884.624.189</u>

Esses resultados, sob outro ângulo, pode ser demonstrado da seguinte maneira:

	Cr\$ 1,00
Ativo Real Líquido em 31/12/78 .....	445.292.744.267
Ativo Real Líquido em 31/12/77 .....	<u>290.408.120.078</u>
"Superavit" Patrimonial em 31/12/78 .....	<u>154.884.624.189</u>

#### VIII - OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO

Estas operações referem-se à emissão e resgate de papel-moeda e às reservas cambiais.

Segundo o Relatório da IGF-MF, em 1978 a emissão bruta de papel-moeda foi da ordem de Cr\$ 64.700.000.000,00. Considerando-se que, no exercício, os recolhimentos, isto é, os resgates totalizaram Cr\$ 32.300.000.000,00, a emissão líquida de papel-moeda foi de Cr\$ 32.400.000.000,00, assim:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
Emissão Bruta .....	64.700.000.000
Recolhimentos .....	<u>32.300.000.000</u>
EMIÇÃO LÍQUIDA EM 1978 .....	<u>32.400.000.000</u>

A seguir, de acordo com o Relatório da IGF-MF, demonstra-se o saldo do papel-moeda em circulação, em 31.12.78, que era de Cr\$ 103.163.649.667,00:

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ 1,00
<b>TESOURO NACIONAL</b>	
Meio Circulante Transferido .....	1.504.777.847
Emissão Lq. de 01.04.65 a 31.12.78 .....	<u>101.945.000.000</u>
	<u>103.449.777.847</u>

## Menos:

Moeda Não Resgatada.....	140.743.960	
Reserva Monetária em 31.12.78	145.384.220	286.128.180
Saldo em Circ. em 31.12.78 ...		<u>103.163.649.667</u>

Por outra forma, a IGF-MF faz a seguinte demonstra

ção:

## ESPECIFICAÇÃO

Cr\$ -1,00

Saldo em Circ. em 31.12.78 ...	70.801.142.078	
Emissão Bruta de 1 978 .....	64.700.000.000	
Excesso Pagamentos s/recebi..	<u>562.507.589</u>	136.063.649.667

## menos:

Recolhimento em 1 978 .....	32.300.000.000	
Recolhimento Recebido Reforço Res. Monetária .....	<u>600.000.000</u>	<u>32.900.000.000</u>
Saldo em Circ. em 31.12.78 ...		<u>103.163.649.667</u>

De sua parte, o Relatório do TCU apresenta o demonstrativo da evolução das emissões e resgates de papel-moeda, entre 1 974 e 1 978:

## EMIÇÃO E RESGATE DE PAPEL - MOEDA

## EVOLUÇÃO - 1974/1978

Cr\$ 1,00

E S P E C I F I C A Ç Ã O	E X E R C Í C I O S				
	1974	1975	1976	1977	1978
Saldo Anterior .....	19.043.113.577	24.417.439.385	34.879.748.753	50.835.672.850	70.801.142.078
Emissão Bruta .....	10.900.000.000	19.400.000.000	30.200.000.000	45.500.000.000	64.700.000.000
Excesso dos Pagamentos sobre Recebimentos .....	95.075.093	122.559.268	215.924.097	365.469.228	562.507.589
SOMA .....	30.038.188.670	43.939.998.653	65.295.672.850	96.701.142.078	136.063.649.667
MENOS:					
RECOLHIMENTOS .....	5.500.000.000	8.900.000.000	14.200.000.000	25.500.000.000	32.300.000.000
Recebido reforço Reserva Monetária .....	90.000.000	120.000.000	260.000.000	400.000.000	600.000.000
Baixa de Cédulas conforme resoluções do CMN .....	30.749.285	40.249.900	-	-	-
Saldo em circulação no exercício .....	24.417.439.385	34.879.748.753	50.835.672.850	70.801.142.078	103.163.649.667

Fonte: Relatórios IGF-MF 1974/1978

Quanto às Reservas Cambiais, assinala o Relatório da

IGF-MF:

US\$ milhões

Disponibilidades Diversas...	11.251,6
Ouro.....	68,0
Posição do FMI.....	181,2
Direitos Especiais de Saque.	<u>239,8</u>
	<u>11.740,6"</u>

" As apurações preliminares, efetuadas segundo o conceito adotado pelo Fundo Monetário Internacional, indicam que o total das reservas internacionais das Autoridades Monetárias Brasileiras, em 31 de dezembro de 1 978, atingiu a US\$ 11.740,6 milhões, assim distribuídas.

O aumento das Reservas Cambiais, em relação a 1 977, foi de 61.801.

O Relatório do TCU mostra a evolução das Reservas no período 1974/1978, como se demonstra a seguir:

## RESERVAS CAMBIAIS

## EVOLUÇÃO - 1974/1978

US\$ Milhões

E S P E C I F I C A Ç Ã O	E X E R C Í C I O S					V A R I A Ç Ã O 1978/1977
	1974	1975	1976	1977	*1978	
Disponibilidades Diversas..	4.873,4	3.653,1	6.100,9	6.786,8	11.251,6	65,79
Ouro.....	56,0	56,0	56,0	64,0	68,0	6,25
Posição do FMI.....	140,3	140,3	188,4	194,7	181,2	- 6,93
Direitos Especiais Saque...	199,4	191,1	198,6	210,6	239,8	13,87
TOTAL	5.269,1	4.040,5	6.543,9	7.256,1	11.740,6	61,80

Fonte: Relatórios da IGF-MF

Apurações preliminares, efetuadas segundo o conceito adotado pelo Fundo Monetário Internacional.

## IX - BALANÇO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

As entidades integrantes da Administração Indireta, no âmbito federal, estão obrigadas, por força de lei, a enviar seus Balanços, para fins de incorporação e complementação dos Balanços Gerais da União.

A relação das entidades que enviaram os correspondentes Balanços, bem assim das que não o fizeram, consta do Relatório da IGF-MF, a saber:

## "PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## Secretaria de Planejamento

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE  
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissão de Financiamento da Produção  
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
Companhia Brasileira de Armazenamento  
Companhia Brasileira de Alimentos  
Empresa Brasileira de Assistência Técnica, e Extensão Rural  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas  
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Superintendência Nacional do Abastecimento  
Superintendência do Desenvolvimento da Pesca  
Conselho Nacional de Cooperativismo

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF  
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa  
Fundação Nacional de Material Escolar  
Fundação Casa de Rui Barbosa  
Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação Universidade Federal do Acre  
Fundação Universidade do Amazonas  
Fundação Universidade de Brasília  
Fundação Universidade do Maranhão  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso  
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MG  
Fundação Universidade Federal de Pelotas - RS  
Fundação Universidade Federal do Piauí - PI  
Fundação Universidade do Rio Grande - RS  
Fundação Universidade Federal de São Carlos - SP  
Fundação Universidade Federal de Sergipe - SE  
Fundação Universidade de Uberlândia - MG  
Fundação Universidade Federal de Viçosa - MG  
Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a formação Profissional - CENAFOR  
Fundação Nacional de Arte  
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação  
Centro de Educação Tecnológica da Bahia  
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais  
Universidade Federal de Alagoas  
Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal do Ceará  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Universidade Federal de Goiás  
Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Universidade Federal do Pará  
Universidade Federal da Paraíba  
Universidade Federal do Paraná  
Universidade Federal de Pernambuco  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Universidade Federal de Santa Maria - RS  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - MG  
Faculdade de Odontologia de Diamantina - MG  
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará  
Colégio Pedro II  
Escola Paulista de Medicina  
Escola Superior de Agricultura de Mossoró - RN  
Escola de Farmácia e Odontologia de Alagoas - AL  
Escola Federal de Engenharia de Itajubá - MG  
Escola Superior de Agricultura de Lavras - MG  
Escola Técnica Federal de Alagoas  
Escola Técnica Federal do Amazonas  
Escola Técnica Federal da Bahia  
Escola Técnica Federal de Campos - RJ  
Escola Técnica Federal do Ceará  
Escola Técnica Federal do Espírito Santo  
Escola Técnica Federal de Goiás  
Escola Técnica Federal do Maranhão  
Escola Técnica Federal de Mato Grosso  
Escola Técnica Federal de Ouro Preto - MG  
Escola Técnica Federal do Pará  
Escola Técnica Federal da Paraíba  
Escola Técnica Federal de Pelotas - RS  
Escola Técnica Federal de Pernambuco  
Escola Técnica Federal do Piauí  
Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro  
Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte  
Escola Técnica Federal de Santa Catarina  
Escola Técnica Federal de São Paulo  
Escola Técnica Federal de Sergipe  
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná  
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - RS

## MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército  
Indústria de Material Bélico do Brasil

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Banco Central do Brasil  
Comissão de Valores Mobiliários  
Caixa Econômica Federal  
Casa da Moeda do Brasil  
Serviço Federal de Processamento de Dados

## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Empresa Brasileira de Turismo  
Instituto do Açúcar e do Alcool  
Instituto Brasileiro do Café  
Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
Superintendência da Borracha  
Superintendência de Seguros Privados

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

Banco Nacional de Habitação  
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco  
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
Departamento Nacional de Obras de Saneamento  
Fundação Nacional do Índio

Fundação Projeto Rondon  
 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
 Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste  
 Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul  
 Superintendência da Zona Franca de Manaus  
 Governo do Território do Amapá  
 Território Federal de Rondônia  
 Território Federal de Roraima

## MINISTÉRIO DA MARINHA

Caixa de Construção de Casa para Pessoal do Ministério da Marinha

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Comissão Nacional de Energia Nuclear

## MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social  
 Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social  
 Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social  
 Fundo de Previdência e Assistência Social  
 Instituto Nacional de Previdência Social

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAM

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

Conselho Federal de Assistentes Sociais - RJ  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 1a. Região  
 AM/PA/AC/AP/RO e RR  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 2a. Região  
 PI/MA  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 3a. Região  
 CE/RN  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 4a. Região  
 PB/PE/AL  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 5a. Região  
 SE/BA  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 6a. Região  
 ES/MG  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 7a. Região  
 RJ  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 8a. Região  
 DF/GO/MT  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 9a. Região  
 SP  
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - 10a. Região  
 RS/SC/PR  
 Conselho Federal de Biblioteconomia - DF  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 1a. Região  
 DF/AC/RO/GO/MS/MT  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 2a. Região  
 PA/AM/AP/RR  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 3a. Região  
 CE/MA/PI  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 4a. Região  
 PE/PB/RN/FN/AL  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 5a. Região  
 BA/SE  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 6a. Região  
 MG  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 7a. Região  
 RJ/ES  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 8a. Região  
 PR/SC  
 Conselho Regional de Biblioteconomia - 10a. Região  
 RS  
 Conselho Federal de Contabilidade - RJ

Conselho Regional de Contabilidade - AM/AC/RO/RR  
 Conselho Regional de Contabilidade - PA/AP  
 Conselho Regional de Contabilidade - MA  
 Conselho Regional de Contabilidade - PI  
 Conselho Regional de Contabilidade - CE  
 Conselho Regional de Contabilidade - RN  
 Conselho Regional de Contabilidade - PB  
 Conselho Regional de Contabilidade - PE/FN  
 Conselho Regional de Contabilidade - AL  
 Conselho Regional de Contabilidade - SE  
 Conselho Regional de Contabilidade - BA  
 Conselho Regional de Contabilidade - ES  
 Conselho Regional de Contabilidade - RJ  
 Conselho Regional de Contabilidade - SP  
 Conselho Regional de Contabilidade - PR  
 Conselho Regional de Contabilidade - SC  
 Conselho Regional de Contabilidade - RS  
 Conselho Regional de Contabilidade - MG  
 Conselho Regional de Contabilidade - MS/MT  
 Conselho Regional de Contabilidade - GO  
 Conselho Regional de Contabilidade - DF  
 Conselho Federal de Corretores de Imóveis - DF  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 1a. Região  
 RJ  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 2a. Região  
 SP  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 3a. Região  
 RS  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 4a. Região  
 MG  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 5a. Região  
 AC/AM/PA/MA/GO/AP  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 6a. Região  
 PR  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 7a. Região  
 PE/AL/PB/RN/CE/PI  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 8a. Região  
 DF  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 9a. Região  
 BA/SE  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 11a. Região  
 SC  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 13a. Região  
 ES  
 Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 14a. Região  
 RO/MT  
 Conselho Federal de Economia - RJ  
 Conselho Regional de Economia - 1a. Região - RJ  
 Conselho Regional de Economia - 2a. Região - SP  
 Conselho Regional de Economia - 3a. Região - PE/PB  
 Conselho Regional de Economia - 4a. Região - RS  
 Conselho Regional de Economia - 5a. Região - BA  
 Conselho Regional de Economia - 6a. Região - PR  
 Conselho Regional de Economia - 7a. Região - SC  
 Conselho Regional de Economia - 8a. Região - CE/PI  
 Conselho Regional de Economia - 9a. Região - PA  
 Conselho Regional de Economia - 10a. Região - MG  
 Conselho Regional de Economia - 11a. Região - DF  
 Conselho Regional de Economia - 12a. Região - AL  
 Conselho Regional de Economia - 13a. Região - AM/AC/RO/RR  
 Conselho Regional de Economia - 14a. Região - MT  
 Conselho Regional de Economia - 16a. Região - SE  
 Conselho Regional de Economia - 19a. Região - RN  
 Conselho Federal de Enfermagem - DF  
 Conselho Regional de Enfermagem - AL  
 Conselho Regional de Enfermagem - AP  
 Conselho Regional de Enfermagem - AM/AC/RO/RR  
 Conselho Regional de Enfermagem - BA  
 Conselho Regional de Enfermagem - CE  
 Conselho Regional de Enfermagem - DF  
 Conselho Regional de Enfermagem - ES  
 Conselho Regional de Enfermagem - GO

Conselho Regional de Enfermagem - MA  
 Conselho Regional de Enfermagem - MT  
 Conselho Regional de Enfermagem - MG  
 Conselho Regional de Enfermagem - PA  
 Conselho Regional de Enfermagem - PB  
 Conselho Regional de Enfermagem - PR  
 Conselho Regional de Enfermagem - PE  
 Conselho Regional de Enfermagem - PI  
 Conselho Regional de Enfermagem - RN  
 Conselho Regional de Enfermagem - RS  
 Conselho Regional de Enfermagem - RJ  
 Conselho Regional de Enfermagem - SC  
 Conselho Regional de Enfermagem - SP  
 Conselho Regional de Enfermagem - SE

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - DF  
 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia:

- 1a. Região - PA/AP
- 2a. Região - PE/PN
- 3a. Região - BA
- 4a. Região - MG
- 5a. Região - RJ
- 6a. Região - SP
- 7a. Região - PR
- 8a. Região - RS
- 9a. Região - CE
- 10a. Região - SC
- 11a. Região - ES
- 12a. Região - DF
- 13a. Região - PI
- 14a. Região - MT
- 15a. Região - GO
- 16a. Região - PB
- 17a. Região - AL
- 18a. Região - RN
- 19a. Região - MA
- 20a. Região - AM/RR
- 21a. Região - SE
- 22a. Região - AC/RO

Conselho Federal de Estatística - RJ  
 Conselho Regional de Estatística:

- 1a. Região - DF/AP/AC/AM/GO/RO/RR
- 2a. Região - RJ
- 3a. Região - SP/MT
- 4a. Região - PR/SC/RS
- 5a. Região - BA/MG/ES/SE
- 6a. Região - PE/PB/PN/AL/RN
- 7a. Região - MA/PI/CE/PA

Conselho Federal de Farmácia - DF  
 Conselho Regional de Farmácia:

- 1a. Região - PA/AP
- 2a. Região - CE
- 3a. Região - PE/PN
- 4a. Região - BA
- 5a. Região - GO
- 6a. Região - MG
- 7a. Região - RJ
- 8a. Região - SP
- 9a. Região - PR
- 10a. Região - RS
- 11a. Região - SC
- 12a. Região - MA
- 13a. Região - PI
- 14a. Região - RN
- 15a. Região - PB
- 16a. Região - AL
- 17a. Região - SE
- 18a. Região - ES
- 20a. Região - MT
- 21a. Região - DF
- 22a. Região - AM/AC/RO/RR

Conselho Federal de Medicina - RJ  
 Conselho Regional de Medicina:

Acre  
 Alagoas  
 Amapá  
 Amazonas  
 Bahia  
 Ceará  
 Distrito Federal  
 Espírito Santo  
 Goiás  
 Maranhão  
 Mato Grosso  
 Minas Gerais  
 Pará  
 Paraíba  
 Paraná  
 Pernambuco  
 Piauí  
 Rio de Janeiro  
 Rio Grande do Norte  
 Rio Grande do Sul  
 Santa Catarina  
 São Paulo  
 Sergipe

Conselho Federal de Medicina Veterinária - DF  
 Conselho Regional de Medicina Veterinária:

- 1a. Região - RS
- 2a. Região - SC
- 3a. Região - PR
- 4a. Região - SP
- 5a. Região - RJ/ES
- 7a. Região - MG
- 8a. Região - GO
- 9a. Região - AC/MS/MT/RO
- 10a. Região - BA/SE
- 11a. Região - PE/AL/PN
- 12a. Região - PB/RN
- 13a. Região - CE/PI/MA
- 14a. Região - PA/AM/AP/RR

Conselho Federal de Odontologia - RJ  
 Conselho Regional de Odontologia:

Alagoas  
 Amazonas  
 Bahia  
 Ceará  
 Distrito Federal  
 Espírito Santo  
 Goiás  
 Maranhão  
 Mato Grosso Sul/Mato Grosso  
 Minas Gerais  
 Pará  
 Paraíba  
 Paraná  
 Pernambuco  
 Piauí  
 Rio Grande do Norte  
 Rio Grande do Sul  
 Rio de Janeiro  
 Santa Catarina  
 São Paulo  
 Sergipe

Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil - RJ  
 Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil:

Alagoas  
 Amapá  
 Amazonas  
 Distrito Federal  
 Ceará

Espírito Santo  
Goiás  
Maranhão  
Mato Grosso  
Minas Gerais  
Pará  
Paraíba  
Paraná  
Pernambuco  
Rio Grande do Norte  
Rio Grande do Sul  
Rio de Janeiro  
Acre  
Santa Catarina  
Sergipe  
Rondônia  
Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - DF  
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas:  
Sergipe  
Alagoas  
Paraíba  
Rio Grande do Norte  
Ceará  
Piauí  
Maranhão  
Minas Gerais  
Distrito Federal  
Goiás  
Rio de Janeiro  
Espírito Santo  
Bahia  
Rio Grande do Sul  
Santa Catarina  
Pará  
Mato Grosso

Conselho Federal de Psicologia - DF

Conselho Regional de Psicologia:

- 1a. Região - DF/AC/AM/GO/PA/AP/RO/RR
- 2a. Região - PE/AL/CE/MA/PB/PI/RN/PN
- 3a. Região - BA/SE
- 4a. Região - MG/ES
- 5a. Região - RJ
- 6a. Região - SP/MT
- 7a. Região - RS/PR/SC

Conselho Federal de Química - RJ

Conselho Regional de Química:

- 1a. Região - PE/PI/RN/PB/AL/PN/CE
- 2a. Região - MG/GO/DF
- 3a. Região - RJ/ES
- 4a. Região - SP/MT
- 5a. Região - RS/PR/SC
- 6a. Região - PA/MA/AP/RR/RO/AM/AC
- 7a. Região - BA/SE

Conselho Federal de Representantes Comerciais - RJ

Conselho Regional de Representantes Comerciais:

Amazonas  
Bahia  
Ceará  
Espírito Santo  
Maranhão  
Mato Grosso  
Minas Gerais  
Pará  
Distrito Federal  
Paraná  
Pernambuco  
Piauí  
Rio de Janeiro  
Rio Grande do Norte  
Rio Grande do Sul  
São Paulo

Santa Catarina  
Sergipe  
Goiás  
Alagoas  
Conselho Federal de Técnicos de Administração - DF  
Conselho Regional de Técnicos de Administração:  
1a. Região - DF/GO  
2a. Região - PA/AP  
3a. Região - CE/PI/MA  
4a. Região - PE/PB/RN/PN  
5a. Região - BA/SE/AL  
6a. Região - MG  
7a. Região - RJ/ES  
8a. Região - SP/MT  
9a. Região - PR/SC  
10a. Região - RS  
11a. Região - AM/AC/RO/RR  
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - DF  
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional:  
1a. Região - AC/AM/PA/MA/PI/CE/RN/PB/PE/AL/BA/RR/RO/AP/PN/SE  
2a. Região - DF/GO/RJ/MG/ES/MT  
3a. Região - SP/PR/SC/RS

#### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER  
Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP  
Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU  
Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S/A - ECEX  
Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS  
Superintendência Nacional da Marinha Mercante

Outrossim, as seguintes Entidades não enviaram seus Balanços para publicação:

#### MINISTÉRIO DO TRABALHO

Conselho Regional de Biblioteconomia - 8a. Região - SP  
Conselho Regional de Economia - 15a. Região - MA  
Conselho Regional de Economia - 16a. Região - ES  
Conselho Regional de Economia - 18a. Região - GO  
Conselho Regional de Medicina - Rondônia  
Conselho Regional de Medicina - Roraima  
Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil - Bahia  
Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil - Piauí  
Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil - São Paulo  
Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil - Roraima  
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - PE  
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - SP

Os Conselhos Regionais dos Corretores de Imóveis relativos à 14a. Região, com base territorial em todo o Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia, foram criados pela RESOLUÇÃO Nº 09/78, ( D.O. de 29 de novembro de 1978 ), do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, ainda não estão instalados, razão por que deixaram de apresentar os seus balanços."

#### CONCLUSÃO

1. Cumprida nossa missão, no curso deste extenso Relatório, é hora de breves considerações finais, conclusivas do Trabalho desenvolvido.

2. De um modo geral, a prestação das Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1978, foi de apreciável formulação técnica e reprodução dos fatos de natureza econômico-financeira, ocorridos no exercício. Nada nos inibe, pois, de atestar sua regularidade.



3. O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda, em suas linhas fundamentais, apresentou as Contas do Senhor Presidente da República com plena confiabilidade, inobstante os senões e algumas omissões, que no contexto do nosso Parecer foram, oportunamente, apontadas, ficando, daqui, a advertência no sentido de seu constante aperfeiçoamento, a fim de, a cada ano, melhor desempenhar suas atribuições.

4. De seu lado, o Tribunal de Contas da União, houve por manter sua tradição de órgão técnico altamente capacitado para o trato da matéria pertinente à fiscalização financeira e orçamentária. Seu Relatório e Parecer Prévio é uma indiscutível demonstração de qualidade, do rigor e, subretudo, do escrúpulo com que dissecou, nos menores pontos, o conjunto de dados e informações, oriundos do Poder Executivo.

Muito nos valemos desse Relatório e Parecer Prévio, que, sempre preciso nas suas críticas e observações, forneceu os elementos indispensáveis da avaliação que precisamos, sem embargo dos ligeiros discórdios por nós verificados e, na ocasião, anotados.

De todo confiável o Parecer Prévio da Corte de Contas, pela aprovação da matéria.

5. Vale destacar, quanto ao Resultado Financeiro do exercício, a ocorrência de superávit da ordem de Cr\$ 166.292.008.424,00, o que evidencia o bom desempenho da execução orçamentária.

6. Por último, é de se lamentar que o mandamento do art. 45 da Constituição careça, ainda, de integração normativa, por via de legislação ordinária. Com efeito, dispõe o referido artigo que "a lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos Atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta". Essa norma constitucional, para se tornar plenamente eficaz e viabilizar o exercício da função fiscalizadora do Congresso em sua plenitude, deve ser urgente e convenientemente disciplinada, para o que várias são as iniciativas neste sentido, todas ainda não concretizadas na legislação em questão.

Que se dê todo o empenho e esforço a esse fim.

#### VOTO

Ante o exposto, atestada a correta prestação das Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1978, com apoio nas considerações procedentes constantes do nosso Relatório, aqui incorporadas como razões de voto, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

SALA DAS COMISSÕES, em 04 de dezembro de 1980.

CUNHA LIMA  
TANCREDO NEVES

JOSÉ GUIOMARD  
JORGE KALUME

RAIMUNDO PARENTE  
TEOTÔNIO VILELA

VICENTE VUOLO  
JUTARY MAGALHÃES

MARTINS FILHO  
LÁZARO BARBOZA

AMARAL PEIXOTO

#### PARECERES N.ºs 40 E 41, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 1, de 1980, que altera o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal.

#### PARECER N.º 40, DE 1981

##### Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aloysio Chaves

O eminente Senador Luiz Cavalcante é o autor do presente projeto de resolução que altera o art. 243 do Regimento Interno da Casa, a fim de, conforme esclarece em sua justificativa, só admitir a suspensão de sessão, por motivos de falecimento "em casos especialíssimos e expressamente identificados".

Para tanto, a proposição configura como hipóteses em que poderá ocorrer a suspensão de sessão: as de falecimento de Presidente da República, Vice-Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal.

Com essa nova redação, exclui-se a suspensão da sessão por morte de qualquer parlamentar, incluindo-se a suspensão por falecimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, mantida, em relação a membro do Congresso Nacional, a suspensão apenas nos casos de morte do Presidente da Câmara dos Deputados ou do Presidente do Senado Federal.

Como se vê, a alteração proposta pelo projeto realmente diminuirá sensivelmente as oportunidades de suspensão de sessão do Senado, em consequência de falecimentos, justamente porque a área de abrangência da medida é marcadamente reduzida.

A matéria, como se observa, não incursiona poderosamente na área jurídica ou constitucional, limitando-se a uma reforma de ordem regimental, típica do regime de funcionamento da Casa Legislativa.

A conveniência e a oportunidade do projeto serão, portanto, examinadas pela Comissão Diretora do Senado, uma vez que, nos aspectos de juridicidade e constitucionalidade, nada encontramos a contraindicar a sua tramitação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1980. — Nelson Carneiro, Presidente, em exercício — Aloysio Chaves, Relator — Franco Montoro — Cunha Lima — Almir Pinto — Bernardino Viana — Moacyr Dalla — Aderbal Jurema.

#### PARECER N.º 41, DE 1981

##### Da Comissão Diretora

Relator: Senador Gastão Müller

Visa o presente projeto, de autoria do nobre Senador Luiz Cavalcante, a alterar o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de somente permitir o levantamento da sessão, por motivo de pesar em caso de falecimento do Presidente ou do Vice-Presidente da República e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Pretende a proposição a excluir a suspensão da sessão por morte de deputado ou senador, ao mesmo tempo que insere a suspensão no caso de falecimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Entendemos que a alteração proposta não irá agilizar o funcionamento do Congresso e nem ajustar "o seu funcionamento a um processo de ação mais prático e mais atento aos aspectos de celeridade que a sociedade está a exigir", uma vez que a frequência de suspensão da sessão por tais acontecimentos é muito pequena e suas paralisações pouco alteram os trabalhos do Legislativo.

Vale ainda salientar o aspecto sentimental pela perda irreparável do companheiro que, muitas vezes, militou por muito tempo entre nós. Consideramos, portanto, a suspensão da sessão uma justa homenagem prestada pela Casa.

Ante ao exposto, opinamos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 1980. — Luiz Viana, Presidente — Gastão Müller, Relator — Nilo Coelho — Dinarte Mariz — Alexandre Costa — Gabriel Hermes — Lourival Baptista.

#### PARECERES N.ºs 42, 43 E 44, DE 1981

#### PARECER N.º 42, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 358, de 1980 (n.º 596, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) a elevar, em Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Tancredo Neves

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal plei-

to da Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) que objetiva contratar, junto a Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

**"Características da operação"**

A — Valor: Cr\$ 11.571.000,00

B — Prazos:

1 — de carência: 36 meses;

2 — de amortização: 144 meses (48 prestações trimestrais);

C — Encargos:

1 — juros de: 6% a.a.;

2 — correção monetária: 60% do índice de variação das ORTN's;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos Recursos: construção e implementação da Fazenda Escola Municipal Saint-Clair Ferreira."

O Conselho Monetário Nacional, examinando a viabilidade da operação concluiu:

"Trata-se de financiamento a que por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, da mesma Casa do Congresso, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a situação geral da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) apresenta-se conforme o quadro a seguir:

				Cr\$ mil
Dívida Consolidada Interna	Posição em 30-6-80	Operação Exame	Situação Posterior à Contratação Pretendida	
I — INTRALIMITE	403,5	—	403,5	
por contratos	403,5	—	403,5	
II — EXTRALIMITE	—	11.571,0	11.571,0	
a) FDU	—	—	—	
b) FAS	—	11.571,0	11.571,0	
c) BNH	—	—	—	
III — TOTAL GERAL (I + II)	403,5	11.571,0	11.974,5	

5. Levando-se em conta, entretanto, a soma do endividamento intra e extralimite, para efeito de análise sobre a capacidade de pagamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

	Posição em 30-6-80	Dívida Intra e Extralimite	Operação Sob Exame	Situação Posterior à Pretendida	Limites do Art. 2.º da Res. n.º 62/75
Montante Global .....	403,5	403,5	11.571,0	11.974,5	4.360,4
Crescimento real anual .....	—	213,2	6.881,9	6.668,7	1.245,8
Dispêndio anual máximo ....	—	—	1.622,2	1.622,2	934,4

Verificando-se, assim, que a operação está conforme as normas vigente no Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo seu acolhimento, na forma do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13, DE 1981**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) a elevar em Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º **A Prefeitura Municipal de Paineiras (MG), nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção e implantação da Fazenda Escola Municipal Saint-Clair Ferreira, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.**

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Teotônio Vilela, Presidente — Tancredo Neves, Relator — José Lins — Benedito Canelas — Lenoir Vargas — Bernardino Viana — Luiz Cavalcante.

**PARECERES N.º 43 E 44, DE 1981**

Sobre o Projeto de Resolução n.º 13, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) a elevar, em Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada".

**PARECER N.º 43, DE 1981**

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Tancredo Neves

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Men-

sagem n.º 358/80, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Paineiras (MG) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros), destinado a financiar a construção e implementação da Fazenda Escola Municipal Saint-Clair Ferreira.

Considerando que a proposição atende aos pressupostos constitucionais e regimentais relativos à espécie, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Tancredo Neves, Relator — Lenoir Vargas — Almir Pinto — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Raimundo Parente — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Lázaro Barboza.

**PARECER N.º 44, DE 1981**

DA COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

Relator: Senador Raimundo Parente

Sob exame, Projeto de Resolução da Comissão de Economia do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paineiras a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil cruzeiros), destinado a financiar a construção e implementação da Fazenda Escola Municipal Saint-Clair Ferreira.

A Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à proposição, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Tratando-se de operação que contribuirá para o desenvolvimento do Município na área própria dos serviços públicos, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, de 1980. — Almir Pinto, Presidente, em exercício — Raimundo Parente, Relator — Murilo Badaró — Aderbal Jurema — Lenoir Vargas — Jutahy Magalhães — Amaral Furlan — Benedito Canelas — Moacyr Dalla — Lázaro Barbosa — José Sarney.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 28, de 1981 (nº 43/81, na origem), de 23 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado proposta do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que a Escola Superior de Educação Física de Goiás — ESEFEGO, seja autorizada a realizar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado da Paraíba, o Ofício S/04, de 1981 (nº GG-21, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares), para o fim que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Durante o recesso, a Presidência recebeu comunicação do Senhor Senador Luiz Fernando Freire de que se ausentaria do País no período de 27 de fevereiro a 14 de março de 1981, em viagem de caráter particular.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lida a seguinte*

Brasília, 26 de fevereiro de 1981.

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que, reiterando comunicação anterior, integro o Bloco Parlamentar do Partido Popular desta Casa.

Cordimento. — *Luiz Fernando Freire.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O Expediente lido vai à publicação.

À Presidência se impõe uma explicação, dirigida particularmente à Bancada do Partido Popular.

O nobre Senador Luiz Fernando Freire, em comunicação que fez presente à Mesa, reitera comunicação anterior no sentido de que integra o Bloco Parlamentar do Partido Popular.

Não há, em relação à Secretaria-Geral da Mesa, nenhum expediente anterior em que S. Exª tenha feito sentir a sua decisão de integrar o Bloco do Partido Popular, razão pela qual nós recebemos o documento como sendo o primeiro neste sentido. Houve, isto sim, um discurso de S. Exª em plenário em que ele dizia integrar, a partir daquele momento, o Bloco Parlamentar do Partido Popular, mas, é imperativo, do ponto de vista regimental, que se expresse e, por escrito, esta filiação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 1981

##### Complementar

*Veda a alteração dos casos de inelegibilidades e das normas eleitorais ou partidárias, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à realização de eleições de âmbito federal, estadual e municipal.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica vedada, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à realização de eleições de âmbito federal, estadual ou municipal, a alteração dos casos de inelegibilidade previstos em lei complementar, bem assim de quaisquer normas relativas à legislação eleitoral ou partidária.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

##### Justificação

As instituições democráticas dependem, evidentemente, do respeito aos princípios de ética jurídica. Assim, não se podem resguardar na boa ordem moral iniciativas que, alterando violenta e inopinadamente as instituições jurídicas, instaurem soluções e comportamentos refratários à realidade sócio-política, fundada nos princípios disciplinadores de uma normatividade preestabelecida e por todos acatada. Somente a ação arbitrária e, portanto, em contradição aos valores morais da sociedade poderia responsabilizar-se pela modificação de um instituto jurídico, às vésperas de sua execução, dissociando-o dos seus relacionamentos objetivos de causa e efeito. Infelizmente, temos observado iniciativas — sobretudo nos âmbitos eleitoral e partidário — objetivando a alteração do chamado “jogo político”, a fim de, sob

a capa de uma racionalização legal, impor, em concreto, soluções favoráveis ao grupo dominante, que mancha a legislação toda vez que, impossibilita de obter êxitos no campo eleitoral, tem de enfrentar a realidade da manobrista popular.

Imprescindível, também, que se dê ao Tribunal Superior Eleitoral prazo suficiente para adequar suas diretrizes e resoluções à lei criada.

Por outro lado, o projeto permite, ainda, ao eleitor comum conhecer, um ano antes das eleições as regras do processo eleitoral.

Com o presente projeto de lei complementar, pretendemos impedir que, no período próximo à realização de eleições, possa o arbítrio influir nas decisões políticas, subtraindo do eleitorado prerrogativas que, até aquela data, estavam conformes com a lei vigente e, portanto, com os princípios morais da sociedade.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *Itamar Franco.*

*(À Comissão de Constituição e Justiça.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1981

*(Da Comissão Diretora)*

*Dá nova redação ao art. 484 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), alterando a Resolução nº 57, de 1976.*

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O caput do art. 484 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a modificação contida na Resolução nº 57, de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 484. Os Conselhos de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal (CEGRAF) e do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) serão presididos por um membro da Comissão Diretora, por ela indicado, e integrados, cada um, por quatro membros designados pela Comissão Diretora, e pelo Diretor-Executivo respectivo, na qualidade de membro nato.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

##### Justificação

Através dos anos, foram-se acumulando e ampliando as atribuições do Primeiro-Secretário do Senado Federal de tal forma que o desempenho das incumbências que lhe foram cometidas exige do titular enorme sacrifício, sendo quase impossível desincumbir-se de todas.

Ao mesmo tempo, as demais Secretarias estão esvaziadas, ficando os titulares das demais funções sem outra atribuição senão a de substituir o Primeiro-Secretário em seus impedimentos.

Urge corrigir a situação atual, com distribuição das diferentes tarefas da Administração entre os componentes da Comissão Diretora, a fim de não sobrecarregar um só dos seus integrantes e possibilitar um desenvolvimento mais consentâneo à solução dos problemas administrativos.

Um dos pontos a corrigir é o constante do presente projeto de resolução: pela redação atual do art. 484 do Regulamento Administrativo o Primeiro-Secretário é o Presidente dos Conselhos de Supervisão do CEGRAF e do PRODASEN. A redação proposta retorna o problema à situação anterior, ou seja, um dos membros da Comissão Diretora será o Presidente dos referidos Conselhos de Supervisão. Ao início de cada gestão administrativa as tarefas serão distribuídas, entre elas a de presidir os Conselhos de Supervisão, de acordo com o entendimento de cada Comissão Diretora.

Sala da Comissão Diretora, 9 de março de 1981. — *Jarbas Passarinho, Presidente — Passos Pôrto — Gilvan Rocha — Cunha Lima — Jorge Kalume — Itamar Franco — Almir Pinto.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O projeto que vem de ser lido, após publicado e distribuído em avulsos, ficará sobre a mesa, durante três sessões, a fim de receber emendas, após o que será despachado às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidas as seguintes*

Sr. Presidente:

Indicamos, nos termos do Regimento, o Sr. Senador Nilo Coelho para Líder da Maioria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1981. — *Luiz Viana* — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Murilo Badaró — José Lins — Almir Pinto — Passos Pôrto — Lourival Baptista — Bernardino Viana — José Guimard — Aderbal Jurema — Jutahy Magalhães — Moacyr Dalla — Luiz Cavalcante — Vicente Vuolo — Amaral Furlan — Gabriel Hermes — Eunice Michiles — José Sarney — Jorge Kalume — Aloysio Chaves — Benedito Ferreira — Dinarte Mariz — Amaral Peixoto — Helvídio Nunes — Lomanto Junior — Hugo Ramos — Maurício Leite — Martins Filho — João Calmon.

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, temos a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em reunião realizada em 24 de fevereiro do corrente ano, deliberou indicar o Senhor Senador Marcos Freire para Líder do Partido.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *Paulo Brossard* — Roberto Saturnino — Evandro Carreira — Itamar Franco — Mauro Benevides — Adalberto Sena — Humberto Lucena — Lázaro Barboza — Jaison Barreto — José Richa — Teotônio Vilela — Leite Chave — Agenor Maria — Orestes Quêrcia — Cunha Lima — Pedro Simon — Henrique Santillo.

Presidente:

Indicamos, nos termos do Regimento Interno, o Sr. Senador Evelásio Vieira, para Líder do Partido Popular no Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *Tancredo Neves* — Affonso Carmargo — José Fragelli — Saldanha Derzi — Mendes Canale — Gastão Müller — Gilvan Rocha — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — As comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

#### REQUERIMENTO Nº 2, DE 1981

Pelo falecimento do Deputado Wilmar Guimarães, requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Goiás;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *Nilo Coelho* — *Marcos Freire* — *Lourival Baptista*.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O requerimento, na forma regimental, deve ser submetido a votação, precedida de discussão se assim o desejarem os Srs. Senadores.

*O Sr. Luiz Cavalcante* (PDS — AL) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE** (PDS — AL. Para discutir o requerimento.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fui colega do Deputado Wilmar Guimarães em 1959 quando, parece, pela primeira vez ambos éramos eleitos para o Congresso Nacional. Depois tive a oportunidade de ser novamente colega do inditoso Deputado goiano, quando fui eleito Deputado em 1967 e ele reeleito. Agora falece aquele antigo colega, o qual, se não foi meu íntimo amigo, com ele sempre mantive boas relações de entendimento. Lamento, portanto, como todos os presentes, o falecimento do antigo parlamentar.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, viemos de um recesso de três meses e quatro dias. Toda a Nação está de olhos pespegados em nós, nesta primeira sessão, esperando as nossas reações em face dos muitos acontecidos nestes últimos três meses e quatro dias. E justamente nesta primeira sessão, por uma fatalidade regimental, eis que não vai haver sessão, suspensa que será.

É verdade que pode V. Exª, por sugestão de qualquer dos colegas, convocar outra sessão, e então discutiremos os momentosos temas esperados para a sessão de hoje. Mas isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a meu ver, não calha bem na opinião pública; pode parecer um disfarce de mordomia, para que tenhamos uma sessão extraordinária logo no primeiro dia após o longo recesso.

Tenho, de minha parte, um projeto modificando essas reações do Plenário face ao falecimento dos membros do Poder Legislativo. Porque, na verdade, há duas sessões suspensas para cada parlamentar que falece, quer desta Casa, quer da outra: a suspensão da sessão quando é comunicado ao Plenário o falecimento e outra, uma sessão especial para prantear o parlamentar recém-extinto. O meu projeto é justamente no sentido de que não se suspenda a sessão quando se toma conhecimento do falecimento do parlamentar. Lamentemos o infausto acontecimento, mas que prossiga a sessão. Lembrei certa vez e agora repito o lema do circo: "O espetáculo continua, haja o que houver".

Além disso, Sr. Presidente, é preciso convir que este é o Poder mais vulnerável; é o Poder sobre o qual todo mundo quer tirar a sua casquinha.

Há poucos dias, li em um dos jornais mais insuspeitos, — no caso um jornal de uma tradição democrata acima de toda suspeita, jornal amigo do Poder Legislativo, *O Estado de S. Paulo*, — no seu principal editorial, aquele que encima os editoriais da página 3, um que tinha o título: "A Ilha da Fantasia". E esta "Ilha da Fantasia" era o Congresso Nacional. O jornal arrolava naquele editorial algumas das nossas mazelas e partiu para uma generalização tremenda, nos tachando, isto é, ao Congresso Nacional, de "Ilha da Fantasia".

Foi a meu ver um exagero, mas não foi de todo uma mentira. Havia um fulcro de verdade: é que, em certas circunstâncias, nós, humanos que somos, cometemos erros graves, que se refletem contra nós próprios.

Dizia o falecido historiador e sociólogo Tonybee que pesa sobre os países em desenvolvimento a fatalidade de duas opções: ou a ditadura militar ou a ditadura comunista. E acrescentava o historiador: "Escapar a este dilema é função do Congresso, que ele só exercita quando se afirma como Poder".

É o que devemos fazer, Sr. Presidente — não perdermos a oportunidade para nos firmarmos como poder, Poder que zela sobretudo pela austeridade. Pranteando o falecimento do Deputado Wilmar Guimarães, Sr. Presidente, eu, por coerência, sou contra o levantamento da sessão e contra isso votarei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

*O Sr. Henrique Santillo* (PMDB — GO) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Tem a palavra o nobre Senador Henrique Santillo.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO. Para discutir o requerimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Estado que represento nesta Casa, nos últimos anos, tem sido submetido a lastimáveis e irreparáveis perdas no que diz respeito a homens que por sua luta, pelo seu trabalho, pela sua participação efetiva, contribuíram, colaboraram para escrever uma parte da sua História.

Trata-se, agora, do pranteado Deputado Wilmar Guimarães, com quem pessoalmente convivi muito pouco ou quase nada, mas cuja história pública conheço, e o conheço bem como cidadão de meu Estado.

Estou certo de que marcante foi sua personalidade, a retidão de caráter e a coerência de seu pensamento político, suas posições políticas, inclusive.

Udenista tradicional, primou pela coragem cívica e, também, coragem física quantas vezes, num Estado em que sabem os Srs. Parlamentares, se submete quase sempre a vicissitudes políticas, atritos políticos não pouco frequentes. E essa coerência de pensamento político levou-o a apoiar em 1964 a Revolução de Março, mas da qual, sempre que julgou necessário e justo, soube divergir...

*O Sr. Benedito Ferreira* (PDS — GO) — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO) — ... soube divergir de modo justo e honesto. De modo que eu também me associo aos autores deste requerimento de homenagem póstuma que esta Casa presta à figura ilustre.

Concedo ao meu coestaduano, companheiro, par desta Casa, o nobre Senador Benedito Ferreira, com muito prazer, um aparte.

*O Sr. Benedito Ferreira* (PDS — GO) — Nobre Senador Henrique Santillo, a Casa, por certo, dá, muitas vezes, pouca expressão política ao nosso Estado e pôde não conhecer, lamentavelmente, a bravura moral que revestiu a existência de Wilmar da Silva Guimarães. V. Exª lembrou muito bem e, como jovem que é, naturalmente como todo jovem, generoso — apesar de adversário de Wilmar Guimarães — não regateou a verdade quando reconheceu que ele vinha combatendo os seus hoje correligionários, sempre caracterizado pela coragem cívica e pela coragem moral, sobretudo tendo em vista que Goiás, quase como que esclerosado no tempo, uns 150 anos marginalizado do progresso do País, foi depositário e repositório de uma oligarquia sucedânea de outras anteriores, porque Goiás sempre foi vítima de oligarquias, e aquela que nós combatíamos ao lado de Wilmar Guimarães era tão dura quanto as anteriores. Realmente, nunca deu a Wilmar Guimarães, como a nós outros da velha e sofrida UDN de Goiás, trégua ou quartel. Lembro-me muito bem de que quando tinha doze anos de idade eu vendia o *Jornal do Povo*, que era o jornal da UDN de Goiás, e Wilmar Guimarães era o seu diretor. Quantas e quantas vezes a circulação do jornal tinha de ser resguardada com armas, muitas vezes de grosso calibre, para fazer face não a homens disfarçados, mas a policiais fardados que queriam impedir a circulação do jornal. E eu, particularmente — digo isto até com certa vaidade — apesar da pouca estatura com que a natureza me aquinhoou, já naquela época, com doze anos de idade, evidentemente um pouco menor do que hoje, era muito ágil nas pernas, nunca fui realmente pego pela polícia que tentava me tomar os jornais e me

bater, e quantas vezes isto ocorreu, e meu argumento maior era dizer aos soldados: "Não me batam porque vocês vão ter que enfrentar o Wilmar Guimarães". É com esta lembrança, e com muita saudade, que me associo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. E até aqui nesta Casa, hoje tão pontilhada de jovens, ou pelo menos jovens nossos contemporâneos e que sabem, pelo menos por ouvir dizer, o que os udenistas de Goiás passaram para criar o clima que afinal veio a existir no Estado para que pudesse ser o hospedeiro da Capital da República. Não com pouco sacrifício, pelo contrário foram muitos, para que nós chegássemos à posição que realmente chegamos a atingir, graças inequivocamente ao trabalho de homens como Wilmar Guimarães, combatendo diuturnamente a ditadura, os desmandos das oligarquias, permitindo que Goiás não só viesse a ser uma unidade conhecida e destacada no concerto dos demais Estados, mas que tivesse um clima de paz, um clima de ordem e que pudesse, afinal, hospedar a Capital da República, realizando o sonho de todos aqueles que desejavam a mudança da Capital do País para o Planalto Central. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> E assim, quase que de contrabando ao seu discurso, quero dar a V. Ex<sup>a</sup> o meu apoio para que junto à Mesa, seja atendido esse requerimento em homenagem póstuma àquele bravo que, sem dúvida alguma, deu uma contribuição decisiva para o aprimoramento dos nossos costumes democráticos. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

Sr. Presidente, realmente a Nação não desconhece o não pouco sacrifício da gente do meu Estado, assim como de outros Estados da Federação menos aquinhoados e mesmo dos mais desenvolvidos, no sentido de procurar acompanhar a história do País em toda sua amplitude. E Goiás tem sido um Estado que, mercê do sacrifício de sua gente, tem dado ao País, no passado sobretudo, homens públicos que souberam honrar as tradições de Goiás e o espírito de luta do povo goiano. E Wilmar Guimarães sem dúvida alguma está entre esses homens que agora como no passado honram a memória e honram as tradições de Goiás. Portanto, eu também pranteio o seu desaparecimento, nesta quase "Ilha da Fantasia em que vivemos, num clima de sonho, dos sonhos da democracia neste País, de fazer realmente deste País a verdadeira democracia, fazendo crescer o Congresso Nacional, deixando de ser pelo menos um órgão semi-inócuo para se transformar num Poder da República e volte a ter representatividade suficiente para representar, efetivamente, a gente brasileira nesta quase Ilha da Fantasia.

Sr. Presidente, estou certo de que Wilmar Guimarães se associou a todos nós, até há bem pouco tempo no sentido de que não apenas as sessões do Congresso Nacional, como bem disse o eminente companheiro, o eminente Senador, não apenas as sessões do Congresso Nacional sejam efetivamente sérias, com debates aprofundados sobre as questões nacionais, mas que possamos, também, este ano, conseguir conquistar aquelas prerrogativas indispensáveis ao Poder Legislativo, a fim de que ele possa, com legitimidade, representar todos os segmentos políticos da Nação brasileira. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE. Para discutir o requerimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho dito sempre que ninguém chega aqui a esta Casa e à Câmara dos Deputados por acaso. Todos que aqui chegam têm a sua história, e Wilmar da Silva Guimarães trouxe a sua história ao Congresso Nacional.

Chegamos juntos em 1959. Trazia ele a fama e a tradição de um guerreiro do Planalto Central, filho de Rio Verde, do mesmo município do patriarca e dominador de então, o saudoso Senador Pedro Ludovico. Nessa região da solidão e do isolamento, onde o seu poeta maior José Godoy Garcia diz que há mil anos de silêncio, nesta região do povo heróico, descendentes de imigrantes, de aventureiros, de homens que vieram de outros Estados em busca da riqueza e do sonho, nesta região Wilmar Guimarães se plantou, como um resistente à força oligárquica que dominava e que ainda domina no País a

política nas províncias, e pôde se revelar, além de um homem de coragem pessoal, um grande parlamentar e um grande político brasileiro.

Fui seu companheiro de partido, conheci-o na intimidade, juntos nos transferimos para Brasília, aqui participamos na Câmara dos Deputados, e na Câmara dos Deputados participamos do período inicial de implantação da Nova Capital. Wilmar Guimarães sempre se revelou, ao longo desses anos, um defensor intransigente do seu Estado. Foi constituinte em Goiás, participante da grande comissão que elaborou a sua Constituição. Foi também escritor e defensor dos recursos naturais daquele Estado.

Sr. Presidente, diante da história de um homem como este que marcou o destino da sua terra, penso que no primeiro encontro legislativo a sessão deva ser suspensa, porque só assim estaremos à altura da tradição desta Casa, que, nos instantes derradeiros de todos, se une em homenagem aos extintos.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE) — Com muita honra.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Fui também, na Câmara dos Deputados, durante várias legislaturas, colega de Wilmar Guimarães, e nele sempre encontrei um espírito público acentuado, um homem voltado para a reflexão séria em torno dos problemas da sua terra e da sua gente. E no momento em que V. Ex<sup>a</sup>, como os demais companheiros que lhe antecederam na tribuna, traça o seu perfil, eu desejo incorporar ao seu pronunciamento a minha total solidariedade à homenagem que o Senador presta, neste instante, à memória daquele ex-deputado.

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE) — Como vê, Sr. Presidente, os representantes dos diversos partidos políticos, os representantes dos partidos políticos do Estado de Goiás aqui falaram, e a palavra de todos nós simboliza a consternação desta Casa, que só poderá se materializar aprovando, neste instante, este requerimento, a fim de que a família de Wilmar Guimarães, o povo e o Governo do Estado de Goiás fiquem sabendo que o Congresso Nacional pranteia a perda desse eminente brasileiro goiano.

Muito obrigado. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, quando o Sr. 1º Secretário leu o requerimento, ficou claro que ele era assinado por vários Srs. Senadores e, particularmente, por dois líderes de bancada, o nobre Senador Nilo Coelho e o nobre Senador Marcos Freire.

Não havendo mais oradores para discutir o requerimento, submeto-o a votos.

O Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do nobre Sr. Senador Luiz Cavalcante.

A Mesa associa-se à homenagem e fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Antes de levantar a sessão, a Presidência convoca uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 15 horas e 20 minutos, com a seguinte

#### Ordem do Dia

##### — 1 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 1.219, de 1980), do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1979 (nº 32/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio sobre Transportes Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos Países do Cone Sul.

##### — 2 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 1.172, de 1980), do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1980, do Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso ao Art. 171 do Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos.*)

## ATA DA 2ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1981

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

#### — Extraordinária

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO, PASSOS PÔRTO E CUNHA LIMA

ÀS 15 HORAS E 20 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José

Sarney — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Maurício Leite — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista —



Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dallu — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Itamar Franco — Murilo Badaró — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Leite Chaves — Paulo Brossard.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### REQUERIMENTO Nº 3, DE 1981

Tendo sido convidado a integrar a Comitiva que acompanhará Sua Excelência o Senhor Presidente da República à Colômbia, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 36, § 2º, da Constituição e 44 do Regimento Interno.

Esclareço que deverei estar ausente do País durante cerca de 3 dias.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *José Sarney.*

#### REQUERIMENTO Nº 4, DE 1981

Tendo sido convidado a integrar a Comitiva que acompanhará Sua Excelência o Senhor Presidente da República à Colômbia, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 36, § 2º, da Constituição e 44 do Regimento Interno.

Esclareço que deverei estar ausente do País durante cerca de 3 dias.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *José Lins.*

#### REQUERIMENTO Nº 5, DE 1981

Tendo sido convidado a integrar a Comitiva que acompanhará Sua Excelência o Senhor Presidente da República à Colômbia, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos do art. 36, § 2º, da Constituição e 44 do Regimento Interno.

Esclareço que deverei estar ausente do País durante cerca de 3 dias.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981. — *Aloysio Chaves.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Os requerimentos lidos serão remetidos à Comissão de Relações Exteriores, devendo ser apreciados após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 1981

*Institui a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos.

Parágrafo Único. A Adoção Trabalhista a que se refere este artigo compreenderá a admissão voluntária de menores por empresas ou instituições de representatividade social, classista e profissional.

Art. 2º Esta lei aplica-se, de igual modo, a empresas ou instituições que pratiquem a Adoção Trabalhista, em convênio com a FUNABEM ou suas Fundações Estaduais, as quais poderão, para tal fim, proceder à triagem, encaminhamento e acompanhamento de menores.

Art. 3º Nas condições desta lei, o menor admitido ficará sujeito às disposições específicas da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Parágrafo Único. Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo disporá sobre o regime de incentivos às empresas e instituições que praticarem a Adoção Trabalhista, inclusive dispondo sobre dedução tributária no Imposto de Renda, das despesas com encargos sociais defluente da execução desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

#### *Justificação*

O brilhante trabalho que vem desenvolvendo a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, através das suas Fundações Estaduais, já precisa de um amparo concreto, para que se solidifique a sua ação de prevenção da marginalização. Ou seja, dar-se-á um instrumento bastante concreto para impulsionar suas metas que tentam, no seu corpo, impedir que a ociosidade transforme o dia do menor em companhias afins de perambulação indisciplinada.

Já neste momento, conseguem algumas Fundações Estaduais a colocação de menores em empresas públicas, a nível de estágio, com excelentes resultados, como é o caso do Estado de Sergipe. Dá-se o estágio por tempo muito curto, passível de uma renovação pouco protegida, disfarçadamente lotada num campo de instabilidade pouco confiável por parte dos menores.

O estágio, conforme sabemos, carrega consigo os defeitos próprios da deficiência de um contrato que se propõe a tão logo alcance. Não conta tempo de serviço, não recebe o amparo da previdência e cessa tão logo chegue o honroso momento da prestação do serviço militar. Ou seja, o que aparentemente é um amparo, não passa de uma tentativa frustrada no seu aspecto social final.

A Adoção Trabalhista, envolvendo a iniciativa privada, os sindicatos de classes, instituições sociais e filantrópicas, pode ser o ponto de correção dessa lacuna preenchível no momento brasileiro voltado para a necessidade de buscar fórmulas que resultem na prevenção contra a marginalidade. Os menores contidos na assistência social da FUNABEM e suas Fundações Estaduais são, certamente, as prováveis vítimas do envolvimento marginal existente nas esquinas, nas praças, nas feiras, nas ruas e, infelizmente, dentro da própria casa pela indução de parentes ou tutores que freqüentemente participem desse tipo de universo fora da lei.

Porém, é preciso que se estimulem as empresas e as instituições que atendam a mais este apelo que visa à paz social e à prevenção contra a violência. Sugere-se, então, que o Governo colabore com a iniciativa, criando sistema de incentivo, mediante desconto das despesas com obrigações sociais, feitas com esses menores, encaminhados pelas instituições envolvidas na propositura da lei, do seu bruto do imposto de renda a ser recolhido, o que será mínimo em função do máximo de retorno.

Assim sendo, ao atingir a idade propícia para a prestação do serviço militar, terão os empresários e instituições a certeza de que, sendo o seu funcionário convocado, esse apenas passará por um processo de sedimentação dos valores reais de uma sociedade, fundados no respeito, na disciplina, no amor ao trabalho e ao Brasil, retornando para a vida civil, se não tentar a carreira profissional militar, definitivamente recuperado para a vida, os seus e os demais brasileiros.

Nisto, ainda haverá um ponto fundamental, que se trata do seu tempo de serviço que não foi perdido, da previdência social que perdura durante o seu trabalho e de um vínculo sólido que contribuirá para revestir de cuidados mais naturais os envolvidos com a Adoção Trabalhista que propomos.

O presente projeto é da inspiração do eminente Secretário de Justiça e Assistência Social de Sergipe, Dr. Homero Diniz Gonçalves, que, antigo e eminente Juiz do Trabalho, tem vivência e amor à causa do menor brasileiro. Em sua homenagem e preocupado com o mais grave dos problemas nacionais, que é o do menor, trazemos esta contribuição ao debate do Congresso Nacional, que já tem ampla informação desse setor crítico do nosso desenvolvimento através da CPI do Menor feita pela Câmara dos Deputados, e que foi uma terrível denúncia à consciência do País.

Ficaremos muito felizes pelo apreço que der a esta bem-aventurada iniciativa.

Sala das Sessões, 9 de março de 1981 — Senador *Passos Pôrto.*

*(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.219, de 1980), do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1979 (nº 32/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos Países do Cone Sul.

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

*É a seguinte a redação final aprovada*

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1979 (nº 32/79, na Câmara dos Deputados).*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_\_, DE 1980**

*Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos Países do Cone Sul.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas dos Países do Cone Sul, realizada em Mar del Plata, de 7 a 11 de novembro de 1977.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.172, de 1980), do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1980, do Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, a redação final é dada como aprovada, de acordo com o art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

*É a seguinte a redação final aprovada*

*Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1980, que "acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940".*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 171 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com as alterações posteriores, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 171. ....

.....  
VII — vende, ou expõe à venda, obra de arte com indicação de falsa autoria."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Esgotada a matéria constante de Ordem do Dia.

Vai-se passar à apreciação dos requerimentos lidos no Expediente, de autoria dos Srs. Senadores José Sarney, José Lins e Aloysio Chaves.

Os requerimentos dependem de parecer da Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o nobre Senador Bernardino Viana, para proferir o parecer desse Órgão Técnico.

**O SR. BERNARDINO VIANA** (PDS — PI. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na forma do que preceitua o art. 36, § 2º, da Constituição, combinado com o disposto no artigo 44 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito os Senhores Senadores José Sarney Costa, José Lins Albuquerque e Aloysio Chaves licença para ausentarem-se do País no desempenho de missão diplomática.

O presente pedido se prende ao convite feito aos requerentes pelo Exmº Sr. Presidente da República para integrarem a Comitativa Oficial que visitará a República da Colômbia no período compreendido entre 10 e 13 de março próximo.

Entendemos que a iniciativa do Chefe do Executivo de convidar três parlamentares integrantes desta Casa para acompanharem-no à nação vizinha contribuiu sobremaneira para realçar a importância política deste corpo legislativo. Ademais, cumpre salientar ser esta uma forma não só de manter o parlamentar integrado no relacionamento externo do País, mas também, e sobretudo, inteirado dos rumos traçados no tocante à matéria pelo Poder competente.

Ante o exposto e tendo em vista a importância da missão a ser desempenhada, opinamos favoravelmente à autorização solicitada pelos eminentes Senhores Senadores José Sarney Costa, José Lins Albuquerque e Aloysio da Costa Chaves.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O parecer da Comissão de Relações Exteriores é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

**O Sr. Itamar Franco** (PMDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Tem a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PMDB — MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Leio no *O Estado de Minas*, de domingo último, 8 de março, o seguinte título:

#### TEME-SE PELA SEGURANÇA DE FIGUEIREDO EM BOGOTÁ

**BRASÍLIA** — Diante de possíveis ameaças à integridade do Presidente João Baptista Figueiredo e demais componentes da comitiva brasileira que inicia uma visita oficial à Colômbia, na terça-feira, a Presidência da República decidiu aumentar seu efetivo de segurança, enviando ontem para Bogotá mais um grupo de agentes.

À Embaixada brasileira alertou o Itamarati sobre a atuação de grupos políticos que agem na Colômbia e que ontem executaram o empresário norte-americano Chester Bittermann, seqüestrado há 48 dias. Fontes de Brasília informaram que o assassinato de Bittermann não provocará mudanças na programação oficial do Presidente Figueiredo na Colômbia. De qualquer forma, durante os dias em que Figueiredo permanecer no país haverá dois aviões da FAB à sua disposição, em condições de levantar voo diante de qualquer emergência.

Sr. Presidente, evidentemente, estamos às vésperas da viagem do Senhor Presidente da República e é interessante que às vésperas da viagem do Senhor Presidente da República praticamente se forme a sua comitiva oficial com três ilustres Senadores que pertencem a esta Casa. Mas o que eu indago é se seria ainda conveniente esta viagem do Senhor Presidente da República a um país que está com a sua instabilidade governamental caracterizada, um país que somente na próxima quarta-feira terá um novo ministério. Então, a pergunta que eu deixo ao Senado Federal é por que o Senhor Presidente da República teria urgência nesta viagem? Será que o Itamaraty foi feliz na escolha da data? E aqui lembráramos a própria escolha da viagem do Senhor Presidente da República à França quando, praticamente agora em abril, nós teremos uma nova eleição presidencial naquele País.

É a pergunta que deixo ao Senado Federal, Sr. Presidente, nesta tarde, quando estamos apreciando o pedido de licença de nobres companheiros para integrarem a comitiva do Senhor Presidente da República. Não seria aconselhável, e não seria um fato inusitado, o cancelamento da viagem do Senhor Presidente da República à Colômbia? Não poderia ser um gesto de desconsideração nem um gesto antidiplomático muito mais sério já que é o próprio setor de segurança do Governo brasileiro que teme pela integridade física do nosso Presidente. Muito mais sério, repito, é se amanhã, numa operação militar cara e perigosa, tivermos que intervir para retirarmos, numa ação qualquer, a nossa comitiva, inclusive o Senhor Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, deixo a minha advertência, com o devido respeito, para que o Itamaraty medite sobre isso, nas próximas horas, e o próprio Presidente da República. Já disse que o adiamento não é um fato inusitado, porque há inclusive exemplo com o Senhor Presidente do Chile que já estava voando quando teve cancelada a sua visita oficial às Filipinas.

Neste instante em que estamos votando a licença dos nobres Senadores, é preciso que se diga aqui que esta advertência não significa nosso desacordo com a presença dos nossos nobres companheiros, ao contrário, S. Exs. lá honrarão o Senado da República. Claro que a Oposição não está presente, nem pretenderia estar, mas a presença dos nobres companheiros honra o Senado Federal, honra a todos nós.

**O Sr. Henrique Santillo** (PMDB — GO) — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PMDB — MG) — Pois não, com muito prazer.



O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Senador Itamar Franco, acho bastante lúcido que V. Ex<sup>a</sup>, com o seu espírito público, realmente pretenda proteger a integridade física, inclusive, do Senhor Presidente da República. Diria até mais que, a estas alturas, no momento em que populações famintas são obrigadas a invadir cidades na busca do alimento, sobretudo no Nordeste brasileiro, assolado por terrível seca, por problemas ainda mais terríveis no que diz respeito às áreas sociais, não deveria haver ausência do Presidente da República. S. Ex<sup>a</sup> deveria estar lá no Nordeste, lá no Ceará, com o seu ministério todo, para ver de perto o problema, para tomar providências, diria instantâneas, para acudir aquelas populações. Eu, portanto, talvez por outros motivos, me colocaria ao lado de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de solicitar também que não se ausentassem do País o Presidente da República, uma série de Ministros, uma série de homens públicos, enquanto gravíssimos problemas grassam internamente neste País.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — V. Ex<sup>a</sup> acrescenta, com muita propriedade, um outro argumento para o não afastamento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, lembrando o problema nordestino.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que, somando o que traz a sua mente esta preocupação com a nossa preocupação, seria realmente, no nosso entendimento, desaconselhável a visita do Senhor Presidente da República à Colômbia.

O Sr. Benedito Ferreira (PDS — GO) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira (PDS — GO) — Eu peço o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e permissão ao Senador Henrique Santillo para divergir de S. Ex<sup>a</sup> no que diz respeito ao problema do Nordeste. São mais do que aflitivos, mais do que angustiantes, mas o Ministro específico para os problemas da região já lá se encontra, inclusive participando de reunião da SUDENE para *in loco*, percorrem as regiões, sentir os problemas e procurar equacioná-los. Tanto é que já se anunciou, inclusive através dos meios da imprensa, que está S. Ex<sup>a</sup> autorizado pelo Presidente da República, inclusive foi retirado da comitiva para, em nome do Presidente da República, e ninguém melhor do que S. Ex<sup>a</sup> procurar resolver esses problemas. Agora, quanto à segurança física que V. Ex<sup>a</sup> preconiza para o Presidente da República, é louvável a sua preocupação, mas imagine V. Ex<sup>a</sup> cada Chefe de Estado deixando-se intimidar pela ação nefasta dos terroristas, que hoje aflige todos os quadrantes da terra. Não sei como é que amanhã poderia este Governo tomar as decisões, em face das intimidações, porque isso vai ocorrer, vai continuar ocorrendo, enquanto nós energeticamente não coibirmos a ação desses terroristas. Logo, é realmente preocupante, mas por isso é que se tem as medidas cautelares, a exemplo desta que os organismos de segurança do nosso País irão tomar e como as que por certo aquele país amigo estará tomando. Não vejo, honestamente, como possam os chefes de Estados acovardar-se diante da ação dos terroristas, ação que não é mais novidade nos dias de hoje. Pelo contrário, acho que as lideranças têm que tomar posição e, corajosamente, enfrentar o problema de frente, vez que o que eles buscam é exatamente isso, é atemorizar as autoridades para a implantação do caos. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Senador Benedito Ferreira, não se trata aqui de se acovardar ou de ser corajoso. Lembrei, inicialmente na minha fala, a instabilidade governamental, e política que atravessa, neste instante, o país vizinho e amigo. Pressupõe-se que, numa viagem presidencial, sobretudo em viagem presidencial, a estabilidade política e governamental exista entre as duas nações.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Pois não.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Só para acrescentar ao que foi dito pelo eminente Senador por Goiás. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a segurança de um Chefe de Estado estrangeiro é feita pelo próprio país que o recebe. De modo que não haveria do que se duvidar, porque na hipótese de uma desestabilização do Governo da Colômbia, seria o próprio Governo da Colômbia quem pediria o adiamento. E sabe também V. Ex<sup>a</sup> que a Colômbia tem uma das democracias mais estáveis do Hemisfério. O regime lá está normal, os ministros renunciaram porque lá o prazo de desincompatibilização é de um ano para as eleições. O que houve realmente foi a renúncia coletiva para o processo eleitoral, e não fruto de uma desordem de natureza política. O Presidente da República não poderia adiar, por exemplo, uma viagem já programada por causa da crueldade há poucos dias, da morte daquele pastor fundamentalista americano feita pelo Movimento Revolucionário 19 da Colômbia. É um fato isolado dentro do contexto político do País. A Colômbia está em situação de tranqüilidade para receber o Presidente de nosso País e a sua comitiva e há interesses bilaterais. De modo que o Presidente não poderia, em hipótese algu-

ma, adiar, exceto se houvesse, por parte do país, interesse em que houvesse esse adiamento. Nós agradecemos muito a advertência de V. Ex<sup>a</sup>, mas ela não procede porque até agora não há nenhum motivo que justifique esse adiamento. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Respeito a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, mas pinço as suas palavras quando diz que o Ministério daquele país, no seu todo, renunciou. Não sei, Sr. Presidente, porque a mensagem da visita presidencial não especifica quais os assuntos que o Senhor Presidente da República vai tratar, com quem vai conversar. Não sei se o Senhor Presidente da República apenas vai dialogar com o Presidente da República Colombiana; por certo, no momento em que esse país está sem um ministério organizado, um ministério sob renúncia, como diz o Senador Passos Pôrto, não sabemos que acordos bilaterais Sua Excelência poderá fazer.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, encerrando minhas palavras, eu queria recordar que tenho na Comissão de Constituição e Justiça, desde junho de 1980, um projeto tentando regulamentar o artigo 80 da Constituição, sobre as viagens do Senhor Presidente da República e do Senhor Vice-Presidente da República, que diz, entre outras coisas, o seguinte:

"Art. 2º — O pedido de licença será acompanhado de justificação na qual se esclarecerá:

- a) o período de ausência;
- b) a razão determinante da viagem;
- c) a natureza dos entendimentos a serem mantidos com as autoridades estrangeiras, se for o caso; e
- d) os integrantes da missão".

Hoje, estamos sabendo quais são os integrantes dessa missão.

E, mais importante, Sr. Presidente, apesar disto não estar na nossa Constituição, não ser obrigatório, eu gostaria que, quando do retorno do Senhor Presidente da República, o Congresso Nacional fosse informado, convenientemente, da sua missão.

No artigo 3º deste meu projeto eu lembro o seguinte:

"Art. 3º quando do retorno ao território nacional, a autoridade que se tenha ausentado submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 30 dias, relatório circunstanciado sobre a viagem, contendo:

- a) resultado dos entendimentos mantidos; e
- b) cópia dos tratados, ajustes, convênios, protocolos ou outros instrumentos firmados em nome do País".

Sr. Presidente, aqui fica, pelo menos, a minha palavra; não digo advertência, mas sobretudo o desejo de que transcorra em clima de paz e de entendimento a viagem do Senhor Presidente da República.

Para nós, o Governo brasileiro deveria cancelar essa viagem. Não o fazendo, esperamos que, no seu retorno, o Congresso Nacional tenha conhecimento do que se tenha passado nessa viagem. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Passa-se à votação do Requerimento nº 3, do nobre Senador José Sarney.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Votação do Requerimento nº 4, do nobre Senador José Lins.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Votação do Requerimento nº 5, do nobre Senador Aloysio Chaves.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Aprovados os Requerimentos, ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 97 e 98, de 1980 — CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-Leis nºs 1.807 e 1.808, de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista (PDS — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 2 de fevereiro deste ano, os principais jornais, radioemissoras e televisões de todo o mundo divulgaram a notícia do falecimento, em Paris, de uma das mais notáveis personalidades da França, o Ministro Norbert Segard.

O prematuro desaparecimento desse eminente cientista, aos 58 anos de idade, deixou consternada a comunidade científica internacional em virtude das circunstâncias em que se verificou.

O telegrama publicado pelo O Globo, a 2 de fevereiro de 1981, assim transmitiu a dolorosa ocorrência:

**"FUMO MATA MINISTRO FRANCÊS; MAS FICA O ALERTA".**

"Paris — Norbert Segard, Ministro Delegado para as Questões Científicas e às Técnicas do Futuro, da França, morreu ontem, aos 58 anos, em Lille, vítima de câncer pulmonar, dois anos depois de ter ido à televisão anunciar a extirpação de um pulmão e pedir aos fumantes que largassem o tabagismo — que é morte, que é suicídio".

O Ministro fumava desde os 18 anos. Norbert Segard, doutor em Ciências Físicas, não esmoreceu após a ablação do pulmão e trabalhava, segundo seus colegas, com redobrado esforço. — "Devemos ter a coragem de sobreviver até o fim — dizia ele."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao ensejo deste meu primeiro pronunciamento, quando se inicia a Sessão Legislativa de 1981, o doloroso acontecimento divulgado pelo *O Globo* constitui uma trágica demonstração, vivo exemplo e dramática confirmação da ameaçadora e nefasta periculosidade do vício de fumar. Uma contundente ilustração das terríveis consequências de um flagelo contra o qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) desfechou, o ano passado, em escala planetária, enérgica ofensiva, visando, desde logo, a reduzir e, a longo prazo, extirpar o mau hábito supostamente elegante e gerador de refinados prazeres, que é o cigarro.

A campanha desenvolvida pela OMS durante todo o ano de 1980, resumida no dilema — "Fumo ou Saúde: a escolha é sua", conscientizou os governos, instituições educativas, científicas e culturais, empresas e populações de todos os países, no sentido de serem tomadas medidas enérgicas e concretas contra o vício do fumo, a fim de evitarem efeitos trágicos, como o falecimento do Minsitro Segard — uma das vítimas dessa praga que atinge impressionante quantidade de homens e mulheres em todos os países.

No que me diz respeito, promovi uma tenaz campanha, da tribuna do Senado Federal, consubstanciada em discursos proferidos em diversas ocasiões, com a finalidade de alertar o nosso povo para os perigos do excessivo consumo de cigarros que fazem do Brasil um dos maiores mercados mundiais do fumo, com mais de 25 milhões de viciados.

Entendi ser do meu dever colaborar com a OMS e com os órgãos especializados de Saúde e Educação do Poder Executivo, para a defesa da saúde da população, reconhecidamente vulnerável às consequências de um vício tanto mais perigoso quanto mais frágeis se apresentam as vítimas debilitadas pela desnutrição, pelas doenças, pela ignorância, pelos níveis de poluição ambiental e péssimas condições de vida.

Enfrentando incompreensões e críticas deformadas, de origem suspeita, prossegui com desassombro e energia, durante o recesso parlamentar, em duas entrevistas concedidas à VOZ DO BRASIL, respectivamente nos dias 22 de dezembro de 1980 e 26 de janeiro de 1981, oportunidades que aproveitei para condensar, dimensionar e avaliar o conteúdo, os resultados e as perspectivas da campanha que levei a efeito, da Tribuna do Senado Federal.

Por ocasião da segunda entrevista à "VOZ DO BRASIL", a 26-01-81, senti-me particularmente estimulado pela valiosa informação que me proporcionou o consagrado jornalista Zózimo Barroso do Amaral, quando divulgou, em sua prestigiosa e apreciada coluna do *Jornal do Brasil* — precisamente a 21-12-80, Caderno B, página 3 — notícia a respeito de uma reportagem do *PARIS — MATCH* sobre os problemas a que me vinha dedicando.

Dizia a referida notícia, que a seguir transcrevo:

"Apavorante" — "Sob o título "Como o fumo mata", o *PARIS MATCH* que saiu esta semana, em Paris, publica uma reportagem que é um dos mais expressivos e aterradores documentos já reunidos sobre os malefícios causados pelo fumo".

"Fotografados minuciosamente com uma micro-câmera, os pulmões doentes pela aspiração diária de centenas de substâncias químicas nocivas se revelam em toda sua negrura e horror.

"O documento é apavorante e vai ao ponto de mostrar fotos de tumores cancerígenos em formação nas cavernas pulmonares combatidas pela ação permanente e fatal do tabaco.

"Por isso mesmo — concluiu o jornalista Zózimo Barroso do Amaral — deveria ser editado em português e distribuído em todos os colégios, escolas, clubes, ou em qualquer agremiação que reúna jovens candidatos a vítimas impiáveis do cigarro — este vício hediondo, pai da desgraça e do infortúnio".

Impressionado pela informação concisa e veemência da sugestão final daquele ilustre jornalista, procurei, de imediato, adquirir os dois números do *Paris-Match*.

O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC) — V. Exª me concede um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Pois não, com muito prazer, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC) — Estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de V. Exª contra o fumo. V. Exª, com este procedimento, está dando continuidade à meritória campanha iniciada desde 1979, quando aqui cheguei, alertando os seus patrícios e os meus patrícios contra os males que o fumo causa. V. Exª tem o meu apoio e prossiga, porque assim procedendo está prestando um grande serviço ao País.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Sou grato a V. Exª, eminente Senador Jorge Kalume, pelo seu aparte e também pelo subsídio que me enviou há poucos minutos, de assunto referente ao combate ao fumo. Um artigo do *O Estado de S. Paulo*, publicado no último domingo, onde se lê o título "No Sul, as Escolas no combate ao fumo". Refere-se a uma campanha que está sendo desenvolvida nas escolas de 1ª e 2ª Graus, pelas Secretarias de Saúde e Meio Ambiente e de Educação do Rio Grande do Sul.

Não tinha lido, ainda, este artigo, mas agradeço a V. Exª esta valiosa contribuição, que será tema de outro pronunciamento que farei nesta Casa...

O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC) — V. Exª poderia até incorporar ao seu pronunciamento a notícia estampada no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — O pedido de V. Exª é válido e solicito ao Sr. Presidente que este artigo seja incorporado a este pronunciamento.

Elaborada por Sabine de la Brosse, que entrevistou o Prêmio Nobel Lennart Nilsson, fotógrafo, e o Doutor Yan Lindebergh — dois cientistas suecos associados em pesquisas do Instituto Karolinska, de Stockholm — a aludida reportagem é, de fato, um documento fotográfico de imensa utilidade porque revela, através de imagens cientificamente obtidas, a seqüência dos estragos e da devastação provocada pelos cigarros, destruindo os tecidos da traquéia, dos brônquios e dos pulmões, quando invadidos pela fumaça.

Com as técnicas revolucionárias da microfotografia, utilizando a bronquioscopia, Lennart Nilsson conseguiu fotografar um tumor maligno no interior de um pulmão e a destruição das células que as tragadas vão provocando pela ação cancerígena da nicotina, do alcatrão, do monóxido de carbono, do arsênico, e do inacreditável elenco das substâncias nocivas carregadas pela fumaça de um cigarro aparentemente inofensivo.

Como escreveu Sabine de La Brosse, "... era necessário um grande fotógrafo para mostrar o que a medicina já sabia, mas que ninguém havia jamais visto.

Era necessário um especialista para guiar a câmera em busca das imagens e culminar com a fantástica reportagem da guerra do tabaco contra a vida."

São estas as razões que me levam a solicitar a incorporação, a este meu pronunciamento, também da magnífica reportagem do *Paris-Match*, publicada em dois números, respectivamente o *Paris-Match* nº 1648, de 26-12-80, e o nº 1649, de 2 de janeiro de 1981.

A divulgação em português desse documento constitui, inegavelmente, serviço que prestamos à defesa da saúde dos brasileiros, vitimados pelo vício do cigarro.

Cumpr-me, ainda, inserir as informações que Zózimo Barroso do Amaral publicou em sua Coluna do *Jornal do Brasil* (Caderno B, 25 de janeiro de 1981) a respeito da guerra que vem sendo movida, nos Estados Unidos, contra o fumo.

A transcrição dos referidos documentos se justifica como valioso subsídio ao pleno êxito da ofensiva que também deve ser realizada entre nós, contra o fumo, nos parâmetros de uma ação permanente, tecnicamente conduzida, somando-se esforços e recursos no âmbito das atividades dos órgãos governamentais e comunitários.

Este é um dos mais graves desafios que os Governos da União, dos Estados e Municípios têm de enfrentar, com a indispensável participação das lideranças empresariais, e da sociedade brasileira, fazendo convergir as energias de toda a Nação no sentido de melhorar as condições de saúde e bem-estar do nosso povo, seriamente ameaçado pelos nocivos efeitos de um flagelo que todos os países civilizados do mundo moderno tentam erradicar.

A este respeito, o grande exemplo nos vem dos Estados Unidos, quando o governo resolveu levar ao conhecimento da Nação e do mundo os resultados das exaustivas pesquisas realizadas por alguns de seus melhores cientistas e médicos especialistas.

nessa luta, seriamente ameaçado pelos nocivos efeitos de um flagelo que todos os países civilizados do mundo moderno tentam erradicar.

Assim é que a 11 de janeiro de 1964, autorizou a publicação do "Report of the Surgeon General's Advisory Committee on Smoking and Health", — o famoso Relatório governamental que comentei em um dos meus pronunciamentos desta alta Tribuna, em 1980, e que tem sido uma permanente fonte de consulta em todos os países (Public Health Service Publication nº 1103 — Superintendent of Documents — Governmental Printing Office, Washington, D.C. 20402).

A reação do povo norte-americano ao tomar conhecimento das conclusões e recomendações desse histórico documento foi singular: milhões de fumantes deixaram imediatamente de fumar. Outros tantos milhões passaram a fumar charutos ou cachimbos, na errada suposição de que seriam menos perigosos. Os outros milhões de dependentes, fumantes inveterados, totalmente viciados, tentaram reduzir a sua razão diária de cigarros.

As indústrias fumageiras e as grandes fábricas espalhadas pelo país, reagiram com o advento dos filtros, procurando recuperar os prejuízos ocasionados pelo mencionado Relatório, subitamente transformado num *best seller* nacional.

Desde então, prossegue, naquela nação, o combate sem tréguas, contra o tabagismo, com a eliminação da propaganda do vício através das redes de televisão, a proibição de fumar nos recintos fechados, nas escolas, teatros, ônibus, aviões, parques e em uma infinidade de áreas de trabalho e lazer.

O governo norte-americano enfrentou com energia o poder político da poderosa indústria de cigarros e dos 700.000 fazendeiros que cultivavam o tabaco, em 24 estados, como o seu principal produto ("... as one of their cash crops"). Para se ter uma idéia da batalha travada, os cultivadores de tabaco tinham o apoio de 48 Senadores e dezenas de representantes do povo no Congresso.

Mas a luta continua e, além das medidas fiscais adotadas com a finalidade expressa de reduzir o excessivo consumo de cigarros, a Federal Trade Commission está examinando inúmeras outras restrições a serem vigorosamente implantadas.

Apesar da reação das companhias interessadas na manutenção dos cigarros como um dos maiores negócios do mundo, elas foram compelidas a pregar ou editar, nos pacotes vendidos aos consumidores, a seguinte advertência:

"*Caution: Cigarette smoking is dangerous to health. It may cause death from cancer and other diseases.*"

*Cuidado: fumar cigarros é perigoso à saúde. Pode provocar a morte pelo câncer e outras doenças.*"

Aliás, este é o roteiro que deveríamos igualmente adotar.

Não há outro rumo a seguir se, de fato, desejarmos enfrentar o grande dilema que é o tabagismo.

Deveria o Governo brasileiro igualmente convocar, com a indispensável colaboração das universidades, em todos os níveis da Federação, os nossos melhores especialistas no campo das ciências e da medicina, em geral, — biologia, química, patologia, farmacologia, fisiologia, saúde pública, medicina preventiva, estatísticas e administração, — para o planejamento e a implementação de uma legislação adequada às realidades nacionais.

Por iniciativa do Poder Legislativo, a grande equipe por, ventura selecionada poderia, a curto prazo, dimensionar uma política realista de combate aos nocivos efeitos do vício de fumar.

Evidentemente os interesses contrariados reagirão, como vem ocorrendo em todos os países que resolveram preservar, como prioridade essencial e bem supremo, a saúde das populações ameaçadas, principalmente as mães, as crianças, os adolescentes e a juventude, isto é, os segmentos mais vulneráveis da população a ser protegida.

Encontro-me, Sr. Presidente, inteiramente engajado na campanha destinada a erradicar o flagelo, como uma imposição ética e responsabilidade inerente ao desempenho do mandato que exerço nesta casa do Congresso Nacional.

O Sr. Gabriel Hermes (PDS — PA) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Com muito prazer, eminente Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes (PDS — PA) — Nobre Senador, quero me congratular com V. Exª por iniciar este período das nossas atividades, dando combate a um dos males que mais prejudicam a população brasileira. É triste verificar o nosso desinteresse — cabe aqui esta expressão — em dar combate a este vício tão nocivo, reconhecido pelas autoridades médicas, pelos estudiosos e por todas as pessoas que sentem e sofrem o mal do fumo. Quando nós nos encontramos dentro de um avião ou em um recinto fechado, até mesmo dentro desta Casa, nós, os que não fumamos, sabemos que o fumo faz mal, mas sofremos os seus efeitos desagradáveis, prejudiciais a nossa saúde. Logo, só temos motivo para louvar-lhe, Sr. Senador, quando nós verificamos que o

fumo faz mal às crianças — e que mal! Ficamos desejosos que realmente vezes se levantem para que seja combatido essa terrível falha que temos em nossa Legislação. Quando se diz, como dizem alguns, que o fumo dá renda ao País, o que ele não dá de despesas, por dia, pelo que está fazendo de mal aos que sofrem de suas conseqüências, desde à terrível doença, que é o câncer, até as outras que alcançam as criaturas humanas? Quero congratular-me com V. Exª e peço para que prossiga nesta campanha, pois estará, com isso, servindo ao Brasil, sobretudo às crianças e aos mais velhos. Portanto, louvo-lhe o combate e peço, continue, porque está servindo ao Brasil.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Obrigado, eminente Senador Gabriel Hermes, pelo seu aparte.

Dois pontos me tocaram: primeiro quando V. Exª falou do mal que faz o fumo à criança. Se uma mãe responsável soubesse do mal que faz a fumaça de um cigarro a uma criança — essa mãe, dentro de um quarto, deitada numa cama, fumando, com o filho ao lado — se ela soubesse o prejuízo que ela está causando ao seu filhinho, ela nunca mais fumaria.

E a mãe grávida, que fuma, que abusa do fumo, muitas vezes por diletantismo, por *status*, não sabe o mal que está fazendo àquela criança que está por nascer.

O segundo, é o dispêndio que o Governo tem com os doentes, devido ao hábito do fumo.

Agradeço a V. Exª, eminente Senador Gabriel Hermes V. Exª que é um homem viajado, que tem visitado outros países, vê que este mal está sendo abolido. Na Europa, na América, onde V. Exª vai sempre, não encontra pessoas fumando em recinto fechado. Nos parlamentos existem salas de fumar. Como V. Exª muito bem disse, neste plenário, onde nós nos encontramos, onde somos 67 Senadores, 47 não fumam. O meu apelo, como médico, é no sentido de procurar dar uma contribuição, alertar dos males que causa o fumo. E aqui estão as reportagens do *Paris Match*: procure essas reportagens, e quem as ler, não fuma mais.

Muito grato a V. Exª, eminente Senador Gabriel Hermes, a quem concedo um novo aparte.

O Sr. Gabriel Hermes (PDS — PA) — Considere o mal que o fumo causa à economia nacional de todos os países. Estava eu nos Estados Unidos no final do ano passado, quando, na Califórnia, de oito incêndios que ocorreram naquele Estado, no período em que ali estive, dois foram indetificados como ocasionados pelo fumo dos viciados que, ao dormirem deixaram cair o cigarro. Veja V. Exª que atinge todos os cantos.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — E o desastre, onde morreu o nosso saudoso Presidente Filinto Müller, foi causado justamente por um cigarro. Há também outro assunto que V. Exª falou a respeito do imposto. Mas quanto o Governo gasta com o tratamento daqueles que fumaram, ficaram doentes e que depois morreram?

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — Senador Lourival Baptista, é de muita pertinência o seu pronunciamento sobre o fumo. Existem aqui, no Senado, em andamento, uns originários daqui e outros vindos da Câmara, diversos projetos restringindo a propaganda do fumo na televisão.

Obtivemos urgência para a votação, em Plenário, para a aprovação de um parecer de que fui o Relator, juntando em um substitutivo todos aqueles projetos concernentes à matéria. Estranhamente retornou a uma comissão e estamos com dificuldades de obter a aprovação de matéria de tão alta pertinência. Posso dizer a V. Exª que em todas as partes do País: Câmaras, assembleias, organizações, comunidades estão se levantando contra isso. Acho que poucos são tão funestos quanto o fumo. Digo isso porque fumei durante 17 anos seguidos, e se me perguntassem hoje qual foi a coisa mais importante ocorrida em minha vida, responderia que foi o fato de ter deixado de fumar. A vida muda, até mesmo a agudez intelectual, se revigora a disposição, o nível de saúde. E eu quero lembrar a V. Exª, a experiência de que tomei conhecimento no Exterior, uma vez. Um laboratório pôs 100 ratos brancos numa gaiola, e 100 ratos brancos em outra; ratos iguais, da mesma origem, da mesma procedência genética. Colocou na ração de uma dessas gaiolas nicotina, e na outra, não. Depois inoculou-se o germe do câncer, em ambos os grupos. 90% dos ratos, que receberam a nicotina tiveram câncer, e do outro lado, 90%, não. Quer dizer, apenas 10% contraíram a doença. Posso lhe assegurar que já há cinco anos, nos Estados Unidos, milhares de médicos vêm deixando de fumar pelo convencimento do mal. O fumo é causa cancerígena. É lamentável que o Executivo seja um dos setores que resistem à aprovação de um projeto que proíbe o fumo ou diminua a incidência de sua propaganda, sob a alegação de que constitui renda fiscal para o País. Mas em relação aos males que causa o fumo, essa renda é insignificante, maiores são os gastos advinentes com a saúde pública. Nesta parte, V. Exª tem total razão, quando diz que

os males sociais são incalculáveis em relação ao montante de alguns impostos que são arrecadados pela União. Apelo para o Senado, no sentido de que façamos duas coisas: proibamos aqui, no plenário não como uma medida odienta, mas necessária, o uso do fumo. Eu concordo com V. Ex<sup>a</sup> e assinarei qualquer projeto que vise à modificar o Regimento nesse sentido. E aproveitamos também os projetos em tramitação no Senado, objeto de substitutivo de minha autoria, aprovado tanto na Comissão de Justiça quanto na de Agricultura.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Sou muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Leite Chaves, pelo seu aparte, pelo subsídio que incorporou ao meu pronunciamento, e que muito me honra. É um companheiro nosso nesta Casa, que também reconhece os grandes males do fumo. V. Ex<sup>a</sup>, que já tem um projeto a este respeito, eu não tenho dúvida que, algum dia, nós o teremos aprovado, e esta Casa estará longe dos males da fumaça dos cigarros.

O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Ouço com muito prazer o eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) Nobre Senador Lourival Baptista, desejo, antes de mais nada, levar a V. Ex<sup>a</sup> os nossos aplausos por reencetar, com o mesmo empenho e obstinação, a sua campanha contra o fumo em nosso País. A exemplo do que fez o nobre Senador Leite Chaves, desejo recordar que na legislatura passada, após haver sido designado relator de vários projetos regulamentando a propaganda em torno do fumo, parti de uma proposição de autoria do nosso ex-companheiro Senador Ruy Santos e elaborei um substitutivo que, ao ser submetido ao Plenário, aqui teve a sua tramitação procrastinada, com a solicitação para exame por parte de outra comissão técnica do Senado Federal. Faço votos de que V. Ex<sup>a</sup> continue com essa mesma disposição, com essa mesma pertinácia e possa consignar novos êxitos nesta cruzada que empreende contra o fumo no País.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Sou muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mauro Benevides, pelo seu aparte, por este depoimento valioso que dá, por este seu grande interesse, também, de combate ao fumo.

Tenho sido vítima, inclusive, da incompreensão, das intrigas e do ódio gerado pelos meus inúmeros pronunciamentos contra o fumo.

Ainda recentemente, uma rádio-emissora tentou maliciosamente insinuar que eu também fumava, pretendendo assim desmoralizar a campanha que estou promovendo na dupla condição de médico e Senador.

No Sul do País estações de rádio davam que o Senador Lourival Baptista foi à televisão combater o fumo, falar contra o fumo e sentiu-se mal; foi retirado do ar. Quando me retiraram do ar eu meti a mão no bolso, puxei uma carteira de cigarro, tirei um cigarro e comecei a fumar. Como se isso viesse me contrariar, ou me aborrecer, ou me amedrontar. Pelo contrário, aí que eu continuo falando e falando sempre. Isto me foi dito; telefonaram-me perguntando se eu tinha feito alguma coisa. Era simplesmente uma campanha porque eu havia, dois dias antes, num programa da *Voz do Brasil* falado contra o fumo.

Agora, o que me alegria é o apoio que tenho recebido de colegas, as cartas de pessoas me felicitando pela campanha, de artigos de jornais que falam do combate ao fumo e livros que me enviam, os quais estamos guardando como subsídio para retornar a esta tribuna, e, nesta hora, desejo agradecer a todos aqueles que nos têm apoiado e incentivado na campanha que estamos realizando.

A insidiosa calúnia não prosperou porque jamais fumei em toda a minha vida.

Alguns interessados possivelmente a serviço dos interesses contrariados pela minha atitude, tentaram se infiltrar em órgãos de grande projeção na imprensa brasileira, numa vã tentativa de desmoralização pessoal, veiculando infâmias que, mercê de Deus, jamais poderia me atingir.

Sabem, todavia, os que me conhecem que não temo intimidações, críticas ou ameaças de qualquer tipo. Sou um homem curado e bem curado.

Não recuarei um milímetro sequer e vou prosseguir com a mesma energia, na luta empreendida em defesa da saúde, do bem-estar das famílias e da mocidade, também defendendo a saúde de 47 Senadores que não fumam nesta Casa, bem como da melhoria das condições do meio atingido pela poluição ambiental porque, aqui, não são só os Senadores que fumam, não. Existem os visitantes, os jornalistas, as outras pessoas, e quando chega 4 ou 5 horas da tarde, ninguém agüenta mais a fumaça. Aqueles que não fumam sentem-se mal e aqueles que fumam devem ter pena daqueles que não fumam. Um Homem como eu, já numa idade meio provecta, como o Senador Almir Pinto, que foi meu contemporâneo na velha Faculdade de Medicina da Bahia, outros jovens, como Mauro Benevides, como Leite Chaves, José Lins, Gastão

Müller, Cunha Lima, que têm muitos anos pela frente e o meu velho e querido amigo Passos Pôrto, que fuma, mas disse-me que vai deixar de fumar, precisa ser ajudado nesta campanha. Logo, nós temos que dar uma palavra de alerta àqueles que fumam. Aqueles que fumam devem ter pena daqueles que não fumam e fumarem fora do Plenário, ou então, fazer-se uma sala especial para os fumantes.

A batalha apenas começou nos países mais desenvolvidos.

No entanto, como demonstram as conquistas científicas e tecnológicas obtidas nesta década, a exemplo das sofisticadas técnicas do "Scanner eletromicroscópio" empregadas pelo Prêmio Nobel Lennart Nilsson, com a colaboração do Doutor Yan Lindenberg, na Suécia, delineiam-se, a curto prazo, excelentes perspectivas de êxito.

O *Paris-Match* ao publicar as impressionantes micro-fotografias obtidas pelos sábios do Instituto Karolinska, de Stockholm, contribuiu para estimular, no mundo inteiro o recrudescimento do combate ao tabagismo.

O terreno está preparado para o planejamento e execução de uma política realista, capaz de enfrentar o magno desafio.

O Brasil como um grande produtor de fumo e uma das maiores vítimas do flagelo, com os seus 25 milhões de fumantes obstinados, tem um papel decisivo a desempenhar no concernente à proteção da saúde de toda a Nação.

País preponderantemente jovem, com mais de 62% de seus habitantes nas faixas etárias de 0 a 21 anos de idade, cumpre-lhe o quanto antes, assegurar o seu próprio futuro, protegendo, a partir da assistência à maternidade e desde a pré-escola, os milhões de crianças e menores que constituem uma camada extremamente vulnerável de sua população.

Não há tempo a perder quando já se avizinha no horizonte, o advento do ano 2000, — o novo milênio que o Brasil deverá atingir como uma Nação viável, sadia e próspera, na hipótese em que, desde já, seja detido o processo de sua auto-destruição pelo vício do fumo, pelas doenças, pela subnutrição e demais fatores negativos felizmente já diagnosticados e conhecidos.

Finalmente, se é exato, que as múltiplas doenças e lesões irreversíveis provocadas pelo vício de fumar se manifestam, sobretudo, na população adulta, também a experiência comprova o fato de que é cedo, durante a adolescência, que se adquire esse hábito pernicioso.

Levando-se em consideração a extrema vulnerabilidade dos jovens, é, certamente, através de programas educativos, visando atingir o núcleo familiar e, basicamente os grupos em idade escolar, que se poderá neutralizar a criminosa propaganda dos cigarros.

Ninguém ignora as potencialidades das indústrias que lucram com permanente difusão de um vício difícil de ser erradicado.

O fumo é objeto, em nosso País, de uma excessiva, intolerável e sutil publicidade, principalmente através dos anúncios patrocinados pelas empresas exploradoras do vício, vinculando o consumo de determinadas marcas de cigarros a supostos prazeres e à conquista de *status*, como um hábito elegante.

Através da televisão, a propaganda subliminar ou ostensiva vai anulando a capacidade de resistência dos jovens que, depois do primeiro maço, se tornam totalmente dependentes.

Durante todo o ano de 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) concentrou esforços e recursos na tentativa de gerar em escala planetária, uma enérgica reação contra a praga do tabagismo, visando reduzir o consumo excessivo de cigarros — campanha resumida na opção estabelecida entre o fumo e a saúde.

A generalização do uso do cigarro, estimulada pela tolerância governamental a pretexto de que o cigarro contribui para ampliar a capacidade tributária dos governos, torna-se particularmente grave, — conforme esclareceu a OMS — para os países em desenvolvimento em face do crescimento das disparidades entre países pobres e países ricos.

Na verdade, está demonstrado que as vantagens econômicas geradas pela exploração do fumo são anuladas, a curto prazo, pelos gravíssimos danos e prejuízos à vida e à saúde da população desses países, cujas terras ora dedicadas ao cultivo do fumo deveriam ser melhor utilizadas para produção de alimentos.

Em seu pronunciamento sobre a luta contra o fumo como responsabilidade profissional dos médicos, no Dia Mundial da Saúde, celebrado a 7 de abril de 1980, assim se expressou Sir George Godber (Ex-Oficial Médico Principal, da Inglaterra): — "Não é preciso reproduzir todas as provas estatísticas da nocividade do fumo; basta dizer que o fumante corre duas vezes mais risco que o não-fumante de morrer antes dos setenta anos, e que, aos trinta e cinco, os fumantes obstinados podem já haver diminuído de seis anos sua expectativa de vida".

Nas relações sociais e nos locais de trabalho, a pessoa que fuma põe em perigo, também, a vida de seus amigos e companheiros.



"Três grupos de pessoas podem ajudar a sociedade a alcançar esse objetivo: os responsáveis pelos cuidados com a saúde e a sua promoção; os que têm a seu cargo a educação dos jovens; os que possuem atribuição legislativa para regulamentar o consumo do fumo e proibir que se fume nos recintos fechados e nos lugares públicos."

A medicina não tem meios específicos para obter mudanças de comportamento, nem dispõe de remédios ou métodos mais eficientes do que a simples persuasão para conseguir esse objetivo. O problema que se apresenta aos profissionais da saúde e, portanto, encontrar meios de convencimento verdadeiramente eficazes.

A proibição pura e simples não é suficiente mas cumpre proteger contra o fumo alheio as pessoas que não fumam.

E, concluiu Sir George Godber: ... "Ninguém triunfa por completo em sua própria vida se não beneficia com esse triunfo o seu próximo".

Não há outra maneira de conseguir a vitória mais importante de todas, no caso do fumo, senão convencendo os nossos filhos e netos de que não devem fumar. O dever público de proteger a saúde das gerações vindouras é particularmente imperativo para os profissionais da saúde e da educação.

São estes, Senhor Presidente, os conceitos que me cumpria formular ao encerrar este meu pronunciamento.

O Brasil está diante de sério desafio que urge enfrentar com arrojo e tenacidade, agora e já, porque amanhã será tarde demais e muitas vidas serão ceifadas pelo flagelo do fumo. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

##### GUERRA CERRADA

Zózimo

A mais nova guerra contra o fumo movida nos Estados Unidos pelo Departamento de Saúde e associações de consumidores está concentrando sobre os cigarros com baixo teor de alcatrão e nicotina uma forte bateria de fogo cerrado.

Alegam as autoridades sanitárias que esses cigarros, que alardeiam correrem seus fumantes menor risco de contrair câncer, na verdade apresentam os mesmos riscos que os cigarros tradicionais. Há casos, inclusive, em que os perigos podem ser até maiores — isso no caso dos fumantes quererem compensar a deficiência de nicotina tragando com mais força, fumando até mais próximo do filtro ou até mesmo com mais frequência.

O risco de contrair doenças paralelas, como problemas cardíacos e enfisemas, é igualmente tão grande para os cigarros de baixo teor de nicotina quanto para os demais.

Se o Congresso americano aprovar — e tudo indica que irá aprovar — os pacotes de cigarros destinados à venda nos Estados Unidos trarão a partir de meados do ano, ao lado da indicação "O Departamento de Saúde esclarece que fumar cigarros pode ser prejudicial à sua saúde", uma relação das substâncias componentes do cigarro, especificando minuciosamente as quantidades de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono.

A batalha contra os cigarros é árdua, mas compensadora.

Nos Estados Unidos, país que concentra o maior número de fumantes do mundo, o número de adeptos do cigarro está caindo vertiginosamente. No final de 1980 verificou-se que o consumo *per capita* de cigarros no país era idêntico ao de 1950.

O que leva a crer que, a continuar no mesmo ritmo a redução, por volta do ano 2030 não haverá mais cigarros. Nem fumantes.

##### "O TABACO QUE MATA"

*Um extraordinário documento fotográfico;*

*O estrago que provoca na garganta e nos pulmões.*

Tradução da Paris Match, nº 1648, de 26-12-80

##### "Como o tabaco mata"

Os malefícios do cigarro já foram tema de campanha oficial, já foram o enfoque de anúncios solenes de cancerologistas, e já se constituíram relatórios médicos de casos célebres. Pela primeira vez, eis aqui algo concreto. O mais terrível. Pela primeira vez os autos de acusação contra o tabaco, que não são mais palavras; são imagens tomadas no mais secreto interior do corpo humano com uma câmera microscópica. Eis o que o tabaco provoca nos pulmões, nos brônquios, na laringe daquele que fuma, e que os senhores verão nas páginas que se seguem, como exploradores assustados e rapidamente apavorados.

##### A Câmera vê o câncer

Em toda a parte onde o tabaco ataca, o fotógrafo sueco Lennart Nilsson e o Doutor Lindbergh o pegaram em flagrante delito. Depois dessas imagens,

ninguém poderá mais fingir ignorar o perigo. Depois que foram publicadas, há treze anos na revista americana "Life", as primeiras fotos de um feto no ventre materno, Lennart Nilsson tornou-se o maior explorador fotográfico da vida. Doutor "honoris causa" desde 1976 do Instituto Karolinska de Estocolmo, não possuía nenhuma formação científica antes de perseguir os segredos da vida e da morte no interior do corpo humano.

Há vinte anos, aos trinta e oito anos de idade, ele se lançou ao estudo da anatomia, com as técnicas totalmente revolucionárias da micro fotografia. Para tomar as imagens do interior dos pulmões, ele utilizou a técnica de broncoscopia. Uma tubo finíssimo leva minúsculas lâmpadas por entre os tecidos. Uma fibra ótica transmite a imagem ao exterior.

Uma bronquioscopia no interior de um pulmão portador de câncer. Duas pequenas lâmpadas clareiam o pulmão. A imagem é transmitida por uma fibra ótica à câmera que se encontra no lado externo. A pequena bucha de 4mm, que vai fixada a um fino tubo plástico, faz a exploração do tumor para recolher células malignas que serão em seguida examinadas pelo cancelologista.

##### As primeiras devastações do fumo

A traquéia e os brônquios são revestidos de células cobertas de pelos minúsculos que têm a missão de filtrar o pó e reconduzi-lo ao exterior. O fumo do tabaco bloqueia o movimento desses pelos protetores que se tornam inertes e são posteriormente destruídos, cessando a sua renovação. A parede interna, sem proteção, se irrita, provoca acessos de tosse e secreções anormais abundantes da mucosa. A traqueíte ou a bronquite crônicas são sinais que devem alarmar. No caso dos grandes fumantes a destruição da células protetoras já é mais profunda, o que deixa o campo livre para a proliferação das células cancerígenas.

##### Esse pulmão sujo ainda tem uma chance

O fumo do tabaco é responsável por uma série de destruições e desordens no interior do organismo. Os pulmões invadidos pelo pó em decorrência de uma degeneração das células protetoras, são agora portadores de uma doença que outrora seria reversível a uma de menor importância: a antracose. A infiltração dos gases espalhados pelos tecidos pulmonares provocam o enfisema que diminui a capacidade respiratória. A nicotina reduz o diâmetro dos vasos e os fumantes ficam expostos à arteriosclerose, bem como a todas as complicações cardíacas que são decorrentes dela, na maior parte dos acidentes vasculares.

##### Nem a língua é poupada

As células da língua também podem ser queimadas pelo cigarro, no caso dos grandes fumantes. Nesses casos, as substâncias nocivas do tabaco e o calor da aspiração provoca graves danos à membrana mucosa. O primeiro estágio dessa agressão se traduz pela diminuição da gustação e pela destruição das células mas pode se agravar, favorecendo a aparição de um câncer. Certos tumores na língua aparecem no caso de fumantes de cachimbo, no lado direito, onde são colocados na boca. Essa destruição da mucosa que encobre as papilas de resíduos, é menos grave que outros "ataques". Se o doente parar de fumar, as células se regenerarão.

##### Tudo está destruído, o cigarro venceu

Este é o estado do local mais oculto, e o resultado da destruição das defesas do pulmão. A substância responsável é essencialmente a benzopirona, que ataca as células diretamente e desregula seu processo de reprodução. 90% dos casos de câncer dos pulmões são provocados pelo tabaco e as estatísticas provam que um fumante moderado se expõe a ver sua vida diminuída em cinco anos. Os que inalam fumaça em maior escala, têm sua vida reduzida em 10 anos. A amputação de um pulmão que tenha um tumor maligno é uma solução, desde que seja feita a tempo e, então, a sobrevivência será possível sob a condição de que as células malignas não se tenham propagado pelo organismo.

A mesma sequência, destruição das defesas e ataques das células, é responsável pela maioria dos casos de câncer da laringe.

*Página 30:* Somente com essa tragada, esse fumante absorveu 59% de azoto, 14% de dióxido de carbono, 13% de oxigênio, 8% de monóxido de carbono, 2% de outros gases tóxicos, 1% de vapor e 2000 substâncias químicas nocivas.

*Página 33:* As terríveis microfotografias

*Página 34:* A fumaça descendo pela traquéia. Uma das câmeras que permitiu essa foto (aumentada 45 vezes) mede um milímetro. É um protótipo. Na parte superior, a secreção mucosa recobre o brônquio que já começa a se deteriorar. Abaixo, a etapa seguinte: As células são destruídas.

*Página 36:* A espetacular diferença entre um pulmão "sujo" (acima) e um outro (abaixo) perfeitamente são.

*Página 37:* As papilas intactas da língua de um não fumante (no alto). Abaixo, as papilas da língua de um fumante, com os resíduos de células destruídas.

Aqui, o brônquio está bem tomado. A mucosa desprotegida está propensa ao ataque do câncer. Eis um exemplo abaixo.

*Página 39:* Um tumor maligno fotografado no interior de um pulmão. Aqui, a lesão obstrui a maior parte da passagem do brônquio.

*Página 40: O Sábio e o Fotógrafo Unidos para Denunciar o Flagelo.*  
O SÁBIO E O FOTÓGRAFO UNIDOS PARA  
DENUNCIAR O FLAGELO

*por Sabine de La Brosse*

Era necessário um grande fotógrafo para mostrar o que a medicina já sabia mas que ninguém havia jamais visto. Era necessário um especialista para guiar a câmera para buscar as imagens e culminar com a fantástica reportagem da guerra do tabaco contra a vida.

Esses dois homens, Lennart Nilsson e o Doutor Yan Lindberg, se encontram no Instituto Karolinska de Estocolmo e o último resultado de sua colaboração é o inquérito anti-tobaco mais convincente.

Alto, desengonçado, cabelos desalinhados, olhar sempre alerta, Lennart Nilsson carrega atrás de si, seus aparelhos, roendo as unhas.

De fato, é difícil casar a paixão e a paciência.

Seguiram-se a seus primeiros trabalhos sobre a vida e o crescimento do feto, suas prodigiosas fotografias dos dentes humanos que pareciam o Himalaia inexplorável, e suas viagens ao interior do cérebro. Ele me recebeu no gabinete que divide com Yan Lindberg. Esse último saiu depois de uns dez minutos: "Desculpe, vou dar uma olhada numa autópsia e volto logo". O local onde se desenrolava a entrevista não tinha nada de macabro, exceto por alguns esqueletos humanos "montados em madeira", alguns crânios humanos e tíbias sobre vidro como obras de arte. Ao lado da porta, a fotografia a cores do feto no ventre materno ao lado de um enorme quadro azul e branco com um aspecto surrealista: Espermatozoides no instante da fecundação.

Através da janela, via-se o edifício anônimo de tijolos vermelhos do Instituto Karolinska, que se recortava sobre um céu cinzento. Mas a neve que caía em grandes flocos e cobria os atoures, dava um ar mais humano a essa decoração hospitalar.

O Doutor Lindberg voltara. "Sinto muito não poder oferecer-lhe um café quente, mas aqui é um necrotério e não somos muito organizados neste lado". Com suas botinas brancas, seu pulôver de gola dobrada caindo sobre suas calças cinzas, largas demais, ele não tinha nada de parecido com um morto. Os únicos objetos que usava e que lembravam o luto eram seus grossos óculos negros. Nilsson é bem mais rigoroso no trajar: camisa branca, gravata marrom com um nó apertado, terno do mesmo tom. Ele havia tirado o paletó e vestido um guarda-pó: antes de nossa chegada, ele devia estar envolvido no trabalho de dissecação. O lugar onde nos encontrávamos e a extraordinária qualidade das fotografias de Nilsson ditaram-me a primeira pergunta:

P. — Você trabalha mais frequentemente com órgãos mortos ou com seres vivos?

O brilho dos olhos azuis de Nilsson se acentuou:

R. — É mais fácil obter melhores fotos nos órgãos amputados que permitem a colocação da câmera à vontade. Por exemplo, tomemos um pulmão. Se for necessário tomar a foto no local do tumor onde o broncoscópio estiver operando, se eu pudesse colocar a minha câmera sob a pequena bucha que é fixada na extremidade do tubo, eu deveria fazer a penetração pela base do pulmão para seu interior, para obter uma foto melhor. Mas é evidente que isso não é possível, e não ser em um pulmão amputado.

P. — Para fazer telefotos, é necessária uma autorização especial prévia por parte da família ou do paciente?

R. — Não, na Suécia, essa prática é bem melhor aceita do que em outros países.

P. — E quando o Senhor "opera" os vivos, é difícil convencê-los a aceitar servir de cobaia?

R. — Não, na Suécia, as pessoas aceitam muito mais facilmente se prestar a esse tipo de experiência. Eles têm a impressão de estarem ajudando a ciência e de estarem sendo úteis.

P. — O que o leva a fotografar especialmente as partes internas do corpo humano?

R. — Sou fascinado pelos principais mecanismos da vida que são invisíveis. Quero torná-los visíveis. Em outros tempos, quando eu era fotógrafo de revistas, eu era fascinado pela natureza. Publiquei livros sobre animais, sobre a vida submarina. Hoje, trabalho sobre as defesas imunológicas, sobre o modo pelo qual as células de nossos corpos são atacadas pelos vírus, como elas se desregulam... e, naturalmente, como elas se defendem. Esses trabalhos serão publicados num livro na próxima primavera.

P. — De onde vêm esses aparelhos de precisão, graças aos quais o senhor obtém suas fotos extraordinárias?

R. — São fabricados pela firma japonesa "JEUL". Mas, também, já temos aqui no Karolinska alguns protótipos mais ou menos no ponto.

P. — Dizem que o senhor trabalha demais?

R. — Sim. Até mesmo em meus fins-de-semana e férias. Esse verão, passei a maior parte do tempo estudando as flores. Meus únicos momentos de descanso, eu os consagro à música clássica: de Mozart.

P. — Quais são as recompensas que coroaram seu sucesso?

R. — O prêmio Nobel, sem dúvida. Foi a primeira vez que um fotógrafo recebeu essa distinção. E depois, a criação de um novo departamento aqui, no Instituto Karolinska, que será totalmente consagrado à documentação de meus filmes, minhas fotos e minhas pesquisas.

P. — Além de sua estreita colaboração com o Doutor Lindberg, o senhor trabalha com cancerologistas?

R. — Sim, de certo! O câncer, hoje, é o problema mais preocupante. Temos aqui, no Instituto Karolinska, eminentes cancerologistas, os professores Strander e Klein, com os quais colaboro permanentemente.

P. — Em sua infância, no seu ambiente familiar, o senhor já tinha predisposição à formidável carreira de explorador anatómico?

Seus olhos azuis sorriram de satisfação, a expressão de seu queixo no contorno definido de seu semblante, definia uma expressão ligeiramente desabusada.

R. — Não. De forma alguma. Meu pai era um técnico na escola de ferro, tal como meu filho, hoje. Porém, desde pequeno, eu era fascinado pela natureza, colecionava flores, insetos, não cansava de estudar...

P. — Qual será seu próximo assunto de exploração fotográfica?

R. — Depois do livro que será publicado na próxima primavera, sobre as defesas imunológicas, meus próximos esforços serão consagrados aos danos que o álcool provoca em nosso organismo.

Lennart Nilsson se retira. O Doutor Lindberg assume o diálogo: "Já faz 15 anos que trabalhamos juntos. Lennart e eu. Nosso trabalho teve a sua estreia em 1965 quando publicamos um artigo sobre a arteriosclerose para a *Life Magazine*. Além disso, depois daquele trabalho, publicamos um livro.

P. — Doutor, que venenos são ingeridos numa tragada de cigarro sem filtro?

R. — 59% de azoto, 14% de dióxido de carbono, 13% de oxigênio, 8% de nicotina e alcatrão, 3% de monóxido de carbono, 2% de outros gases tóxicos, 1% de vapor e 2.000 outras substâncias químicas nocivas.

P. — Entretanto, há pessoas que fumam por um longo período de tempo e que passam bem... Então existe qualquer sorte de predisposição?

R. — É muito difícil saber quem é mais vulnerável aos efeitos maléficos. Em todo caso, um fumante em grande escala tem muito mais risco de ser tomado pela arteriosclerose ou pelo câncer. Um fumante médio, deve considerar que se priva de uns cinco anos de vida. Um fumante mais exagerado deverá computar uns dez anos.

P. — Um pulmão atingido pelo tabaco poderá melhorar sua condição?

R. — Algumas manchas negras que correspondem ao ataque de substâncias nocivas, não são muito graves. Nesses casos, o pulmão poderá se recuperar e as células se regenerarão. Mas, se os cigarros forem em número muito grande, eles automaticamente provocarão, na velhice, dificuldades respiratórias. Em casos de bronquite crônica, os problemas são atenuados, caso se pare de fumar, mas jamais totalmente.

P. — Quais são os cigarros menos perigosos?

R. — As opiniões diferem, pois já se descobriu que os que fumam cigarros com menos nicotina, acabam sendo maiores consumidores, o que vem dar no mesmo. Por outro lado, deve-se levar em conta que os filtros em si, também são maléficos, pois provocam mais absorção de monóxido de carbono, mas, evidentemente, evitam o alcatrão. Finalmente, os cigarros com filtro são, de fato, os menos perigosos e os mais nocivos são os que contêm mais nicotina.

## TABACO

*Como ataca as artérias e o coração*

*Tradução da Paris Match,*

*nº 1649, de 2 de janeiro de 1981*

## COMO O TABACO MATA

*Por Sabine de la Brosse*

Os aspectos implacáveis do tabaco continuam a minar e poluir o organismo humano. Na semana passada, os documentos extraordinários do Sueco Lenart Nilsson, primeiro prêmio Nobel de fotografia, nos mostraram como o fumo ataca a laringe, os pulmões e a língua, desencadeando o câncer. Hoje, Nilsson nos leva ao interior de nossas artérias e nos faz assistir, como num filme de terror, o progresso implacável dessa imundície mortal. Eis aqui, etapa

por etapa, a maneira pela qual o tabaco obstrui os vasos, interrompendo o fluxo da vida. Ninguém discorda, ninguém questiona e nem poderiam ser mais eloquentes do que essas fotografias. Eis o mal em ação.

#### *Ele ataca as artérias e o coração*

O tabaco já matou suas duas pernas, todavia, ela continua. Karin Andersson começou a fumar aos vinte e dois anos. Empregada em um restaurante, ela atribuiu as primeiras dores nas pernas ao cansaço e não deu maior importância. Depois, há dez anos, decidiu-se, finalmente, internar-se no Hospital Sodersjukhuset, de Estocolmo. Suas artérias começavam a se obstruir e a medicina insistia, firmemente, na necessidade de renunciar ao fumo. Apesar das dores que aumentavam, ela não encontrava forças para se desintoxicar e continuava a consumir trinta cigarros por dia. Há dois anos, a artéria femoral de sua perna direita se obstruiu definitivamente e fez-se necessária a amputação. Há três meses a perna esquerda também teve que ser sacrificada. Hoje, aos cinquenta e dois anos, Karin Andersson vive sobre uma cadeira-de-rodas. Perdeu seu emprego, mas ainda bem que confessa: "Se eu soubesse como é perigoso, jamais teria começado." Continua a fumar cinco cigarros por dia. Ao responder a um jornalista Sueco, que lhe perguntou:

— Você pensa que um dia conseguirá parar? Disse:

— Sim, sob a condição de ficar enclausurada em minha casa, sem cigarros e sem a possibilidade de ir a busca de um.

A imagem dessa escravidão é tão terrível e tão absurda que revolta o bom-senso mais elementar e não se pode abafar um brado contra a loucura dos vícios que matam.

Mesmo nos casos de indivíduos que jamais fumaram, a primeira bafurada do cigarro provoca, de imediato, uma ação sobre os vasos sanguíneos, a nicotina do tabaco os contrai e com o mesmo golpe, reduz à circulação. No caso dos grandes fumantes, depois de certo tempo (variável conforme os indivíduos), a arteriosclerose começa pouco a pouco a invadir as vias circulatórias. Começa a aparecer o cálcio e as gorduras. O sangue já não dispõe do mesmo espaço para a circulação, pois que a artéria já se estreitou. Nos casos mais avançados, os músculos e os tecidos celulares são afetados e perdem sua flexibilidade. No estágio final, a artéria se obstrui provocando a gangrena, o que conduz, inevitavelmente, à amputação.

Uma das complicações mais dramáticas dessa obstrução de vias circulatórias é a da artéria coronária que provoca o enfarte.

Dois elementos principais da fumaça do tabaco, a nicotina e o óxido de carbono, são a origem dos distúrbios cardiovasculares que podem ser particularmente severos nos casos dos coronarianos conhecidos ou latentes. O óxido de carbono forma, com a hemoglobina, um composto estável, a "carboxi-hemoglobina", que tem um comportamento no sangue dos fumantes como um verdadeiro corpo estranho, provocando a trombose e o enfarte: 1.350 já foram isolados, até hoje, mas fala-se de 100.000. "Se somarmos ao alcatrão, diz o professor André Dufour, o ácido cianídrico, o arsênico, a cetona, os aldeídos, os fenóis, o amoníaco, uma pequena dose de álcool metílico e uma certa dose de polônio radioativo, aí, então, poder-se-á ter uma visão mais completa da qualidade da fumaça que o fumante absorve".

Ao ritmo de 2.000 cigarros anuais de um Francês, mais de 3.000 de um Inglês e de 4.000 de um Americano, pode-se imaginar o que isso provoca. Para o fumante de um maço diário, que tenha iniciado o fumo aos 15 anos, teremos um total de 200.000 cigarros fumados aos 45 anos e 300.000 aos 55 anos.

#### *Em microfotografia, a morte de uma artéria*

Para fotografar a progressão do mal no interior de uma artéria, Lennart Nilsson iniciou pela parte superior de uma perna que apresentava arteriosclerose, de um fumante de dois maços de cigarros diários. Ali, os vasos ainda estavam saudáveis. Ao descer na direção do pé, e ao se aproximar da zona irremediavelmente atacada, pôde encontrar os níveis sucessivos desse entupimento que levou à morte dos tecidos e à gangrena. Essas fotos foram realizadas, graças a um aparelho extremamente sofisticado, chamado "Scanner eletromicroscópio". A imagem, tomada em cortes, é reconstituída através de um processo eletrônico. "Esse aparelho custa aproximadamente o preço de um Rolls Royce", disse Lennart Nilsson. A técnica de exploração que permitiu essas imagens também é utilizada, em ação médica de emergência.

1) A artéria está em bom estado. O revestimento interno está intacto. O tecido e os músculos estão sãos. A devastação do tabaco ainda não atingiu essa parte.

2) A artéria se degenera. A arteriosclerose invade o canal. O cálcio e a gordura aparecem no interior do orifício.

3) A artéria está sendo obstruída pela gordura e pelo cálcio. Ela se degenera progressivamente, O sangue já não circula normalmente pela perna.

4) A artéria está praticamente obstruída. O pé e o tornozelo são invadidos pela gangrena.

5) A artéria está completamente obstruída. A circulação já não se processa mais, a gangrena toma o pé e o tornozelo do enfermo. Os músculos e os tecidos estão destruídos.

#### *É isso o que se tem em um cigarro*

Eis o que um fumante ingere cada vez que aspira uma bafurada do cigarro. Para tomar essas fotografias, Lennart Nilsson simplesmente mandou fazer um pequeno aspirador e o fez recolher numa placa de vidro o que habitualmente penetra em nosso organismo. Efetivamente, ele constatou uma nocividade sensivelmente inferior, uma vez que utilizou cigarros fracos em seu aparelho, os ditos "ultra-Blend". O Monóxido de carbono não representa mais de 4 mg, o alcatrão, 5 mg, e a nicotina, 0,6 mg. Mas, Lennart Nilsson quis nos mostrar esses "poderes" aumentados em 25 e 100 vezes. Nosso organismo não elimina, senão um pouco dessas escórias mortais de um hábito tirânico. Já sabem como elas devastam o interior de nossos corpos. O monóxido de carbono exerce uma ação direta sobre as paredes dos vasos e ataca as células. No caso dos indivíduos que já são portadores de problemas cardíacos, o fumo os agravará.

*O Estado de S. Paulo*, — domingo — 08-3-81.

NO SUL AS ESCOLAS NO

COMBATE AO FUMO

Da sucursal de Porto Alegre

Após um ano de campanha nas escolas públicas de 1º e 2º graus, gaúchas, as secretarias da Saúde e Meio Ambiente e de Educação conseguiram alguns resultados satisfatórios contra o tabagismo. Pelo menos o coordenador da equipe de Prevenção de Doenças Cardiovasculares da Secretaria da Saúde, Alufio Achutti, diz que existe uma consciência entre os alunos na faixa etária de 11 a 18 anos, no sentido de que o público potencial fumante (jovens) não só está diminuindo, como também está influenciando seus familiares a deixarem o hábito de fumar.

A campanha consiste em mostrar aos alunos uma cadeira de Educação para a Saúde, a partir da 5ª série do 1º grau, as consequências do simples ato de levar um cigarro à boca. Para isso, o governo do Estado, no início de 80, proibiu todos os professores de fumar nos colégios públicos. A partir daí, foram aplicados testes em sete mil alunos, onde foi constatado um surpreendente nível de informação dos adolescentes sobre os efeitos do tabagismo. Todos sabem, segundo Achutti, do mal que o cigarro pode trazer, mas muitos não sabem como recusar o cigarro, principalmente nas reuniões sociais.

"Neste período de auto-afirmação, os jovens são facilmente levados a fumar pelas influências da própria sociedade, cujos membros sempre acompanham drinques e cafezinhos com um cigarro."

Um estudioso do assunto, Achutti não acredita em promoções como a da Associação Médica do Rio Grande do Sul, que simplesmente proíbe o fumo e promove suas campanhas só entre os adultos. "As crianças e os adolescentes têm mais facilidade para absorver valores. Dificilmente um adulto que fume há muitos anos se convence que terá mais saúde se parar com o hábito".

Após as aulas, os alunos fazem redações e desenhos reproduzindo o que aprenderam. "Não é muito difícil — diz Achutti — os alunos influenciarem os pais para que deixem do hábito, ao serem informados de enfartes e efizemas pulmonares."

Curiosos são os argumentos do cardiologista Mário Rigatto, assíduo conferencista sobre o tema do tabagismo nas escolas gaúchas. Ele explica aos alunos que "um homem precisa ser forte e para isto precisa praticar esportes. E um esportista não pode fumar para ter um bom rendimento". Já para as meninas, Rigatto desenvolve o seguinte raciocínio: "Uma mulher precisa ser elegante, bem cheirosa. Uma fumante dificilmente será encantadora".

O cardiologista reconhece que a argumentação tem resultados em determinada faixa de alunos. Os rapazes, principalmente do 2º grau, já não se sensibilizam com essa explicação. De qualquer forma, Rigatto diz que há resultados com esse tipo de argumento aliado, também, aos esclarecimentos quanto aos problemas que o fumo traz para a saúde: "Não adianta dizer para um rapaz de 15 anos que cigarro dá câncer. Mas se o pai dele fuma, e o pai representa segurança, então ele vai sensibilizá-lo para que deixe de fumar. Um menino não quer que seu pai morra".

No Rio Grande do Sul existe preocupação do governo quanto ao tabagismo. Cerca de cinco mil pessoas morrem anualmente no Estado em decorrência de enfarte. Em função disso, iniciou a campanha que atinge pelo menos um milhão de crianças e adolescentes em 10 mil escolas públicas. Apesar dessa abrangência, Rigatto e Achutti concordam que competem com uma poderosíssima rival, a televisão, que faz a contra-propaganda. Os comerciais de



tv incentivam o consumo de cigarros, demonstrando que fumar não só traz prazer como torna as pessoas mais atraentes: "Existe uma concorrência deseducando os jovens e tornando difícil nosso trabalho na escola" — diz Achutti.

O cardiologista afirma que fumar é um hábito que está ligado à fase infantil de sucção: "O fumo está ligado à coisa boa, tanto que se fuma após uma relação sexual, uma boa refeição, ou então ao bater-se um papo com amigos". Essa sensação, segundo Achutti, é uma forma de prolongar a fase de amamentação, quando se vivia cercado de proteção, bem alimentado e amado. Fumar, na sua opinião, significaria uma regressão psicológica à fase oral do ser humano.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, por permuta com o nobre Senador Jorge Kalume.

**O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Senador Cunha Lima.

**O SR. CUNHA LIMA** (PMDB — PB. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Homenagear, da Tribuna desta nobre Casa do Parlamento Nacional, a figura ilustre e honrada do Senador Argemiro Figueiredo, constitui um dos mais gratos privilégios da minha passagem pelo Senado da República.

Quando, nos idos de 1950, ainda pré-universitário, participei pela primeira vez, ao seu lado e sob sua orientação, de uma campanha política, não imaginava, Sr. Presidente, que haveria de registrar nos Anais do Congresso o seu 80º aniversário natalício, que hoje transcorre, em meio a manifestações de carinho de seus familiares e amigos, aqui em Brasília, e marcado de comemorações na nossa Paraíba, notadamente na Assembléia Legislativa do Estado, em João Pessoa, e na Câmara de Vereadores de Campina Grande, a sua querida cidade natal.

Filho do Cel. Salvino Figueiredo e Neto, pelo ramo materno, do Cel. Bento Viana, ambos chefes políticos de real prestígio na Paraíba nas primeiras décadas do nosso século, Argemiro Figueiredo herdou duplamente a vocação para a liderança e a vida pública.

Destinado aos grandes embates da política, desde a juventude Argemiro passou a ser uma das personalidades mais atuantes da história da Paraíba.

Em 1929, preferiu seguir a linha reformista dos ideais da Aliança Liberal, ajudando a fundar a seção paraibana do Partido Democrático Nacional, divergindo frontalmente do seu pai, chefe perrepista em Campina e Municípios vizinhos.

Sobre sua candidatura a Deputado Estadual, dizia-lhe o Presidente João Pessoa, homem pouco afeito a elogios, em carta de 21-06-30:

"Sua indicação para preencher uma cadeira na Assembléia Legislativa foi um ato de justiça do meu Partido, premiando a inteligência e os serviços de um moço que, estou certo, em qualquer momento e quaisquer que sejam as asperezas da luta, saberá honrar o mandato do povo paraibano."

Passados mais de 50 anos, os registros da história confirmam que a carta de João Pessoa representou verdadeiro vaticínio sobre a vida de Argemiro Figueiredo.

O seu desvinculamento da chefia política do pai foi uma atitude corajosa e de perfeita sintonia com os novos rumos que o Brasil haveria de tomar meses depois, através da Revolução de 1930, e foi, também, o marco inicial de uma vida pública pontilhada de vitórias e insucessos, mas sempre marcada pelo idealismo, pela autenticidade nas decisões e por uma reconhecida dignidade pessoal.

Secretário do Interior e Justiça do Governo Gratuliano de Brito a partir de 1932, em 1935 seria surpreendido com a convocação do Ministro José Américo para governar o Estado.

Eleito pela Assembléia Legislativa, conforme os mandamentos constitucionais da época, permaneceu como Governador até o golpe de 1937, quando foi confirmado como interventor pelo Presidente Getúlio Vargas.

Em 1940, renunciava à Interventoria e regressava a Campina Grande, onde voltou a advogar e a cuidar de suas propriedades rurais.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que Argemiro Figueiredo foi, até hoje, o único político de Campina Grande, a mais importante cidade do interior paraibano, a chegar às culminâncias do Governo do Estado.

Durante os 5 anos em que esteve à frente dos destinos da Paraíba, Argemiro Figueiredo revelou-se um administrador progressista, inovador e dinâmico.

Em toda a história administrativa do Estado, não obstante as limitações orçamentárias e o estágio pouco desenvolvido dos recursos técnicos, foi, sem favor algum, o governante que mais se preocupou com o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias na Paraíba.

Suas providências no tocante à seleção e dinamização da cultura do algodão e o pioneirismo quanto ao cultivo do sisal representaram o ponto alto de sua administração, sem falar no cuidado com outros produtos agrícolas como a cana-de-açúcar, a batatinha, a mamona e o abacaxi e as medidas objetivando a melhoria e o crescimento do rebanho bovino do Estado.

Construiu na Capital edifícios monumentais para a época, tais como o Instituto de Educação e a Secretaria da Fazenda.

Disseminou mais de 20 grupos escolares em vários municípios paraibanos, reformou o ensino público, concluiu a Escola de Agronomia do Nordeste, ampliou o Orfanato D. Ulrico, edificou o abrigo de Menores Abandonados Jesus de Nazareth.

Salvou Campina Grande da derrocada inevitável, multiplicando as reduzidas finanças estaduais para dotar a segunda cidade do Estado de um perfeito serviço de saneamento e abastecimento d'água que lhe garantiram mais 20 anos de progresso, até que as mãos dadas de Juscelino Kubitschek providenciassem as vultosas somas necessárias à implantação do atual sistema que serve à Rainha da Borborema.

*O Sr. Dinarte Mariz* (PDS — RN) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. CUNHA LIMA** (PMDB — PB) — Tem o aparte V. Exª, nobre Senador Dinarte Mariz.

*O Sr. Dinarte Mariz* (PDS — RN) — Quero inserir no discurso de V. Exª, a minha solidariedade à homenagem que presta a um dos melhores homens públicos com que o Brasil tem contado; sem nenhuma dúvida, o ex-Senador Argemiro de Figueiredo, ex-Governador, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Estado, ex-Interventor. A vocação política de Argemiro, que nasceu em plena mocidade, se estendeu até esta Casa — e ninguém honrou mais o mandato nesta Casa, ninguém prestou mais serviços a este País através das suas interferências tão oportunas e tão lúcidas e, sobretudo, patrióticas. Ele foi o defensor permanente do Nordeste; foi mais do que o defensor do Nordeste, foi o homem que clamou pelas soluções para o Nordeste. Seu aniversário, hoje, depois da discussão que tivemos em torno dos problemas do Nordeste, é uma coincidência que quero registrar, pois se aqui estivesse ele seria o mestre de todos nós no encaminhamento para procura das soluções para o Nordeste brasileiro. Foi ele que aqui expressou, com a sua palavra, com a sua autoridade, sobretudo com a sua lúcida inteligência, as soluções para o Nordeste, mostrando que o que nós precisávamos era prender as águas para não correrem para o mar. Nisso, ainda hoje, reside o nosso grande problema do Nordeste: prender as águas e discipliná-las. Quantas vezes não o aparteei, quantas vezes não estive ao seu lado, nas discussões referentes a problemas do Nordeste. V. Exª faz bem. Argemiro de Figueiredo é um patrimônio moral da nossa Pátria, é uma das grandes figuras com que o País contou. E se analisarmos sua vida, sua administração como Governador da Paraíba, numa época, como V. Exª focalizou muito bem, em que pouca gente teve as grandes iniciativas que ele demonstrou para o desenvolvimento da agricultura no Nordeste. Conta-se, até, que numa certa repartição, quando S. Exª mandou importar inúmeros instrumentos para ajudar o homem do campo que, naquela época, era ignorante para o trabalho com aquelas máquinas, recebia de um seu funcionário a denúncia de que estavam sendo subtraídas algumas máquinas, ao que ele deu a seguinte resposta: "Mande verificar se é para aplicar no campo". O que ele queria era introduzir as máquinas no sistema de trabalho, melhorar as condições de vida da nossa gente. E, nisso, ele foi inextinguível. Patriota, correto, inteligente, culto, como ele conhecia os problemas do Nordeste. Felicito a V. Exª e estou de pleno acordo e solidário com a homenagem que V. Exª presta a Argemiro Figueiredo.

**O SR. CUNHA LIMA** (PMDB — PB) — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Dinarte Mariz, esse belo, edificante aparte que acaba de dar. V. Exª, que muito bem o conhece e a sua vida pública, pode trazer este testemunho que, sei o Senador Argemiro Figueiredo, ao tomar conhecimento, ficará emocionado. Muito obrigado a V. Exª.

Os cinco anos de ostracismo político de 1940 a 1945, não abateram Argemiro Figueiredo e após a redemocratização, chegou ele à Assembléia Nacional Constituinte, como o deputado federal mais votado na legenda da UDN paraibana, tendo participado da grande comissão constituinte de 21 membros, grupo que constituiu o núcleo mais diretamente responsável pela redação da carta de 1946.

Mal sucedido direta e indiretamente, nas eleições municipais de Campina Grande em 1947 e 1951 e na sucessão estadual de 1950, chegou a esta Casa em 1954, reelegendo-se Senador da República em 1962.

*O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?*

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Com muito prazer, nobre Senador Humberto Lucena.

*O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) —* Ouço com interesse o pronunciamento de V. Exª, numa justa homenagem a Argemiro de Figueiredo no dia em que completa oitenta anos de vida. Todos nós, aqui, somos testemunhas do que Argemiro de Figueiredo significa, não apenas para a Paraíba, para o Nordeste, mas para o Brasil. Foi uma figura provinciana que se projetou na vida nacional pela sua inteligência, pelo seu talento e pela sua cultura. Desde cedo com uma vocação definida para as lides políticas, Deputado Estadual dos mais jovens deste País, brilhou na tribuna da Assembleia Legislativa da Paraíba. Depois, convocado para o Governo do Estado, ainda no verbor dos anos deixou, como muito bem acentua V. Exª, uma obra imperecível, sobretudo se levarmos em conta os poucos recursos de que dispunha para realizá-la. Foi um inovador da administração pública; procurou não só dedicar-se com excepcional atenção à causa do ensino público, que, muito ficou a dever, na Paraíba, à sua gestão, mas, sobretudo, debruçou-se com alma e coração no estudo e na procura da solução para os problemas ligados ao homem do campo. Todos se lembram da sua luta por ocasião do lançamento do projeto Celso Furtado, da SUDENE. Foi um incompreendido naquela ocasião. Muita gente pensou que Argemiro de Figueiredo estava se levantando contra a industrialização do Nordeste, coisa que não aconteceu de modo algum. O que ele quis foi ressaltar a necessidade de um entrosamento cada vez maior entre a industrialização e a economia rural, defendendo, inclusive, a implantação de projetos agroindustriais e agropastoris como um dos passos que, aliás, foram prestigiados pela SUDENE na implantação do desenvolvimento regional. Depois de Governador do Estado, Deputado Federal, como lembra V. Exª um dos mais atuantes na Constituinte de 1946, chegou ao Senado da República, onde pontificava, nesta tribuna, como um dos oradores mais brilhantes que o Senado já ouviu. Quando discursava, todos silenciavam para ouvi-lo. Profundo conhecedor dos problemas brasileiros e nordestinos, sempre teve a necessária coragem de emitir pontos de vista pessoais sobre cada um deles.

Muitas vezes, em matéria de política, assumiu atitudes heróicas, para fazer justiça até aos adversários.

Neste instante em que V. Exª exalta a figura de Argemiro de Figueiredo, um dos maiores paraibanos vivos, e um grande nordestino e brasileiro, desejo solidarizar-me com o discurso de V. Exª, formulando votos a Deus para que dê muita vida e saúde àquele nosso ilustre conterrâneo.

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Nobre Senador, o aparte que V. Exª acaba de proferir, e que agradeço, integra e complementa a homenagem que faço à figura insigne de Argemiro de Figueiredo. V. Exª, também, bem o conhece, porque com ele participou de várias lides políticas, das lições mais aguçadas na política da Paraíba, sabe e conhece o seu vigor cívico, a sua tempera, a sua inteligência e a sua combatividade. Muito obrigado a V. Exª.

Sua presença na Alta Casa do Congresso durante 16 anos seguidos foi brilhante e inesquecível.

Orador vigoroso e arrebatador, estrela de primeiríssima grandeza num Estado que é uma verdadeira constelação de notáveis expoentes da oratória, sua fama de tribuno não se limitou aos tribunais do júri em nosso Estado ou à crônica das campanhas políticas da Paraíba. Afeito aos debates dos grandes temas políticos, econômicos e sociais, brilhou no Senado da República de 1955 a 1971.

Ficou famosa a série dos seus discursos analisando os planos iniciais da SUDENE, quando combateu o direcionamento prioritário e quase exclusivo dos investimentos para a industrialização em detrimento dos cuidados com a multiplicação dos recursos hídricos.

Em 27 de maio de 1959, sintetizou numa só frase, com a autoridade de quem conhece a problemática nordestina, o seu pensamento que também, 20 anos depois, venho defendendo nesta Casa: "O problema vital do Nordeste resume-se nisto: água e irrigação."

*O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Cunha Lima?*

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Com prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

*O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) —* Nobre Senador Cunha Lima, durante a tarde de hoje foi focalizado, especialmente nos dois pronunciamentos que antecederam o de V. Exª, o problema relacionado com as dificuldades vividas pelo Nordeste do País. Coincidentemente V. Exª vem à tribuna, neste

instante, para focalizar a personalidade de um nordestino eminente, que ao longo de sua vida pública defendeu empenhadamente os interesses daquela faixa do Território Nacional. Ao apartear-lo, neste instante em que V. Exª realça a defluência do octogésimo aniversário de Argemiro de Figueiredo, desejo, como homem do Nordeste, render ao grande paraibano o tributo da minha admiração e sobretudo expressar os meus reconhecimentos pelo que lhe foi dado fazer em favor do Nordeste Brasileiro.

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Nobre Senador Mauro Benevides, recolho as palavras de V. Exª como um estímulo e as transiro ao homenageado do dia, ao Senador Argemiro de Figueiredo. V. Exª, nordestino, do nosso vizinho Estado do Ceará, irmão dos sofrimentos e angústias, soube trazer a solidariedade do Ceará, da gente nordestina, ao nosso grande homenageado, ex-Senador Argemiro de Figueiredo. Muito obrigado a V. Exª.

*O Sr. Maurício Leite (PDS — PB) — Permite V. Exª um aparte?*

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Com prazer.

*O Sr. Maurício Leite (PDS — PB) —* Parece-me que o Senado da República, como que antevendo as homenagens que V. Exª tão merecidamente presta na tarde de hoje ao ex-Senador Argemiro de Figueiredo, debateu violentamente o assunto da seca do Nordeste, assunto do qual o Senador Argemiro de Figueiredo foi um dos Senadores que mais debateram e mais defenderam soluções para aquela nossa região tão sofrida e tão angustiada, e eu diria mais, nos dias de hoje tão sacrificada. Receba V. Exª e incorpore ao seu brilhante discurso as minhas homenagens. V. Exª na qualidade de Senador paraibano e campinense, conterrâneo do ex-Senador, ex-Deputado, ex-Governador e ex-Interventor e um dos maiores homens públicos que já passaram pelo Senado Federal e pelo cenário nacional, incorpore V. Exª as minhas homenagens também ao seu brilhante discurso, quando homenageia os 80 anos de vida, para a nossa satisfação, do ilustre Senador paraibano Argemiro de Figueiredo.

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Incorpo muito gratificadamente, nobre Senador Maurício Leite, as palavras de V. Exª e nelas vejo e acabo de notar o sentimento unânime da Paraíba, quando V. Exª — além do orador e do aparte do nobre Senador Humberto Lucena — se associa com a sua palavra sincera de homenagem ao Senador Argemiro de Figueiredo, que hoje completa 80 anos de vida e que é lembrado, que é exaltado pela Paraíba inteira. Muito obrigado a V. Exª.

*O Sr. Teotônio Vilela (PMDB — AL) — Permite V. Exª um aparte?*

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Concedo o aparte ao nobre Senador Teotônio Vilela.

*O Sr. Teotônio Vilela (PMDB — AL) —* Muito obrigado ao nobre Senador Evandro Carreira, que me cedeu a vez. Desejo apenas solicitar de V. Exª que leve a Argemiro de Figueiredo o abraço de um velho admirador. Conheci Argemiro de Figueiredo aqui no Senado, aprendi com ele muita coisa, inclusive uma de que ele é mestre; a seriedade no trato da coisa pública. Como ele sabia colocar bem a sua linguagem a serviço da coisa pública. Um homem sério, austero, aquele ar de aseta era, realmente, um eterno mensageiro de coisas sérias. Este o grande elogio que posso fazer a Argemiro de Figueiredo. Um homem sério, um homem digno, a figura do nordestino, do político nordestino tão criticado, tão atacado por toda a parte. Argemiro de Figueiredo é este cidadão que sabe defender a sua região, sendo como ele foi e como ele é, e como eu gostaria que todos os políticos deste País tivessem a mesma vocação de Argemiro de Figueiredo, a mesma dedicação de Argemiro de Figueiredo, a mesma honradez de Argemiro de Figueiredo. Muito obrigado.

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Nobre Senador Teotônio Vilela, não levarei somente estas palavras elogiosas ao conhecimento do nobre Senador Argemiro de Figueiredo, elas terão eco pela Paraíba inteira e hão de servir de estímulo aos que continuam a sua vida pública e que tenham-no como paradigma. Muito obrigado a V. Exª.

*O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Permite V. Exª um aparte?*

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Ouçamos o nobre Senador Evandro Carreira.

*O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) —* Nobre Senador Cunha Lima, bastaria a expressão "o problema do Nordeste, presume-se em água e irrigação" da lavra de Argemiro de Figueiredo; para justificar o panegírico que V. Exª faz, hoje, desse grande brasileiro. Nessa expressão ele confirmou a sua estatura de sábio, de sábio político, pois o problema do Nordeste não é outro senão este.

E este problema pode ser enunciado hoje de uma maneira mais científica. É um problema de equilíbrio homeostático, isto é, um problema de equilíbrio de fluidos, é um problema de equilíbrio climatológico.

O problema do Nordeste depende de água e água depende de floresta. Sem floresta não há chuva, sem floresta não há lençol freático, não há água. O resto é apedutismo, ignorância elevada à enésima potência ou pilantragem.

Nenhum programa para debelar a seca do Nordeste vai dar resultado, se não for olhado do ponto de vista científico, do ponto de vista de um Instituto Nacional de Pesquisas Especiais, do ponto de vista de um Centro Tecnológico da Aeronáutica, de um ponto de vista de equilíbrio climatológico.

Há necessidade de repor aquela floresta que existia há 400, há 300, há 200 anos atrás. E nós teremos que repô-la pois o deserto avança no Nordeste. A Conferência de Nairobi constatou que o deserto Nordestino avança como avança o de Saara, como avançam todos os desertos do mundo. Há necessidade, portanto, de uma visão científica.

O político moderno tem que se municiar, hoje, da Biologia, da Física, da Química, senão todos os programas cairão no vazio da indústria da seca, da indústria da enchente, da indústria da miséria e da indústria do flagelo.

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> mais esse depoimento. O brilhante aparte, e mais do que isso, a grande eloquência de V. Ex<sup>a</sup> vem confirmar e dizer para a Nação inteira da visão administrativa que sempre norteava os atos administrativos do governante, do político, do homem público Argemiro Figueiredo.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Quem pesquisar os anais do Senado, Sr. Presidente, no Período de 1955 a 1971, haverá de encontrar com clareza e propriedade em forma de discursos, apartes, proposições e votos, o ideário político de Argemiro: contra a prepotência; contra o arbítrio; a favor da Justiça, da liberdade e do desenvolvimento; em defesa da independência do Poder Legislativo, das eleições diretas e da autonomia dos Estados.

Fiel aos seus amigos e sem preocupações de ordem pessoal quando julgava do seu dever proclamar verdades e defender princípios, foi uma das únicas e solitárias vozes que, no auge das punições políticas do movimento de 1964, teve a coragem de perfilar os excessos revolucionários e de se pronunciar claramente solidário com os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart quando de suas cassações em abril e junho de 1964, respectivamente.

Em novembro de 1970, disputando sua segunda reeleição para o Senado, Argemiro Figueiredo não conseguiu vitoriar. A avalanche de apoio aos candidatos do partido oficial da época, a ARENA, chegou também à Paraíba, suplantando as candidaturas do MDB.

Recolheu-se novamente à vida privada, na gestão de suas atividades agro-pecuárias mas não deixou de se interessar pelos problemas do povo e da nação, participando das últimas campanhas eleitorais da Paraíba com menor intensidade, mas com o mesmo ardor cívico e a sóbria orientação de sempre, solidário com os seus correligionários e amigos, preocupado com os destinos de Campina Grande, da Paraíba e do Brasil.

Chefe político em toda a extensão do termo, são pouquíssimos os homens públicos de realce da Paraíba nas últimas cinco décadas que não tenham militado sob a sua liderança ou não tenham recebido o seu apoio em alguma das eleições desse período.

Honra-me a sua amizade fraterna e o seu comando político firme, mas elegante e cordial, ligação gratíssima que me chegou como um legado do meu saudoso pai, seu amigo e mandatário na qualidade de prefeito do município de Araruna, ao tempo de sua interventoria na Paraíba.

Sua presença dominante e por consequência polêmica, constituiu-se num divisor de águas da política paraibana e sobretudo campinense, durante sucessivas eleições.

Uma paixão desmedida de um lado e a junção de acusações injustas com versões inverossímeis, de outro, construíram o "Argemirismo" e o "anti-argemirismo", verdadeiros estados de espírito, superiores, na maioria das vezes, à força dos partidos, superando a lógica dos argumentos e determinando motivações para vitórias ou derrotas.

Campina Grande já perpetuou em bronze a sua figura de estadista, erigindo-lhe, há alguns anos uma estátua de corpo inteiro numa das praças principais da terra que lhe serviu de berço.

João Pessoa, em outra homenagem, prepara-se para resgatar com ele uma dívida de gratidão.

Eis o homem que hoje faz 80 anos, cercado das carinhosas atenções de sua digna e leal esposa, D. Alzira, companheira ao lado dos filhos, de sua longa, profícua e vitoriosa existência, marcada, é certo, também de amarguras naturais à vida humana, ressaltando-se, entre elas, o desaparecimento prematuro, em 1975, do seu primogênito, e meu inesquecível amigo, o então Deputado Federal Petronio Figueiredo, herdeiro e continuador de sua liderança política.

Não pretendi traçar-lhe a biografia. Seria impossível fazê-lo dentro das limitações naturais de um discurso.

Sua vida e sua obra encerram material para alentados estudos de investigação histórica que resultarão, sem dúvida, em centenas de páginas.

Meu único propósito nesta tarde, Senhor Presidente, foi deixar um registro nos Anais do Senado, da alegria dos paraibanos e do orgulho do povo de Campina Grande pelo exemplo dignificante do ilustre aniversariante, autêntico cidadão da Pátria, o maior campinense de todos os tempos e uma das glórias da Paraíba. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senado Federal, "centro de intensas atividades políticas" e de tantas e honrosas tradições no cenário brasileiro, mais uma vez, ao longo de seus 157 anos, processou democraticamente a renovação de sua Mesa Diretora e por isso quero destacar o acontecimento, tão significativo para a vida do nosso Parlamento.

Antes, porém, gostaria de consignar, nesta oportunidade, o quanto foi gratificante e saudável a minha convivência diária com meus pares de todas as siglas partidárias nestes primeiros dois anos, durante os quais muito aprendi e senti dilatarem-se as fronteiras de meus conhecimentos políticos e parlamentares. No decorrer desse convívio observei em todos os meus colegas o desejo permanente de contribuir para a grandeza do Brasil, quer corrigindo falhas, criticando, oferecendo sugestões ou debatendo os problemas, algumas vezes dentro de um estilo verbal mais ardoroso, porém sempre em busca do objetivo comum: o bem-estar do País.

Não se pode negar que novos caminhos políticos foram percorridos e alcançado o desideratum, graças aos projetos do Poder Executivo, com o apoio do Congresso Nacional, representados pelas reformas delineadas pelo honrado Presidente João Baptista Figueiredo, que não tergiversou em prosseguir dentro das linhas mestras iniciadas pelo seu antecessor, o eminente General Ernesto Geisel.

E o Senado, cumprindo a sua missão sob os melhores auspícios, e em obediência à Carta Magna e ao seu Regimento, elegeu sua nova Mesa, cabendo a Presidência ao Senador Jarbas Passarinho, o qual, estou certo, com a mesma desenvoltura demonstrada no exercício da Liderança da Maioria e o brilho de sua inteligência, tudo fará em prol da grandeza cada vez mais crescente desta Casa.

Sua Excelência substituiu uma das figuras expressivas e estimadas, o Senador Luiz Viana que, pelos seus elevados méritos, dispensa elogios. Mas o meu objetivo é registrar nos Anais o meu depoimento pessoal a seu respeito, muito especialmente quando exerceu a Presidência do Senado.

Às vezes, eu me pergunto o que mais admirar no ex-Presidente, se a sua pujança intelectual, a sua bondade ou a sua marcante personalidade. Direi de uma qualidade completa a outra, porque, para repetir Henry Taylor, "as relações entre a sabedoria e a bondade são muitíssimas, e é fácil compreender que estas duas virtudes não se podem separar uma da outra, não só porque a sabedoria faz os homens bons, mas também porque a bondade os torna sábios".

Seu período administrativo foi pleno de relevantes acontecimentos políticos e de realizações materiais, destacando-se a abertura, debatida acaloradamente, contudo, em momento algum, mesmo quando acontecia o transbordamento de linguagem, o Presidente Luiz Viana teve palavras de censura, ou expressões que melindrassem ou desencantassem seus pares. Mantinha-se sereno, imparcial, como verdadeiro magistrado! Sua performance estava à altura da dignidade do seu alto posto de Chefe máximo do Poder Legislativo, pois sendo portador de larga experiência político-administrativa, haurida ao longo dos anos; quer como Deputado Federal pela sua amada Bahia, quando tinha apenas 26 anos de idade, quer como advogado, quer como professor concursado na Cátedra de Direito Internacional, quer como jornalista ou Ministro de Estado, por duas vezes, no Governo chefiado pelo imortal estadista Humberto de Alencar Castello Branco, ou como Governador, essas qualidades o credenciaram ao êxito.

Não obstante uma vida plena de afazeres, tornou-se escritor emérito, escrevendo sobre os mais variados assuntos, dando preferência à história e biografia de nossos preeminentes homens públicos, o que lhe valeu um lugar na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Mas a sua fama de literato ultrapassou as nossas fronteiras, tornando-o Membro da Academia de Ciências de Lisboa e Academia Portuguesa de História. Conduzindo todo esse cabedal de verdadeiro sábio, somado à sua peculiar benevolência, seu tato diplomático e sua honradez, marcou a sua pre-

sença na Chefia do Congresso Nacional. E a seu lado não faltaram colegas dedicados, como o Senador Alexandre Costa que, na qualidade de 1º-Secretário, foi incansável no sentido de acompanhar, no terreno administrativo, as exigências ditadas pelas necessidades desta Casa, pondo à prova o seu talento de técnico e executor. O Senador Nilo Coelho, pelo seu desempenho como Primeiro-Vice-Presidente e agora na Liderança da Maioria saberá, com os seus conhecimentos adquiridos na vida pública e empresarial, dar cumprimento satisfatório à nova e honrosa investidura.

E neste meu bosquejo, alegra-me manifestar a Vossas Excelências os meus agradecimentos pelas inextinguíveis manifestações de apreço a mim dispensadas, quando, na primeira Suplência, exerci invariável e diariamente a Presidência e a Secretaria tanto do Senado como do Congresso, ao lado dos dedicados companheiros Senadores Dinarte Mariz, Gabriel Hermes, Lourival Baptista, Gastão Müller, Passos Pôrto e Benedito Canelas, inclusive os Senadores Almir Pinto e Bernardino Viana, os quais, sempre solícitos em prestavam sua colaboração espontânea, sem esquecer a figura do saudoso Senador amazonense João Bosco, falecido em 1979, no apogeu de sua brilhante carreira.

Não gostaria de concluir sem dar relevo especial aos funcionários que participaram e participam dos trabalhos da Mesa, prestando auxílio, os mais diversos, conduzindo-se de maneira educada e elegante; todavia, mencionarei apenas, numa homenagem especial de reconhecimento, os nomes da Drª Sarah Abrahão e do Dr. Nerione Nunes Cardoso, que se aposentaram após longos anos de uma profícua e dinâmica atividade, somada à humildade e honradez como apanágio de suas vidas.

Guindado à 2ª Secretaria, graças à generosidade de Vossas Excelências, continuarei imbuído dos mesmos propósitos, servindo ao Senado e aos Colegas com entusiasmo, conjugando esforços voltados para o nosso Poder e, acima de tudo, para o Brasil!

*O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Exª um aparte?*

**O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) —** Com prazer.

*O Sr. José Lins (PDS — CE) —* Creio, nobre Senador que V. Exª está sendo muito feliz na sua alocação, porque V. Exª traz à nossa memória o nosso próprio reconhecimento pelo trabalho da antiga Mesa, à frente da qual estava o eminente Senador Luiz Viana, e quando elogia todo o trabalho da Mesa, inclusive daqueles assessores mais ligados, como D. Sarah Abrahão e Nerione Nunes Cardoso, e outros tantos que certamente V. Exª não citou porque seria uma longa lista, aos quais, certamente, também estendemos nosso reconhecimento. V. Exª também é muito feliz quando se refere à nova Mesa, desejando que ela, com as figuras realmente extraordinárias que a compõem, possa, mercê de Deus, conduzir o Senado nesta fase difícil da vida Nacional, para nós tão importante. Quero fazer minhas as palavras de V. Exª, não só as de elogios à antiga Mesa, como também as de esperanças e desejo de boa sorte à Mesa que ora inicia os novos trabalhos.

*O Sr. Dinarte Mariz (PDS — RN) —* Permite-me V. Exª? (assentimento do orador) Quero agradecer, em parte, uma vez que eu era componente da Mesa, o registro que V. Exª está fazendo sobre os nossos trabalhos. Inegavelmente, nós tivemos um grande progresso naquilo de que o Senado tanto necessitava. Construímos muita coisa. V. Exª sabe melhor do que eu — estive tão perto, ou mais perto do que eu dos nossos trabalhos — o quanto nós devemos ao ex-Presidente Luiz Viana Filho e ao nosso 1º-Secretário, cuja competência e cuja paixão pelo trabalho nos legou melhoramentos notáveis para a nossa Casa. Mas, quero dizer que V. Exª deve se julgar homenageado também, porque tenho a impressão de que V. Exª foi muito explorado por todos nós nos nossos trabalhos, quando se fazia...

**O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) —** Não chegou a esse ponto, nobre Senador.

*O Sr. Dinarte Mariz (PDS — RN) —* ...quando se fazia necessária a presença para atravessar noites, abrir sessões em horas avançadas, era a V. Exª que nós recorriamos. Portanto, V. Exª deve se sentir também homenageado, e muito bem homenageado, por tudo o que a Mesa passada realizou.

**O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) —** V. Exª é um exemplo a ser seguido por todos nós. Não obstante a avançada idade biológica, V. Exª se apresenta entre nós como um jovem, ajudando a Mesa, participando dos debates do nosso Plenário, sem temer. Costumo dizer, no bom sentido, que V. Exª se assemelha ao jequitibá do Nordeste. Muito obrigado a V. Exª.

Também agradeço ao nobre Senador José Lins, pelas suas palavras de estímulo dirigidas à minha pessoa. São gestos como este que me induzem a estimular os outros que também têm contribuído com seus esforços, trazendo o seu concurso para a grandeza desta Casa. A V. Exª, que tem sido um batalhador pelas grandes causas, também eu apresento os meus agradecimentos. Muito obrigado. *(Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, último orador inscrito.

*O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTRE-  
GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTE-  
RIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Leite.

**O SR. MAURÍCIO LEITE (PDS — PB. Lê o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizia José Américo de Almeida, no seu romance "A Bagaceira", que inaugurou "o ciclo nordestino" na literatura brasileira contemporânea, com as figuras singulares de José Lins do Rego e Jorge Amado:

"Há uma coisa mais triste do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na Terra da Promissão."

Aquele foi um romance na seca — posterior ao "Canaã", do maranhense Graça Aranha, que descrevera o drama do imigrante — mostrando a tragédia dos flagelados das estiagens, o sofrimento dos retirantes, os terríveis efeitos econômicos e sociais de um fenômeno climático que vem chicoteando, como um azorrague satânico, há séculos, em episódios mais ou menos longo, o Nordeste brasileiro.

Se a figura daquele ilustre paraibano nos acode à memória, quando vamos abordar o assunto mais debatido quando se discute o problema do sub-desenvolvimento no País, é que ele foi, ao mesmo tempo, o melhor cronista da desgraça climática da sua região, política eminente, Ministro da Viação e do Tribunal de Contas, governador da Paraíba e Senador da República e nunca, em toda a sua vida, se divorciou das suas origens telúricas, mas sempre se conservou fiel à Paraíba e ao Nordeste, presente na sua retentiva de escritor e homem público, aquela agonia de um povo, o seu povo, retratada em seu primeiro romance.

Ninguém, antes dele, teria chamado o Nordeste de Canaã, talvez porque mais forte na memória dos que sofrem a lembrança da privação do que dos anos de fartura.

Mas José Américo vira, mais de uma vez, o sertão verdejante, depois de longas estiagens, quando dois dias de chuva "criadeira" faziam explodir o milagre da clorofila ante os olhos expectantes do sertanejo.

Também depois dele ninguém mais se arrojava a chamar de Canaã o Nordeste semi-árido, apesar de suas serras úmidas na região do Cariri, dos seus vales verdejantes em algumas bacias hidrográficas, principalmente ao lembrar-se do Jaguaribe, o maior rio seco do mundo, e não a Serra de Guaramiranga, com o seu clima mediterrâneo e a sua fartura agropecuária.

Mas, ao lado da visão apocalíptica da realidade nordestina nos períodos das secas, até hoje praticamente imprevisíveis, embora inelutáveis, há uma ótica mais otimista, não de um imaginoso romancista, mas de um verdadeiro cientista, que muito jovem imigrou para o Nordeste e hoje, quase octogenário, ainda persiste na sua pregação apostolar, no sentido de que aquela região tem condições para o auto-abastecimento em qualquer época, com grande soma de potencialidades para garantir-lhe o desenvolvimento econômico.

Trata-se de Guimarães Duque, um dos maiores agrólogos e talvez o maior conhecedor, atualmente, da ecologia nordestina e da distribuição do revestimento florístico originário no Polígono das Secas.

Foi graças à sua persistente pregação, durante mais de quarenta anos, aos seus estudos e à sua experiência, que apareceu, pela primeira vez, no II Plano de Desenvolvimento Nacional, uma referência à lavoura ecológica, que inspiraria, posteriormente, o chamado "Projeto Sertanejo".

Ele salienta que a seca nordestina é um problema milenar da região, embora se tenha agravado com a destruição da Mata Atlântica entre o Ceará e a Bahia, pela derrubada da antiga mata ciliar que acompanhava o curso do São Francisco, pela monocultura litorânea e pela lavoura predatória, paralelamente à pecuária extensiva. Trata-se de um fenômeno antes cósmico do que telúrico, que tem motivações acima da estratosfera terrestre, onde, com o transcurso dos milênios, surgem verdadeiras bombas de sucção, enfocando regiões diferentes da Terra.

Muita gente acusa os árabes de "fazedores de deserto", porque, em torno da Canaã de outrora há um deserto pétreo como Négueve, numa região em que a precipitação pluviométrica é superior à das regiões baixas e centrais da Austrália.

Mas o homem não faz desertos, apenas amplia seus limites, como pode, também, reduzi-los, à semelhança do mesmo Négueve, onde Israel já cultivava mais de quatrocentos quilômetros quadrados, usando a água do sub-solo, para produzir algodão e cítricos, em férteis pomares.

Esses desertos, na África, na Ásia ou na Austrália, surgiram há muitos milênios, antes da última glaciação e suas dunas de hoje lembram os leitos das planícies oceânicas.



Também, segundo essa teoria, citada por Guimarães Duque numa conferência proferida na SUDENE, há cerca de um decênio, a seca nordestina é resultado milenar dessa remota causa gerada nos limites da estratosfera terrestre, que enfoca a região semi-árida do Nordeste, sugando a umidade da terra, das plantas, dos seres vivos, secando lagos, reduzindo o depósito dos açúcares.

Mas, evidentemente, o esforço e engenho humanos tanto podem agravar o problema dessas regiões, como atenuar os seus efeitos, aproveitando as lições da própria natureza, que, no envolver dos milênios, amestrou a flora e a fauna nordestinas para que se defendessem, por transformações fisiológicas, dessa agressão cósmica.

Como se defendem as plantas, quando o fenômeno inicia seu processo de desertificação de um dos pontos da Terra?

Produzem-se nelas uma constante transformação, nas gerações sucessivas, chegando às raias da mutação.

Enquanto o sistema radicular passa a intumescer-se em grúmulos ou *batatas*, para o armazenamento de água, as próprias folhas assumem formato e proporções capazes de, ao mesmo tempo, reter a umidade e evitar a evaporação.

Plantas hidrófilas, com o decorrer dos séculos e a constante redução dos recursos hídricos, tornam-se xeromorfas nas várzeas, enquanto outras espécies xeromorfas, pela mesma razão, se tornam xerófilas nas serras úmidas, ficando nos planaltos a policromia das cactáceas, nos cambiantes do verde dos estípes, no marrom agressivo dos espinhos, no matizado das flores e no vermelho vivo dos frutos.

Quem viu, na televisão, filmes coloridos, tirados no Nordeste, no início deste ano, observou como, ao lado dos pendões ressequidos do milho que não granara, o feijão reduzido a cinzas, o vigoroso verde de arbustos nativos produzia incômodo contraste da vida e da morte, da seiva exuberante da catigueira, do juazeiro, do faveleiro, do xique-xique, do mandacaru, da crôa-de-frade, ao lado dos restos ressequidos dos cereais crestados pela seca.

Aquelas imagens demonstravam, de maneira eloquente, que a falta de chuva, ou sua escassez, produzem efeitos diferentes nos vegetais, que se adaptam aos rigores do clima, até nas regiões geladas.

Talvez alguns ignorem que a Europa, há quase dois séculos, foi salva da fome, graças à batata, que medra no solo dos Andes, hibernando durante as friagens, até que o gelo se derreta e o tubérculo rapidamente germine e se desenvolva, em três ou quatro meses.

Hoje, a batata andina, de clima gélido, é conhecida como batata inglesa, holandesas, ou batatinha e pode ser perfeitamente cultivada, até com duas safras por ano, em regiões temperadas e mesmo cálidas.

Tais os milagres da adaptação e das mutações vegetais, que explica a sobrevivência no Nordeste, mesmo nas mais delongadas estiagens, de inúmeras espécies vegetais, produzindo frutos como o umbuzeiro e o juazeiro, fibras têxteis, como o algodão, o agave, o caroá e o carrapicho, madeira como a umburana, o faveleiro, a catigueira, tanto para moirões, como para a marcenaria e, agora, se se quizer, para a produção de combustível líquido.

#### *Os Perigos do Abandono*

Então um cientista brasileiro de renome internacional, ecólogo eminente e o maior conhecedor dos nossos sertões semi-áridos e de sua vegetação, já demonstrou, em trabalho apresentado à SUDENE, como, ajudada a seleção natural pelo plantio e cultura racionais, poderá o Nordeste sobreviver, importando apenas cereais, e exportando cebola, pimenta, diversos sucos de frutas, saborosas amêndoas, fios para a tecelagem e tecidos já industrializados.

Para que se adote a sua solução, impõe-se um zoneamento das propriedades rurais, talvez mesmo uma reforma fundiária, reservadas as vazantes dos açúcares para a policultura em propriedades pequenas e médias, circunscrita a monocultura da cana à zona da mata, aperfeiçoadas as espécies de algodão xerófilo, como o mocó, de fibra mais longa e mais sedosa, sem concorrer em nenhum solo do mundo.

Também se deve aproveitar o lençol freático, mediante poços tubulares, para a irrigação.

Uma missão israelense, que esteve no Brasil há pouco mais de dez anos, assinalou que o Nordeste dispõe do maior depósito de água subterrânea do mundo, o que se explica pela porosidade do solo na região semi-árida, com uma tremenda capacidade de absorção.

Não vemos — nenhum técnico ainda nos convenceu disso — qualquer inconveniente na pequena e média açudagem, embora saibamos que, para evitar a salinização do solo, em lugar do aproveitamento, em regos, da água superficial, seja mais indicado o processo da aspersão, ou do gotejamento, mais moderno e eficaz.

Tais açúcares devem ser construídos preferentemente nas regiões onde haja maior divisão da propriedade fundiária, ou, desapropriados os latifú-

dios e posteriormente irrigados, distribuídos módulos aos lavradores, conforme o tamanho de sua família e a própria capacidade laboral, para a produção diferenciada: verduras, frutas, apicultura, criação de cabras, ovelhas e jumentos, que podem sobreviver com rações menores de água.

Considerada, ainda, a região mais crítica do País, o Nordeste, no entanto, tanto contribui fortemente para as exportações, principalmente do açúcar, do algodão, do cacau, das oleaginosas, frutas e sucos, como tem um subsolo bastante rico, principalmente no Rio Grande do Norte, com suas jazidas dos metais mais raros, como na Bahia, com um potencial mineiro superior ao de Minas Gerais, semelhante ao do Pará.

Se a região produz, diretamente, divisas fortes, com essas exportações, também as economiza, importando menos combustíveis e lubrificantes.

Tanto a Bahia como Sergipe produzem muito mais petróleo do que consomem e se constituíssem, juntos, um País independente, ele estaria filiado à OPEP, ostentando elevado padrão de desenvolvimento, nos últimos cinco anos.

Sabemos, também que, com Paulo Afonso e Boa Esperança conjugados, a região é auto-suficiente em energia elétrica e, quando acoplado o sistema, futuramente, a Tucuruí, servirá de energia o Pará, o Maranhão, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Bahia, parte de Goiás e Minas Gerais, Sergipe e Alagoas, beneficiando um terço do nosso território.

Se a causa da crise econômica atual do mundo tem um denominador comum na escassez de energia, o Nordeste, com a sua autossuficiência, pela produção de petróleo, álcool anidro e óleos vegetais, além da copiosa fonte hidrelétrica de que dispõe, pode, perfeitamente, se provido de capitais para novos investimentos, produzir o quanto baste para o seu sustento, trocando aqueles excedentes energéticos, de origem fóssil ou vegetal, pelos alimentos que não produza suficientemente.

Os nordestinos, há bastante tempo, assumiram consciência de que a sua pobreza atual não é fruto apenas de um azar climático, mas da desorientação do Poder Central — detentor de mais de setenta por cento da renda tributária nacional, além do monopólio do jogo e da arrecadação das contribuições parafiscais — ou não sabe planejar ou não quer aplicar recursos, que não serão, nunca, a fundo perdido, numa das regiões mais operosas do País.

O nordestino não ignora que foi aquela a primeira região brasileira, ainda na primeira metade do século XVI, a apresentar progresso econômico no País, não apenas com a exportação do “pau-de-tinta” ou de especiarias regionais, mas com os seus engenhos de açúcar, o cultivo do algodão e a pecuária.

O charque, que os cearenses chamam de jabá, é conhecido, em todo o Nordeste, ainda hoje, como “carne do Ceará”, porque foi lá e não no Rio Grande do Sul que surgiram as primeiras charqueadas brasileiras, como famosos eram os costumes e o calçado artesanal fabricado na região, há séculos.

Durante os dois primeiros séculos da colonização, o Nordeste foi o carro-chefe da economia brasileira.

Quem quiser compare os testamentos dos bandeirantes paulistas com os dos senhores de engenho pernambucanos, nos séculos XVII e XVIII e verá a verdadeira indigência dos primeiros, ante as jóias, o mobiliário, as alfaías e sobrados dos usineiros nordestinos. Lá é que se construíram, no Recife, as primeiras pontes de ferro, fundaram-se os primeiros museus, e, na Bahia e Pernambuco, a arte sacra do período barroco só encontra similar em Minas Gerais e no Maranhão.

O Nordeste começou a perder a sua posição de principal pólo econômico do Brasil, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e a conseqüente mudança, em 1763, da capital da Bahia para o Rio de Janeiro.

Foi quando o vaqueiro nordestino, subindo o São Francisco, foi encontrar, nas Minas Gerais, o bandeirante paulista em busca do ouro, para levar a carne e o couro àqueles desbravadores.

Por isso aquele curso d'água é conhecido como “o rio da unidade nacional” e, pelos sertanejos, como “o velho Chico”, estrada que caminha, fonte hidrelétrica, dessedentador das populações ribeirinhas, irrigando seus campos e roças, tão dadivoso quanto abandonado, açoreado, perdida sua mata ciliar.

A partir do século dezenove, com a vinda de D. João VI, modernizando o Rio de Janeiro, para transformá-lo no maior centro cultural, artístico e literário do País, São Paulo começa a agigantar-se, com a lavoura do café, além da cana-de-açúcar, enquanto os Estados do Sul, na segunda metade daquela centúria, atraem imigrantes alemães, italianos e suíços, espanhóis, portugueses e poloneses, modernizada a lavoura e incentivado o cooperativismo.

Mas a mais notável Faculdade de Medicina é a da Bahia, enquanto os cursos jurídicos se fundam, em 1830, simultaneamente no Recife e em São Paulo.

Num verbete da enciclopédia "Nosso Brasil", dicionário de estudos sociais editado, no ano passado, pela "Encyclopaedia Britannica do Brasil", encontramos o seguinte informe, que não pode ser considerado demagógico nem oposicionista.

"A seca e a pobreza, que sobrevieram ao desmatamento e ao abandono da região pelo Governo Federal, obrigaram grande parte da população a emigrar para o Sul ou para a Amazônia, em busca de melhores oportunidades. Atualmente, há tentativas de desenvolvimento pelo Governo Federal através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959."

Decerto, Senhor Presidente, já havia seca na região semi-árida do Nordeste, desde o descobrimento.

O que o desmatamento, eliminada a floresta atlântica e as matas ciliares, produziu, foi a ampliação da área seca, que inclui, atualmente, uma parte do Norte de Minas Gerais.

Quanto ao descaso do Poder Central pela região, basta assinalar que a seca de 1877 não provocou qualquer providência de socorro do Imperador, mas em 1886 ele acudiu a região, depois de visitar o baixo São Francisco, com uma missão de estudiosos.

O segundo governante a cuidar do problema, na grande estiagem de 1915, foi Venceslau Braz, sendo o último a preocupar-se com a seca, na Primeira República, Epitácio Pessoa, que iniciou obras de açudagem e rodovias na região, abandonadas pelo seu sucessor, o mineiro Arthur Bernardes, que propôs o despovoamento da região, não podendo pressentir que o seu Estado, na década de quarenta, estaria com uma parte incluída no Polígono das Secas.

Finalmente, na década de 50, cria-se a SUDENE, saudada tão efusivamente, mas, em 1967, quando a Constituição arranca os três por cento da renda tributária nacional destinados à região, o quadro volta às negras cores antigas.

A partir de 1970, aquele órgão perde a sua eficácia, castrado o Conselho Diretor, sem força os Governadores em suas deliberações, reduzida a paga salarial dos técnicos, promovido um desastroso processo de industrialização em que as fábricas do sul abocanhavam os incentivos fiscais, para ali instalar filiais com maquinaria obsoleta ou demasiado moderna, para absorver a mão-de-obra ociosa.

O que o Nordeste lucrou, a partir de 1945, realmente, foi a energia elétrica propiciada pela CHESF, o único gatilho de progresso, verdadeiramente eficaz, até hoje, na região.

O Nordeste está cada vez mais pobre.

Mas é de se temer essa pobreza do Nordeste, onde nasceu o primeiro exército nacional, de brancos, índios e negros, na guerra da Restauração Pernambucana, quando expulsamos os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, a primeira multinacional a agir no Brasil, sob o comando dos judeus marranos e sefardim de Amsterdã.

Ora, Senhor Presidente, nada mais perturba os ricos do que a vizinhança dos pobres em seu clamor faminto.

E, hoje, mais do que ontem e menos do que amanhã, porque, no século da tecnologia, há mais o que desejar e maior número de carências a satisfazer.

Já no início da década de 60, advertia George Balandier, citado pelo Padre Luiz Lebre, no seu livro "O Drama do Século XX":

"Os múltiplos e acelerados deslocamentos das pessoas, a animação sempre crescente da economia mundial, o aumento da eficácia das comunicações estabelecidas através do rádio, a imprensa, o cinema e a televisão, conseguiram romper as mais distantes fronteiras sócio-culturais.

O exemplo dos países industriais e com altos níveis de vida impõe-se até aos povos mais "periféricos"; sugere uma modalidade de existência que não poderia ser imaginada por estes últimos, há menos de meio século. A pobreza é antiga, mas a descoberta de que existem remédios para essa pobreza é recente".

Apliquemos essa constatação de ordem internacional ao plano interno e veremos, no Nordeste, um arquipélago de subdesenvolvimento dentro do mesmo País em que o Centro-Sul ostenta os padrões de nação desenvolvida.

E saibam os nossos governantes que os nordestinos já descobriram, desde a inauguração da usina de Paulo Afonso, que existem remédios para a sua pobreza, restando, apenas, que os Governantes federais demonstrem a mesma generosidade de Dutra e Juscelino, que criaram a CHESF e a SUDENE.

Ainda naquele tempo, na década de sessenta, o publicista MALLET, igualmente lembrado naquela obra do Padre Lebre, dizia, quando o colonialismo iniciava seu processo de liquidação:

"Julga-se que a eficácia sempre demonstrada da civilização ocidental tenha conseguido desenvolver em si mesma uma espécie de complexo de superioridade e impedi-la de imaginar o progresso a não ser sob a forma da difusão de seus valores. Isso, porém, não justifica em nada os privilégios raciais que as minorias européias se reservam as colônias.

Numa primeira fase, a gratidão sobrepõe-se ao ressentimento dos "colonizados". Abusos e injustiças não conseguem, ainda, fazer nascer a revolta da massa, admirada por ver derrubado o despotismo e corrigidos abusos da justiça e das autoridades locais.

Depois essas desigualdades assumem força explosiva, quando, nas cidades nascentes, se forma um proletariado desorientado e miserável, ao lado de uma classe abastada, que exclui e rejeita o sub-mundo dos pobres".

Transponhamos o quadro para plano nacional: o Nordeste, que produz a maior parte do petróleo, quase metade do açúcar, um terço do algodão, meia dúzia de metais raros, grande parte do óleo exportável, das favas, frutos e sucos, quase todo o cacau e uma parte do café, consumindo, *per capita*, dez vezes menos gasolina que o Centro-Sul, aparece, no contexto brasileiro, como uma colônia interna, um arquipélago de subdesenvolvimento.

E lá os pobres não ignoram nada que há remédios para a pobreza.

Daí o erro perigoso de uma política de assistência episódica, de incentivos fiscais escamoteáveis, de sucção financeira insaciável, que pode resultar numa verdadeira secessão, não política, mais ideológica, em que os pobres deixem, no mínimo, de ver os ricos. Ou seja, o Nordeste deixaria de ser a principal peça da maioria governamental nesta Casa do Congresso Nacional.

*Ainda a seca e seus remédios*

Sem descontar o acaso da presença de Deodoro, Floriano e Epitácio Pessoa, os interregnos curtíssimos de Linhares, Café Filho e, um pouco mais longo, de Castello Branco, a República tem sido um instrumento de dominação dos políticos meridionais brasileiros.

Essa política, em que o regionalismo dos ricos dominava, pelo poder pela economia, as regiões tão superpovoadas quanto miseráveis, ou, além de pobres, despovoadas, culminou com o chamado "café-com-leite" em que se revezam Minas e São Paulo, a aristocracia rural e o industrialismo incipiente, no Governo do país.

E eles não percebiam o quanto se empobrecia e atrasava o Nordeste, com as suas usinas de açúcar e máquinas de algodão, o latifúndio ao lado do minifúndio, só a seca nivelando por baixo.

Depois da última guerra, o progresso tecnológico se situou quase exclusivamente no sul e sulistas continuaram os governantes, com curtas e honrosas exceções.

— Eram os dois Brasis em confronto, sem que o rico se percebesse da possibilidade de melhorar a vida do pobre.

Falando sobre esse assunto, dizia o Padre Lebre, em "O Drama do Século XX":

"Múltiplas são as causas que levaram os povos tecnicamente mais desenvolvidos e, por isso, mais ricos, a encarar tardiamente a situação do mundo com objetividade.

A principal delas é o vício tradicionalmente conhecido com o nome de avareza, isto é: amor imoderado do possuir. O primeiro colonialismo foi profundamente corrompido por ele; o que tende a substituí-lo o é ainda mais".

Enquanto a miséria dissolve os valores, as instituições e sentimentos tradicionais — como se vê na criminalidade das áreas metropolitanas — a riqueza não exaure o seu próprio apetite.

O que explica o atual dualismo econômico do mundo, refletido, internamente, no Brasil.

Constrange-nos verificar que estando os maiores depósitos de petróleo nas regiões mais áridas, ainda não se tenha descoberto esse recurso fóssil nas zonas semi-áridas do Brasil, onde, evidentemente, não se fazem prospecções, por ser melhor descobri-lo perto dos maiores centros consumidores.

O problema do Nordeste é o do subdesenvolvimento, de que a seca é, apenas, uma componente, porque há ricas regiões áridas, fabricando petrodólares.

As explicações elementares para o fenômeno — rápido escoamento das águas pela absorção do solo e formação de lençóis profundos, excesso de evaporação pela temperatura elevada, desmatamento secular no litoral e à margem dos cursos de água — devem constatar que, também na região se regis-

tram, como no litoral pernambucano e paraibano, as maiores precipitações pluviométricas do Brasil.

Ora, tomada a região seca como um todo, registra-se uma precipitação pluviométrica de 350 a 800 milímetros, enquanto há terras cultivadas na Austrália com precipitações de trezentos milímetros, apresentando boa pecuária.

O que agrava a situação do Nordeste, no particular, é a irregularidade das precipitações: pode cair em um mês toda a chuva do ano e, se não houver armazenamento dessa água, a lavoura será impossível, afora aquela autóctone ou ecológica.

Houve explicações no sentido de que a Borborema é um obstáculo ao ingresso da umidade atlântica nos sertões, que os alísios afastam para a Mantiqueira as nuvens formadas pela evaporação do litoral nordestino.

Ninguém, no entanto, explica porque foram maiores as estiagens em 1877, 1888, 1915, 1932, 1941, 1955 e, agora, de 1979 a 1981, segundo os prognósticos mais autorizados.

Quaisquer que sejam as explicações para o fenômeno, é preciso conviver com ele, atenuá-lo.

Na seca atual houve menos fome no Nordeste do que nas anteriores, porque a população na lavoura é muito menor, há mais indústrias e serviços, nos centros urbanos.

Demonstram as estatísticas que este ano o desempenho da lavoura nacional foi vinte por cento maior que no ano passado, no entanto importamos feijão, arroz e milho.

É que, na verdade, os excedentes do sul foram absorvidos pelo Nordeste, não por dádiva do Governo, senão porque, de qualquer modo, algum desenvolvimento industrial houve por lá, enquanto a exportação de alguns produtos pesa em nosso balanço de pagamentos.

O Governo sabe quais os remédios para a seca:

a) a instalação racional, contínua, permanente, de uma lavoura ecológica, dedicada à produção das espécies xerófilas existentes na região, com grande proveito econômico;

b) o aproveitamento das vazantes dos açudes, com a irrigação, preferentemente por aspersão e gotejamento;

c) a construção de açudes de pequeno e médio porte, uma revisão fundiária que distribui os latifúndios com os pequenos produtores, propiciando-lhes ajuda técnica, creditícia e organização cooperativista;

d) a industrialização dos recursos locais, utilizadas as disponibilidades de energia elétrica, levada ao meio rural, para mobilizar agro-indústrias para a produção de álcool e óleo combustível;

e) a exploração dos produtos têxteis, pela ampliação do parque industrial, com a exportação do produto acabado, principalmente sob a forma de confecções;

f) a menor incidência do imposto de renda na região;

g) o financiamento de mini-usinas para a transformação da cana e das oleaginosas em combustíveis.

Haverá outras providências, todas exigentes de recursos ou incentivos federais.

É preciso conscientizar o Governo de que o seu suporte parlamentar hoje se concentra no Senado, onde os nordestinos representam perto de metade da representação e, somados, aos representantes do Norte e do Centro-Oeste, significam a maioria deste Plenário, praticamente dominado pelos Estados subdesenvolvidos.

Se o Nordeste, o Norte e o Centro Sul tornam o PDS majoritário, garantindo o suporte parlamentar do Governo, então é tempo de cobrar um preço político para o custeio do seu desenvolvimento.

O nordestino não quer ouvir os pêsames ou as lamentações dos governantes, o choro e o ranger de dentes.

Ele quer mais atenção ao seu desenvolvimento, medidas eficazes e científicas no combate às secas e no aproveitamento das condições climáticas da região, seja incentivando a lavoura ecológica, seja industrializando os produtos locais, para não exportar somente matéria-prima.

Ou se faz isso quanto antes, ou Estados como Sergipe, a Bahia e Pernambuco, pelo petróleo, pelo sal-gema, pelo açúcar e álcool, pela barrilha, pela fosforita e outros minérios, estarão preferindo uma secessão. Bahia e Sergipe se sentiriam melhor se ingressassem na OPEP, enquanto o algodão, o óleo e a cana-de-açúcar dos demais Estados, além dos minérios raros e dos recursos marinhos, poderiam garantir-lhes maior desenvolvimento, se fôssemos, no mínimo, uma confederação, com autonomia econômica-financeira dos Estados-membros.

Não pregamos o separatismo.

Nós, os nordestinos, desde a Guerra Holandesa, não precisamos receber, de ninguém, lições de patriotismo e brasilidade.

Mas não desejamos continuar sendo uma espécie de colônia econômica do Centro Sul do País.

Essas verdades precisavam ser ditas e têm-no sido, vez por outra.

Queremos inscrever-nos no número dos que as proclamam, porque nada mais covarde que a cumplicidade do silêncio.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

### — 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 175, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.267, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Era (MG) a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.268 e 1.269, de 1980, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, Favorável.

### — 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 483, de 1980, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso de saudação do Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Fonseca, em nome do Exército e Marinha, na solenidade do "Dia do Aviador", e do agradecimento do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Dêlio Jardim de Mattos.

### — 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 1980, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito pelo Ministro de Estado do Interior, Mário Andreazza, por ocasião do "Primeiro Seminário Brasileiro de Estudos de Alternativas de Desenvolvimento dos Municípios", realizado em Fortaleza.

### — 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 529, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 1980, de sua autoria, que dispõe sobre funções consideradas como atividades dos empregados, vendedores, viajantes ou praticistas.

### — 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1979, do Senador Jorge Kalume, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Educação, a incluir, nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e superior, estudo sobre as vidas do Coronel José Plácido de Castro e do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, tendo

PARECERES, sob nºs 866 e 867, de 1980, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Aderbal Jurema; e  
— de *Educação e Cultura*, favorável.

### — 6 —

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1979 (nº 12, de 1979 (nº 12/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria sobre Serviços Aéreos Entre seus Respectivos Territórios e Além, concluído em Brasília, a 10 de janeiro de 1979, tendo

PARECER, sob nº 1.220, de 1980, da Comissão

— de *Redação*, oferecendo a redação do vencido.

### — 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 1979, do Senador Lomanto Júnior, que institui o "Dia Nacional do Psicólogo", tendo

PARECERES, sob nºs 855 e 856, de 1980, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e;  
— de *Educação e Cultura*, favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)



## ATOS DO PRESIDENTE

## ATO DO PRESIDENTE Nº 10, DE 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e na forma do artigo 2º, letra "a", do Ato nº 2, de 1973, da Comissão Diretora,

Resolve nomear Nerione Nunes Cardoso para exercer, em comissão, o cargo de Secretário-Geral da Mesa, Código SF-DAS-101.6, do Quadro Permanente do Senado Federal, a partir de 24 de fevereiro do corrente ano.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1981. — *Senador Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal

## ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38, 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve nomear Zormelina Ribeiro Alves, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência 57, para exercer o cargo, em comissão, de Chefe do Gabinete do Presidente, código SF-DAS-101.4, do Quadro Permanente do Senado Federal, a partir de 24 de fevereiro do corrente ano.

Senado Federal, 06 de março de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal

## PORTARIA

## Nº 14, DE 1981

O Primeiro-Secretário, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no item 1.2 do Anexo I à Resolução nº 122, de 14 de novembro de 1980,

Resolve designar os servidores do Quadro Permanente do Senado Federal Pedro Cavalcanti D'Albuquerque Netto, Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Maria Riza Baptista Dutra, Cid Sebastião da França Brüger e José Pinto Carneiro Lacerda, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação dos Requisitos Mínimos dos candidatos ao emprego de Assessor Técnico, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, indicados pelos Senhores Senadores, mediante a observância dos critérios de admissão constantes do referido anexo.

Senado Federal, 4 de fevereiro de 1981. — *Alexandre Costa*, Primeiro-Secretário.

## PORTARIA

## Nº 57, DE 1981

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 177 e 453, § 1º, da Resolução nº 58, de 1972, e tendo em vista o que consta do processo número 000857-81-5,

Resolve designar Alosisio Barbosa de Souza, Assessor Legislativo, Fernando Silva de Palma Lima, Assessor Legislativo e Zuleika de Souza Castro, Técnico Legislativo, Classe "Especial", para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do incidente havido na Seção de Assistência Social e a Subsecretaria de Assistência Médica e Social, envolvendo o Psicólogo José Aival e o filho do servidor José Pedro de Castro Barreto.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1981. — *Aiman Nogueira da Gama*, Diretor-Geral.

## ATAS DE COMISSÃO

## COMISSÃO DIRETORA

## 3ª Reunião Ordinária, realizada a 5 de março de 1981

Sob a Presidência do Senhor Senador Jarbas Passarinho, e com a presença dos Senhores Senadores Passos Pôrto, Primeiro-Vice-Presidente, Gilvan Rocha, Segundo-Vice-Presidente, Cunha Lima, Primeiro-Secretário, Jorge Kalume, Segundo-Secretário, Itamar Franco, Terceiro-Secretário e Almir Pinto, Suplente convocado, às dezesseis e trinta horas do dia cinco de março de mil novecentos e oitenta e um, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Jutahy Magalhães, Quarto-Secretário.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e esclarece ter convocado a reunião para um contato preliminar e troca de idéias entre os membros da Comissão Diretora. Em primeiro lugar, Sua Excelência julga conveniente seja efetuado, pelo Senhor Primeiro-Secretário, um levantamento completo sobre a situação do Pessoal do Senado e de suas entidades supervisionadas, inclusive legislação e posicionamento atual das diferentes Categorias Funcionais. Sua Excelência, a seguir, lembra o que fora combinado, relativamente à distribuição das diversas tarefas que compõem o complexo administrativo do Senado Federal, entre os membros da Comissão Diretora, como supervisores. Essa distribuição evitará o acúmulo de atribuições sobre um só Secretário, do qual era exigido enorme sacrifício, possibilitando um desenvolvimento mais consentâneo à solução dos problemas administrativos. Em seguida, Sua Excelência distribui a todos os membros minuta de Ato da Comissão Diretora, disciplinando a matéria. O assunto é amplamente debatido por todos os membros, tendo o Senhor Presidente solicitado a apresentação de sugestões na próxima reunião da Comissão Diretora, a realizar-se às nove e trinta horas do dia doze de março do corrente ano. Sua Excelência, em seguida, declara a sua preocupação com o treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos no Senado Federal, no que é apoiado por todos os presentes, tendo o Senhor Primeiro-Secretário informado já estar se inteirando do assunto, para a apresentação de futuras sugestões. Sua Excelência lembra, ainda, a hipótese de o Senhor Primeiro-Secretário estudar a possibilidade futura de serem funcionários representantes de diferentes Categorias Funcionais convocados a, perante a Comissão Diretora, exporem e defenderem suas idéias e reivindicações. O Senhor Presidente aborda, ainda, o problema de fardamento do Pessoal e pede levantamento sobre as áreas que devem merecer esse tratamento, lembrando em especial, o pessoal da Portaria do Edifício Principal. Comunica, também, estar elaborando um calendário para que todos os membros da Mesa exerçam a Presidência das Sessões do Congresso Nacional, num revezamento.

Ainda com o uso da palavra, o Senhor Presidente esclarece que, em virtude da divisão de atribuições administrativas entre os membros da Comissão Diretora, se torna indispensável a apresentação de um Projeto de Resolução

alterando o *caput* do art. 484 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 57, de 1976, estabelecendo que os Conselhos de Supervisão do CEGRAF e do PRODASEN "serão presididos por um membro da Comissão Diretora, por ela indicado". A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, assina o Projeto apresentado, que vai à Secretaria-Geral da Mesa, para os devidos fins regimentais.

O Senhor Terceiro-Secretário, usando da palavra, sugere seja efetuado um estudo sobre a possibilidade de adoção de novos métodos de trabalhos, relativamente ao funcionamento do Congresso Nacional e ao das Comissões Mistas, com vistas a sua racionalização.

Com a palavra, o Senhor Primeiro-Secretário aborda o problema, lembrado por outros membros da Comissão Diretora, de Gabinetes para os Segundo, Terceiro e Quarto-Secretários. Sua Excelência informa da inexistência de locais. Após debatido o assunto, a Comissão Diretora autoriza a utilização de três das novas salas do Edifício das Comissões pelos referidos membros da Comissão Diretora.

Ainda com a palavra, o Senhor Primeiro-Secretário comunica estar efetuando um levantamento sobre a situação de Pessoal da Casa, já tendo conhecimento da escassez de Mecanógrafos e de Motoristas. Tão logo conclua os estudos e levantamentos, trará a matéria ao exame da Comissão Diretora.

O Senhor Presidente, afinal, distribui as seguintes matérias:

1º) Minuta de Projeto de Resolução dando nova redação ao parágrafo 2º do art. 19 do Regimento Interno, de autoria do Senador Gastão Müller — Ao Senhor Senador Itamar Franco.

2º) Projeto de Resolução nº 94, de 1980, que acrescenta parágrafo ao art. 86 do Regimento Interno, de autoria do Senador Hugo Ramos — ao Senhor Senador Itamar Franco.

3º) Resolução s/n, de 1980-CN, do Presidente do Senado Federal designando Comissão de Sindicância para apurar os fatos ocorridos no Plenário e suas dependências, por ocasião da discussão e votação da Proposta que deu origem à Emenda Constitucional nº 14 — ao Senhor Senador Passos Pôrto.

4º) Projeto de Resolução nº 99, de 1980, que transforma a Comissão de Saúde e Defesa do Meio Ambiente, de autoria do Senador Franco Montoro — ao Senhor Senador Gilvan Rocha.

5º) Processo nº 004937 80 5, do Gabinete do Senhor Senador Dinarte Mariz, encaminhando contas relativas ao tratamento médico-hospitalar com o ex-Senador Jessé Freire — ao Senhor Senador Jorge Kalume.

6º) Processo nº 000782 79 3, em que Ricardo Frederico Secco Távora requer, por equidade a criação da Classe "C", Referência 53, da Categoria Funcional de Técnico em Administração, bem assim, em outro requerimento, retificação de seu enquadramento para a Classe Especial, Referência 57, da mesma Categoria Funcional — ao Senhor Senador Cunha Lima.

7º) Processo nº 004874 79 0, em que o ex-servidor Aloysio Leite Cesário Filho requer a sua readmissão no Quadro de Pessoal do Senado Federal — ao Senhor Senador Cunha Lima.

8º) Proposta da revista ESPELHO, de assinatura de 100 assinaturas anuais — ao Senhor Senador Cunha Lima.

Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que, eu, *Itamar Franco*, Terceiro-Secretário, lavrei a presente Ata que, assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 5 de março de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente.

#### CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

##### Ata da 52ª Reunião

Às dezessete horas do dia 19 de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta, no Gabinete do Senhor 1º-Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do CEGRAF, sob a Presidência do Senador Alexandre Costa, presentes os Conselheiros Aiman Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Luciano de Figueiredo Mesquita, Luiz do Nascimento Monteiro e Sarah Abrahão. Presente, também, o Senhor Diretor do CEGRAF, Arnaldo Gomes. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em votação a alteração no orçamento para o Exercício de 1980, cujo relator foi o Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro, que apresentou parecer favorável, aprovado, unanimemente, sem restrição, pelo Conselho. Nada mais

havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Eu, José Paulino Neto, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador *Alexandre Costa*, Presidente do Conselho do CEGRAF.

#### CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

##### Ata da 53ª Reunião

Às dezessete horas do dia dezoito de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e um, no Gabinete do Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do CEGRAF, sob a presidência do Senador Alexandre Costa, presentes os Conselheiros Aiman Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Luiz do Nascimento Monteiro, Luciano Figueiredo Mesquita e Sarah Abrahão. Presente, também, o Senhor Diretor-Executivo do CEGRAF, Arnaldo Gomes. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em votação as prestações de contas do Diretor-Executivo do CEGRAF, referentes aos trimestres 3º e 4º de 1980, cujo relator, Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro, ofereceu parecer favorável, aprovado unanimemente e sem restrições pelo Conselho. Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, José Paulino Neto, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelo Senhor Presidente do Conselho. — Senador *Alexandre Costa*, Presidente do Conselho do CEGRAF.

## MESA

**Presidente**  
Jarbas Passarinho

**1º-Vice-Presidente**  
Passos Pôrto

**2º-Vice-Presidente**  
Gilvan Rocha

**1º-Secretário**  
Cunha Lima

**2º-Secretário**  
Jorge Kalume

**3º-Secretário**  
Itamar Franco

**4º-Secretário**  
Jutahy Magalhães

## Suplentes de Secretários

Almir Pinto  
Lenoir Vargas  
Agenor Maria  
Gastão Müller

## COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 211-3487  
211-3488  
211-3489

## A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Daniel Reis de Souza  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 211-3490  
211-3491

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira  
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Martins Filho	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)  
(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale  
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
1. Mendes Canale	1. Raimundo Parente
2. José Lins	2. Alberto Silva
3. Eunice Michiles	3. Almir Pinto
4. Vicente Vuolo	
1. Evandro Carreira	1. Marcos Freire
2. Agenor Maria	2. Humberto Lucena
3. Mauro Benevides	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)  
(15 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: —  
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves  
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares	Suplentes
1. Bernardino Viana	1. Lenoir Vargas
2. Helvídio Nunes	2. João Calmon
3. Hugo Ramos	3. Almir Pinto
4. Aloysio Chaves	4. Milton Cabral
5. Aderbal Jurema	5. Luiz Fernando Freire
6. Murilo Badaró	6. Arnon de Mello
7. Moacyr Dalla	
8. Amaral Furlan	
9. Raimundo Parente	
1. Orestes Quercia	1. Cunha Lima
2. Leite Chaves	2. Tancredo Neves
3. Lázaro Barboza	3. Dirceu Cardoso
4. Nelson Carneiro	
5. Paulo Brossard	
6. Franco Montoro	

Assistente: Paulo Roberto A. Campos — 211-3494  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)  
(11 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: —  
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares	Suplentes
1. Martins Filho	1. José Guilomard
2. José Sarney	2. Tarso Dutra
3. Passos Pôrto	3. Benedito Canelas
4. Saldanha Derzi	4. Moacyr Dalla
5. Affonso Camargo	
6. Murilo Badaró	
7. José Caixeta	

1. Itamar Franco	1. Henrique Santillo
2. Lázaro Barboza	2. Roberto Saturnino
3. Adalberto Sena	3. Gilvan Rocha
4. Mauro Benevides	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)  
(11 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela  
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares	Suplentes
1. Arnon de Mello	1. Helvídio Nunes
2. Bernardino Viana	2. Alberto Silva
3. José Lins	3. Benedito Ferreira
4. Lenoir Vargas	4. Vicente Vuolo
5. Milton Cabral	
6. Benedito Canelas	
7. Luiz Cavalcante	
1. Roberto Saturnino	1. José Richa
2. Teotônio Vilela	2. Orestes Quercia
3. Marcos Freire	3. Tancredo Neves
4. Pedro Simon	

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — 211-3495  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)  
(9 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala do Anexo "B"

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**  
(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cunha Lima  
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. João Lúcio	2. Luiz Fernando Freire
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	

1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Helvídio Nunes  
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Martins Filho	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Luiz Fernando Freire	
6. Aloysio Chaves	
1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala do Anexo "B"

**COMISSÃO DE MUNICÍPIOS (CM)**  
(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lomanto Júnior  
Vice-Presidente: Orestes Quércia

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Tarso Dutra
2. Almir Pinto	2. João Lúcio
3. Amaral Furlan	3. Aderbal Jurema
4. Amaral Peixoto	4. José Sarney
5. Benedito Canelas	5. Murilo Badaró
6. Jutahy Magalhães	
7. Lenoir Vargas	
8. Moacyr Dalla	
9. Raimundo Parente	
10. Saldanha Derzi	

1. José Richa	1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia	2. Jaison Barreto
3. Itamar Franco	3. Humberto Lucena
4. Evandro Carreira	
5. Lázaro Barboza	

1. Affonso Camargo	1. Gilvan Rocha
2. Evelasio Vieira	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa"

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**  
(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dirceu Cardoso  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Itamar Franco
2. Adalberto Sena	

Assistente: Fátima Abrahão de Araújo — 211-3266  
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**  
(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra  
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi  
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. —
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6. —
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

1. Paulo Brossard	1. Marcos Freire
2. Nelson Carneiro	2. Mauro Benevides
3. Itamar Franco	3. Leite Chaves
4. José Richa	
5. Amaral Peixoto	
6. Tancredo Neves	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilvan Rocha  
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — 211-3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jorge Kalume  
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quércia	

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evandro Carreira  
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Luiz Fernando Freire	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	
1. Evandro Carreira	1. Orestes Quércia
2. Humberto Lucena	2. Evelasio Vieira
3. Lázaro Barboza	

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — 211-3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedito Ferreira  
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

**Titulares**

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

- Suplentes**
1. Passos Pôrto
  2. Lomanto Júnior
  3. Alberto Silva

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza
3. Orestes Quêrcia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo II — Térreo — 211-3507

**Assistentes:**

Helena Isnard Accauhy — 211-3510

Mauro Lopes de Sá — 211-3509

Clayton Zonlorenci — 211-3508

**C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: Cleide Maria B. F. Cruz

Local: Anexo II — Térreo — 211-3511

**Assistentes:**

Elizabeth Gil B. Vianna — 211-3510

Nadir da Rocha Gomes — 211-3508

Haroldo P. Fernandes — 211-3512

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES  
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL  
PARA O ANO DE 1980**

HORAS	TERÇA		ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	MARCELINO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B"	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	PAULO ROBERTO	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA
	C.A.	RUI BARBOSA Ramal — 4154	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal — 3888	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	FÁTIMA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEILA	11:00	C.M.	RUI BARBOSA Ramal — 4154	CARLOS
	C.M.E.	ANEXO "B"	CARLOS				